

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2021 a 31/08/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:00
Publ.: DCD - 04/08/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ataques do Presidente Jair Bolsonaro às instituições democráticas e às eleições. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Estímulo do Presidente da República a golpe de Estado. Contrariedade à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Deputado, nós tivemos esse pequeno recesso, e nesse recesso acompanhamos os desatinos do Bolsonaro, que atacou as instituições democráticas e as eleições, ferindo a nossa democracia.

Nós vimos o que aconteceu na internação dele, com aquela parafernália, devido àquela prisão de ventre. Tentou mobilizar e nacionalizar uma coisa comum na natureza física de todos nós. Ele voltou de lá e continuou atacando este País, a confiabilidade da urna eletrônica, o que fez com que cada vez mais pessoas se sentissem obrigadas a realizar manifestações nas ruas, em defesa da democracia.

E ele mais uma vez, tendo que provar fraudes, não provou nada. É um fanfarrão! Ele disse que tinha evidências, não disse que tinha provas ali. Mas nós estamos sendo incomodados com isso. Em vez de cuidar da situação, em que há mais de 557 mil pessoas mortas pela pandemia, está cuidando da sua eleição, fazendo campanha todos os dias e todos os momentos, apesar do desemprego, da carestia, da fome que avança no nosso País. E a retomada da economia, tão mencionada por ele, esbarra nos interesses do mercado financeiro. Não é possível nós suportarmos essa situação!

Enquanto esse desvario acontece, ainda bem que a CPI dá continuidade ao seu trabalho. A CPI da Pandemia vai fazer com que haja investigações a respeito das negligências criminosas do Bolsonaro. Nas ruas, temos a defesa da vida, a defesa da paz, a

defesa da população brasileira. "*Vacina no braço, comida no prato!*" No entanto, nós temos um Presidente que estimula, que incentiva cada vez mais um golpe à democracia brasileira.

Por isso, nós estamos aqui para denunciá-lo, e estaremos nas ruas com aqueles que estão dizendo: "*Basta, Bolsonaro! Nós não queremos mais ser incomodados!*"

Sr. Presidente, não sei quanto a V.Exa., mas nós estamos sendo incomodados no nosso telefone residencial e nos nossos celulares, com pedidos para votarmos no voto que nós consideramos uma verdadeira falcatrua.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Sr. Presidente, nós não queremos voto em cédula, queremos voto na urna eletrônica!

Documento 2/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Reinclusão do País no Mapa da Fome. Vinculação entre a morte de 500 mil brasileiros pela Covid-19, e à negligência do Governo Jair Bolsonaro no combate à doença. Responsabilidade do Governo Jair Federal pelo incêndio ocorrido no galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, Estado de São Paulo. Repúdio ao tratamento dispensado pelo Presidente Jair Bolsonaro às áreas de educação e cultura. Elevação dos índices de desemprego, bem como dos preços de alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha no País. Prioridade dada pelo Presidente da República à reeleição, em detrimento das ações de amparo e assistência à população brasileira. Intimidações do Presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Eleitoral. Reconhecimento mundial do sistema eleitoral brasileiro. Necessidade de reação dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal contra intimidações do Ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, no tocante à realização das eleições de 2022.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está abandonado! O Presidente da República - que recentemente, diga-se de passagem,



fora da agenda do Palácio do Planalto, recebeu uma Deputada neonazista - literalmente não se sentou ainda na cadeira da Presidência: não governa. A população do País está abandonada, literalmente abandonada! Há fome. O Brasil está voltando para o Mapa da Fome. E mais de 500 mil pessoas morreram, devido à negligência deste Governo Federal.

Vejam o que aconteceu agora com a Cinemateca. É um crime de um Governo que negligencia a cultura, Deputada Alice Portugal, de um Governo que negligencia a educação, retirando recursos das universidades federais. O desemprego impera em nosso País. A carestia está aí, com os aumentos sucessivos do gás de cozinha, os aumentos da energia elétrica, os aumentos dos combustíveis, dos alimentos. O povo está abandonado! E o Presidente só pensa em fazer campanha, só pensa em fazer bravata. O Presidente só pensa em tentar intimidar - intimidar! - as instituições.

Nós não podemos aceitar esse tipo de atitude! O Presidente, que deveria ter compostura, age, na condição de Presidente da República, como verdadeiro moleque - moleque! É uma pessoa que fica intimidando Ministros do Supremo Tribunal Federal, que intimida a Justiça Eleitoral!

Eu quero aqui parabenizar o TSE pela decisão que foi tomada ontem. Foi uma decisão corajosa. Não dá, nós não podemos mais aceitar um Presidente da República que todos os dias, Deputada Jandira Feghali, todos os dias vem dizer que não vai haver eleição no ano que vem. Vamos ver se não vai haver eleição!

E esse pessoal que foi para a rua, nessas manifestações pífias, tem que saber disto: o sistema eleitoral brasileiro é um sistema que é reconhecido mundialmente. Nunca tivemos fraudes aqui, em décadas de eleições no nosso País. Todos nós estamos aqui, e inclusive o Presidente foi eleito por esse sistema. Agora, se ele está com uma popularidade em que, de cada três pessoas, duas o rejeitam, ele está querendo criar um alibi, porque sabe que vai perder a eleição, porque não governa.

Presidente Jair Bolsonaro, cuide de governar o País, e não de ficar fazendo bravatas e picuinhas com os outros Poderes!

E eu quero pedir aqui uma atitude do Presidente desta Casa e do Presidente do Senado. O que vai ser feito? Nós vamos ficar com essa intimidação do Ministro da Defesa, que fica mandando recado de que não vai haver eleição no ano que vem? Nós não vamos aceitar intimidação!

Portanto, Presidente Arthur Lira e Presidente Rodrigo Pacheco, tomem

uma atitude, como o TSE e o Supremo Tribunal fizeram ontem! O Brasil não merece esse tipo de coisa.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Documento 3/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:12
Publ.: DCD - 04/08/2021 - SILAS CÂMARA-REPUBLICANOS -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Visita do orador a Municípios no Estado do Amazonas. Apelo ao Governo Federal por liberação de recursos de emendas orçamentárias impositivas, destinadas à retomada de obras públicas nas áreas de saúde, educação e infraestrutura em pequenas municipalidades amazonenses.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a Deus a oportunidade de estarmos de volta, depois de um longo trabalho feito nesses poucos dias de recesso. Mais de 40 Municípios foram visitados no Estado do Amazonas, e pude conversar com a população.

Ver V.Exa. sentado nessa cadeira orgulha muito a mim, como alguém que milita a mesma fé e que acredita no Brasil da forma como V.Exa. acredita.

Eu ouvi da população, Sr. Presidente, o que é impressionante - e aqui fica um apelo ao Governo Federal -, que todas as obras do Governo Federal no interior do Estado do Amazonas estão paralisadas, tanto na área da saúde como na área da educação. E nós estamos vivendo um tempo de receitas bastante robustas e abundantes, em termos de recolhimento de impostos. Os cofres públicos não têm deficiência de recurso. O meu apelo é que o Governo Federal libere os recursos das emendas impositivas que vão para os pequenos Municípios e que os investimentos na área da saúde e da educação possam ser retomados, porque geram emprego e renda. E, quando prontos, geram dignidade para a população, principalmente a do meu Estado, que acaba de passar pela maior enchente de toda a história do Amazonas e pela pandemia da COVID-19, cujos números são visivelmente desiguais em relação a outros de qualquer parte do Brasil. Portanto, repassar os recursos das emendas e retomar as obras é, com certeza, uma iniciativa justa e boa, que trará prosperidade, postos de trabalho e bem-

estar social para todo o povo do Amazonas. É o que eu peço.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de imprensa da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

E peço ao Governo Federal que fique atento ao clamor do Amazonas por retomada das obras federais, seja na área da educação, da saúde, da infraestrutura, seja em qualquer outra área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inauguração, pelo Governador Rui Costa, da 20ª Policlínica do Estado da Bahia. Realização pelo Governo Estadual de maciços investimentos na área de saúde. Redução do número de contaminados e da ocupação de leitos de UTIs por pacientes da Covid-19 no País. Importância da vacinação para combate à crise sanitária. Quadro de fome, carístia e desemprego reinante no Brasil. Repúdio do povo brasileiro ao Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente. Boa tarde aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, a todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, eu quero saudar esta Câmara dos Deputados no seu retorno ao trabalho, após 15 dias de recesso parlamentar de intenso trabalho para a maioria de nós ou para todos nós.

Eu tive a oportunidade, neste período, de me reunir com lideranças políticas no meu Estado, de viajar para as cidades, de acompanhar a agenda do Governador Rui Costa. Logo no início deste período, ele inaugurou a 20ª Policlínica do Estado da Bahia. Tem como meta inaugurar, até o fim do seu mandato, pelo menos mais sete delas. É um extraordinário trabalho de descentralização dos serviços de saúde para atendimento de toda a população do Estado da Bahia. A Bahia é o Estado com maior investimento em saúde do Brasil, mesmo não sendo o maior orçamento deste País.

Sr. Presidente, este período de recesso parlamentar foi marcado também por duas questões. A primeira é a diminuição do grau de contaminação e diminuição da ocupação dos leitos de UTI por COVID-19. Isso confirma a premissa da ciência de que, vacinando, nós poderíamos superar a crise sanitária, embora esta ação tenha sido tão negligenciada pelo Governo atual, levando ao medo da nova possibilidade de enfrentamento de uma variante como a Delta.

Portanto, Sr. Presidente, cresce no povo brasileiro a esperança de reorganização da vida econômica, da vida política, da vida social.

E que Brasil nós encontramos neste período? Um Brasil ameaçado pela fome, onde a cesta básica do povo trabalhador cresceu muito. Cresceu enormemente o número de desempregados, de um povo trabalhador que enfrenta a fome e a miséria. A marca deste período, sem dúvida nenhuma, foi o repúdio do povo a este Governo, o Governo de Bolsonaro, que leva a fome e a miséria às portas da vida do povo trabalhador.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:52
Publ.: DCD - 04/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevado índice de óbitos registrado no País em decorrência da Covid-19, não obstante o avanço da vacinação contra a doença viral. Não recuperação da economia brasileira. Escalada do desemprego e da miséria no Brasil. Gestões insatisfatórias do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Distanciamento entre a pauta da Câmara dos Deputados e os anseios e necessidades da população brasileira. Reflexão do Poder Legislativo e de setores da sociedade brasileira sobre a situação por que passa o País.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Gilberto Nascimento. Cumprimento os colegas Parlamentares neste retorno do recesso.

Eu venho a esta tribuna em um momento muito complexo do nosso País. A vacinação avança, o número de mortes e de casos de COVID cai, mas ainda segue num patamar muito alto. A economia segue patinando, o desemprego continua galopante, a miséria cresce a olhos

vistos. Basta sair à rua para constatar o número enorme de pessoas em situação de rua.

Enquanto isso, não temos Governo. O Presidente da República segue vivendo em seu mundo delirante, onde a grande preocupação é o voto impresso, e inventando argumentos para justificar a sua iminente derrota em 2022, diante de tanta incompetência, incapacidade na gestão do País, agora também tendo revelados atos de corrupção pela CPI da COVID no Senado. E não aponta uma vírgula sequer sobre os problemas concretos da realidade brasileira, da situação do povo.

O Ministro Paulo Guedes, talvez o maior símbolo de como este Governo desconhece o Brasil, não tem vontade de mover uma palha para mudar alguma coisa na tragédia em que estamos. Prefere culpar o mensageiro que traz más notícias, atacando o trabalho sério do IBGE, em vez de propor soluções para a crise econômica e social.

Esta Câmara volta aos trabalhos e continua alheia ao fato de que o nosso povo está morrendo, seja de fome, seja pela COVID 19. Olho a pauta de votações e vejo uma profunda insensibilidade: privatização dos Correios, legalização da grilagem. E até o debate da aprovação indiscriminada de agrotóxicos que envenenam a população podem entrar na pauta! Que Brasil é este em que a base governista vive?

Eu convido todos ao diálogo e à reflexão sobre alguns setores que ainda não se renderam por completo aos delírios bolsonaristas. O que restará do País se continuarmos neste ritmo de dilapidação do Estado brasileiro, uma fórmula que não deu certo em nenhum lugar do mundo e só serve para enriquecer o bolso de alguns, em especial agora durante a pandemia, em que os mais ricos estão ficando cada vez mais ricos? Acredito na capacidade desta Câmara de acordar enquanto é tempo.

Peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos outros meios de comunicação da Casa, Presidente.

Obrigado.

Documento 6/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-15:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Convocação de atos antidemocráticos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Ameaças do Presidente da República às eleições brasileiras e à democracia. Quadro de fome e desemprego vigente no País. Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em atos de corrupção, demonstrado pela CPI da Covid. Investigação do Presidente da República pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Supremo Tribunal Federal. Repúdio à pauta elitista adotada pela Câmara dos Deputados. Anseio do povo brasileiro pela aprovação de proposições legislativas destinadas ao desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda. Imediata abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. É uma honra ocupar a tribuna na presença de V.Exa.

Eu peço que minhas palavras sejam divulgadas no nosso programa de rádio, Presidente.

Queria iniciar dizendo o seguinte: vivemos no Brasil um genocídio em plena pandemia. O Presidente vive convocando atos antidemocráticos. Agora, ele diz que, se não houver eleições como ele quer, não haverá eleições e ameaça a democracia no Brasil. As pautas obscurantistas viraram moda. Ele foi agora acusado e vai se transformar em réu por causa de *fake news* relativas às urnas eletrônicas.

Além disso, Presidente, a fome impera no Brasil. Em Mato Grosso, Estado da nossa Deputada Professora Rosa Neide, ela me contava que há fila de pessoas para ganhar osso, porque não conseguem comprar sequer ovo. O desemprego já atinge 15 milhões de pessoas.

Aqui na Câmara, nós temos 132 pedidos de *impeachment*. Há no Senado uma CPI que já demonstrou que o Presidente está envolvido inclusive em corrupção. Basta seguir o dinheiro para achar a "família" entregue à corrupção de vacina, que é agora trocada por propina.

Além da CPI no Senado, agora o Tribunal Superior Eleitoral está no encaixo do Presidente, assim como o Supremo Tribunal Federal.

Enquanto isso, aqui na Câmara, olhe a pauta que nós temos agora, Presidente! É lamentável! Aqui já foram aprovadas para os poderosos autonomia do Banco Central, PEC de ajuste fiscal, flexibilização de licenciamento ambiental para o agronegócio, privatização da ELETROBRAS para os amigos do rei. E agora estão na pauta: a privatização dos Correios; a reforma administrativa, para desmanche do serviço público; a reforma tributária regressiva; a minirreforma tributária, através de jabutis na Medida Provisória nº 1.045, de 2021; grilagem de terras; agrotóxicos. Essa é a pauta do Bolsonaro, do

Centrão e do mercado. Isso é o que nós vivemos, infelizmente, aqui na Câmara dos Deputados.

Durante o chamado recesso, quando estávamos na base escutando o nosso povo, o apelo que nós ouvíamos era exatamente o contrário: era o apelo para que votássemos projetos que gerem emprego, desenvolvimento, que façam o Brasil crescer, distribuir renda. Mas, quando se chega aqui, só há pauta negativa e antipovo.

Coloquem o *impeachment* para ser discutido. É o que pede o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 7/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-15:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise sanitária, desemprego e fome reinantes no Brasil. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho do Palácio do Planalto. Fidelidade do Presidente da Casa às determinações do Presidente da República. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de 15 dias de recesso, voltamos às atividades na Câmara Federal. E eu venho com muita esperança, esperança de que nós possamos cumprir o papel constitucional que assumimos ao fazer o juramento nesta Casa.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estamos vivendo um período em que a pandemia continua ceifando a vida das pessoas, mas em que a fome também está matando muita gente. A carestia no Brasil é do gás, é da carne, é do feijão, é da gasolina. Tudo está caro! E há 15 milhões de brasileiros desempregados, Sr. Presidente.

Por outro lado, dizem que vão apresentar um projeto de um Bolsa Família de 300 reais, mas nós precisamos de um auxílio emergencial

de, no mínimo, 600 reais para o povo brasileiro, que precisa de alimento para fazer a economia girar, para diminuir o seu sofrimento.

Mas qual é a pauta que está sendo discutida, Sr. Presidente? É a PEC 32, que acaba com o serviço público, acaba com as carreiras de Estado, acaba com as categorias que são fundamentais para o serviço público brasileiro. Nós não podemos ser um puxadinho do Planalto. Esta Casa não pode baixar a cabeça para o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro.

É preciso que o Presidente desta Casa tenha altivez, faça o mesmo que o Senado está fazendo. O Senado está cumprindo o seu papel, investigando, com transparência, fazendo com que valha a pena nós trabalharmos e atuarmos todos os dias na política. Mas o Presidente da Câmara segue as orientações de Bolsonaro.

Bolsonaro é um golpista, Bolsonaro é um genocida, Bolsonaro é um corrupto, Bolsonaro não gosta do Brasil, Bolsonaro odeia o povo brasileiro, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados não pode ser conivente com Bolsonaro.

A minha esperança é que o povo, que sempre está nas ruas lutando por seus direitos, possa pressionar esta Casa para nós discutirmos o *impeachment* de Bolsonaro, porque aí, sim, nós estaremos defendendo... *(Falha na transmissão.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado Valmir, o som de V.Exa. teve algum problema, e nós não estamos conseguindo ouvi-lo.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Agora estamos ouvindo. V.Exa. tem mais 30 segundos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - A minha esperança é grande, mas a minha esperança é no povo brasileiro, a minha esperança é nas organizações, que vão ter capacidade de pressionar os Parlamentares para que discutam o *impeachment* de Bolsonaro. Essa é a minha esperança, e eu sei que é a esperança da maioria do povo brasileiro.

Documento 8/201

60.2021.B

Sessão Outro Evento

03/08/2021-15:44

Publ.: DCD - 04/08/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ameaça do Presidente Jair Bolsonaro à democracia, demonstrada no pretendido impedimento à realização das eleições de 2022. Falta de compostura do Presidente da República, revelada nas agressões verbais a magistrado pelo não acatamento da tese do voto impresso. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro no debate artificioso do voto auditável, em detrimento da discussão de ações de combate à fome, ao desemprego, à inflação, à carístia, à corrupção, à violência e à desagregação social, bem como de medidas de celeridade no processo de vacinação contra a Covid-19 e de amparo à juventude brasileira.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tenhamos um semestre produtivo, com muito trabalho e muita saúde para todos nós.

Sr. Presidente, o Presidente da República, na minha avaliação, incorre em grave violação às leis quando ameaça abertamente impedir o direito ao voto se não for aprovado um projeto de seu interesse.

Trata-se de uma agressão contundente à democracia o uso da ameaça como arma política. Significa romper o equilíbrio entre os Poderes. A harmonia e a independência entre os Poderes se quebram quando um deles se arroga no direito de se sobrepor aos outros, valendo-se de golpes baixos, incompatíveis com o respeito e a urbanidade no trato pessoal e institucional.

O Sr. Presidente Jair Bolsonaro está contribuindo para erodir, desconstruir a estrutura sobre a qual se assenta a nossa democracia.

Ao enxovalhar, por exemplo, a honra de um Ministro do Poder Judiciário, chamando-o de idiota e imbecil pelo fato de este não acatar a sua tese do voto impresso, Bolsonaro inaugura uma espécie de valeduto na relação entre autoridades que só interessa a quem não preza e estima o valor da nossa democracia. Não há quem se intimide com esta postura truculenta de Bolsonaro. O Poder Judiciário, é certo, não se dobrará, não se curvará ante os gestos autoritários de quem está revelando má formação política e deficiência na sua vocação para o ambiente democrático.

Sr. Presidente, observe que, enquanto Bolsonaro eleva o tom, os problemas reais do Brasil real só crescem: a fome, o desemprego, a inflação, a carestia, a falta de perspectiva para os jovens, o atraso na vacinação, a corrupção, a violência, a desagregação social. O Governo Bolsonaro insiste nesse artificioso debate do voto impresso, para que a agenda política não paute o que está malferindo, de fato, a população brasileira. Onde, afinal, estaria o ponto de pertinência deste tema voto

impresso se o próprio Presidente Bolsonaro reconhece que não tem provas de sua vulnerabilidade?

Então, ao transformar o debate político em um duelo fratricida entre nós brasileiros, Bolsonaro se associa aos piores exemplos de comportamento político. Se ele tem medo de Lula não é porque Lula está forte, é porque o seu Governo é fraco e não tem nada a apresentar à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 9/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-15:52
Publ.: DCD - 04/08/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manipulação de pesquisas eleitorais a favor do candidato da Esquerda à sucessão presidencial. Inocuidade da CPI da Covid. Inexistência de clima político para abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à tentativa de inelegibilidade do Presidente da República.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, desta tribuna, eu me dirijo à Nação para fazer um alerta. Se tivessem a certeza de que o que dizem as pesquisas é verdade, vocês acham que eles estariam preocupados com o Bolsonaro? Ora, eles vão ganhar em 2022! Algumas pesquisas indicam que eles ganham no primeiro turno! Por que se preocupar com um cão morto como Bolsonaro?

Eu vou dizer por quê. Porque a manipulação que eles fazem das pesquisas, a manipulação que eles fazem da informação tem prazo de validade, e as ruas comprovam que o que eles mostram através dos grupos de comunicação que os querem de volta não é verdade. O povo foi para as ruas sem mortadela, sem crachá, sem pagamento; o povo foi para as ruas pedindo voto auditável, e a imprensa simplesmente - e covardemente - fingiu que nada aconteceu. Eles sabem que a CPI não vai dar em nada. Eles sabem que não há clima para *impeachment* de Bolsonaro aqui dentro desta Casa. Agora eles aparelham o TSE para tentar tornar o Presidente da República inelegível! Querem vencer o

Bolsonaro no W.O., porque sabem que na urna vai ficar difícil encarar!

Estão dizendo que o Bolsonaro é um promotor da guerra e que o Brasil precisa de paz. Mas, se vocês querem paz aqui no Brasil, a paz no Brasil custa isto aqui. Querem paz? Querem paz? É preciso isto aqui! (*Exibe dinheiro.*)

Basta Bolsonaro abrir o cofre. Basta Bolsonaro voltar a alimentar os patifes da corrupção e, então, haverá paz. A paz nesta Nação tem preço, e o preço é a miséria; o preço são as estatais sendo loteadas por esses bandidos e vagabundos; o preço é alimentar a corja que vai do Poder Judiciário ao Poder Legislativo.

Mas o povo brasileiro está atento. Não vamos recuar. Estamos do lado de Bolsonaro.

Documento 10/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-16:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação a pronunciamento do Deputado Arlindo Chinaglia. Solidariedade ao Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa do Presidente Luís Roberto Barroso, diante da tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de desqualificação das urnas eletrônicas. Relevância dos trabalhos desenvolvidos pela CPI da Covid. Ataques de comandantes militares à democracia brasileira. Protesto contra a decisão do Presidente Arthur Lira de não votação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, e de inclusão na pauta da proposta de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Elogio ao jovem Tomás Covas pela reação contra o ataque do Presidente da República à memória do seu pai, ex-Prefeito Bruno Covas, do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Gilberto. Queria cumprimentar V.Exa.

Em primeiro lugar, queria subscrever *in totum* a fala do Deputado Arlindo Chinaglia, que é fundamental.

O eixo central desta Casa, na minha visão, é a defesa da democracia e, neste momento, presto total solidariedade ao Supremo Tribunal Federal e, principalmente, ao Tribunal Superior Eleitoral, na figura do

Ministro Barroso, que está sendo atacado de forma vil - de forma vill! Mas o ataque não é de ordem pessoal; o ataque é ao Estado Democrático. Alguns (*falha na transmissão*) tentam fazer movimento no sentido de desqualificar a urna eletrônica - Bolsonaro mesmo, que foi eleito através desse procedimento e nunca questionou. O que ele quer é o caos, o conflito. Portanto, deixo a minha solidariedade ao Poder Judiciário.

Outra questão fundamental é prestar solidariedade à CPI do Senado, que está cumprindo um papel fundamental e desmascarando as quadrilhas instaladas no Ministério da Saúde. Eu estou falando de quadrilhas ligadas ao Líder do Governo, representado naquele momento pelo Centrão, por uma parte de segmentos neopentecostais que estão instalados naquele Ministério e por uma parcela considerável de militares corruptos que estão envolvidos no processo e que a CPI vem desmascarando.

Assim como o Deputado Arlindo, lamento a postura de alguns militares que estão no comando que faz o ataque e a ameaça à democracia e, depois, amarelam, como amarelou o General Heleno, que cantava música contra o Centrão e, agora, repensa o posicionamento.

Lamento também a postura do Presidente da Câmara, que deveria estar sintonizado com a sociedade, colocando o impedimento na Ordem do Dia, e não a privatização dos Correios, Sr. Presidente Gilberto Nascimento.

Sr. Presidente, peço só mais 1 minuto para que eu possa concluir, por gentileza.

Nessa linha, Sr. Presidente, essa pauta dos Correios não poderia ser incluída, porque é uma pauta lesa-pátria. E quem está dando resposta para o Brasil, de forma corajosa, é um adolescente que defende seu pai, que já está morto. Eu estou falando do Tomás Covas, filho do Bruno Covas, que consegue dizer com toda a força: "*Bolsonaro, você é um covarde!*"

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse divulgado em todos os meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Sumário

Posicionamento do orador contrário à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição pela Casa de proposições destinadas à retirada de direitos dos povos indígenas. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Luta do orador contra o corte de recursos orçamentários destinados à área social. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Reajuste abusivo nos preços do gás de cozinha. Lentidão do processo de vacinação contra a Covid-19 no País. Escândalo de corrupção na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde, revelado pela CPI da Covid. Empenho na instalação de usinas de oxigênio nas redes hospitalares; no pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores da saúde; no pagamento do piso salarial aos profissionais da enfermagem; e na aprovação de legislação de amparo aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de mudança do sistema eletrônico de votação.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Queria saudar todos os colegas Parlamentares pelo retorno aos trabalhos legislativos. Retornamos para enfrentar os retrocessos que estão em andamento no Brasil, com os projetos que estão na Câmara dos Deputados.

Vamos continuar a luta contra a privatização dos Correios. É um absurdo o Governo insistir em entregar este patrimônio da história da luta da economia do Brasil.

Temos que continuar lutando contra as ameaças que atingem os indígenas, contra os projetos que estão nesta Casa que ameaçam as terras indígenas.

Há a luta contra a reforma administrativa, porque, na verdade, é uma reforma que vai prejudicar os funcionários públicos e vai precarizar mais ainda o serviço público, quando deveríamos estar fortalecendo e ampliando os serviços, ainda mais agora no período da pandemia.

Também vamos lutar contra o corte de recursos da educação, de moradia, de saneamento e da assistência social, como estamos vendo em uma sequência, nestes últimos 2 anos, 3 anos, no Brasil.

Quero também dizer que os dados mostram a volta da fome no Brasil, o aumento do desemprego. Há 19 milhões de pessoas passando fome, segundo o IBGE. Foi anunciado que há 14 milhões e 800 mil pessoas sem emprego, que muitas estão na informalidade, sem amparo. Há muitas pessoas nas filas para receber doações de ossos para se alimentar. O gás de cozinha está tão caro, e não para de aumentar seu

preço, que já há pessoas voltando a cozinhar em fogão à lenha, porque não têm recursos para garantir a compra do gás de cozinha.

Esse é o Governo Bolsonaro.

A vacinação está lenta. Temos 20% apenas de vacinação da segunda dose. A CPI está mostrando o escândalo da compra das vacinas, os esquemas dentro do Governo, a corrupção, o superfaturamento, as propinas. E há mais de 550 mil mortos, por conta desses esquemas da vacina. Isso tem que ser apurado e tem que haver responsabilização em relação a isso.

Nós também vamos lutar pelo projeto de instalação de usina de oxigênio nos hospitais, pelo pagamento de adicional de insalubridade para os trabalhadores da saúde, pelo piso salarial da enfermagem, pela legislação que ampare os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, categorias importantes nesse momento para enfrentar não só a pandemia, mas também outras doenças.

É o momento também de questionarmos o Parlamento, a Câmara, que apoia esses projetos de retrocesso. É lamentável que o Governo continue permanentemente tentando mudar o foco das questões. Essa discussão sobre o sistema de votação é uma forma de fugir das responsabilidades que o Governo tem com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 12/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-16:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Fracasso do Governo Jair Bolsonaro. Atuação desastrosa do Presidente da República. Cumplicidade de membros do Congresso Nacional com o Governo Federal.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa manifestação de hoje é mais um pedido. Pedimos a esse Governo que tome pé, se é que ainda pode, de pelo menos um mínimo de sensatez perante tanta morte e tanta falta de compromisso. Esse Governo tem 2 anos e 7 meses. O

que ele entregou ao nosso povo? Entregou o desemprego, a volta da fome. O nosso País é viável, é rico. Recentemente, nós passamos anos em pleno emprego. Nós vencemos a fome e a dívida externa. Nós levamos aos quatro rincões deste País desenvolvimento e esperança. E agora o País, que já foi a sexta maior economia, talvez seja hoje a 14ª ou a 15ª.

O que nós estamos vendo todos os dias são recordes de trabalhadores desempregados, desalentados. A fome traz a amostra maior de uma tragédia. Há fila de pessoas pegando ossos e sobras de carne para levar para casa e fazer uma sopa, para tirar o tutano, para ter o mínimo de proteína, porque nem ovo pode comprar. O preço dos combustíveis transforma os gêneros de primeira necessidade em algo que não pode comprar a maior parte das pessoas. A renda do trabalho está diminuindo. A COVID-19 já matou quase 600 mil brasileiros. Certamente, mais da metade não teria morrido se esse Presidente genocida cumprisse o papel mínimo de ter responsabilidade com o seu povo.

O que nós estamos vendo é que, hoje em dia, o ataque à democracia significa o desespero de um Presidente que reconhece o seu fracasso. É um Presidente que só traz destruição, que não traz alento, que está completamente fragilizado, isolado e dependendo de uma parte retrógrada que lhe dá um apoio comprado na Câmara dos Deputados.

É outra vergonha nacional a cumplicidade fisiológica conservadora de parte do Congresso Nacional. O Governo comprou apoio no Congresso, mas não tem a necessária governabilidade para conduzir nem sequer o seu desgoverno.

Bolsonaro hoje é refém dos setores mais atrasados do Legislativo e deixará um legado de profundo retrocesso civilizatório em nosso País.

Felizmente, nossa população jamais seria cúmplice de um ditador genocida.

Documento 13/201

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-16:24
Publ.: DCD - 04/08/2021 - PAULO PIMENTA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Tribunal Superior Eleitoral de abertura de processo investigatório de eventuais crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Pedido ao Supremo Tribunal Federal, pela Corte Eleitoral, de inclusão do Presidente da República no inquérito relativo à disseminação de fake news. Atuação desastrosa do Presidente da República. Prática do crime de genocídio, envolvimento com milícias e organizações criminosas pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aqui manifestar a importância da decisão adotada ontem no Tribunal Superior Eleitoral de abrir uma investigação sobre os eventuais crimes cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal para que ele seja investigado também no inquérito da propagação das *fake news* e do esquema criminoso que age no Brasil para enfraquecer a democracia, que atenta contra o Estado Democrático de Direito, que afronta a Constituição.

Esse cidadão envergonha o País. E, cada vez que as pesquisas mostram que o seu apoio está derretendo, mais falastrão, mais violento, mais sem sentido fica o seu discurso. Bolsonaro está abaixo da Constituição. Bolsonaro não controla o processo eleitoral no Brasil. Bolsonaro sabe que será derrotado na urna. E mais do que isso: pela quantidade de crimes que o envolvem, bem como a sua trajetória e a sua família, Bolsonaro sabe que o seu futuro é Bangu 8. Bolsonaro não só será afastado da vida política, não só entrará para a história pela porta dos fundos, não só estará no lixo da história, como também vai responder pelos crimes que cometeu.

O genocídio durante a pandemia, as relações com a milícia e o crime organizado, os atos organizados e financiados com o dinheiro público contra a democracia e contra a Constituição não podem, neste momento, permitir o silêncio de ninguém. O silêncio, neste momento, é sinônimo de cumplicidade. Bolsonaro é um criminoso, deve ser tratado como criminoso, deve responder pelos crimes que cometeu. E os seus aliados, junto com ele, devem responder no momento adequado pelo malefício que ele faz para a democracia e para o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, em alto e bom som esta Casa precisa dizer: *"Cale-se, Bolsonaro! Você envergonha este País. A democracia e a Constituição são muito maiores do que você, Bolsonaro. Seu lugar é no lixo da história. E você será investigado, condenado e vai pagar em Bangu 8 por todos os crimes que cometeu"*.

Sumário

Realização da campanha Agosto Lilás, destinada ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Transcurso do 15º aniversário de criação da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher. Elevados índices de violência contra a mulher no País e no mundo. Escalada da violência contra a mulher brasileira durante a epidemia de coronavírus, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Necessidade de instalação de casas-abrigo e de passagem, bem como de ampliação do número de delegacias da mulher e de varas especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência no País.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas aqui presentes.

Iniciamos o Agosto Lilás, mês de conscientização sobre a violência contra a mulher. Estamos nos aproximando do dia 7 de agosto, dia em que a Lei Maria da Penha completa 15 anos. São 15 anos de uma legislação específica de combate à violência contra a mulher. Mas os números mostram a triste realidade de quem todos os dias enfrenta o assédio, a ameaça e até mesmo a morte, pelo simples fato de ser mulher.

São alarmantes os indicadores de violência contra as mulheres no Brasil e no mundo. Em nosso País, em 2020, a cada minuto, oito mulheres foram agredidas. Pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que ao menos 17 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia da COVID-19. O percentual de mulheres agredidas em 2020 indica que uma em cada quatro mulheres com idade acima de 16 anos foi atacada fisicamente, psicologicamente ou sexualmente no primeiro ano da crise sanitária. A situação se agravou pela dificuldade de denúncias presenciais, o que impacta também nos registros e notificações de ocorrências.

A violência contra a mulher não se restringe a atos de violência física ou sexual e pode se manifestar na forma de violência verbal, emocional ou psicológica, moral, institucional, política e até financeira ou patrimonial.

Com esta fala finalizo a minha participação na sessão de hoje, dizendo para todos e para todas que precisamos fazer mais. Precisamos fazer

com que a Lei Maria da Penha, que, no dia 7 de agosto, completa 15 anos, avance mais. Nós precisamos de casas-abrigo, de casas de passagem e de mais delegacias. Imaginem V.Exas. que, no Brasil, temos só 381 delegacias especializadas, nem todas especializadas no atendimento à mulher. E há apenas 139 varas especializadas para casos de violência contra as mulheres no Poder Judiciário. Precisamos mudar essa realidade.

Nesta Casa, Sr. Presidente, nobres Deputados, nós podemos fazer a diferença. Vamos mudar essa realidade do nosso País.

Peço ao Sr. Presidente que divulgue no programa *A Voz do Brasil* esta minha fala.

Muito obrigada.

Documento 15/201

80.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2021-18:48
Publ.: DCD 04/08/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos contra esta matéria e já colocamos aqui os argumentos no debate, na discussão anterior. Achamos que este é um passo atrás que nós estamos dando, e num momento totalmente inoportuno.

A população continua enfrentando a pandemia, por conta da qual nós já estamos caminhando para 600 mil pessoas mortas. E o Governo brasileiro e o Congresso Nacional, em vez de se concentrarem nos problemas efetivos da população, que neste momento sofre bastante em razão do desemprego, da fome, de todas as dificuldades em relação à economia, com a carestia, com a inflação, que voltou com toda a intensidade...

Cadê o Governo para cuidar da economia nacional? Nós estamos vendo aí o preço do arroz, do feijão, do gás de cozinha, da gasolina.

Tudo está nas alturas. E, em vez de se enfrentar esse problema, os problemas efetivos da população brasileira, traz-se para a pauta desta Casa um projeto que garante a regularização fundiária não para quem precisa da terra, mas para aqueles que já são os mais agraciados da economia nacional, sobretudo no campo, porque esta proposta vai favorecer a regularização de terras até seis módulos.

Seis módulos, por exemplo, no Maranhão, que é a minha terra, chegam a 480 hectares. Quem é que possui 480 hectares? Não é o povo trabalhador, não é o trabalhador e a trabalhadora rural, não é o quilombola, não são os povos tradicionais, não são os povos indígenas. Não se trata disso aqui. Está se tratando aqui é de uma forma, de um jeitinho que se deu de colocar a mão grande naquilo que é o patrimônio da Nação, nas terras públicas, nas terras do INCRA.

Aliás, o INCRA está desmantelado, totalmente sucateado, não consegue atender a necessidade da população que realmente precisa da terra e precisa do título das suas terras para poder fazer o desenvolvimento rural avançar em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, nós não podemos concordar com esse ponto de vista, com este projeto que está aqui. O que nós temos que fazer hoje aqui é enterrar de vez este projeto e garantir que a população brasileira seja respeitada na sua dignidade, naquilo que realmente é necessário para o desenvolvimento do País: uma reforma agrária decente, que atenda o nosso povo em todos os cantos do Brasil, principalmente na Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 16/201

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -03/08/2021- CD	21:28
Publ.: DCD - 04/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Atribuição ao Governo Jair Bolsonaro da responsabilidade pela morte de 557 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas, revelado pela CPI da Covid. Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de imunizantes e nas chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de funcionários e assessores. Acusação contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de prevaricação, genocídio, corrupção e mentiras. Inconsistência da suspeição da segurança das urnas eletrônicas pelo Chefe da

Nação. Repúdio à ameaça do Presidente Jair Bolsonaro à realização das eleições de 2022, no caso de rejeição da proposta de retomada do voto impresso. Abertura, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de processo de investigação do Presidente da República. Fracasso do estabelecimento do teto de gastos e da privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, como instrumentos de crescimento econômico e geração de novos empregos. Reajuste nos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Quadro de fome reinante no País. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de retomada ao auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, o Brasil está acompanhando o desastre que é o Governo Bolsonaro. A CPI no Senado está confirmando o que todos nós vínhamos dizendo: que o Governo patrocinou a morte de milhares de pessoas. Foram 557 mil pessoas mortas no País, um verdadeiro genocídio.

A CPI está vendo de perto que, de fato, o Governo Bolsonaro, e mais diretamente o Presidente Bolsonaro, era contra, por exemplo, as vacinas. Ele era contra todas as vacinas que vinham para o Instituto Butantan ou para a FIOCRUZ. Porém, em algumas situações, ele se envolveu para que viessem vacinas para o Brasil, como naquelas em que havia uma empresa intermediária, para poder negociar propina, com superfaturamento e corrupção.

Temos agora, na apuração que a CPI está fazendo no Senado, amostras e provas de genocídio - portanto, a política do Presidente da República é genocida -, e, ao mesmo tempo, de um Presidente corrupto. Essa corrupção já estava presente nos milhões que foram abocanhados com as rachadinhas pelos filhos, pela família dele. Ao mesmo tempo, quando um colega nosso Deputado foi ao Presidente e lhe disse que havia superfaturamento envolvendo as vacinas, havia propina na compra de vacinas, havia corrupção, ele disse: *"Bom, isso deve ser problema do Líder do meu Governo na Câmara dos Deputados"*. Ele disse isso. E foi um Deputado bolsonarista que fez esse depoimento na CPI.

O Presidente sabia que havia corrupção, mas nada fez. Portanto, prevaricou. E a questão está em grande debate hoje, inclusive com audiências e várias apurações, na CPI no Senado da República. Temos a seguinte situação: um Presidente genocida e com corrupção no Governo. E o fato que ocorreu ontem, com repercussão em toda a imprensa hoje no País, revela que ele, além de genocida e corrupto, é mentiroso. Houve confusão, mentiras e uso de *fake*, principalmente para questionar as instituições, as entidades democráticas da

sociedade brasileira e, principalmente, o sistema eleitoral, ao tratar da urna eletrônica, ao dizer que teria provas que houve fraude, mas em nenhum momento ele apresentou provas de que houve essa fraude. De tal modo, ele colocou perante a sociedade suspeição sobre o processo eleitoral do País. E fez uma ameaça à democracia do Brasil: se não houver o voto impresso, não haverá eleições no ano que vem.

Mas quem é Bolsonaro para dizer se vai ter ou não eleição? Ele foi eleito para ser Presidente por 4 anos. Mas, ao fazer esse questionamento - e é este exatamente o conceito de quem tem atitudes ditatoriais: gerar confusão permanente na sociedade, questionar as instituições, colocar sob suspeita o processo eleitoral e a urna eletrônica -, ele quer impor o seu Governo e fazer com que as pessoas façam um debate para não fazer o real debate que está presente na sociedade brasileira, que são as rachadinhas, que é o genocídio, que é a corrupção, que é a fome, que é o povo buscando osso em açougue por não conseguir mais comprar carne para fazer o seu churrasquinho.

Com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que abriu um processo de investigação, deu-se um prazo ao Presidente: "*Se há fraude, traga as provas*". E ele não as trouxe, porque elas não existem. Portanto, é *fake*; portanto, é mentira. Então, nós estamos perante a situação de um Presidente genocida, corrupto e mentiroso. E é a isso que ele vai ter que responder.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero falar com esta Casa. Esta Casa está votando pautas propostas por este Governo com essas características. E a mentira dele na questão do voto impresso em relação à urna eletrônica é a mesma mentira apresentada aqui, reiteradamente, nas votações. "*Precisamos votar o teto de gastos, porque daí vai gerar emprego, a economia vai crescer*." Já se votou o teto de gastos, e a economia não cresceu nem gerou emprego. "*Precisamos fazer o PPI*", que é o Preço de Paridade de Importação da PETROBRAS. "*Precisamos desmontar a PETROBRAS, diminuir as nossas refinarias*." Está sendo feito o processo de privatização nas refinarias. Nisso estaria, inclusive, a troca do Presidente da PETROBRAS.

Foi dito aqui, por vários Líderes do Governo, que o preço do *diesel*, que o preço da gasolina, que o preço do gás iria baixar. Estão vendendo e entregando a PETROBRAS, e mentiram para a população brasileira. O preço do *diesel* não aumentou para o agricultor? O preço do *diesel* não aumentou para o caminhoneiro, que está começando a fazer suas manifestações?

O preço da gasolina não aumentou? Já está em 6 reais em alguns lugares. Eu nem falo do gás de cozinha. Na eleição, ele prometeu que custaria 35 reais. Sim! Quem trabalhou para eleger Bolsonaro acreditou

na mentira de que o botijão de gás custaria 35 reais. Custa, em alguns lugares, 100 reais.

Mentiram para a população brasileira, enganaram o povo. Disseram que, se a ELETROBRAS fosse vendida, o valor da energia mudaria para as pessoas. Bom, está aumentando o preço da energia, já estamos com bandeira vermelha, corremos o risco de um blecaute lá na frente, e a ELETROBRAS, vendida. É uma ilusão para o povo brasileiro. Mentiu-se para o povo brasileiro.

Eu poderia falar da reforma da Previdência, quando também foi dito que iria gerar emprego e desenvolvimento. Poderia falar de tantas outras reformas e de tantas outras medidas, ou, então, do que está para ser votado nos próximos dias. Dizem que se venderem os Correios vai melhorar a situação. Privatizar os Correios significa aumento do custo das encomendas para quem paga; significa, em alguns lugares do País onde atualmente estão os Correios - entidade mais histórica que nós temos no Brasil -, que talvez ali não chegue uma encomenda, um pedido. Ou aqui nós colocaremos outras votações que são enganações para a população, porque tudo o que é prometido não acontece.

Não queremos ficar com a mentira, nós queremos a verdade, e a verdade é que o povo está morrendo porque faltou vacina. Agora que o povo está sendo vacinado, os índices estão diminuindo. Ainda há mortes, infelizmente, mas tantas outras nós poderíamos ter evitado.

Eu quero falar da verdade. Eu quero falar da verdade de um povo que está passando fome, uma notícia horrível para o Brasil. O Governo de Lula e Dilma tiraram o Brasil do mapa da fome, e agora pessoas fazem fila para pegar osso no açougue, enquanto há superfaturamento de filé-mignon e de picanha em licitações do Governo.

Eu quero ficar com a verdade. Privatizações fazem mal para o Brasil. E a pauta que este Governo apresenta tem estas características: genocídio, corrupção e mentira. Mas eu quero a verdade. Eu quero votar nesta Casa a abertura do processo de *impeachment*, porque crimes não faltam. Já são mais de 120 pedidos de *impeachment*. Aqui, há um superpedido de *impeachment* baseado em crimes cometidos pelo Governo.

Eu quero falar da verdade, da necessidade de um auxílio emergencial, não de 150 reais, mas de 600 reais para a população brasileira, para sairmos desse fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Eu não quero a mentira, eu quero a verdade. São esses os projetos que nós temos que votar.

61.2021.B Sessão Outro Evento 04/08/2021-12:56

Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descompasso entre a pauta do Poder Legislativo e as necessidades do povo brasileiro. Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 1.042, de 2021, sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Incompetência, omissão e irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa manifestação de hoje leva em consideração a pauta que nós temos encontrado aqui no Parlamento. Nós estamos em plena pandemia e assistimos a uma pauta destrutiva, que não responde, não dá o caminho para nos livrar do desemprego, o caminho para nos livrar da fome e da falta de credibilidade de um Governo meramente reativo.

E essas reformas que têm vindo em tempo de pandemia estão destruindo o estado de bem-estar social, destruindo a democracia e retirando, inclusive, do Parlamento suas prerrogativas.

Esse é o caso da Medida Provisória nº 1.042, que, por meio de normas infralegais, eleva por demais os poderes do Presidente, que passa a não depender do Legislativo, tanto da Câmara quanto do Senado, para poder manobrar cargos e comissões na estrutura do Governo, dizendo que quer modernizar o Estado brasileiro. Talvez ele queira modernizar como modernizaram a Previdência, modernizar como modernizaram as relações do mundo do trabalho, retirando benefícios, retirando renda do mundo do trabalho.

Esse é um Governo, como eu disse há pouco, reativo, que não apresentou, depois de 2 anos e 7 meses, um plano de Governo, algo efetivo, que retirasse o nosso País do que está acontecendo do ponto de vista da pandemia. É uma vergonha internacional uma campanha de vacinação que se arrasta e um Presidente irresponsável, incompetente, omisso, que não comprou as vacinas que foram oferecidas em tempo. E o Brasil hoje está testemunhando quase 60 mil mortes. Se a vacina estivesse no seu tempo, provavelmente metade dessas pessoas estaria conosco.

Este é o momento de o genocida pagar pelos seus erros, por sua

incompetência e pelos seus ataques e arroubos autoritários.

Fora, Bolsonaro!

Documento 18/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:20
Publ.: DCD - 05/08/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na aprovação da proposta de retomada do voto impresso nas eleições de 2022, em detrimento das ações de combate à crise socioeconômica brasileira. Segurança das urnas eletrônicas de votação. Necessidade da geração de novos postos de trabalho no País e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, agradeço muito pela oportunidade. Eu estava na Comissão de Direitos Humanos, chegou a minha vez de falar aqui, e eu estava ainda fazendo um pronunciamento lá.

Saúdo todos os Parlamentares presentes - estou vendo nossa Deputada Benedita da Silva, o Deputado Célio Moura e a Deputada Marília Arraes presentes aqui no plenário - e todos os que nos acompanham pelo sistema híbrido de votações da Câmara Federal.

Eu quero, nesta oportunidade, manifestar minha preocupação. O Brasil está vivendo uma crise econômica muito grande, o que faz crescer a crise social. São 15 milhões de desempregados, mais 7 ou 8 milhões de desalentados. Mais de 557 mil pessoas já morreram por causa da falta da vacina e da inoperância do Governo Federal. Há muitos problemas de toda ordem, aumento nos preços, e o Governo Federal está transformando o Brasil num espaço de debate sobre voto impresso ou urna eletrônica. É absurdo o que o Governo faz. É de grande insensibilidade. É uma prática genocida que vira as costas para o povo brasileiro.

As urnas eletrônicas são modelo para o mundo; são auditáveis. Elas não são conectadas à Internet. Portanto, não há possibilidade de "hackear" uma urna eletrônica, como têm defendido os apoiadores do Presidente da República. Eu não ouço o Presidente da República falar em geração de emprego. Eu o ouço falar em vacina quando o tema é

propina e superfaturamento.

É lamentável que nós estejamos em um momento tão grave, e o Presidente da República use o seu tempo para juntar os apoiadores para passear de motocicleta nos fins de semana e transformar... Inclusive, agora os apoiadores do Presidente ligam para os nossos celulares para exigir que nós votemos a favor de voto impresso. Isso é absurdo! O Presidente da República deveria gastar a sua energia e o seu tempo para gerar emprego para o nosso povo, para colocar a vacina nas unidade de saúde deste País.

O Sistema Único de Saúde do nosso País é um exemplo para o mundo. Nós temos expertise em vacinação. Mas o Presidente usa o seu precioso tempo para insuflar a sua base e os seus apoiadores com temas que não interessam ao povo brasileiro. Aliás, diga-se de passagem, ele quer o voto impresso para tumultuar o processo eleitoral no Brasil, como aconteceu nos Estados Unidos.

Nós queremos eleições limpas, queremos eleições democráticas, queremos vacina e queremos emprego para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Espero que o povo brasileiro entenda - entenda! - que o que nós estamos vivendo no nosso País é uma tentativa de tirar do centro do debate os principais problemas. Eu queria estar recebendo telefonemas da base do Presidente com pedidos de geração de emprego, de mais vacinas e de melhorias para a vida do nosso povo.

Muito obrigado.

Documento 19/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:24
Publ.: DCD - 05/08/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência das argumentações do Ministro das Comunicações, Fábio Faria; do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a favor da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrariedade à adoção do voto impresso nas eleições brasileiras. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de medidas em prol da segurança alimentar, do emprego e da saúde do povo brasileiro. Celeridade no processo de vacinação contra a Covid-19 no País. Homenagem póstuma ao ex-Ministro da

Cultura, Francisco Weffort.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, está mentindo para o povo brasileiro quando diz que é necessária a privatização dos Correios e que, com ela, a empresa vai ganhar mais eficiência. Ele disse inclusive que vai haver agilidade e pontualidade.

Agora, imaginem! A privatização dos Correios vai trazer mais desemprego, vai trazer um serviço postal muito mais caro e não vai chegar aonde os Correios têm chegado. Acham que a iniciativa privada neste caso vai fazer isso? Não vai mesmo!

E juntam-se o Bolsonaro e o Paulo Guedes e continuam a mentir, dizendo que, se não se privatizarem os Correios, vai ser um caos na economia brasileira. Ora, gente, que coisa é essa? Que caos que vai ser? Já está um caos porque eles estão fazendo esse caos. O que eles estão fazendo é utilizar o dinheiro público para propagar mentiras e entregar e vender o patrimônio brasileiro. É isso que está acontecendo.

A outra questão que nós estamos aqui a denunciar o tempo inteiro é essa história de voto impresso. Que interesse é esse no voto impresso? Minha gente, eu conheço esse modelo. Nós temos hoje o mais moderno e seguro. Que insistência é essa nesse tipo de voto? Eles querem é colocar a cédula na mão de cada um, como fazem. Na mesa, as cédulas somem, e o eleitor já sai de casa com o voto. Assim, vão saber se as pessoas votaram ou não votaram neles. Isso é coisa de coronelismo antigo neste País. Através da urna eletrônica, nós acabamos com isso.

É preciso que esse Governo tome juízo e faça com que a população brasileira passe a ter segurança alimentar, não fique sem emprego, não fique sem saúde.

Mais vacina! Acelerem essa vacina! Vacina no braço, comida no prato. É isso que nós queremos desse Governo, e não que ele faça o que está fazendo com a população brasileira.

O Ministro das Comunicações mente junto com Paulo Guedes e com outros integrantes Governo Federal.

Sr. Presidente, neste momento, quero externar os meus sentimentos aos familiares, amigos e amigas de Francisco Weffort, que nos deixou no último domingo aos 84 anos de idade.

Francisco Weffort foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Doutor em Ciências Sociais pela USP, foi também Ministro da Cultura do Governo Fernando Henrique, quando implantou a Lei do Audiovisual.

Quero externar os meus sentimentos aos seus familiares por um motivo importante e sério: reconhecer um brasileiro, não só em vida, como também na morte, pelos feitos que deixou. E o audiovisual é uma das marcas dele.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada.

Documento 20/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:32
Publ.: DCD - 05/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anseio do povo brasileiro pela vacinação e geração de novos empregos; por melhoria salarial e proteção do meio ambiente. Segurança do sistema eleitoral brasileiro. Contrariedade à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Suspeição do sistema eleitoral pelo Presidente Jair Bolsonaro, como manobra para desestruturação da democracia. Acerto da abertura, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de processo administrativo contra o Presidente Jair Bolsonaro. Inclusão, pelo Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República no chamado inquérito das fake news. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura do processo de impeachment contra o mandatário do País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, eu quero responder, Deputada Professora Rosa Neide, ao colega que me antecedeu, o Deputado Coronel Tadeu.

O povo brasileiro quer, sim, emprego; quer, sim, um Governo decente; precisa de vacinas; quer um Governo que proteja o meio ambiente do País, Deputado Nilto Tatto; quer um Governo que garanta salários melhores. Mas o povo brasileiro já tem um sistema eleitoral extremamente seguro. O povo brasileiro já tem, Deputado João Daniel, um sistema eleitoral que elegeu diferentes Presidentes e que é totalmente auditável. Pode, inclusive, ampliar as auditorias sobre esse

sistema eletrônico e digital.

O povo brasileiro, infelizmente, já sofreu com muita fraude eleitoral no tempo em que o voto era impresso - aí, sim, existia muita fraude eleitoral -, e as fraudes foram progressivamente diminuindo e sendo combatidas com o nosso sistema eletrônico.

Mas Bolsonaro não está fazendo um debate técnico sobre a segurança da urna eletrônica. Bolsonaro está construindo um debate político. Ele procura incutir numa parte da população brasileira a desconfiança contra o processo eleitoral para desestruturar a democracia brasileira. Este é o crime que ele está cometendo: o crime de desestabilizar as instituições do nosso País.

É por isso que tanto o inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal, para investigar as *fake news*, como o instaurado pelo Tribunal Superior Eleitoral, para investigar o conjunto de atos criminosos que o Presidente está promovendo para gerar desconfiança, gerar instabilidade, gerar insegurança na democracia brasileira precisam ser levados adiante. E ele, evidentemente, deve ser punido por esses crimes.

Aliás, a Câmara Federal do Brasil está, infelizmente, deixando de abrir o devido inquérito para investigar os mais de 120 pedidos de *impeachment*, dos quais constam dezenas de crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente, na minha avaliação.

Presidente Arthur Lira, pare de blindar Bolsonaro. Entregue ao Plenário a decisão de abrir ou não o processo de *impeachment*. A ampla maioria do povo brasileiro quer a abertura do processo de *impeachment*.

Eu tenho dito em alguns debates, Deputado Nilto Tatto, que, se o voto no Brasil, hoje, fosse impresso, Bolsonaro estaria pedindo voto eletrônico. Como é eletrônico, ele pede o impresso. Na verdade, ele está sentindo que vai perder a eleição e quer tumultuar o processo eleitoral, quer tumultuar a democracia, como fez Trump nos Estados Unidos. Por isso eu trabalharei pela manutenção do sistema eletrônico atual.

Documento 21/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:40
Publ.: DCD - 05/08/2021 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelo orador e outros, do Projeto de Lei nº 2.064, de 2021, sobre a criação, pelas instituições financeiras públicas federais, de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Protesto contra a demissão, por motivação política ou racial, de funcionário negro da agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar hoje sobre dois assuntos.

Primeiro: eu apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.064, de 2021, com mais 41 nobres Deputados da minha bancada. O projeto visa fomentar os MEIs, as micro e as pequenas empresas, aqueles que estão no SIMPLES Nacional.

Esse setor foi o que mais perdeu nesta crise -- crise da pandemia, crise econômica e crise política. Na grande Porto Alegre, os números são assustadores: mais de 90 estabelecimentos fecharam neste 1 ano e meio.

Em relação ao PRONAMPE, programa que o Governo Federal lançou, em primeiro lugar, ninguém tem acesso a ele; em segundo lugar, o juro é muito alto. Nós precisamos olhar para esse setor com a riqueza que o Brasil tem. O Brasil é um país rico. O Brasil é um país que tem dinheiro. Mas, quando é para olhar para os pequenos, o Governo vira as costas.

E o projeto que apresentamos aqui prevê juro zero, com 10 anos para pagar e 3 anos de carência. E quem paga as parcelas tem um prêmio, um subsídio nas parcelas de 20% a 30%. Aí nós podemos gerar emprego, nós podemos restabelecer o aumento da economia neste País. Por isso, eu peço - e vários Deputados já vieram conversar conosco - o apoio desta Casa, da Mesa e do Presidente desta Casa para colocá-lo em votação.

O segundo assunto que trago aqui é assustador. O Brasil tem 104 agências executivas do INSS em todo o Brasil. Dessas 104 agências, só três eram administradas por negros. A agência que atendia Porto Alegre e Viamão era uma dessas. Filiado a nenhum partido, na semana retrasada, depois de 4 anos e meio trabalhando nessa agência, fazendo um excelente trabalho, o funcionário foi demitido porque não quis assinar ficha de nenhum partido da base deste Governo. E na outra hipótese eu não acredito, espero que não seja isto: será que foi demitido porque era negro? Tem o meu repúdio essa perseguição a

esse funcionário público.

É por isso também que nós somos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. Ela é para terminar com o serviço público, é para terminar com aqueles que atendem à população, como esse trabalhador do INSS, lá do nosso Estado do Rio Grande do Sul, que foi demitido. Registro, mais uma vez, o nosso repúdio.

Essa PEC não pode ser aprovada. Funcionário público é para atender à população. Não pode cada um que se elege querer colocar os dele para não trabalhar para o povo em geral.

Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 22/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:48
Publ.: DCD - 05/08/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Recusa do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Almeida Baptista Júnior, de participação em devaneios golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Presidente da República, do voto impresso para justificativa de sua inevitável derrota no pleito eleitoral de 2022. Atendimento às milícias e retorno do coronelismo com a adoção do voto impresso. Defesa de rejeição, pela respectiva Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas em eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Não abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Vinculação ente o negacionismo do Presidente da República e a superação do patamar de 500 mil mortes no País pela Covid-19.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os que nos acompanham. E já lhe peço, desde já, que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, li hoje no Uol, na *Folha de S.Paulo*, sobre o encontro que houve entre o Comandante da Aeronáutica e o Ministro Gilmar Mendes. O Comandante da Aeronáutica nega que vai encaminhar

qualquer aventura de golpe. Em passado recente, ele tinha feito inclusive uma nota, eu diria, contrária ao Estado Democrático de Direito. Isso é fundamental, porque nós percebemos um processo de muita ansiedade deste genocida que está no poder e de seus áulicos fazendo a defesa do voto impresso.

Mas não é a questão do voto impresso que está em jogo. O que está em jogo é o conflito, o caos, que é a raiz do fascismo. Bolsonaro já tem clareza de que no processo eleitoral vai ser derrotado nas urnas por Lula. E a sociedade está compreendendo isso. Então, ele tem que criar um discurso, uma narrativa para dizer que o caminho vai ser o voto impresso.

O voto impresso é o recibo para voltar o coronelismo do passado, para comprovar que você votou para o poder econômico. O voto impresso é para atender aos anseios dos milicianos. Isso é muito grave nessa situação.

É por isso que, com muita serenidade, esta Casa compreende e possivelmente vai derrotar essa questão já na Comissão Especial, antes de chegar ao Plenário. Isso é fundamental. Nós não podemos embarcar numa aventura contra a democracia.

Lamento que o meu conterrâneo, o meu colega Vereador e Deputado Estadual -- cargo que exerci na mesma época que ele --, o Deputado Arthur Lira, não esteja tendo a coragem democrática de pautar um processo de impedimento. O mesmo ocorreu com o Deputado Rodrigo Maia, que também se acovardou e se sentou em vários processos de impedimento. Não está sendo diferente agora ao ir na contramão da história.

Nós estamos inclusive com a nova cepa do coronavírus, que está atacando o Japão. Se tivéssemos um Presidente com estatura política, a preocupação dele seria essa, afinal de contas já houve mais de 500 mil mortes - antes eram estatísticas, e hoje infelizmente são mortes.

Era isso, Sr. Presidente.

Viva a democracia!

Documento 23/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-13:52
Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; de geração de novos postos de trabalho no País e da abertura de linhas de crédito para as médias, pequenas e microempresas brasileiras. Aversão do Presidente Jair Bolsonaro à democracia. Saudações à militância da Via Campesina Internacional, da Via Campesina Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalhador Rural.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Bismarck e demais colegas.

Tenho dois assuntos que eu gostaria que fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O primeiro é o registro da nossa total confiança no sistema eleitoral brasileiro. Somos contra e repudiamos essa atitude do Presidente Bolsonaro e de seus seguidores porque querem disfarçar esse assunto. No fundo, no fundo, eles não querem que a democracia seja forte, firme em nosso País.

O que o Brasil e o povo brasileiro precisam é de soberania nacional, vacina para todos, emprego para a população, crédito para as pequenas e médias empresas e a retomada de um Brasil seguro, livre da COVID, com um Governo que tenha vergonha, respeito, ame a vida, e não a destruição.

Bolsonaro odeia a democracia e sabe que, se tivermos eleições justas e democráticas, um candidato a Presidente que não tem coragem de ir ao debate será derrotado.

E hoje ele só é Presidente porque houve um golpe legalizado no Brasil, em que retiraram o Presidente Lula da disputa eleitoral por conta de um processo criminoso feito pelo Juiz Sergio Moro e por procuradores. Fica o nosso repúdio. Não podemos deixar essa mudança atrasada, arcaica e, eu diria, antidemocrática.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria saudar e parabenizar toda a militância da Via Campesina Internacional e da Via Campesina Brasil, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No último dia 25 de julho, o Dia do Trabalhador Rural foi comemorado em todo o Brasil com ações solidárias. Em Sergipe, no dia 24 de julho, mais de 100 toneladas de alimentos foram doadas à população da periferia, a entidades assistenciais que vieram de todo o Estado de Sergipe.

À militância, aos assentados, aos acampados, à direção e à militância

do MST Sergipe, do MPA, do MCP, meus parabéns! São gestos de grandeza de homens e mulheres que, na hora de dificuldade, levantam a qualidade mais importante de um ser humano, que é a solidariedade.

Estamos acompanhando a situação que hoje vive o povo brasileiro: a volta da miséria, da fome escancarada nas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 24/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-14:00
Publ.: DCD - 05/08/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Padre. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do quadro de fome e desemprego reinante no País, e do luto das famílias brasileiras vítimas da Covid-19. Saudações aos Sacerdotes brasileiros.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu tenho evitado fazer discursos com aspecto religioso, mas hoje a Igreja Católica celebra o Dia do Padre, o Dia do Pároco. No primeiro domingo do mês de agosto é celebrada a vocação sacerdotal e, depois, a vocação do pai, o Dia dos Pais.

Por que eu quero trazer este assunto, Presidente? Porque, inspirados no Papa Francisco e na CNBB, muitos padres têm a sensibilidade de um verdadeiro pastor que cuida do seu rebanho. O pastor que cuida do seu rebanho está sempre se ocupando em saber se estão com fome, se estão doentes, se têm abrigo. Ocupa-se de todos esses cuidados. Então, celebrar este dia de hoje é entender os que de fato colocam o Evangelho em prática, os que nas ações do cotidiano são a expressão do verdadeiro pastor, de quem cuida.

Lamentavelmente, Presidente, nós estamos vivendo uma situação em que mais de 20 milhões de brasileiros passam fome, e o Governo é insensível a essa realidade. Muitos foram despejados em plena pandemia e estão ao relento, no frio. Eles não têm a sensibilidade do Governo. Esses cuidados com a fome, com os doentes, com os que

passam frio têm sido expressão de solidariedade e caridade. É lamentável esta situação. Por isso, o meu total repúdio a este Governo insensível, insensível, que não tem sensibilidade em relação às mortes, aos lutos que milhares e milhares de famílias vêm enfrentando, que não tem sensibilidade em relação à fome do nosso povo e aos desempregados. Ainda bem que contamos hoje, no Dia do Padre, com muitos pastores que têm essa sensibilidade. É verdade que alguns padres também insensíveis.

É triste, mas a verdade é que eles negam o ser pastor, o ser cristão, o ser evangélico.

A nossa saudação e o nosso abraço a todos os padres que, a exemplo de Cristo, têm sido bons pastores e cuidam das ovelhas.

Faço um apelo a cada um que se externa cristão, para que, através do voto, atue a favor da vida, da dignidade do ser humano. Cada um, com um gesto, enquanto Parlamentar, faz uma ação que repercute no Brasil inteiro, na vida de milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua, Deputado.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a repercussão da minha fala no programa *A Voz do Brasil* e nos outros veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado. V.Exa. já tinha ultrapassado um pouquinho o seu tempo, mas dei-lhe liberdade para concluir seu pensamento.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Obrigado.

Documento 25/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-14:48
Publ.: DCD - 05/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização nas dependências da Casa, pela Coalizão Negra por Direitos, de ato a favor da reforma eleitoral igualitária. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Envolvimento do Governo

Jair Bolsonaro em esquema de corrupção para compra de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, está havendo neste momento na Casa um ato da Coalizão Negra por Direitos, no qual se exige que realizemos uma reforma eleitoral que contemple este País, uma reforma eleitoral que faça com que esta Casa represente o povo brasileiro. Nós precisamos de uma reforma eleitoral que assegure que a sub-representação da população negra, a sub-representação da população indígena e a sub-representação de mulheres sejam desconstruídas e enfrentadas, para garantirmos que o Parlamento seja um espelho da sociedade brasileira.

Nós vivemos num país que não fez o luto, não fechou o ciclo de períodos muito traumáticos de sua história, todos caracterizados por profunda desumanização. O Brasil não fez o luto do colonialismo, da escravidão nem da ditadura. E agora, com a faixa presidencial sendo ostentada pelo peito estufado do racismo, da misoginia, do sexismo, da LGBTfobia, enfim, do fascismo e do arbítrio, temos uma Presidência da República que vocifera o ódio e aprofunda as desigualdades que existem neste País.

O Brasil vive um momento extremamente trágico. Não existe qualquer projeto de desenvolvimento nacional e se tenta arrancar o Brasil do povo brasileiro. Como é possível imaginar que se queira vender uma empresa como os Correios, uma empresa lucrativa, uma empresa que, mesmo num país continental como o Brasil, oferece os seus serviços por preços baixos, alguns dos mais baixos nesse setor no mundo?

Vai-se na contramão de vários países do mundo. Oito países deste planeta têm os correios completamente privatizados. Somados, esses países não têm uma área geográfica que corresponda à do Estado de Mato Grosso. E aqui se quer vender uma empresa de logística fundamental para a integração. Os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios carregam no seu uniforme e na sua pele a bandeira deste País, e aqui se quer entregar os Correios, como se quer entregar a ELETROBRAS, entregar a Caixa, entregar o Banco do Brasil, porque não há projetos de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, é urgente para este País que possamos respirar os ares dos direitos e da liberdade. Por volta de 560 mil pessoas se foram - quem parte sempre é amor de alguém - em função de uma política genocida, dolosa, deste Governo, que se utilizou da dor do povo para estimular um esquema de corrupção. De corrupção!

O que estamos vendo é que o Ministério da Saúde foi tomado por grupos que buscavam se locupletar e que o Governo, que negou

dezenas de ofertas da Pfizer relativas a compra de vacinas, a tempo ainda de impedir muitas mortes, estava, em verdade, negociando propina.

Por isso, fora, Bolsonaro!

Documento 26/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-14:52
Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 600 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de política de prevenção e combate à doença. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020 sobre a reforma administrativa. Solidariedade aos funcionários dos Correios.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Meu grande Presidente Gilberto, é com muita satisfação que nos reencontramos, mas, infelizmente, numa situação muito difícil, decorrente desta crise, da pandemia, que já ceifou a vida de quase 600 mil pessoas, brasileiros e brasileiras que foram vítimas da omissão e da falta de uma política responsável de prevenção e de combate à pandemia.

O Brasil está de luto por causa desta tragédia que estamos vivendo e, infelizmente, está sendo vítima de uma política neoliberal, de Estado mínimo, com que se quer privatizar as empresas brasileiras, inclusive os Correios, a ELETROBRAS e outras relevantes empresas nacionais, que são patrimônio do povo brasileiro, empresas muito importantes que contribuem para o desenvolvimento do País.

Os Correios, por exemplo, estão em todos os Municípios brasileiros e prestam serviços essenciais à população. É um crime privatizar uma empresa lucrativa que leva também ao interior informações e presta serviços ao nosso povo.

A reforma administrativa que está em curso é também contra os trabalhadores, contra a população do nosso País, porque ela está dentro dessa visão de Estado mínimo. Quando da realização da reforma trabalhista, dizia-se que ela geraria empregos, geraria renda

para o nosso povo, e nada disso tem acontecido, muito pelo contrário. O índice de desemprego é de 14% no País. Essa é uma política suicida. Já os Estados Unidos estão investindo maciçamente, através de ações do Estado, na educação, na infraestrutura, gerando empregos, para enfrentar a crise que se está vivendo.

Manifesto a minha solidariedade a todos os servidores dos Correios. Continuaremos lutando em defesa do País, em defesa da soberania nacional.

Meu caro Presidente Gilberto, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

Documento 27/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:36
Publ.: DCD - 05/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de imunizantes contra a Covid-19. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Convocação do Ministro da Defesa, general Walter Braga Neto, pela Câmara dos Deputados, para esclarecimento de declarações sobre a vinculação das eleições de 2022 à aprovação do voto impresso. Repúdio às manobras golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

O genocida Jair Bolsonaro, que preside o Brasil, hoje teve uma recaída. Agora disse que será o último a tomar a vacina e começou novamente a dizer que aquela de São Paulo ele não toma, e por aí vai.

Agora já sabemos por que existe essa questão da vacina e do Presidente genocida. Para entender o genocídio - são mais de 550 mil mortes -, basta seguir o dinheiro. É o que a CPI está fazendo no Senado. Seguindo o dinheiro, vamos ver que no Ministério da Saúde existia, se é que não existe ainda, uma quadrilha para assaltar os

cofres públicos e se apropriar do dinheiro da vacina. É propina com vacina: 1 dólar de propina a cada vacina.

Agora documentos provam uma parceria entre Bolsonaro e o reverendo Amilton, aquele que chorou ontem na CPI, escondendo a ligação dele com o Presidente Jair Bolsonaro. Reverendo? É um picareta, não é? Um picareta e um genocida - agora os dois estão juntos. E ele volta a atacar a vacina.

A vacina que interessa ao Jair Bolsonaro é só a que tem propina. Isso fica claro no Brasil!

O genocida, vendo que vai perder as eleições, vendo que o Lula vai dar um banho nele, seja lá quando essas eleições acontecerem no Brasil - esperamos que seja em breve -, ameaça o País com um golpe. Colocou até o Ministro da Defesa, Braga Netto, para ameaçar a Câmara Federal dizendo que não vai haver eleição se não houver voto impresso. Aliás, o Presidente Jair Bolsonaro, que não gosta de vacina, que gosta de voto impresso, deve estar com saudades do orelhão com ficha. Esse é o Presidente do Brasil, um verdadeiro retrocesso.

Esse Presidente vai ter que engolir a presença do Ministro da Defesa, Braga Netto, aqui na Câmara, porque nós aprovamos a convocação do Braga Netto para vir aqui dizer que ameaças são essas que faz à democracia no Brasil.

Portanto, fiquemos atentos a essas manobras golpistas de alguém que já perdeu as eleições porque jogou o Brasil no buraco.

Presidente, eu peço mais 30 segundos para dizer o seguinte: enquanto tudo isso acontece e o Brasil vai mal, eles vão subtraindo o direito dos trabalhadores aqui. A Câmara não pode continuar com isso. Já há a privatização dos Correios na pauta, Deputada Erika, e vem agora uma medida provisória em que eles estão enfiando jabutis para fazer uma minirreforma trabalhista. Presidente, estão retirando direitos dos trabalhadores e colocando jovens para trabalhar sem direitos.

E o discurso é de que eles acham melhor um jovem trabalhar sem direito, Deputada Erika, do que não trabalhar. É mais ou menos o discurso que faziam na época da escravidão, no Império, de que era melhor um negro no pelourinho trabalhando de graça, escravizado, do que sendo livre, porque, segundo eles, o negro não teria recursos para trabalhar.

Fora, Bolsonaro! Fora, visão tacaña no Brasil!

61.2021.B

Sessão Outro Evento

04/08/2021-15:48

Publ.: DCD - 05/08/2021 - OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Eleição do empresário José Antonio Nascimento Brito para a presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ. Votos de profícua jornada ao novo gestor da entidade. Pedido ao Governo Federal, pelo Governador Cláudio Castro, de ampliação do lote de vacinas destinado ao Estado do Rio de Janeiro diante da disseminação da variante delta do coronavírus.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de saudar José Antonio Nascimento Brito pela eleição, em 19 de julho, para a Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ. Essa é uma centenária casa, que teve à frente da última gestão Angela Costa, com muita competência, e agora aponta para 2022 e 2023 sob a batuta do nosso querido José.

José Antonio é muito respeitado no Rio de Janeiro. É empresário da comunicação, dirigiu o *Jornal do Brasil*, foi membro da Coordenação da Organização das Olimpíadas, é Presidente da Associação das Emissoras de Rádio e TV do Rio de Janeiro.

O novo Presidente da ACRJ já iniciou o seu mandato criando seus 14 Conselhos. José Antonio estabeleceu como metas para 2022 tarefas como tratar dos 200 anos da independência do Brasil, dos 100 anos da Semana de Arte Moderna, dos 30 anos da Rio-92, que foi um momento muito importante no País e no Rio de Janeiro em especial, e da agenda positiva.

Quem quer ser Prefeito do Rio, Governador do Rio ou Presidente da República tem que passar pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, debatendo com a sociedade do nosso Estado.

Portanto, deixo registrado aqui o cumprimento a esse grande brasileiro, José Antônio do Nascimento Brito. Desejo sucesso na sua jornada e a todo o grupo que está na Associação Comercial do Rio de Janeiro!

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, pela iniciativa de reivindicar, de maneira contundente, a ampliação do fornecimento de vacinas para o nosso Estado. Hoje, o Rio de Janeiro é o primeiro no País no que diz respeito à disseminação, muito preocupante, da

variante Delta. Isso é muito sério. Essa disseminação se dá de maneira muito veloz, afetando todas as faixas etárias, inclusive os jovens. Então, é preciso antecipar a conclusão da segunda dose da vacina.

O Governador Cláudio Castro já pontuou, de maneira muito clara, a necessidade de o Rio de Janeiro ser considerado pelo Ministério da Saúde e pelo Plano Nacional de Imunização um território estratégico para conter o avanço da variante Delta.

Portanto, eu queria aqui também fazer um apelo ao Ministro da Saúde e a todos que compõem os Conselhos de Secretários de Saúde de todos os Estados para que compreendam por que cientificamente, tecnicamente, ali é preciso ter uma barreira, e a barreira se dá através da vacina.

Deixo registrado o meu apoio total ao procedimento do Governador Cláudio Castro, ao reivindicar mais vacinas para o Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

Documento 29/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-16:00
Publ.: DCD - 05/08/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência da Casa de apresentação de queixa formal contra o Senador Randolfe Rodrigues, por tentativa de intimidação do orador na CPI da Covid.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto.

Eu queria falar de uma agressão que eu sofri hoje na CPI da Pandemia. Eu estava no fundo da Comissão, onde eu levantei a mão e fiz este ato. (*Exibe celular.*)

Gravei um vídeo de 15 segundos, que está nas minhas redes sociais, em que eu disse basicamente que a CPI prestava um desserviço ao Brasil, mas tínhamos que acompanhar o seu trabalho. E desliguei o celular, coloquei-o no bolso. Quando eu estava indo embora, porque eu já estava lá há uns 15 minutos, um dos funcionários do gabinete do Senador Randolfe Rodrigues - o Senador não viu, nem escutou o meu

vídeo, não me viu gravar - saiu correndo e deve ter dito: "Aquele Deputado falou mal da CPI". De repente, ele me interpela: "Quem é o senhor, Deputado, para ofender a CPI?" Eu falei: "Eu? Eu gravei um vídeo. Eu tenho esse direito, essa liberdade". "Eu vou chamar a Polícia Legislativa!" Ele teve um chilique.

Eu acho que ele está desequilibrado emocionalmente, mas o que ele fez foi um constrangimento absurdo. Eu tenho o direito, como Parlamentar, de estar lá. Eu não tumultuei a CPI. Eu gravei um vídeo para mim, de 15 segundos, que ele não me viu gravar, nem escutou. Ninguém o escutou, a não ser aquela pessoa que estava ao lado. Pela atitude desequilibrada de S.Exa. de tentar me intimidar, de tentar chamar a Polícia, como se S.Exa. tivesse esse poder - é claro que a Polícia não veio, nem fez nada -, para o Brasil inteiro ver, eu acho que esta Câmara tinha que pegar o que aconteceu comigo e fazer uma reclamação pública contra esse Senador. É como se nós, aqui no plenário, gravássemos um vídeo e alguém questionasse a gravação, sem escutar a pessoa gravar, nem saber o conteúdo do que ela gravou. O Senador demonstrou desequilíbrio, despreparo emocional, e demonstrou que presta um desserviço ao Brasil.

Eu quero lamentar o que ocorreu comigo hoje e quero, realmente, pedir a esta Casa que faça uma queixa formal contra o Senador Randolfe Rodrigues. Foi uma atitude absurda, mostrando prepotência, arrogância e desequilíbrio emocional. Esse rapaz não sabe trabalhar, não é gente decente e não faz o bem para o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 30/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-16:08
Publ.: DCD - 05/08/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 2.183, de 2021, de autoria do orador, sobre a concessão de pensão especial a menores órfãos e desamparados em decorrência da Covid-19.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, registro que tramita nesta Casa projeto de minha

autoria que propõe o que o Governo está pensando em fazer e já noticiou na grande imprensa, ou seja, institui uma pensão especial destinada a crianças cujos pais e mães foram vítimas da COVID-19 e faleceram. Ora, se um vendedor ambulante sem registro perde a vida para a COVID-19, como é que a viúva vai sustentar seu filho ou filhos? Proponho que o Estado socorra essas crianças com meio salário mínimo para a família que tem um filho que fica órfão, e com um salário mínimo para a família que tem dois ou mais filhos. Essa providência é fundamental, pois temos milhões de desamparados e órfãos no nosso País em consequência da COVID-19, Sr. Presidente.

Documento 31/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-16:28
Publ.: DCD - 05/08/2021 - EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conveniência de estabelecimento de parceria entre o Governo Federal e os Governos Estaduais para realização de cirurgias eletivas represadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Defesa de lançamento do projeto Opera Brasil pelo Governo Federal.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje eu volto a esta tribuna e quero falar sobre as cirurgias eletivas que estão represadas na fila do SUS há muitos anos. Entra governo, sai governo e não se consegue zerar essa fila. Aquelas pessoas que se encontram na fila das cirurgias eletivas, precisando colocar uma prótese no quadril, fazer uma cirurgia ortopédica, são as pessoas que no passado ajudaram na construção deste País, dos nossos Estados, dos nossos Municípios, quando nem sequer havia uma ferramenta, quando cortavam cana no podão, capinavam no cabo da enxada, carregavam sacola de adubo no ombro. Eram pedreiros, serventes, domésticas. E, hoje, vejam quantos deles estão na fila.

Eu queria pedir ao Governo que fizéssemos uma reunião para discutir sobre as cirurgias eletivas na Comissão da Saúde. Como Presidente da Frente Parlamentar das Cirurgias Eletivas, ao chegar a Brasília, há 2 anos e pouco, procurei o Senador Rodrigo Pacheco para nós fazermos uma parceria, a fim de zerar a fila das cirurgias eletivas na nossa região.

Quando alocamos recursos para os prestadores de serviço e demos o pontapé, veio a pandemia, e o Ministério da Saúde suspendeu todo o processo seletivo. E agora que já o processo está sendo liberado, acho que é hora de nos unirmos com os Governos Federal e Estadual para tentar zerar a fila das cirurgias eletivas.

O cirurgião ficou parado nesta pandemia, a instrumentadora ficou parada, e os hospitais estão mais equipados ainda. Quantas UTIs a mais temos hoje? Agora o Governo está pensando em descredenciá-las, e temos que manter essas UTIs que foram credenciadas agora na COVID e começarmos a zerar a fila das cirurgias eletivas.

Para a pessoa que não tem plano de saúde, a dor demora muito, 1 mês, 2 meses, 3 meses para marcar uma consulta com o especialista, 3 meses, 4 meses, esperando uma ressonância, 3 anos, 4 anos, esperando uma cirurgia. Isso não é justo!

Se o Governo quiser lançar um projeto para o País inteiro, serei parceiro, porque sou Presidente da Frente Parlamentar das Cirurgias Eletivas. Poderíamos inclusive lançar o projeto Opera Brasil.

Eu vejo tanta discussão nesta Casa muitas vezes sem fundamento. Vamos trazer para este plenário a questão daqueles que não têm recurso, não têm plano de saúde, que estão aguardando uma cirurgia há muito tempo para zerarmos essa fila.

Presidente, agradeço a V.Exa. se o meu pronunciamento puder ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 32/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-16:44
Publ.: DCD - 05/08/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise política e institucional reinante no País. Imobilismo da Câmara dos Deputados diante de arroubos golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Ameaças do Presidente da República à democracia brasileira. Prioridade da Casa na votação de propostas de privatização de empresas estatais, em detrimento da discussão de medidas de relevante interesse do País e do povo brasileiro. Ameaça do Presidente Jair Bolsonaro às eleições de 2022. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da

República.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero ativar os meios de comunicação e usar mais uma vez este pequeno espaço de fala para reiterar minha cobrança a esta Casa, à sua Presidência, às Lideranças partidárias sobre o agravamento da crise política e institucional que estamos a viver neste momento. Claro que isso já vem acontecendo há bastante tempo, mas os arroubos golpistas do Presidente Bolsonaro vêm se tornando insustentáveis do ponto de vista da ameaça declarada à democracia e à normalidade institucional do nosso País.

Eu fico perplexa diante do silêncio, da omissão, da falta de reação da Câmara dos Deputados, que é a instituição mais ligada à sociedade civil, porque se diz que aqui é a Casa do Povo, que representa o povo brasileiro. E o povo brasileiro espera uma resposta desta Casa, uma resposta que não vem. O que pensa o Presidente? O que pensa a Mesa Diretora da Casa? O que pensam as Lideranças, a não ser uma ou outra Liderança que também reiteradamente se coloca aqui exigindo uma resposta, uma reação, uma ação da Câmara dos Deputados, como instituição da República, a respeito das ameaças pelas quais passa a democracia brasileira?

Eu tenho 50 anos de militância política. A maior parte desse tempo passei e militei aqui no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. Lamentavelmente, em nenhum momento houve algo tão grave e tanta preocupação com aquilo que se conquistou a duras penas, que é a democracia. A democracia supõe liberdade de manifestação, liberdade de opinião, imprensa livre, direito às manifestações as mais diversas. A liberdade de expressão é pressuposto indispensável ao pleno exercício da democracia.

É insuportável que esta Casa, ao invés de estar se manifestando e dialogando com a sociedade a respeito da gravidade do momento, pelo contrário, esteja desenvolvendo uma pauta de votações que é um verdadeiro golpe que atenta contra o patrimônio nacional, como no caso dos nossos Correios ou da ELETROBRAS, que, de alguma forma, já está nas mãos da iniciativa privada e que é um serviço essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade de qualquer País.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós temos um Presidente que, ao invés de estar discutindo a crise econômica, o crescimento do desemprego, o aumento da fome, da miséria e da pobreza, está simplesmente fazendo uma chantagem, sob a ameaça em que se encontra dos resultados - se ele chegar lá - nas eleições de 2022. Que ele, ao invés de estar preocupado com o modelo de votação, se preocupe em resgatar os direitos e conquistas do povo brasileiro que foram alienados, que foram

comprometidos, que foram destruídos com a sanha autoritária, fundamentalista e obscurantista desse Governo genocida.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputada Luiza Erundina, peço-lhe que conclua.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Quase meio milhão de brasileiros já perderam a vida, e, se não dermos um basta... E um basta significa o quê? Que esta Casa assuma a responsabilidade por aquilo que é sua prerrogativa exclusiva: promover o processo de *impeachment* para tirar esse Presidente que não ama o Brasil, que não ama o povo, que não ama a democracia.

É isso, Sr. Presidente. Obrigada pela tolerância.

Documento 33/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-16:48
Publ.: DCD - 05/08/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 600 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Pedido de votação e aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer apresentado pelo Deputado Fábio Trad à Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância).

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero agradecer a oportunidade e saudar todos os Deputados e Deputadas e aqueles que nos acompanham.

Nós estamos iniciando este segundo semestre de atividades legislativas aqui na Câmara dos Deputados em um momento mais tranquilo em relação à pandemia, muito por conta da vacinação que ocorreu no nosso País e, obviamente, por conta da queda dos índices de internação e do número de mortes no nosso País - infelizmente, nós perdemos quase 600 mil vidas nesse ano e alguns meses de pandemia. Nós precisamos, então, retomar a análise de pautas que eram importantíssimas para a sociedade, continuam sendo importantes e precisam ser retomadas como prioridade desta Casa.

Quero falar especificamente da PEC 199/19, de minha autoria, que trata da prisão após condenação em segunda instância no nosso País, uma proposta que vai promover a regulação do trânsito em julgado na segunda instância, em todas as esferas, inclusive na criminal, fazendo com que nós tenhamos um processo judicial mais célere, com todos os requisitos da presunção de inocência até a segunda instância, que é onde se julgam mérito e provas. Assim, conseguiremos fazer com que a justiça seja cumprida em tempo devido.

Digo isso porque, no Brasil, infelizmente, ricos e poderosos têm condições de postergar suas condenações durante 20, 30 anos. Isso acontece na esfera criminal para uma casta de criminosos do Brasil, porque a maioria não consegue sequer recorrer à segunda instância por falta de recursos para pagar advogado, e a Defensoria Pública não alcança todos aqueles que são condenados. Mas os ricos e os poderosos conseguem postergar condenações, utilizando a própria legislação.

E em outras esferas, como a previdenciária, se um cidadão tem um direito, o INSS recorre contra esse direito, e a pessoa demora 30 anos para receber aquilo a que tem direito. Muitas vezes não está nem viva para ter acesso a esse recurso.

Por isso, eu quero reforçar o pedido de que neste semestre a Comissão Especial da PEC 199, cujos trabalhos foram suspensos no início da pandemia e retomados no primeiro semestre deste ano, possa finalizar votando e aprovando o relatório do Deputado Fábio Trad, para trazê-lo ao plenário, para que nós entreguemos ao Brasil as respostas que a população solicita no combate à corrupção e à impunidade.

Não podemos perder a legislatura deixando de votar temas que foram fundamentais durante a campanha eleitoral de 2018, quando a população tinha isso como prioridade. É dever deste Congresso responder a essa expectativa, aprovando uma pauta que trará esse combate à impunidade e à corrupção e fará do Brasil um país mais justo.

Documento 34/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-17:00
Publ.: DCD - 05/08/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encontro de Prefeitos Municipais do Estado da Bahia com Deputados Federais

para discussão da pauta municipalista.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, colega Deputado Daniel Almeida, quero só fazer o registro de que mais de cem Prefeitos da Bahia estiveram presentes na tarde de hoje aqui, a convite do Prefeito da Cidade de Jequié, Zé Cocá, Presidente da UPB. E a maioria dos Deputados Federais estiveram com eles também.

Estão aqui os Deputados Daniel Almeida e Marcelo Nilo e a Deputada Alice Portugal, que também estiveram lá. E, por unanimidade, os Deputados Federais da Bahia estão defendendo as causas municipalistas neste instante, porque Creio que sejam reivindicações justas as do Presidente Zé Cocá.

Todos os Deputados entendem o momento difícil pelo qual vêm passando os Municípios. A pauta apresentada é uma pauta importantíssima para que os Municípios possam sobreviver nos próximos anos, diante das baixas arrecadações, diante desta pandemia que nós estamos vivendo.

Portanto, este é o registro que faço, Presidente. Agradeço a V.Exa. e ao Deputado Daniel Almeida a oportunidade.

Documento 35/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-17:16
Publ.: DCD - 05/08/2021 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na aprovação da proposta de retomada do voto impresso nas eleições de 2022, em detrimento do debate da elevação dos preços de alimentos, de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Repúdio à gestão do Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Cumprimento das atribuições da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e pessoas que nos assistem pela *TV Câmara*, parece que a base do Bolsonaro só tem um assunto: o voto impresso. Eles falam sobre isso para criar polêmicas perante a sociedade, porque eles não têm projeto para a Nação, não têm projeto para o Brasil.

Dizem que quem é contra o voto impresso é contra a democracia. Quem é que quer fechar o Supremo? Quem é que quer fechar a Câmara? Quem é que não respeita ninguém, nem a Constituição Federal? É a turma do Bolsonaro, é o Governo caótico que este País tem.

Por que eles não discutem o alto custo de vida que o povo brasileiro está tendo neste momento? O preço do feijão aumentou 58%. O preço do arroz também aumentou. O preço dos alimentos assusta a todos. Este Governo deveria falar do preço da gasolina, cujo litro, lá no Rio Grande do Sul, está entre 6 e 7 reais em alguns postos. O preço do óleo *diesel*, o preço do gás de cozinha, o preço da energia elétrica aumentaram. Quem fala de voto impresso o faz porque não quer falar da situação do povo brasileiro.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu quero trazer aqui é a questão da pandemia. O Senado está com uma CPI averiguando que o Presidente da República não cumpriu com a Constituição Federal de modo que todos os brasileiros tivessem acesso à saúde. O Presidente da República disse que se tratava de uma gripezinha, mas 558 mil brasileiros já morreram por essa gripezinha. Depois, ele disse que não era coveiro, e essa foi a categoria que mais ofertou emprego neste 1 ano e meio, para enterrar pessoas que o Governo abandonou.

O Governo, que deveria ter vacinado o povo brasileiro, só acordou quando viu que dava para tirar propina da crise, quando viu que dava para roubar em cima da tragédia do povo brasileiro, tirando 1 dólar, que equivale a 5 reais, do valor de cada uma das 400 milhões de doses que ele iria comprar da Índia, o que dá 2 bilhões de reais. A CPI, no meu modo de ver, cumpriu a função - e está cumprindo ainda - para o povo brasileiro.

Registro nosso repúdio a este Governo pela chacina que foi feita ao não se atender a população brasileira.

Sr. Presidente, solicito que os meus dois discursos sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 36/201

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-17:28
Publ.: DCD - 05/08/2021 - MARCELO NILO-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Perplexidade do Brasil e do mundo com a atitude do Presidente Jair Bolsonaro de retirada da máscara facial de criança de três anos de idade. Indignação do orador com as críticas do Presidente da República ao falecido Prefeito Bruno Covas, de São Paulo, Estado de São Paulo. Desrespeito à ciência, despreparo e incompetência do Chefe da Nação.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recentemente, conversando com alguns amigos que me perguntaram qual foi o maior absurdo que o Presidente Jair Messias Bolsonaro fez durante esses 2 anos e meio na Presidência da República, eu disse, em alto e bom som: *"Foi tirar a máscara de uma criancinha de 3 anos de idade durante a pandemia"*. O Brasil ficou chocado. O mundo ficou chocado. Todos nós ficamos pasmos por esta atitude vergonhosa do Presidente da República do Brasil: tirar a máscara de uma criancinha de 3 anos de idade quando ele a colocou no colo durante um evento.

No entanto, mais recentemente eu disse a mim mesmo: *"O maior absurdo que o Presidente Bolsonaro fez foi criticar o ex-Prefeito de São Paulo Bruno Covas, que, infelizmente, nos deixou prematuramente"*. Criticar um morto, uma pessoa que não pode se defender é desumano! Isso é covardia! Isso é falta de respeito à família, ao brasileiro, ao paulista, não por Bruno Covas ter sido Prefeito, não por ele pertencer a um partido adversário, mas simplesmente por isso desrespeitar um cidadão que não pode se defender. O ato é algo vergonhoso, vexatório, desumano, é covardia por parte do Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro.

Eu sei que Bolsonaro é despreparado, incompetente, desrespeitoso para com a ciência, sei que muitos mortos estão na conta do Presidente da República, que boicotou a vacina, mas ultrapassa os limites da imaginação utilizar uma rede de televisão, um evento público para criticar um cidadão que prematuramente nos deixou.

Portanto, Sr. Presidente, hoje eu digo, em alto e bom som, na tribuna da Casa do contraditório, da Casa das forças heterogêneas, no Congresso Nacional, que Jair Messias Bolsonaro é covarde e desumano quando critica um cidadão que não pode se defender porque infelizmente nos deixou prematuramente, o ex-Prefeito de São Paulo Bruno Covas.

Obrigado, Sr. Presidente.

81.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021-
CD 18:12

Publ.: DCD - 05/08/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posse do Senador Ciro Nogueira no cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Retomada do processo de desenvolvimento econômico com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Anúncio de votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, relativa à instituição do novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e à adoção de medidas complementares de enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho. Retomada das aulas presenciais. Preocupação do Governo Jair Bolsonaro com os brasileiros e suas famílias. Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, referente à regularização fundiária. Votação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse do País. Anúncio de votação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, relativo à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Criação do Programa Auxílio Brasil.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tivemos agora a posse do Senador Ciro Nogueira como Chefe da Casa Civil do Governo Bolsonaro.

Foi uma posse prestigiadíssima, com muitos Parlamentares, Governadores, Ministros, lideranças setoriais que veem na nomeação de Ciro Nogueira um passo na direção da boa política, do diálogo, da consolidação dos valores democráticos, do prestígio ao Piauí e ao Nordeste. Esses são valores que nós, Parlamentares, muito queremos ver, na prática, estabelecidos na relação entre o Governo e o Parlamento.

O Senador Ciro Nogueira chegou aqui em 1995. Eu também cheguei aqui em 1995. S.Exa. tem uma belíssima carreira e é Presidente do nosso partido Progressistas. Eu sou Tesoureiro-Geral do Progressistas nacional. Portanto, trabalhamos juntos na estruturação do nosso partido, que tem hoje como nosso filiado o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, o terceiro homem da República - como disse hoje

o Presidente Bolsonaro em seu discurso.

Tudo isso faz com que nós tenhamos a certeza de que estamos caminhando na direção certa.

A pandemia mudou, obviamente, os planos de todos os Governos do mundo e também os do Governo Bolsonaro. A pandemia mudou os planos do Ministro Paulo Guedes de diminuição do tamanho do Estado, de eficiência administrativa, de mudança do perfil da arrecadação, de uma tributação mais justa para os brasileiros.

A pandemia, contudo, está acabando. O Presidente Bolsonaro, desde o ano passado, quando editou aquela medida provisória de crédito de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas, conseguiu dar a todos os brasileiros a certeza de que as vacinas estavam a caminho. Nós já temos um grande número de brasileiros vacinados. Até setembro, o Ministro Queiroga promete que teremos todos os brasileiros vacinados com a primeira dose.

Isso nos dá uma segurança muito grande de retomada da normalidade e de retomada da economia; de construção de um ambiente econômico melhor; de geração de oportunidades de emprego; de construção daquela recuperação da economia em V, que tanto vai favorecer todos os brasileiros e, em especial, os jovens que querem ter a oportunidade de se iniciar no mercado de trabalho.

Para isso, votaremos na semana que vem a Medida Provisória nº 1.045, relatada pelo Deputado Christino Aureo, que estabelece os padrões daquela rampa de ascensão social, os parâmetros para que haja formação técnica para o jovem, para que haja bolsa e oportunidade do primeiro emprego, para facilitar que o empresário assuma a responsabilidade de dar o primeiro emprego aos jovens e também às pessoas da terceira idade.

Desse modo, poderemos retomar a normalidade e ver as nossas crianças na escola. Vários Estados já retomaram as aulas. Lamentavelmente, o Brasil foi um dos países que mais tempo ficou sem retorno às aulas. Hoje ainda o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, fez uma solenidade junto com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, justamente para marcar a posição do Governo em favor da volta imediata das aulas para todos os brasileiros.

Isso é muito importante para a retomada do ambiente familiar, da rotina das famílias e das mães que precisam trabalhar e precisam da escola e da creche para deixar seus filhos. Isso tudo vem na direção de mostrar que o Governo Bolsonaro é um Governo preocupado com as famílias e com os brasileiros.



Então, o foco é a retomada da economia. O foco é um Governo liberal. Votaremos, amanhã, o projeto da privatização dos Correios. Já votamos o projeto da ELETROBRAS. Então, caminhamos nas metas que foram estabelecidas.

Ontem, votamos a regularização fundiária, que vai permitir a muitos milhões de brasileiros regularizar o seu imóvel, pagar o seu imposto, ter o seu patrimônio em seu nome, ter a segurança do seu endereço, do seu patrimônio, como garantia para que possa crescer cada vez mais. Milhares de imóveis irregulares no Brasil serão regularizados com a legislação que votamos ontem.

Já votamos a cabotagem, que foi ano passado para o Senado. Votamos o licenciamento ambiental, também uma matéria importantíssima. Votamos o superendividamento. São muitos os projetos relevantíssimos sobre os quais a Câmara dos Deputados se debruçou e que, depois, entregou à sociedade.

Na próxima semana, vamos votar as alterações do Imposto de Renda. O Deputado Celso Sabino já está com seu relatório ajustado, e vamos votá-lo. Também vamos votar a Medida Provisória nº 1.045, de 2021, que trata da rampa de ascensão social para todos os brasileiros do novo programa chamado Auxílio Brasil, que pagará 50% a mais que o valor do Bolsa Família. Este programa vai exigir não só a presença do aluno na escola, mas também desempenho escolar; vai não só exigir a presença do aluno na atividade esportiva, mas também incentivar o desempenho esportivo. A qualificação do jovem será feita pelo Sistema S, que vai também dar-lhe bolsa, ajudando o empresário, pagando, meio a meio, a bolsa desse jovem, para que ele adentre o mercado de trabalho, para que ele aprenda uma profissão, para que ele esteja apto a, quando atingir a idade produtiva, assumir um emprego com carteira assinada. É assim que nós queremos ajudar todas as famílias brasileiras a crescer.

A posse do Senador Ciro Nogueira vem exatamente neste momento em que o Governo está coroadando uma série de esforços que estão agora em votação, em aprovação. É a oportunidade de entregar conquistas à sociedade, com a sanção dessas leis. Com isso, nós teremos um Brasil melhor, mais justo, mais fraterno e, quem sabe, menos polarizado do que hoje.

O importante é que todos nós, políticos brasileiros, cada um com a sua visão, queremos o bem da população. Mas não podemos atrapalhar o Brasil. É esse o apelo que fazemos: união de todos por um Brasil melhor; esforço de todos para que o Governo possa entregar aos brasileiros aquilo que prometeu na campanha e que foi consagrado pelo voto popular.

O Governo Bolsonaro continua com o seu lema: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Vamos, todos os Parlamentares, lutar para entregar ao Brasil as conquistas que o povo brasileiro espera e merece.

Muito obrigado.

Documento 38/201

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/08/2021-
	CD	18:36
Publ.: DCD - 05/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na campanha de adoção do voto impresso nas eleições de 2022, em detrimento da vacinação contra a Covid-19 e da discussão de ações de combate ao desemprego e à recessão econômica. Segurança das urnas eletrônicas de votação. Propósito do Presidente da República de instabilização da democracia brasileira. Abertura, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de processo administrativo contra o Presidente Jair Bolsonaro. Inclusão, pelo Supremo Tribunal Federal, do Chefe da Nação no chamado inquérito das fake news.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, colegas Parlamentares, nós estamos vivendo um debate no País que é surrealista. O Brasil tem uma taxa de desemprego enorme. O Brasil está numa recessão profunda. A fome voltou a atacar milhões de brasileiros. Temos um processo de vacinação atrasado. Apesar de tudo isso, o Presidente da República e parte dos seus apoiadores decidiram que o problema do Brasil é imprimir um voto.

Nós temos um sistema de votação absolutamente seguro e testado, totalmente auditável. Mas, de uma hora para outra, a polarização proposta por Bolsonaro é imprimir o voto.

Sr. Presidente, peço 1 minuto para concluir.

Nós conhecemos muitas histórias, Deputado Marcelo Freixo, de fraude eleitoral nos tempos do voto impresso, e não conhecemos nenhuma comprovada na época do voto eletrônico.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil não pode ser distraído por uma polarização desnecessária. O que Bolsonaro busca é criar um

ambiente de instabilização da democracia brasileira. Ele está colocando em marcha um processo para colocar sob suspeita o processo eleitoral brasileiro. Isso porque ele percebe que se desenha a sua derrota como Presidente da República e quer, desde já, tumultuar o processo eleitoral do nosso País.

Espero que a maioria dos Deputados desta Casa não aceite esse convite à irresponsabilidade da instabilização ainda maior da democracia do nosso País.

Quero dizer que a abertura do inquérito feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, somado com o inquérito das *fake news*, conduzido no Supremo Tribunal Federal, ajuda o País a colocar os pingos nos is.

Documento 39/201

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021- CD	18:44
Publ.: DCD - 05/08/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 557 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Quadro de desemprego, fome e insegurança alimentar vigente no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de imunizantes contra o coronavírus. Elevado índice de rejeição popular do Presidente da República. Indiferença da Câmara dos Deputados diante da situação por que passa o País. Distanciamento entre a pauta da Casa e os anseios e necessidades da população brasileira. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Desafio do Presidente Arthur Lira de enfrentamento dos devaneios golpistas do Presidente Jair Bolsonaro e de fortalecimento da pauta da Câmara dos Deputados.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vida para o povo brasileiro está insuportável. Já alcançamos 557 mil mortes diante da maior crise sanitária já vivenciada por nossas gerações. Estamos chegando a 15 milhões de pessoas desempregadas que não têm dinheiro para comer, com o botijão de gás a 120 reais. Lamentavelmente, mais da metade do povo brasileiro, mais de 110 milhões de pessoas estão vivendo sob insegurança alimentar. Faltam itens nutricionais básicos na mesa de boa parte, Deputado Bira do Pindaré, das famílias brasileiras, em especial - sabemos que elas têm cara, têm cor - das famílias negras, mulheres mãe solo nesse Brasilão

de proporções continentais.

Uma CPI, no meio desse momento, revela que o Governo possivelmente tem negociado a vida do povo a partir de corrupção com a vacina. E, lamentavelmente, temos um Governo que, no meio de tudo isso, com tanta coisa para fazer, com a vida dura para o povo, não é tímido na sua sanha golpista, pois sabe que o risco de perder em 2022 é enorme, experimenta a maior rejeição nas pesquisas desde o início do Governo.

Os atos nas ruas têm mostrado um povo que está cansado de ser esculachado pelo Governo Bolsonaro, cansado da fome, cansado de não ter dinheiro para pegar um ônibus, cansado da precarização do trabalho, cansado de morrer na fila do SUS, que cada vez conta com menos investimentos por conta de uma lógica de austeridade, do teto de gastos, e com uma despreocupação mesmo do que é o SUS e o serviço público.

Vejam: diante desse cenário, qual tem sido o papel da Câmara dos Deputados? Parece que estamos vivendo em outro planeta! Parece que é outro Brasil!

Senhores e senhoras, temos uma pauta que não está à altura desses tempos, não está à altura do povo brasileiro! Até o Judiciário, com todos os seus problemas, já reconhece que é preciso investigar Bolsonaro por espalhar desinformação, por mentir para o povo brasileiro sobre o voto impresso, por sustentar a sua sanha golpista.

Mas a pauta da Câmara é privatizar os Correios, é aplicar, com todo o respeito, uma reforma trabalhista, por meio da MP 1.045, que vai precarizar ainda mais a vida do trabalhador. Ontem aprovamos, lamentavelmente, um PL que pode legalizar grilagem, no Brasil marcado pelos latifúndios, no Brasil que ainda tem dificuldade de reconhecer territórios indígenas, senhores e senhoras.

Temos um problema grave no Brasil. A nossa democracia é jovem, incompleta, mas precisa ser fortalecida. É tarefa do Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, deste Congresso, ser contundente no enfrentamento ao golpismo de Bolsonaro e no fortalecimento de pautas que de fato apresentem saídas para o momento do Brasil.

Documento 40/201

81.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021-
CD 18:48

Publ.: DCD - 05/08/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Eleição do Presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos pelo sistema eletrônico de votação. Envolvimento do Presidente da República e sua família com milicianos no Rio de Janeiro. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro na retomada do voto impresso, para eleição de representantes de milícias e do crime organizado no pleito eleitoral de 2022. Inexistência de fraudes no sistema eletrônico de votação. Envolvimento do Chefe da Nação em esquema de corrupção da compra de vacinas contra a Covid-19. Mediocridade da atuação parlamentar do então Deputado Federal Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Presidente da República, do voto impresso para eleição de representantes do crime organizado e para justificativa de sua inevitável derrota nas eleições de 2022.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, companheiros do PSB, eu quero trazer o debate sobre o voto impresso.

Eu sou do Rio de Janeiro, do mesmo lugar do Presidente da República e da sua família. Jair Bolsonaro foi Deputado nesta Casa por quase 30 anos. Elegeu o seu filho Vereador, a sua ex-mulher Vereadora, o seu filho Deputado Estadual e depois Federal e o seu outro filho Deputado Federal. Todos foram eleitos pela urna eletrônica - toda a família Bolsonaro foi eleita pela urna eletrônica, sem nenhuma reclamação da urna eletrônica, em nenhuma, em nenhuma eleição que o confirmou e confirmou alguém da sua família.

No Rio de Janeiro, senhoras e senhores, há algo específico, que nenhum de V.Exas. é obrigado a saber, mas que o Presidente Bolsonaro conhece bem - se tiverem dúvida, podem perguntar para ele: são as milícias. Como funcionam as milícias? Tanto as milícias quanto o tráfico de drogas funcionam no Rio de Janeiro - e a Deputada Talíria é de lá - no domínio de território. Ali naqueles territórios, e são amplos territórios, não vale a Constituição, vale o poder da arma, o poder da violência, o poder do crime. A milícia conseguiu fazer com que o domínio de território, o domínio criminoso do território se transformasse no domínio político. A milícia, ao contrário de outros grupos criminosos, também violentos, também perversos e que também têm que ser enfrentados, conseguiu fazer com que o crime elegeisse gente, interferisse na eleição, até porque há muitos agentes públicos envolvidos na milícia.

Quando eu fiz a CPI das Milícias no Rio de Janeiro e defendi o relatório - e o Deputado Molon era Deputado Estadual comigo -, um relatório que levou à prisão mais de 200 milicianos, desta tribuna, o então Deputado Jair Bolsonaro defendeu a legalização das milícias - desta

tribuna. Há prova contundente disso. Há diversos funcionários ligados a milícias dentro do gabinete dos seus filhos e do dele. Há relações diretas entre Bolsonaro, a família e as milícias do Rio de Janeiro. Estou dizendo isso dentro da Câmara dos Deputados.

A milícia se transformou num projeto de poder do crime, transformou o domínio territorial em domínio eleitoral. Eu quero dizer aos senhores que o voto impresso simplesmente dá à milícia, dá ao crime do Rio de Janeiro a certeza de que vai eleger mais gente, porque a pressão do crime sobre o eleitor, principalmente o eleitor pobre, será enorme.

O projeto, senhoras e senhores, que se quer votar aqui, sobre o voto impresso, é pior do que a realidade anterior à urna. Deputado Bira, antes - e, como eu tenho 54 anos de idade, eu peguei o voto escrito -, votávamos, e o voto ficava numa urna. A urna era levada para um centro, para aonde todas as urnas iam, e a contagem acontecia ali, com os fiscais. O projeto que estão querendo votar agora é pior: sai um comprovante do seu voto na urna - na verdade, a urna vira uma impressão do voto -, e o voto é contado no lugar da urna. É esse o projeto. Sabiam disso, Deputados? O voto é contado na urna! Imaginem uma urna instalada dentro de uma área de tráfico, dentro de uma área de milícia ser aberta, para serem contados os votos. O que vai acontecer? Esse projeto beneficia o crime, vai eleger criminoso, não é para aumentar transparência, não é para melhorar a eleição. A urna eletrônica elegeu Dilma, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Bolsonaro. Ela elegeu os mais diferentes pensamentos políticos, até a ausência de pensamento, que é o atual Presidente. Não há nenhuma denúncia sobre fraude na urna eletrônica. O que se quer não é a melhoria da transparência. Não é isso o que o Bolsonaro quer. Ele quer ajudar quem sempre o ajudou a se eleger: grupos criminosos de áreas dominadas pela arma e pela violência. É isso o que está em jogo! Vamos fazer o debate honesto aqui nesta Casa! Vamos fazer o debate sincero!

E mais: Bolsonaro estava nas cordas, denunciado por graves crimes de corrupção na saúde, de corrupção na compra de vacina. Ele estava apanhando de todos os lados, com queda de popularidade. Ele sabe que não vai conseguir vencer a eleição. Ele precisa provocar instabilidade, ele precisa provocar confusão, Deputado Leonardo. Então, o que está em jogo é a instabilidade proporcional à sua decadência. Ele sai das cordas dizendo que quer o voto mais transparente. É uma estratégia! Vou além, Deputado Marcelo Ramos: ele quer perder a votação do voto impresso para criar o discurso de que o sistema político, do qual ele insiste em dizer que não faz parte, é um sistema corrupto, quando, na verdade, este é um governo corrupto, e um governo corrupto de forma perversa: na saúde, nas indicações políticas, no Orçamento. É uma vergonha a corrupção neste Governo. Todo mundo enxerga isso. Bolsonaro sempre foi sistêmico e do pior

sistema político que existiu. Foi assim durante 30 anos nesta Casa. Digam-me um bom feito do Deputado Jair Bolsonaro ao longo de mais de 20 anos, um bom projeto, Deputado André. Digam-me uma boa Comissão em que ele trabalhou. Digam-me um bom discurso que o Deputado Jair Bolsonaro fez. Ele foi um medíocre Deputado durante 30 anos nesta Casa! Foi um medíocre. Ele quer construir o discurso de que ele é antissistêmico, de que ele não faz parte da política. Por isso ele cria, ele inventa uma polêmica, que não existe, a do voto impresso, para sair das cordas, para mudar o assunto e para criar um assunto falso, um não assunto, que é a falta de transparência, a falta de legalidade da urna eletrônica, a mesma urna que o elegeu e todos os seus filhos, que seguem a mesma mediocridade do pai.

Esse projeto do voto impresso é uma farsa, é uma cortina de fumaça, serve para enganar a população, para justificar a sua derrota, para criar confusão - porque ele não faz outra coisa - e para ajudar o crime, crime que ele conhece muito bem e que sempre ajudou a eleger essa família.

Obrigado, Presidente.

Documento 41/201

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 05/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do PSOL a favor do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.206, de 2020, proibitivo da realização de tatuagens em animais com fins estéticos. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, relativo aos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias, produtos e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19. Defesa de realização das eleições de 2022.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agora eu quero 2 minutos, Presidente, depois da sua fala.(*Risos.*)

Presidente, eu quero fazer uma observação e peço mais 1 minuto a V.Exa.

Na votação anterior, o PSOL votou a favor da urgência requerida pelo

Deputado Fred Costa.

Aproveito esta oportunidade, em que o Deputado Arthur Lira assume a Presidência, para dizer o seguinte: há prioridades e prioridades. Nós temos um projeto, a Deputada Luiza Erundina e eu, cujo Relator é o Deputado Fábio Trad, o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre entregadores que prestam serviços a aplicativos. Peço a V.Exa., Deputado Arthur Lira, que o coloque em votação. Se nós podemos votar a urgência para a votação de projetos como esse do Deputado Fred Costa, que é meu amigo, podemos votar algo que atinge mais de 4 milhões de pessoas no Brasil, que são os entregadores por aplicativo durante a pandemia. Então, peço a V.Exa. que coloque em votação o Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, por favor, Presidente.

Eu também queria determinar que vai haver eleição, sim, em 2022, e que não há ditador que vai evitar isso.

Documento 42/201

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021- CD	19:28
Publ.: DCD - 05/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, acerca da instituição da política de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e valorização dos profissionais da educação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sou coautora da matéria e quero parabenizar a Deputada Tabata Amaral.

De fato, o projeto traz a possibilidade de que na escola a criança, e os estudantes em geral, tenha acesso à garantia de uma política de bem-estar, saúde e qualidade de vida. A verdade é que nós sabemos que a escola pública da década de 1960 e 1970 era ótima, mas para pouca gente. Naquele período, nós tínhamos os exames biométricos e a possibilidade de uma avaliação de saúde. Isso foi acabando com a inversão da pirâmide educacional brasileira, quando o setor privado dominou a cena da educação. É necessário que esse tipo de assistência seja dada ao estudante, porque, sem o corpo são, temos muita dificuldade em garantir a mente sã para a aprendizagem. É necessário desenvolver o emocional e o cognitivo. É preciso juntar a

sociabilidade do estudante com a sua formação de conteúdo.

Então, é um projeto que traz à baila a necessidade de se garantir essas boas práticas em saúde na escola.

Estamos de acordo com a matéria, com o projeto. Entendemos, por exemplo, que, neste momento, temos que começar pela boa prática de só abrir as escolas com os professores imunizados. No Município de Salvador, o dia 23 será o dia do retorno, porque há uma garantia de vacinação, com os 15 dias de imunização, de toda a rede, daqueles que faltam ser vacinados. A APLB-Sindicato fez esse acordo com a Secretaria Municipal de Educação.

Esta é a boa prática em saúde: abrir a escola com o professorado imunizado, para um processo de garantia de contenção do vírus e de saúde para os estudantes, saúde para as suas famílias, saúde para os avós e os tios mais velhos.

É muito importante que as boas práticas em saúde sejam introduzidas na educação, não apenas para o cuidado e a assistência, mas, acima de tudo, para a consciência.

O PCdoB votará "sim" à matéria. E parabênzo a Relatora, todos os coautores e o autor da matéria em tela.

Obrigada.

Documento 43/201

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/08/2021- CD	20:08
Publ.: DCD - 05/08/2021 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inadequação e inoportunidade de votação do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Solidariedade aos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrariedade à desestatização da ECT. Apelo à Presidência de retirada da proposição da pauta. Defesa de votação pela Casa de matérias destinadas ao combate ao desemprego e à Covid-19, e à melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados, Sras.

Deputadas, cumprimento e agradeço ao Líder Bohn Gass por ter me indicado para falar em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores. Cumprimento também todos os Deputados e Deputadas da nossa bancada.

Sr. Presidente, também falo como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios. Quero aqui me manifestar contra a privatização dos Correios. Que possamos garantir os Correios como empresa pública prestadora de serviço à nossa população! Sei do empenho do Governo, através do Presidente Bolsonaro e do próprio Ministro da Economia e do Ministério das Comunicações, no sentido de encaminhar a votação do Projeto de Lei nº 591, de 2021, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

A votação desse projeto, Sr. Presidente, sobretudo neste momento, é inoportuna. É inadequado votar um projeto tão importante como esse, que dispõe sobre a privatização dos Correios, numa reunião híbrida com um número mínimo de Deputados e Deputadas em plenário, com a Câmara praticamente fechada, havendo inclusive dificuldade de acesso da população. A sociedade em geral está interessada nessa discussão tão importante, sobre a privatização dos Correios.

Sr. Presidente, quero aqui manifestar também a minha solidariedade a todos os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, representados, sobretudo, pelas entidades, pelas associações, pelos sindicatos, pelas federações, que têm lutado, ao longo de muitos anos, em defesa dos Correios, construindo essa empresa, que está presente em todos os Municípios do nosso País.

Sr. Presidente, a fala do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, veiculada em rádio e televisão, em rede nacional, anteontem, para fazer um comunicado ao nosso País, usando a rede pública de comunicação, do nosso ponto de vista, é usar o dinheiro público para convencer a sociedade da necessidade da privatização dos Correios e tentar convencer a Câmara dos Deputados. O Ministro Fábio Faria, inclusive, é um Parlamentar, colega nosso, aqui da Câmara. A fala ocorreu para que pudéssemos votar a favor da privatização dessa empresa, que, como ele próprio disse, é uma empresa lucrativa, é uma empresa que dá lucro, é uma empresa que fortalece o nosso projeto de Nação, é uma empresa que fortalece a soberania do nosso País.

Portanto, privatizar os Correios é, sem dúvida nenhuma, enfraquecer o nosso País e, sobretudo, enfraquecer a nossa Nação, a Nação soberana que devemos construir.

Votar esse projeto neste momento, Sr. Presidente, em que temos um Governo que está sendo questionado inclusive na CPI no Senado, um

Governo que está sendo denunciado por corrupção... Nós não poderíamos estar discutindo a privatização dos Correios, neste momento, quanto mais votar um projeto dessa dimensão.

Por isso a nossa fala aqui, o nosso apelo para que esse projeto seja retirado de pauta. É o apelo que faço: que se retire esse projeto de pauta e se construa uma discussão *a posteriori*, quando a Câmara pelo menos esteja funcionando plenamente e o projeto possa tramitar em todas as Comissões desta Casa. Da mesma forma que tem funcionado este plenário, V.Exa. sabe disso, todas as Comissões também estão funcionando de forma híbrida, de forma precária.

Portanto, neste momento, teríamos que estar discutindo, sim, mais projetos para combater a crise de saúde que estamos vivendo, a pandemia.

Nós deveríamos estar discutindo projetos que pudessem contribuir para encarar este momento difícil que o País está atravessando, um período de crise econômica, de desemprego. São mais de 15 milhões de desempregados. Nós deveríamos estar implementando e votando projetos neste momento, em plenário, que pudessem melhorar a vida das pessoas, que pudessem encaminhar soluções para o nosso País.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe disso, assim como todos os que estão me escutando, meus colegas Deputados e Deputadas, que na grande maioria dos países do mundo os sistemas postais são executados pelo poder público, inclusive países que se pode dizer que seriam a cúpula do capitalismo no mundo, como, por exemplo, os Estados Unidos. Alguns países que privatizaram os sistemas postais estão revertendo a privatização, para o serviço voltar a ser público.

Portanto, Sr. Presidente, eu uso a palavra neste momento pela Liderança do nosso partido. Quero agradecer ao Líder Bohn Gass por colocar à disposição os 10 minutos que nós temos do tempo da Liderança do nosso partido para fazer mais um empenho, para hipotecar a nossa palavra, o nosso compromisso, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, que vêm construindo essa empresa ao longo da história deste País. É uma empresa que tem mais de 300 anos. Portanto, a história dos Correios se confunde com a história do nosso País.

É uma empresa importantíssima que simboliza como a sociedade brasileira trata os funcionários dos Correios, inclusive os carteiros, que são recebidos com muito carinho nas residências. É um profissional cujo trabalho o identifica. Fulano de tal é carteiro. Então, nas pequenas cidades e comunidades, sabemos que, se essa empresa for privatizada, elas vão ficar sem serviços postais.

Nós queremos pedir a V.Exa. que não coloque em votação o projeto de lei para privatizar os Correios. Nós queremos garantir os Correios como uma empresa pública prestadora de serviço a toda população brasileira.

Agradeço ao nosso Líder Bohn Gass e à nossa bancada a confiança, por me permitirem falar aqui em nome de todos os colegas da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 44/201

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:00
Publ.: DCD - 06/08/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 591, de 2021, relativo à criação do marco regulatório, à organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Apoio ao Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Solidariedade aos funcionários dos Correios.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar os pares e os internautas que acompanham a sessão da Câmara.

Sr. Presidente, hoje, está programada a apreciação do projeto que define a privatização dos Correios, uma das empresas mais importantes do Brasil, em pesquisas de opinião a mais querida, que presta um serviço público em todos os Municípios.

Os países democráticos preservam essa atividade. Eu lamento que companheiros que me antecederam, que inclusive foram representantes das Forças Armadas, a exemplo de um que falou anteriormente, e foi General do Exército, façam a defesa veemente da venda dos Correios. Lamentável verificarmos pessoas que pensávamos que tinham a ideia de ser patriotas, de fazer a defesa da soberania, fazerem a defesa de colocar os Correios na bacia das almas.

Não temos que discutir no Brasil a privatização dos Correios, mas sim

o orçamento destinado às Forças Armadas, de 150 bilhões de reais, sendo que não foram capazes de fazer uma máscara para o povo brasileiro. O que temos que discutir é a postura do Exército, que tem um hospital em Manaus, e, quando houve aquele grande pico da doença, na pandemia, não foi aberto para a população. Essa é a discussão de fundo, porque a guerra principal é contra a COVID, e não a guerra convencional.

Toda a solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios!

Espero que a Câmara e o Senado votem o projeto que estabelece a jornada de 30 horas semanais para os profissionais da área da enfermagem. Isso é fundamental, como também é fundamental discutir o piso salarial da categoria.

Esse segmento teve um papel singular no combate à COVID no Brasil. Eles foram os verdadeiros heróis. E muitos que foram para esse combate pereceram em defesa da população brasileira.

Manifesto toda a minha solidariedade aos profissionais da enfermagem, que lutam por uma carga de trabalho de 30 horas semanais, como também por um piso salarial. Esses, sim, são os verdadeiros heróis de jaleco branco, não os militares que defendem a privatização dos Correios. Esses não são os verdadeiros patriotas, pois estão defendendo um projeto lesa-pátria.

Manifesto também a minha solidariedade aos trabalhadores e às trabalhadoras dos Correios.

Gostaria, Sr. Presidente, que o meu discurso fosse transcrito e divulgado nos meios de comunicação da Casa e principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 45/201

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:04
Publ.: DCD - 06/08/2021 -	MERLONG SOLANO-PT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Evasão escolar e queda no aprendizado do alunato dos ensinos fundamental e médio, em decorrência da epidemia de coronavírus. Realização de amplo mutirão de recuperação da educação pública brasileira.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito bom dia, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados.

Como professor e como Deputado Federal eu estou extremamente preocupado com a situação da educação pública brasileira. De um lado, tivemos a falta de coordenação e os cortes no orçamento do MEC, afetando, sobretudo, a rede pública federal de ensino; de outro lado, tivemos a pandemia, que, no meu modo de ver, colocou a educação pública brasileira na UTI.

O distanciamento social salvou muitas vidas, isso é inegável. Graças a Deus os Governadores e os Prefeitos enfrentaram o negacionismo do Presidente Bolsonaro e realizaram esforços para salvar milhares de vidas. Mas na área da educação fica um enorme impacto, porque as iniciativas de ensino a distância não foram capazes de superar totalmente a situação imposta pela pandemia.

As pesquisas, Sr. Presidente e colega Deputados e Deputadas, tanto do Banco Mundial quanto da Fundação Getulio Vargas, do Datafolha, do PISA, todas são unânimes em constatar a enorme queda na aprendizagem das nossas crianças, adolescentes e jovens.

Ao lado disso, há um risco muito grande no que diz respeito a um problema grave da educação: a evasão escolar nas séries finais do ensino fundamental e, principalmente, do ensino médio.

Diante de um quadro como esse, eu entendo que nós não podemos fazer de conta que apenas reabrir as escolas vai resolver o problema da educação pública brasileira. Nós precisamos de um amplo mutirão de recuperação da educação, um mutirão que conte com a efetiva participação do Ministério da Educação como órgão de coordenação e de reforço do financiamento, com a participação decisiva dos Governadores dos Estados e dos Prefeitos Municipais, como também com a participação das diversas entidades que partilham o esforço pela educação pública brasileira. E que seja um mutirão que entenda a necessidade de um amplo programa de reforço e de recuperação de conteúdos.

É o que chamamos de reforço escolar, Sr. Presidente. E precisamos também de motivação, através do esporte e da cultura. Enfim, o momento é de darmos as mãos para criarmos um fundo de recuperação da educação pública brasileira, sob pena de deixarmos nossas crianças e jovens entregues à própria sorte, ou melhor, ao próprio azar de terem vivido a sua época de educação num momento de pandemia tão grave quanto esta.

O que proponho é o Brasil unido pela educação brasileira, com aumento de recursos para um amplo programa de reforço escolar.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

Documento 46/201

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:12
Publ.: DCD - 06/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização, pelo Governo do Estado do Amazonas, de concurso público para as áreas da segurança pública, educação e saúde. Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, sobre a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais; e do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, acerca da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 744, de 2020, de autoria do orador e outros, relativo ao pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores contratados por instituições de saúde envolvidas no atendimento a pacientes da Covid-19. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a criação do marco regulatório, a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios).

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Primeiro, eu gostaria de falar sobre a decisão do Governo do Estado do Amazonas de realizar um concurso público para a área da segurança pública.

Depois de quase 10 anos sem realizar concurso público, depois de muita cobrança, de pressão do Ministério Público e também de denúncias nossas, na época em que éramos Deputado Estadual, finalmente vão realizar um concurso para contratar mais policiais, para haver mais estrutura na área da segurança no Amazonas. Mas eu acho que o concurso não pode ser só para a área da segurança. Eu cobro que também haja concurso nas áreas da saúde e da educação.

No caso da saúde, nós temos, hoje, a necessidade de que haja mais profissionais nos hospitais na Capital e no interior do Estado. Sucessivos Governos do Estado fizeram processos de terceirização e



de privatização que não resolveram os problemas da saúde. Na verdade, a área da saúde piorou no Amazonas. Com a pandemia, a situação ficou mais dramática, e hoje há deficiência de pessoal, há falta de profissionais para atender à população. Por isso a nossa cobrança para que haja concurso público também na área da saúde.

Ainda na área da saúde, Sr. Presidente, quero me manifestar a favor dos projetos de lei que tramitam no Congresso tratando da enfermagem ou dos trabalhadores da enfermagem. Registro o meu apoio aos enfermeiros e às enfermeiras, aos técnicos, aos auxiliares, às parteiras, que estão lutando pelo piso salarial e também pela jornada de trabalho de 30 horas. Nós precisamos valorizar esses profissionais, que estão na linha de frente no período da pandemia. Eles são os que há mais tempo atendem as pessoas quando são hospitalizadas, nas diversas unidades de saúde. Então, nós temos que dar condições melhores de trabalho e de salário e dignidade aos profissionais da enfermagem.

Estamos com um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, para aprovar o pagamento de adicional de insalubridade em percentual de 40% sobre o salário dos profissionais da área da saúde.

Precisamos valorizar os trabalhadores da saúde, e, nesse caso, registro o nosso apoio ao piso salarial da enfermagem.

Sr. Presidente, manifesto-me também contra a privatização dos Correios. Sou contra o PL 591/21, porque vai gerar demissões nos Correios, vai haver fechamento de agências, vai haver redução de serviços, além de encarecer os preços dos serviços. Não faz sentido privatizar uma empresa lucrativa, uma empresa que teve 1 bilhão de reais de lucro no ano passado e, em 20 anos, deu 12 bilhões de reais de lucro, sendo que 73% desse valor foram repassados para a União. Portanto, trata-se de uma empresa lucrativa, necessária, de uma empresa fundamental para o Brasil, para a Amazônia, para o Amazonas. Nós vamos ter um grande prejuízo se privatizamos os Correios. Somos contra a privatização dos Correios.

Sr. Presidente, gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Parabéns, Deputado Bira do Pindaré, por presidir a sessão! Se V.Exa. fosse o Presidente, a pauta que nós teríamos no Congresso Nacional...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bira do Pindaré. PSB - MA) - Muito obrigado ao

Deputado José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente, gostaria só de dizer que, se V.Exa. fosse o Presidente da Câmara dos Deputados, nós teríamos uma pauta de vida, e não uma pauta de morte para tratar na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado e um grande abraço.

Documento 47/201

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-10:24
Publ.: DCD - 06/08/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela superação da marca de 560 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Quadro de fome e carístia vigente no Brasil. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de projeto de desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrariedade à pretendida retomada do voto impresso nas eleições brasileiras, e à implantação no País do sistema de voto denominado distritão. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Olá, Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro.

Este é um governo da morte. Nós já ultrapassamos o número de 560 mil pessoas mortas no Brasil por uma pandemia que poderia ser controlada com cuidados. Mas o Governo não os tomou. É um governo da morte.

É também um governo da fome. Vejam, Sras. e Srs. Parlamentares, o problema da fome do povo brasileiro: mais de 115 milhões de brasileiras e brasileiros estão vivendo com fome. Há fila para pegar osso e ver se dele se extrai um pedaço de carne. Arroz de quinta categoria é o que o povo está comendo, porque, no País em que o agro é *pop*, as pessoas não estão conseguindo comer outra coisa. A gasolina está custando uma fortuna. O gás de cozinha está inacessível.

É por essas razões que nós estamos vivendo neste momento este drama no Brasil. E o que o Governo nos oferece? Emprego? Não.

Crescimento? Distribuição de renda? Não. O Governo nos oferece piores, nos oferece essa agenda maluca de privatização dos Correios - e eu espero hoje que o povo brasileiro anote o nome do Parlamentar que votou pela privatização dos Correios e nunca mais vote nele. Este Governo nos oferece o chamado voto impresso, que é uma maneira de preparar um golpe nas eleições de 2022. O Governo nos oferece o distritão, que é uma descaracterização do nosso sistema político.

Por essas razões, eu acho que só há um caminho neste País: derrotar este Governo e sua agenda, lutar pelo seu *impeachment* e, nas eleições de 2022, eleger Lula Presidente, para retomarmos um cenário de crescimento, de distribuição de renda e de empregos.

O Brasil pode, e pode muito. Vejam os jovens nas Olimpíadas, no *skate*, no boxe, na corrida, no salto, na natação, no iatismo. Vejam a garra do povo brasileiro. Este Governo não está à altura do povo brasileiro.

Este é um governo da morte, um governo da briga. Este Presidente tem uma mente desconcertada, uma mente voltada para o conflito, para a disputa, que é a única coisa que ele faz.

É por isso que ele hoje coleciona a maior rejeição de toda a sua história: 61% das pessoas já dizem que não votariam nele em nenhuma hipótese. Ele tem de aprovação 25%, porque prendeu um grupo de brasileiros e brasileiras nesse discurso do ódio, nessa guerra cultural e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 48/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-14:24
Publ.: DCD - 11/08/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza falaciosa das argumentações do Presidente Jair Bolsonaro contra as urnas eletrônicas de votação. Propósito do Presidente da República de promoção de golpe de Estado. Inconsistência de acusações contra o PT por suposta prática de corrupção. Defesa de investigação, pela CPI da Covid, de

denúncias envolvendo o Presidente da República.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Jair Bolsonaro não conseguiu convencer o País e a sociedade desse voto impresso - o voto impresso, a confiabilidade da urna eletrônica.

Ouvi dizer que há contradição no que a Oposição está dizendo. Mas há contradição naquele que já foi eleito pela urna eletrônica várias vezes. E por que agora? É o medo de perder a eleição? É uma justificativa que vai buscar para depois dizer: não houve fraude na eleição? Ele levanta desconfiança em todos: no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal Superior Eleitoral, em qualquer medida que se possa tomar de transparência.

Não dá para aceitar o golpe de Bolsonaro, porque o que ele está fazendo é uma falácia. Ele quer mais uma vez dar um golpe na Nação. E não me venham dizer que as tropas desfilando não causam absolutamente nenhum tremor. O Presidente respeitado pelas Forças Armadas foi Lula, respeitada pelas Forças Armadas foi também a Dilma, que nelas investiu. Se hoje alguns equipamentos estão funcionando foi porque o Governo Lula as respeitou e viu que não era possível, inclusive usando toda a inteligência da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

Quero também dizer que o Presidente mente. Ele já está acostumado a mentir, é um incontrolável desejo golpista de Bolsonaro. Esse incontrolável desejo golpista de Bolsonaro não vai nos calar, não vai nos intimidar. E aqueles que dizem que o PT é que foi o corrupto, primeiro, Lula foi inocentado - engula essa! -; segundo, onde estão os 360 bilhões de dólares deixados por Lula? Vamos perguntar a Paulo Guedes e a Bolsonaro onde colocaram esse dinheiro. Vamos atrás da mansão milionária. Vamos atrás de outras malas cheias de dinheiro. Não venham com essa! Não venham! É imoral esse Presidente quando propõe coisas descabidas, como dizer, com mais de 540 mil pessoas mortas, que não é para usar álcool em gel, e vai para o meio do povo e faz uma parafernália dessas! Isso é um desrespeito à população brasileira.

Queremos que tudo seja apurado, investigado pela CPI. Eles estão doidos para acabar com a CPI. Não temos medo de ser investigados. Queremos ser investigados para depois provarmos que éramos inocentes. O golpe está aí colocado para destruir cada um de nós.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do*

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 11/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tragédia causada pela epidemia de coronavírus no País. Indignação da oradora com a promoção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de desfile militar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Segurança das urnas eletrônicas de votação.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Boa tarde.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Boa tarde a todas e a todos que nos acompanham nesta sessão, de Breves Comunicados.

Hoje é um dia que pode marcar fortemente a nossa história. Espero que seja marcado pela verdade, pela sensibilidade, pela coragem do Plenário da Câmara dos Deputados.

Não podemos aceitar que o Brasil, num período tão trágico, num período ainda de pandemia, fique sem resolver as questões relacionadas aos que estão internados - mais de 550 mil pessoas já morreram -, às sequelas de pacientes que sobreviveram, às pessoas que ficaram órfãs por causa da COVID.

Neste momento, em vez de centrar o olhar em tudo isso que a pandemia trouxe, e também no desgaste econômico, na falta de emprego e renda, o Presidente da República sacode o País, fazendo campanha, querendo mudar o processo eleitoral, e, ainda por cima, promove um desfile militar em Brasília - vale-se de uma ação do Exército Brasileiro no Município de Formosa -, sem nenhuma necessidade, apenas para fazer cortina de fumaça.

Temos todo o respeito às Forças Armadas, mas, pessoalmente, estou indignada, porque sofri muito com o que causou a ditadura militar ao

Brasil.

Hoje, há uma questão velada: "*Se não fizer do jeito que eu quero, posso fazer o País retroceder a 1964*". Isso é muito triste. Isso joga a nossa juventude no passado, faz com que fique amedrontada. Quer dizer que, se um Presidente da República, por sua espontânea e única vontade, quiser aterrorizar o País, assim o faz.

Com relação ao voto impresso, como Deputada estou pronta para qualquer discussão, e não vi nenhum especialista, ninguém da área de tecnologia demonstrar que a urna eletrônica não é segura, a urna que nos elegeu, que elegeu o atual Presidente da República, e, antes, elegeu Bolsonaro, por diversas vezes, para desempenhar outros mandatos. Todos nós, de direita, de esquerda ou de centro, recebemos votos por meio das urnas eletrônicas, e se faz um pandemônio no País no momento em que temos de centrar o nosso olhar no povo, resolver os problemas da população e tirá-la do sofrimento.

Espero que esta tarde seja de muita serenidade para todos nós, Deputados e Deputadas, e que possamos avançar no processo livre e democrático do voto direto, que sempre exercemos como cidadãos e cidadãs brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 50/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-14:48
Publ.: DCD - 11/08/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Afronta ao Parlamento brasileiro e à democracia, pelo Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada na exibição de aparato militar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Fracasso e decadência do Governo Jair Bolsonaro. Insensibilidade do Presidente da República diante da superação da marca de 563 mil mortes no País pela Covid-19, revelada na realização de campanha eleitoral e na participação em festejos. Ameaças do mandatário da Nação à democracia brasileira. Retrocesso da pretendida retomada do voto impresso nas eleições brasileiras.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, todos os que defendem a democracia

em nosso País ficaram revoltados com mais um desastre feito por Bolsonaro. O desfile de aparato de guerra na Esplanada dos Ministérios foi uma afronta a este Poder e à democracia. A maioria do povo brasileiro sabe que esse é mais um ato de Bolsonaro para tentar mostrar que domina as Forças Armadas.

Também é uma forma clara, Sr. Presidente, de intimidar o Congresso Nacional, este nosso Poder, neste dia de votação da PEC sobre o voto impresso. Esse ato mostra a decadência e o desespero de Bolsonaro pelo fracasso do seu Governo desastroso. Autoritarismo e ditadura, nunca mais! Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, é deprimente ver que, apesar de mais de 563 mil pessoas já terem perdido a vida na pandemia, o Presidente da República faz festa pelas ruas. Além de festas, Bolsonaro faz campanha eleitoral, ameaça a democracia e leva parte dos seus seguidores à ilusão do voto impresso.

O voto impresso, contado em mesas sob os olhares de coronéis da política, é coisa do passado. Não é coisa de hoje mais, não. Em 46 países, a urna eletrônica é usada, e ninguém fala em regredir. Que venham as eleições, que sejam eleitos os que receberem mais votos, e não com os caprichos de Bolsonaro, que tem planos sombrios! Esse senhor tem planos sombrios por trás do voto impresso.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 51/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-14:52
Publ.: DCD - 11/08/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elogio ao Primeiro-Vice Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos, pela defesa do Estado Democrático de Direito. Insensibilidade do Presidente da República, diante da superação da casa de 500 mil mortes no País pela Covid-19. Realização, pela Marinha do Brasil, de desfile militar na Esplanada dos Ministérios a pedido do Presidente Jair Bolsonaro. Contrariedade à liberação de recursos orçamentários para as Forças Armadas brasileiras. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Inadmissibilidade de retomada do

voto impresso nas eleições brasileiras.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que, neste momento, não me sinto representado pela Mesa Diretora da Câmara Federal, com exceção do Deputado Marcelo Ramos, que teve a coragem cívica de fazer a defesa do Estado Democrático de Direito. Os outros membros ficaram silentes! O que ocorreu hoje é gravíssimo para o Estado Democrático de Direito!

Não podemos aceitar brincadeira de pelanco de ditador! Repito: pelanco de ditador, que é o Sr. Bolsonaro, genocida. Já houve mais de 500 mil mortes, e ele não tem sensibilidade, porque o traço dele é de psicopatia. Não tem compromisso com a vida.

Algo muito grave foi denunciado por uma jornalista que não tem nada a ver com a Esquerda. A jornalista Eliane Cantanhêde disse que essa operação de hoje foi um pedido do Presidente Bolsonaro. Vejam a gravidade disso. A Força mais antiga que nós temos, que é a Marinha, mais antiga que o Exército e que a Aeronáutica, faz um gasto desnecessário e ainda tem a cara de pau de solicitar recursos orçamentários na CREDN e na CMO.

Espero que esta Casa não aprove recursos para as Forças Armadas. O que foi feito hoje foi um atentado ao Estado Democrático de Direito. Ainda bem que a sociedade brasileira compreendeu, e o ato foi um fiasco, repito, um fiasco.

Eu quero parabenizar atitudes de duas senhoras de Brasília, da geração de 1968, que tiveram a coragem cívica, simbólica, como na Revolução dos Cravos em Portugal, de entregar flores para os militares. Um, inclusive, deu-lhes as costas. Verificamos a intolerância do bolsonarista atacando, e só não a agrediu devido à faixa etária. Não tem como fazer o papel (*falha na transmissão*) do gasto, do tanque engasgado, do tanque poluindo. Como disse Sun Tzu, no livro clássico, 2 mil anos antes de Cristo, *A Arte da Guerra*, esse tipo de demonstração é a prova de que o pelanco de ditador não vai se criar. E é por isso que a palavra de ordem é: fora, Bolsonaro e voto impresso...

(Desligamento automático do microfone.)

63.2021.B Sessão Outro Evento 10/08/2021-14:56

Publ.: DCD - 11/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Corte de recursos orçamentários destinados à área social. Tentativa de intimidação do Congresso Nacional, pelo Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada na exibição de aparato militar na Esplanada dos Ministérios. Insatisfação com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Armadas brasileiras pela realização do evento. Comprovação, pela CPI da Covid, do envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de vacinas contra o coronavírus.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os colegas Parlamentares e me manifestar contra o voto impresso, esse absurdo que se pretende aprovar, mas que já foi rejeitado na Comissão Especial. O voto impresso não tem lógica, não tem sentido, não tem necessidade. Trata-se de um assunto que não é urgente, que não tem nada a ver com a realidade do nosso País. Neste momento, o povo está passando fome, com desemprego altíssimo, sem perspectiva de melhora de vida, com aumento do custo de vida, com o empobrecimento. O povo está sendo prejudicado em todos os aspectos: cortes na área da educação, na saúde, também na habitação, na moradia, sem nenhum projeto para garantir uma perspectiva para quem não tem uma casa. Isso é a prioridade. Não é o voto impresso, essa conversa, essa mentira que está sendo colocada. Também não é a solução o famoso distritão, com a mudança da legislação eleitoral. Nós estamos num retrocesso enorme, a Casa querendo discutir assuntos que não têm nada a ver com a vida do povo, e o Presidente colocando as Forças Armadas para fazer um desfile ridículo de tanques e de equipamentos, na tentativa de querer intimidar o Congresso.

Eu acho que o Congresso Nacional deveria efetivamente se posicionar. Está na hora de a Câmara dos Deputados ter um Presidente de verdade, que se posicione, ou ele aceita esse tipo de coisa, essa provocação, o absurdo de as Forças Armadas se submeterem ao capricho de um Presidente que não tem mais nenhum respaldo junto à população.

Está ladeira abaixo esse Governo. E as Forças Armadas, que são

instituições respeitadas pela população, faz um papelão desses! Ministros e comandantes desses deveriam estar na cadeia por fazerem esse tipo de coisa. É uma ameaça à democracia fazer um desfile na cidade, na capital, na frente do Parlamento e na frente, portanto, das instituições do nosso País.

As Forças Armadas existem para proteger o Brasil de ameaças externas. Nós não estamos com ameaças externas. Nós estamos com ameaça interna, com um Governo que é uma ameaça ao povo brasileiro, à vida das pessoas. A CPI do Senado está mostrando a corrupção do Governo Bolsonaro na compra de vacinas, o superfaturamento, o pagamento de propinas em dólares. Mais de 560 mil pessoas morreram pela irresponsabilidade, por esses atos criminosos do Presidente, dos seus Ministros. E agora nós estamos vendo as Forças Armadas apoiando isso. Essas não são Forças Armadas que o País realmente espera.

Portanto, nada de voto impresso, isso não responde às necessidades, isso não é urgente. Vamos levar a sério a situação do nosso povo, que está sofrendo, que está morrendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria que fosse divulgado meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 53/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-15:00
Publ.: DCD - 11/08/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de intimidação do Congresso Nacional, demonstrada da exibição de aparato militar na Esplanada dos Ministérios, ao ensejo da votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas de votação nas eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Existência de motivos para a abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Contrariedade à retomada do voto impresso nas eleições brasileiras.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Gilberto, pela minha colocação na frente do

Deputado Boca Aberta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico imaginando o que aconteceu no Chile, na ditadura que tirou o Presidente Allende. Antes do ataque ao Presidente Allende, houve também um "tanço", ou seja, em volta do palácio foram colocados vários tanques do Exército chileno, e, logo em seguida, veio o golpe.

Agora, prestes a votarmos a PEC do voto impresso, que é, sem sombra de dúvida, uma PEC para tirar os olhos da CPI que está no Senado para discutir os desvios desta pandemia, os desvios que foram feitos nas vacinas do Brasil, o Presidente da República vem usar a Marinha Brasileira, as nossas Forças Armadas, para fazer um desfile de tanques em frente à Câmara, ao Senado, ao Supremo Tribunal Federal, em frente aos Poderes da República, em frente àqueles órgãos que nós temos tanto que respeitar. Ele quis amedrontar o Congresso.

E agora, Sr. Presidente, eu me dirijo ao Presidente desta Casa, Arthur Lira: Sr. Presidente Arthur Lira, se V.Exa. achava que faltava coisa para pedir o *impeachment* do Presidente, agora chegou a hora.

O Presidente da República colocou as Forças Armadas à frente do Congresso Nacional para ameaçar a Câmara, o Senado e o Supremo Tribunal Federal. Agora nós temos razões de pedir o *impeachment* do Presidente. São mais de cem pedidos de *impeachment*, e até agora nenhum deles foi acatado pelo Presidente Arthur Lira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Bolsonaro já brincou demais, já atacou demais a Câmara, o Senado e o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, peço só mais um pouquinho de tempo para concluir a fala.

Agora há essa PEC do voto impresso, que é a volta do voto de currais, que é a volta do voto que vai ser utilizado para fortalecer os capitães da política, aqueles que têm muito dinheiro, que vão forçar que o eleitor coloque o voto na urna de acordo com a vontade deles.

Sr. Presidente, *impeachment* já!

Gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-15:08
Publ.: DCD - 11/08/2021 - SILAS CÂMARA-REPUBLICANOS -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pela Confederação Nacional dos Municípios, de reunião para debate de pautas legislativas, especialmente da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, a respeito do parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Aprovação pela Casa de requerimento de criação de Comissão Externa, para verificação in loco da qualidade dos serviços de Internet e telefonia celular no Estado do Amazonas.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que hoje a Confederação Nacional dos Municípios fará mais uma reunião com a agenda municipalista, com o Conselho de Assuntos Municipalistas da Confederação, e o tema, Sr. Presidente, são as pautas legislativas que tratam de assuntos de interesse dos Municípios brasileiros. Entre elas, Sr. Presidente, eu destaco aqui a PEC do nosso querido Silvio Costa, Deputado Federal do nosso partido, que fala sobre o reparcelamento de dívidas com o INSS. É uma matéria absolutamente importante e estratégica para os Municípios do Brasil.

Portanto, esse é um tema que a Casa precisa dar a urgência necessária, para trazer uma resposta aos nossos Municípios, que precisam de uma solução no que diz respeito a essa matéria.

Também, Sr. Presidente, registro aqui a aprovação de um requerimento de minha autoria para a instalação de uma comissão externa que tratará sobre Internet e telefonia celular no Estado do Amazonas, com a presença do Presidente da ANATEL, do Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e também do Tribunal de Contas da União. Será uma visita que, com certeza, trará ao Estado do Amazonas uma resposta que muitos querem, que é a qualidade da Internet e da telefonia.

Peço a V.Exa. que a minha fala seja registrada pelos órgãos de imprensa desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Alcance da marca funesta de 564 mil mortes no País pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Crises social, política, econômica, cultural e sanitária reinantes no Brasil. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de intimidação do Parlamento brasileiro. Desmoralização das Forças Armadas brasileiras pelo Presidente da República. Solidariedade ao trompetista Fabiano Leitão, diante de sua prisão e quebra do seu instrumento musical por militares do Exército brasileiro.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, os ventos da minha Fortaleza, do meu Ceará, fazem uma saudação especial ao seu São Paulo e à nossa Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Muito obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) - Infelizmente, Presidente Gilberto, eu não venho aqui para falar de alegrias, de superações, nem falar de um Brasil melhor. Venho aqui para denunciar, mais uma vez, essa conjuntura patética e trágica. Trágica, sim, porque nós vivemos hoje uma tragédia humana no Brasil. São mais de 564 mil mortos. Eu inclusive quero demonstrar meu profundo pesar aos que perderam seus entes queridos.

Nós vivemos uma tragédia social da mais alta gravidade, uma tragédia econômica sem precedentes, uma tragédia cultural, política e uma tragédia sanitária. A inflação hoje toma conta do Brasil, e o povo brasileiro sequer consegue mais comprar gás ou pagar energia elétrica. Nós vemos hoje, com a demonstração patética que o Presidente da República fez para intimidar o nosso Parlamento, o processo que ele vem fazendo desde que assumiu o Governo de desmoralizar as Forças Armadas do Brasil, uma instituição que sempre teve o nosso respeito. Nós sabemos que há pessoas sérias, comprometidas e que entenderam que o seu papel não é atuar na política, na ativa, mas estar nos quartéis, defendendo o nosso Brasil.

Nós falamos isso com muita tristeza, e a tristeza de quem está vendo isso hoje. Eu quero solidarizar-me com o nosso trompetista, o Fabiano Leitão, que foi preso e teve o seu trompete esmagado pelo Exército. Isso para mim é o principal símbolo deste momento que estamos

vivendo. Tanques na rua. Inclusive, estamos vendo como estão sucateadas as Forças Armadas, ao mesmo tempo em que um trompetista teve a o seu trompete tomado e amassado.

O Brasil inteiro se solidariza com você, Fabiano Leitão. Estamos, inclusive, fazendo vaquinha para que você tenha o seu trompete, com a cultura, a voz da democracia. O nosso trompetista da democracia não vai se calar porque o Exército resolveu amassar o seu trompete.

Ao contrário, nós vamos nos multiplicar, Fabiano. Somos todos Fabiano e somos todos trompetistas da liberdade, trompetistas deste País. Este País vai sair desse buraco que Bolsonaro o enfiou, ele e os seus filhos, que acham que são donos do Brasil, e nós vamos, sim, vamos, com os trompetes, anunciar novos ventos, nova democracia e um Brasil que nós vamos reconstruir a partir de 2021.

Fora, Bolsonaro! Você não nos representa, genocida responsável pela morte de milhares de brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 56/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-15:16
Publ.: DCD - 11/08/2021 - DIEGO GARCIA-PODE -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio ao desfile militar realizado pelas Forças Armadas brasileiras na Esplanada dos Ministérios. Desvio, por governos anteriores, de recursos públicos para países ditatoriais. Repúdio ao comportamento e atitudes de membros da CPI da Covid. Não investigação, pelo órgão, do desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus em Estados e Municípios. Apoio do orador e do povo brasileiro à retomada do voto impresso em pleitos eleitorais.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desfile das Forças Armadas tomou conta do pronunciamento de muitos Parlamentares, na tarde de hoje, nesta sessão.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, não fico envergonhado de ver um desfile das Forças Armadas, não fico com nem um pouco de medo de esse desfile ter acontecido no dia de hoje. Fico envergonhado de ver o

desvio de dinheiro público, como nós vimos aí, com muita frequência, anos atrás, a saída de dinheiro público para outros países, governados por ditadores, como Cuba, Venezuela. Tantos outros escândalos nós vimos. O dinheiro saiu em desfile para outros países, a rodo, dinheiro que agora falta para os brasileiros.

É disso que eu me envergonho, é disso que temos medo e que não queremos que volte ao nosso País.

Não me envergonho dos militares. Particularmente, não me envergonho daqueles que prestam um serviço brilhante à nossa Nação. No meu Estado do Paraná, as Forças Armadas têm realizado um trabalho de excelência - estão implementando agora o SISFRON, sistema que trará proteção a toda a área de fronteira do nosso Estado - , mas, disso, ninguém fala.

Eu me envergonho daqueles que desviaram milhões de dinheiro público, dos Senadores que compõem esta CPI da vergonha - exceto alguns Senadores que, de fato, cumprem muito bem o seu papel dentro da Comissão. Temos um grande número de Senadores ali que envergonham o Brasil com o seu comportamento, atitudes e omissão, quando deveriam ir a fundo, investigar a corrupção e desvios de dinheiro público em Estados e Municípios. Mas, para isso, eles não querem trabalhar.

Queremos, Sr. Presidente, transparência em todas as áreas e, também, no voto impresso auditável, que é, sim, uma vontade popular. Por isso, vemos a grande mobilização em todo o Brasil pela aprovação do voto impresso auditável na sessão de hoje, em nosso País. Espero que assim aconteça; terá o meu total apoio, o meu voto. Já votei na legislatura passada e votaremos novamente nesta legislatura, para que esta lei saia do papel e se transforme em realidade, trazendo mais transparência ao sistema eleitoral brasileiro. Isso é um avanço.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 57/201

63.2021.B	Sessão Outro Evento	10/08/2021-15:20
Publ.: DCD - 11/08/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Protesto contra a ênfase dada à retomada do voto impresso e à exibição de aparato militar, em detrimento da discussão de medidas de combate ao desemprego, à fome e à inflação, bem como de ações em prol das pequenas e microempresas e da moradia dos brasileiros. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Defesa de vacinação em massa da população brasileira contra a doença viral.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a fala que faço agora é um verdadeiro manifesto meu aos Deputados e ao povo brasileiro sobre este tema que vamos enfrentar hoje nesta Casa, o voto impresso.

Quinhentos e sessenta mil mortos, e hoje só se fala em voto impresso e tanque nas ruas. Quinze milhões de desempregados, e hoje só se fala em voto impresso e tanque nas ruas. Dezenove milhões de brasileiros e brasileiras com fome, e hoje só se fala em voto impresso e tanques nas ruas. Inflação descontrolada na comida e na energia, e hoje só se fala em voto impresso e tanque nas ruas. Oitocentas mil empresas fechadas em decorrência da pandemia, e hoje só se fala em voto impresso e tanque nas ruas.

Não. Essa gente não entende nada da vida e do ser humano. Essa gente não se sensibiliza com a morte, com a fome, com a falta de moradia. E é essa gente que alguns temem nesta Casa? Não. O que temo é desviar minha atenção do sofrimento dos brasileiros, os que nos conferiram nossos mandatos e que nunca precisaram tanto de nós quanto agora. É com eles que eu quero estar. Eu quero estar ao lado do amor pelas pessoas, da solidariedade pelas famílias enlutadas, da luta pela vacina, para salvar vidas, por emprego, para dar dignidade às pessoas e por comida para afastar a dor da fome.

Estarei ao lado das tendas espalhadas nas ruas de São Paulo, das crianças pedindo esmola nos sinais de Manaus.

Estarei ao lado da Eliana de Jesus, doméstica, e da sua filha adolescente; da Jaqueline Félix, garçoneiro, e das suas duas filhas crianças; do Jonas Evangelista, metalúrgico; todos, gente que tinha o seu trabalho e a sua moradia, e que hoje estão desempregados, despejados e morando na rua.

Essa gente tem nome, sofre, chora, luta para sobreviver com o mínimo de dignidade. Essa gente brasileira não está nem aí para voto impresso e também não tem tempo e nem meios para nos atacar pelas redes sociais. Essa gente é o verdadeiro Brasil, Deputado, o Brasil com quem devemos nos importar nas nossas tomadas de decisão nesta Casa.

Esse Brasil não tem tempo para criar crises artificiais diante de tantos

graves problemas reais na vida das pessoas.

Eu peço um tempo para concluir, Sr. Presidente. Peço que V.Exa. conceda-me mais 30 segundos, Presidente.

O Brasil real é o Brasil do pai de família trabalhador que perdeu o emprego; do empresário que viu anos de dedicação se perderem quando fechou as portas; da mãe solteira que já não consegue alimentar seu filho; das crianças e adolescentes que ficaram sem escola e tiveram seu futuro prejudicado.

Com essa pressão das redes sociais, muitos temem pelo impacto eleitoral, mas será que é só isso que deve orientar nossas decisões na vida pública? A resposta é "não". A vida pública só tem sentido se for um instrumento de mudar a vida das pessoas.

Não tenhamos dúvida, a maioria do povo brasileiro não tem nada a ver com os que passam o dia na Internet destilando seus ódios e suas frustrações nas nossas contas de WhatsApp.

A maioria do povo está chorando seus mortos, procurando emprego, se virando para colocar um prato de comida na mesa para os seus filhos, pedindo nos sinais, dormindo nas ruas. É esse o lado certo. É esse o nosso lado.

Vamos votar contra, tirar isso da frente e cuidar do que é importante para o Brasil. E o que é importante para o Brasil é vacina, o único remédio para a pandemia. E, para a economia: emprego, comida, combate à inflação, retomada da atividade industrial.

O debate do voto impresso virou instrumento de ataque às instituições e à democracia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - E a hora é de defesa da democracia, porque, sem ela, perderemos inclusive o direito de divergir e de disputar opinião.

Vamos sem medo! Este é o lado certo, o lado do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



63.2021.B

Sessão Outro Evento

10/08/2021-15:32

Publ.: DCD - 11/08/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Elevação dos preços de alimentos, de combustíveis, do gás de cozinha e de tarifas de energia elétrica no País. Prioridade dada pelo Presidente Jair Bolsonaro na reeleição e na retomada do voto impresso, em detrimento das demandas sociais. Fator determinante do empenho do Presidente da República na mudança do sistema eleitoral brasileiro. Motivo da exibição de aparato militar das Forças Armadas brasileiras na Esplanada dos Ministérios, determinada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente, colegas que nos acompanham pelas redes de comunicação da Câmara.

Nós estamos vivendo uma situação difícil. O preço da comida anda pela hora da morte: o preço do feijão, do arroz, da carne, do óleo. Ir ao supermercado é quase uma tortura, principalmente para quem está desempregado ou ganha pouco. Soma-se a isso, ainda, a carestia dos combustíveis. O gás de cozinha, já há lugares em que está 120 ou 130 reais o botijão de gás. O litro da gasolina já está quase 7 reais, o do *diesel* também. E ainda há o aumento da energia elétrica.

Por que estamos passando por tudo isso? Porque não temos um Governo eficiente que governe para o povo. Com toda essa situação de dificuldade, o que está fazendo Bolsonaro? Pensando em reduzir o preço dos combustíveis na PETROBRAS como prometeu e não fez? Não. Pensando em ter uma solução para a energia elétrica ficar mais barata para o povo? Não. Pensando numa solução para diminuir o preço da comida? Não.

Está pensando nas eleições de 2022, quer mudar o sistema eleitoral brasileiro, quer colocar o voto impresso, pois a urna eletrônica não serve. Mas essa urna eletrônica o elegeu por 28 anos, ou quase 28 anos, como Deputado Federal; elegeu os seus filhos - Vereador, Deputado, agora Senador -; e o elegeu Presidente. Por que agora não presta? Não presta porque Bolsonaro sabe que vai perder a eleição e quer tumultuar. Por isso ele quer mudar o sistema eleitoral. Ele quer tumultuar. E ele só pensa nisso.

O povo tem todas as dificuldades - inclusive a pandemia, com grandes problemas, e a vacinação, que não chegou para todo mundo como tinha que chegar - e Bolsonaro pensando nas eleições. Como ele é um

homem medroso e covarde - vocês se lembram que o Bolsonaro nem nos debates, em 2018, na campanha, foi -, ele quer mostrar força. Então ele fez com que o comboio militar vindo do Rio de Janeiro, que faria operações nos arredores do Distrito Federal, passasse por dentro da Esplanada dos Ministérios para mostrar que ele é o Comandante em chefe, que ele manda, que ele tem a força e as armas.

Ora, Bolsonaro, quem tem voto não se esconde atrás de tanque. Quem tem voto não se esconde atrás das Forças Armadas. Quem tem voto não precisa dessa demonstração de fragilidade que você deu e nem de querer vir para cima do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

O seu problema, Bolsonaro, é que você não tem voto. Não tem voto quem deixa o povo morrer de fome; não tem voto quem deixa o povo desempregado; não tem voto quem não providencia a comida barata à mesa do trabalhador. É isso. Então, não adiantam os seus tanques. Você vai ser derrotado ou pelo *impeachment* ou pelo voto.

Documento 59/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-10:12
Publ.: DCD 11/08/2021 -	- ODORICO MONTEIRO (PRESIDENTE)-PSB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate da situação da saúde no Brasil. Determinação do rito procedimental da Comissão Geral. Leitura de discurso encaminhado pelo Presidente Arthur Lira.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral, com a finalidade de debater a situação da saúde do Brasil.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Neste momento, vou ler o discurso enviado pelo Presidente Arthur Lira:

"Senhoras e senhores, o Plenário da Câmara dos Deputados reúne-se nesta manhã para debater a situação da saúde no Brasil, em atenção a requerimento do Deputado Odorico Monteiro e outros", entre eles a Deputada Dra. Soraya Manato e o Deputado Hiran Gonçalves, que se encontram conosco.

"O objetivo de uma Comissão Geral é o de constituir um foro amplo, com a participação de todos os membros da Casa para o aprofundamento e o debate de temas de grande importância para o País.

É também um mecanismo de aproximação da Câmara dos Deputados junto à sociedade e de qualificação do processo legislativo, com a presença de especialistas, de entidades da sociedade civil e de outras pessoas com experiência e conhecimento na matéria que possam contribuir para o debate, auxiliando, deste modo, o Parlamento na tomada de decisões que melhor satisfaçam o interesse público.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos da Constituição, e políticas públicas devem garantir o acesso universal e igualitário a ações e serviços de saúde.

Competência comum dos entes federados, a saúde brasileira tem passado por um grave momento desde fins de fevereiro de 2020, com o surgimento dos primeiros casos do novo coronavírus. Em quase 1 ano e meio, foram registrados 20 milhões de infecções no País e mais de 560 mil brasileiros perderam a vida em decorrência da pandemia provocada pela COVID-19.

As autoridades sanitárias salientam que a vacinação é o caminho mais efetivo para reduzir a propagação do vírus, o desenvolvimento de casos graves da doença, e, portanto, figura como a medida mais eficaz para salvar vidas.

Causa-nos otimismo ver que a vacinação, que envolve as três esferas da Federação, tem ganhado fôlego no Brasil. Em julho passado, foram distribuídos 43 milhões de doses pelo Ministério da Saúde. O País atingiu a significativa marca de 145 milhões de doses aplicadas, sendo que 62% da população vacinável recebeu pelo menos uma dose de vacina.

Devemos, portanto, enaltecer os servidores da saúde da União, dos Estados e dos Municípios pelo valioso trabalho realizado na campanha de vacinação e igualmente pelo atendimento aos infectados, fundamental para a recuperação de milhares de brasileiros.

É preciso ter clareza, contudo, de que a guerra contra o vírus ainda não terminou. Apesar da melhora significativa na redução dos números de

infecções e óbitos, as estatísticas oficiais indicam que os números nacionais ainda permanecem elevados e a proporção de pessoas com imunização completa ainda é inferior a 30% da população vacinável.

Ademais, os órgãos de saúde têm alertado para a introdução de novas variantes do vírus no Brasil, em especial a nominada 'delta', que se tem tornado a variante predominante no mundo e cuja velocidade de propagação é muito preocupante.

Portanto, creio que neste momento a mensagem deve ser a da prudência: persistamos com a vacinação e mantenhamo-nos alertas com a necessária observância das recomendações expedidas pelas autoridades sanitárias nacionais.

Como muito bem sabem os pacientes, a esfera da saúde não se limita à COVID-19. O diabetes, a hipertensão, o reumatismo e demais doenças crônicas continuam a exigir cuidados médicos; os procedimentos de emergência continuam sendo necessários e os procedimentos eletivos não podem ser suspensos em caráter permanente.

Creio que esta Comissão Geral é uma rica oportunidade para colhermos múltiplas visões sobre a situação da saúde do Brasil, bem como para apresentarmos ideias e sugestões que auxiliem a atuação legislativa desta Casa no âmbito desta área tão cara à população brasileira.

Concluo esta introdução aos trabalhos desejando muito êxito aos expositores e o desenvolvimento de um bom e profícuo debate a todas e todos.

Muito obrigado."

Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira.

Documento 60/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-10:20
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	RONALD FERREIRA DOS SANTOS--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS - Bom dia, Deputado



Odorico Monteiro, a quem cumprimento e agradeço em nome da CTB e da Federação Nacional dos Farmacêuticos. Quero dizer que é uma satisfação poder estar aqui, neste dia, representando os farmacêuticos brasileiros, os trabalhadores de saúde do País.

O Brasil vive, há mais de 1 ano, uma grave crise sanitária, econômica, social, ambiental e política, exigindo de toda a sociedade, especialmente de governantes e representantes do povo, sensibilidade e a busca do exercício pleno de cidadania e das liberdades democráticas diante da violenta emergência humanitária. Em um contexto de afronta à dignidade humana, no qual a proteção social da população não foi garantida, e quando se morre de fome e de COVID, a pandemia revelou o descaso do Governo Federal com as condições de vida do conjunto da população brasileira, especialmente a maioria que sofre com a desigualdade social e de renda, ampliada no País nos últimos anos.

A pandemia aprofundou a crise econômica e agravou a situação de saúde pública do Brasil diante da falta de coordenação nacional para o seu enfrentamento, o que resultou no aumento de casos de mortes evitáveis por COVID, tanto em 2020 quanto em 2021. O descaso com as propostas apresentadas pela Frente pela Vida e o desrespeito às recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Saúde, antes e durante a pandemia, aliados à falta de planejamento articulado na Comissão Intergestores Tripartite, impossibilitou a antecipação de problemas evitáveis em prejuízo das condições de vida da população. Isso dificultou ainda mais o nosso sistema de saúde nas ações para enfrentar o coronavírus, expresso na lentidão do uso de recursos orçamentários em 2020, tanto nas ações diretas do Ministério da Saúde como nas transferências fundo a fundo para Estados, Distrito Federal e Municípios, o que ocorreu concretamente somente em agosto de 2020, depois do final do ano, inclusive para a compra de vacinas e insumos para a fabricação nacional, como está revelando a CPI no Senado.

Mas o pior é que a irresponsabilidade sanitária está tendo prosseguimento em 2021, iniciado sem um centavo programado no orçamento do Ministério da Saúde para o enfrentamento da COVID, bem como sem nenhum objetivo e meta para esse fim na revisão do Plano Nacional de Saúde de 2020 a 2023, que foi submetido e reprovado pelo Conselho Nacional de Saúde no primeiro semestre deste ano.

Os recursos orçamentários para o enfrentamento da COVID estão sendo viabilizados por meio de abertura de créditos extraordinários a conta-gotas ou por um obscuro orçamento secreto, evidenciando, mais uma vez, a inexistência tanto de uma coordenação nacional quanto de um processo de planejamento integrado tripartite, cujas consequências



gravíssimas para a população ocorreram no primeiro quadrimestre de 2021, como a falta de oxigênio em Manaus e de leitos de UTI em todo o Brasil, além de equipamentos, materiais e medicamentos para essas internações.

Novamente, mais casos de mortes evitáveis ocorreram pelo Brasil. Mas a omissão do Governo Federal ficou mais evidenciada quando foram reduzidas em 63%, para os Municípios, e em 17%, para os Estados brasileiros, as transferências do Fundo Nacional de Saúde destinadas ao enfrentamento da COVID no primeiro quadrimestre de 2021.

O processo de desfinanciamento do SUS, que já era insuficiente para o cumprimento do mandamento constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado, teve, na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a comprovação de que a política econômica, baseada na austeridade fiscal, não somente fragilizou estruturalmente o SUS, como impôs limitações para o enfrentamento da pandemia a partir de fevereiro de 2020.

Segundo estudos realizados por especialistas para o Conselho Nacional de Saúde, deixaram de ser alocados no financiamento federal do SUS cerca de 22,5 bilhões de reais até a programação orçamentária inicial, em 2020, antes da COVID, enquanto as despesas *per capita* caíram de 595 reais, em 2017, para 583 reais, em 2019.

O Conselho Nacional de Saúde alertou sobre essa queda quando da tramitação das PECs na Câmara e no Senado, que resultaram na Emenda Constitucional nº 95, pois se congelar por 20 anos o piso federal do SUS no valor de 2017 já era trágico, com a pandemia tornou-se cruel.

A homenagem que a Câmara dos Deputados pode fazer às mais de 564 mil vítimas da COVID, além de defender a democracia, é fortalecer e aperfeiçoar o SUS, assim como desenvolver e ampliar o complexo econômico industrial da saúde para enfrentar o coronavírus, suas variantes e consequências.

Para isso, a Emenda Constitucional nº 95, que afasta o Estado brasileiro de suas obrigações e que impôs o teto de gastos, precisa ser revogada, para que a União aplique, no mínimo, 10% de suas receitas correntes brutas, recompondo o crônico subfinanciamento e o recém-desfinanciamento, proposta esta apresentada pelo Saúde+10 a esta Casa, que, por sinal, já foi aprovada com mais de 400 votos em primeiro turno. Refiro-me à PEC 1/15.

Somente o SUS público, universal e integral, e suficientemente financiado, nos salvará de mais tragédias na pandemia e no pós-pandemia. Promover a atenção primária, a estratégia da saúde da

família, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a valorização do trabalho e tantas outras políticas efetivas do SUS necessitam de financiamento. Produzir direitos é produzir e distribuir riqueza. Superar a dependência internacional e a vulnerabilidade nacional; integrar saúde, economia, meio ambiente, inovação e produção é uma necessidade do século XXI.

O SUS, a saúde e o povo brasileiro têm condições de viabilizar essa proteção ao povo brasileiro.

Viva a vida! Viva o SUS! Viva a democracia!

Muito obrigado por este espaço.

Documento 61/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-10:24
Publ.: DCD - 11/08/2021	NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JÚNIOR---	
-	---	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JÚNIOR - Olá, querido Deputado Odorico Monteiro. Quero cumprimentar V.Exa. e, em seu nome, todos os Deputados e aqueles que nos acompanham nesta audiência. Parabeno-o pelo brilhante trabalho como Parlamentar nesta Casa, que muita honra a trajetória de nós sanitaristas e de todos os lutadores do Sistema Único de Saúde.

Para tentar, em breves palavras, caracterizar a situação de saúde no Brasil, é necessário reconhecer que o País vive uma situação de pleno desastre epidemiológico. Todas as características que podem formar o conceito de uma situação de desastre por causas epidemiológicas, por causas derivadas de uma doença infectocontagiosa, estão reunidas na situação de saúde no Brasil neste momento. Temos uma situação em que existe, além da tripla carga de doença já conhecida anteriormente - as condições metabólicas e nutricionais, as doenças infectocontagiosas conhecidas anteriormente e também as causas externas -, a sobreposição de uma quarta carga de doença, caracterizando essa quádrupla carga, que desafia tanto o sistema de saúde quanto a economia, as nossas características civilizatórias, no caso do povo brasileiro e de um projeto de País.



Neste momento, nós consolidamos uma queda sustentada do número de casos de internações e de óbitos. A atual situação de saúde no País é decorrente da plena capilarização em todos os rincões do Brasil do SARS-COV-2, com suas diversas variantes. Não há no nosso País, neste momento, nenhum território livre da circulação do vírus. A situação de saúde no nosso País também é decorrente de uma ausência de uma coordenação nacional de enfrentamento efetiva da pandemia.

Houve no Brasil uma plena e clara opção de impor uma estratégia nacional de imunidade de rebanho como estratégia de enfrentamento do SARS-COV-2. Se considerarmos uma letalidade corrigida de 0,6% pela COVID-19, com os mais de 563 mil óbitos de brasileiros que foram registrados ao longo da pandemia, isso equivaleria a uma exposição anterior à doença de aproximadamente 44% da população, um número que não pode ser subestimado, considerando-se que não tivemos uma estratégia de testagem em massa capaz de corrigir e aproximar o sistema de saúde dos números reais da pandemia. Considerando-se as subnotificações, este número de 44% de exposição da população do território ao vírus é um número que pode apontar uma aproximação efetiva da realidade do País.

Uma estratégia de imunidade de rebanho, que exigiria alcançar 80%, 90% de exposição ao vírus, levaria o País a uma cifra de quase 1 milhão de mortos. Essa estratégia foi mitigada graças a ações do Sistema Único de Saúde, mesmo incluindo neste último caso também ações organizadas com o próprio Ministério da Saúde em muitas ocasiões, em diversos momentos, mas principalmente pela resistência que Governos Estaduais e Municipais adotaram a respeito de medidas não farmacológicas, aposta pela estratégia de fortalecimento da assistência, da testagem e da comunicação de risco clara com a população.

A situação de saúde do País é resultado da falta de uma agenda de coesão social e econômica capaz de sustentar as medidas não farmacológicas necessárias, principalmente aquelas que eram exigidas num contexto de ausência da vacinação.

Não houve, no ano de 2020, priorização da urgência da disponibilidade de vacinas para o povo brasileiro. Temos um avanço muito satisfatório - uma grande conquista do Sistema Único de Saúde e de todo o povo brasileiro - da vacinação no segundo semestre de 2021. O processo de avanço foi tardio. No ano passado, ainda em dezembro, e em janeiro, haveria disponibilidade de vacinas, caso decisões estratégicas tivessem sido adotadas nos meses de julho e agosto.

Nesse contexto, também é preciso registrar que a saúde no Brasil enfrenta um grave subfinanciamento. Dos mais de 562 mil óbitos na

pandemia, 70% ocorreram em 2021; no entanto, Estados e Municípios ainda não receberam nem o equivalente a 35% do orçamento destinado a enfrentar a pandemia no ano passado. Existe novamente um atraso na resposta daquilo que diz respeito ao financiamento do sistema.

Celebramos neste momento que haja no País um grau maior de convergência, de ações integradas, tanto entre os Municípios quanto entre os Estados e a União, com o avanço rápido, célere, da imunização do povo brasileiro. Temos a garantia de que é possível vencer a pandemia na medida em que apostamos na ciência, na medida em que conseguimos vencer concepções que negavam as vacinas, negavam, como método, as soluções seguras para o povo. Celebramos que, neste momento, mais de 94% da população do País queira receber imunização contra a COVID-19. É necessário encontrar, no ano de 2021, saídas capazes de garantir que as características que definem o contexto de desastre epidemiológico possam ser superadas.

O País teve uma característica protetora do seu povo no momento em que a pandemia afetou todos os rincões do Brasil. Essa característica protetora se chama Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde é descentralizado, hierarquizado, capilarizado. Mobilizou as esferas municipais, estaduais e até a central, num grande movimento de resistência à pandemia.

Nós, dentro do Sistema Único de Saúde, sabemos muito bem que temos uma cultura republicana de coexistência de diversas matrizes ideológicas. Cabe ao Estado brasileiro preservar o Sistema Único de Saúde das polêmicas, das polarizações e da intervenção política. Não nos importa se o comando central do País é de um governo de centro, de direita ou de esquerda. Temos condições e maturidade republicana, dentro do Sistema Único de Saúde, para garantir a coesão necessária em torno de medidas eficazes para proteger o povo brasileiro.

Com essas palavras, Deputado Odorico, eu quero compartilhar a avaliação da situação de saúde no Brasil, pedindo que esta Casa consiga agilizar, acelerar todas as decisões capazes de garantir os recursos orçamentários necessários ao financiamento das ações de serviço público de saúde para enfrentamento da pandemia e legitimar robustos marcos legais capazes de assegurar a legalidade de todos os atos necessários a esse enfrentamento.

Muito obrigado, Deputado Odorico Monteiro, demais Parlamentares e convidados que nos acompanham.

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS) - Bom dia, nobre Deputado Odorico Monteiro, Presidente desta Comissão Geral. Para mim, este é um momento de grande satisfação. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento todos os demais componentes da Comissão. É sempre uma grande honra poder participar da busca de soluções para a saúde.

As falas anteriores nos mostraram que, infelizmente, grande parte da Oposição continua com um discurso de negação daquilo que existe, daquilo que funciona e daquilo que foi feito principalmente em relação à pandemia.

Mas eu quero retroceder um pouco, quero me apresentar. Sou clínico e cardiologista, e, sempre que me apresento, eu me apresento como clínico. Nós temos levantado um trabalho no CEDES na tentativa de resgate do clínico. Não podemos negar que o clínico tem sido negligenciado, abandonado, jogado à sua própria sorte. Isso tem repercutido de forma muito significativa nos resultados, que, lamentavelmente, são ruins do ponto de vista do diagnóstico. Nós temos buscado a prevenção. O diagnóstico é fundamental. E temos que insistir nisto, é o médico quem faz o diagnóstico, assim como define o tratamento em determinadas circunstâncias, seja terapêutico, seja medicamentoso - no caso, a terapia medicamentosa -, seja cirúrgico, seja paliativo.

Temos colhido hoje os frutos amargos da pandemia, em decorrência da negligência daqueles que estiveram à frente do Ministério da Saúde anteriormente e que, em vez de buscarem conhecimento com aqueles que já tinham passado pela tragédia do coronavírus na Ásia, simplesmente resolveram fazer política de mídia, tentando desestabilizar o Presidente Jair Bolsonaro.

É importante que seja resgatada a memória. Um determinado Governador disse que não havia motivo para pânico e que iríamos fazer o maior carnaval do Brasil. Como foi dito aqui, nós sabemos que a testagem realmente é fundamental. Mas, infelizmente, não se fez o que se deveria fazer na época. Quando não havia mais o que ser feito, surgiu o conhecimento a respeito de drogas reposicionadas, e, infelizmente, deu-se início a uma campanha midiática contra a eficácia das drogas que foram reposicionadas. É muito conhecida e reconhecida a 4-aminoquinolona - a hidroxicloroquina, a cloroquina e

seus ancestrais, vamos dizer assim. Isso é conhecido.

O Senado americano já demonstrou que poderiam ter sido evitadas 60% das mortes. Infelizmente isso não é lembrado. Então, acusa-se o Presidente, mostrando que morreu isso, morreu aquilo, 570 mil, mas poderíamos ter evitado 60% das mortes, simplesmente se abraçássemos e defendêssemos a eficácia da droga como fizemos e temos dito.

Aqui é importante resgatarmos o clínico. O clínico precisa resolver os casos. O SUS é fantástico, funciona em todas as frentes, mas infelizmente não funciona no atendimento primário à saúde. Oitenta por cento dos casos nos postos de saúde são encaminhados, e complicados. Isso sobrecarrega as unidades de terapia intensiva. Hoje as unidades de terapia intensiva foram aumentadas significativamente em mais de 40%. Quem fez isso? O Ministério da Saúde orientado pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Não podemos deixar isso de lado, não podemos deixar de reconhecer isso. É importante entendermos que medicina e saúde se fazem com médico, com enfermagem, com padrões de prevenção e programas como os que existem no SUS. O SUS é fantástico - funcionam os programas -, mas, quando chega ao mais importante, que é o médico, falha. Não conseguimos resolver os problemas através do diagnóstico e do tratamento precoce que se deixou neste País.

Há outras doenças, principalmente as cardiovasculares, que têm aumentado, e estão sob um manto. Infelizmente não temos conseguido resolver isso.

Quanto à discussão, estamos às ordens.

Muito obrigado pela oportunidade.

Documento 63/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-10:40
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	GUTEMBERG FIALHO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. GUTEMBERG FIALHO - Cumprimento a todos. Cumprimento o Presidente, o Deputado Odorico Monteiro, e os demais componentes

deste auditório virtual.

O nosso encontro hoje aqui é para falar da situação da saúde no Brasil. A primeira questão é a pandemia, mas temos que analisar a situação como um todo, a situação do Sistema Único de Saúde, a situação da saúde suplementar e a proposta de maior participação da saúde suplementar no Sistema Único de Saúde.

Vou passar alguns eslaides, para contextualizarmos isso. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, não está sendo permitido fazer apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Dr. Gutemberg, infelizmente não.

O SR. GUTEMBERG FIALHO - Perfeito.

Vamos contextualizar o nosso sistema de saúde. Aconteceu uma reforma sanitária, com a criação do Sistema Único de Saúde, em 1988, que concluiu pela importância da prevenção e da promoção da saúde.

O interessante é que o Ministro Adib Jatene, numa conferência dos hospitais universitários, em Salvador, disse que 80% das pessoas que diariamente estão nas portas dos hospitais deveriam ter sido atendidas no centro de saúde. *"Os hospitais que os senhores dirigem são, na realidade, uma cabeça sem corpo"*. Isso mostra a importância da atenção primária.

Nós tivemos, em Governos recentes, o incentivo na formação de profissionais da atenção primária e um desprezo na formação de especialistas. Nós precisamos formar especialista na atenção primária, investir na atenção primária, mas não podemos abrir mão da formação do especialista, notadamente na alta complexidade. E foi mostrada essa deficiência, agora, no enfrentamento à pandemia. Nós não tivemos profissionais qualificados para atender à complexidade da doença, notadamente nas UTIs dos hospitais públicos e privados.

O Sistema Único de Saúde é subfinanciado. Para terem uma ideia, o gasto *per capita* no Brasil é de 389 dólares. Vejamos o gasto de países que têm sistemas parecidos com o nosso: a Argentina gasta 950 dólares; a Espanha, 1.770 dólares; o Canadá, 3.550 dólares.

Há um Sistema Único de Saúde, políticas públicas para a saúde sem recursos; sem haver uma política de recursos humanos; com gestores, funcionalmente estáveis e nomeados por critérios políticos, malremunerados, malqualificados, sem perspectivas futuras, sem segurança profissional nenhuma.

O que está ocorrendo no Sistema Único de Saúde? Êxodo de profissionais, por causa de péssimas condições de trabalho, péssimas condições salariais, com reflexo na residência médica com péssimas condições de trabalho, formando profissionais sem a formação desejada. Há falta de insumos, falta de leitos. Falta colocar à disposição do paciente todo o arcabouço tecnológico que nós temos.

O Brasil tem hoje 518 mil médicos, 78% por cento dos médicos trabalham no setor privado; 71,77% trabalham no setor público. Aí há a dupla militância.

Há 6.396 hospitais públicos e privados, 3.145 nas Regiões Sudeste e Sul, representando 50%, 49,17% dos hospitais.

Nós estamos vendo um crescente descredenciamento dos hospitais prestadores de serviço ao Sistema Único de Saúde. E muitos deles estão fechando suas portas, em decorrência de quê? De uma tabela de honorários médicos e de hotelaria defasada. Tem sido constante essa constatação e reivindicação pela melhoria. Uma consulta médica com especialista está em torno de 10 reais. Um parto cesariano, 545 reais; um parto normal, 443 reais. E o valor da hotelaria na faixa de 50 reais. E o pior: há o atraso no repasse dessas verbas.

Por outro lado, a medicina suplementar tem 48 milhões de usuários, muitos planos de saúde caça-níqueis estão proliferando e oferecem acesso a ambulatório, apenas consulta de ambulatório e alguns procedimentos.

E quando há um atendimento de emergência, quando o paciente precisa de algum atendimento mais complexo, não é autorizada a internação e, muitas vezes, não dão acesso nem ao pronto-socorro nem às consultas ambulatoriais que ofertam, porque não dão conta de atender toda a demanda que conseguem conquistar (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Dr. Gutemberg, por favor, peço que habilite o seu áudio.

Dr. Gutemberg, o seu áudio está desligado.

Pode concluir, por favor.

O SR. GUTEMBERG FIALHO - Bem, concordando com o que o Deputado Dr. Luiz Ovando disse, há deficiência, principalmente em decorrência desse foco colocado no procedimento, o baixo honorário médico da medicina suplementar, a questão de autorização de procedimento e a cadeia de atravessadores. Há um sistema financiado com dinheiro público, porque há abatimento de Imposto de Renda

nessa situação.

Nós temos um sistema de medicina suplementar de custos elevados, porque há cadeia de atravessadores, realização de procedimentos desnecessários, alta rotatividade do corpo clínico, com queda da qualidade da oferta e da assistência, dificuldade de auditar e fiscalizar e uma porta aberta para fraudes e corrupção.

Por que a contextualização de tudo isso? Porque nós estamos vendo uma proposta de avanço da medicina suplementar e da medicina privada no Sistema Único de Saúde e percebemos que, na gestão eficiente do Sistema Único de Saúde, o custo é menor se há mais controle limpo.

Então, quais são as propostas para que haja um Sistema Único de Saúde mais eficiente, com uma inclusão e maior assistência? Financiamento adequado, controle na gestão de compras, planejamento estratégico, atingimento de metas, auditoria eficaz, políticas para a saúde focada no perfil etário e epidemiológico da população, informatização do processo de gestão, política de recursos humanos, gestores estáveis de carreira, bem remunerados, qualificação constante da gestão.

Na contramão disso tudo, eu gostaria de citar uma manifestação do Ministro da Economia, em uma reunião do Conselho de Saúde Suplementar. O Guedes afirmou que o poder público no Brasil gasta demais, sofre com corrupção, não sabe gerir bem o dinheiro público. Descreveu que, no futuro, o setor privado vai responder pela maior parte do atendimento na área da saúde do País.

Isso é uma lógica de mercado, sem conhecimento do que ocorre no Sistema Único de Saúde e do que ocorre na medicina suplementar.

Portanto, eu aproveitei a oportunidade, já que os colegas que me antecederam já abordaram bastante o tema, em termos de pandemia, para trazer essa contradição, esse risco desse avanço da medicina suplementar na prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, que vai precarizar mais ainda o sistema e aumentar o custo.

Fica aqui esse alerta. Chamo atenção para essa questão e espero que os senhores se debrucem mais sobre isso.

Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil. Elogio ao Secretário de Saúde do Estado de Goiás, Ismael Alexandrino Júnior, pelas ações de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. GLAUSTIN DA FOKUS (Bloco/PSC - GO) - Bom dia, Presidente Odorico Monteiro. Bom dia a todos os Parlamentares que se fazem aqui presentes. Bom dia a todos os que estão aí pelas conexões assistindo à sessão neste momento.

Estou feliz de estar aqui, Presidente. Primeiro, obrigado por me conceder a palavra. Serei rápido. Obrigado pela sua habilidade na condução de um tema que considero muito importante. Falo da situação da saúde no Brasil.

Quero começar citando a Bíblia, que é muito clara e simples. Em Romanos, 13:17, diz-se assim: "*Deem a cada um o que lhe é devido: se imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra*". Eu não poderia deixar de vir hoje honrar o Secretário de Saúde do nosso Estado de Goiás, Sr. Ismael Alexandrino, que é um rapaz novo, mas com muita experiência e que tem muito ajudado nosso Estado de Goiás.

Presidente, conceda-me mais 1 minuto ou 2 minutos? Assim, já finalizo.

Quero falar um pouco de enfrentamento à COVID e do que o Secretário fez. Para o combate à COVID-19, foram entregues oito hospitais de campanha em diferentes regiões do Estado. Nenhuma das unidades foi desativada pelo Governo de Goiás após a fase crítica da pandemia. Os locais continuaram servindo à população goiana. São hospitais regionalizados.

Essas unidades estão localizadas, Presidente, em Goiânia, onde não havia, Itumbiara, Formosa, São Luís de Montes Belos, Jataí, Porangatu e Uruaçu. Ao mesmo tempo, houve a ampliação e também a descentralização dos leitos de UTI. Quando começou a pandemia no Estado de Goiás, esse Secretário de Saúde encontrou 254 leitos e, com muita competência, mudou a situação, e hoje há 952 leitos de UTI. Havia leitos em apenas 3 Municípios: Goiânia, Aparecida...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. GLAUSTIN DA FOKUS (Bloco/PSC - GO) - Sr. Presidente, agradeço sua habilidade e simpatia.

Hoje há leitos em mais 21 Municípios, Presidente.

É por isso que trago o meu reconhecimento ao Secretário Ismael Alexandrino, que muito tem feito pelo Estado de Goiás. Então, em nome deste Congresso e em nome dos Parlamentares do Estado de Goiás, agradeço o serviço que o Secretário tem prestado ao nosso Estado de Goiás deste Brasil.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe-me por ultrapassar o tempo.

Parabéns, Ismael!

Documento 65/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-10:52
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ISMAEL ALEXANDRINO JÚNIOR--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. ISMAEL ALEXANDRINO JÚNIOR - Cumprimento o Presidente desta sessão. Agradeço as palavras gentis do Deputado Glaustin Fokus, do Estado de Goiás. Cumprimento todos os meus colegas que estão presentes nesta reunião. Cumprimento os meus colegas Secretários do Conselho Nacional de Secretarias de Estado da Saúde, o qual estou representando neste momento, como Vice-Presidente, bem como o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Wilames Freire.

Primeiro ponto. Eu gostaria de ressaltar a importância que esta pandemia escancarou e o gigantismo do nosso Sistema Único de Saúde. O SUS, costume dizer, é a conquista democrática estruturada maior que nós tivemos nos últimos 35 anos. Ficou muito clara a dependência do Brasil do Sistema Único de Saúde durante a pandemia.

Agora, para cumprir os seus princípios da equidade, da universalidade e da integralidade, nós precisamos de alguns pilares. Um deles é a



questão do desfinanciamento, que já foi mencionada por alguns colegas. Nós temos, em várias frentes, tabelas de 2006 e tabelas de 2010 que simplesmente não fecham a conta.

E não se resume somente a isso. Nós precisamos adotar medidas que são conjunturais e medidas que são estruturais. Medidas conjunturais neste momento, naquilo que a pandemia agravou, e, em relação a ela, temos que avançar na questão da vacinação, que é uma medida civilizatória. Ela determina e mostra o grau de civilização de um país.

Só que a pandemia também agravou alguns problemas crônicos que nós já tínhamos e que foram agudizados, como, por exemplo, o acúmulo das cirurgias eletivas, e a desassistência, muitas vezes nutricional, de crianças que estão em estado de vulnerabilidade, que poderá impactar a mortalidade infantil.

Algo que muito me preocupa do ponto de vista estruturante é que nossa população está envelhecendo e as doenças oncológicas e cardiovasculares, nos próximos 30, 50 anos, serão a principal causa de mortalidade e nós não temos estruturas para tratamento adequado de doenças oncológicas e de doenças cardiovasculares a contento nessa estrutura.

Reforço a importância da atenção primária como ordenadora do cuidado do Sistema Único de Saúde como base estruturante, atenção primária que seja resolutiva, uma atenção primária que tenha conexão com uma atenção secundária que faça o diagnóstico e que tenha especialidades que sejam resolutivas, para que o paciente não possa chegar simplesmente à atenção terciária, que é magra, mas que é cara, já descompensado e muitas vezes fora de possibilidade terapêutica.

Então, nós precisamos, mais do que nunca, estruturar essa rede, esse tripé de atenção primária, secundária e terciária. Precisamos entender a importância da discussão tripartite do SUS, Municípios, Estados, Ministério da Saúde, e de não somente uma frente dessas. Precisamos de dados fidedignos dos sistemas de vigilância e de dados integrados dos sistemas de prontuário eletrônico, seja do privado, seja do público, seja do filantrópico. Sem dados é impossível fazer gestão e sem gestão é impossível cumprirmos os princípios do SUS de equidade, integralidade e de universalidade.

Então, aqui eu chamo a atenção, para este momento, para aquilo que eu já falei ser estrutural para o momento, conjuntural: a necessidade de mantermos aquela estrutura terciária que se expandiu, de unidades de terapia intensiva durante a pandemia, para mais de 10 mil leitos no Brasil e que esses leitos sejam mantidos. Precisamos, nobres Deputados que se fazem presentes nesta Casa, de financiamento para

esses leitos, não só de medida provisória, mas que ele seja integralizado a um orçamento estruturado em 2022. E aqui eu trago este sentimento dos Secretários de Estado e dos Secretários Municipais. Sem financiamento é impossível, mas que o façamos de forma estruturada, de forma integrada e respeitando sobretudo os pilares do SUS.

Eu agradeço pela oportunidade de representar todos os Secretários de Estado do Brasil e me coloco à disposição do Brasil para discutir o nosso gigante Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado.

Documento 66/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:08
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	HIRAN GONÇALVES-PP -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) - Querido Presidente Odorico Monteiro, Sras. e Srs. Deputados, ilustres convidados e todos aqueles que me antecederam aqui, cujas falas foram extremamente pertinentes em relação ao SUS e à saúde suplementar do nosso País, eu quero começar saudando o Presidente pela pertinência do tema.

Esta tragédia que abate a humanidade requer que nós, que somos vocacionados a formatar políticas de saúde que aperfeiçoem tanto o SUS quanto a saúde suplementar, que também é importante porque abarca cerca de 48 milhões de pessoas no nosso País, saibamos que a nossa importância dentro deste Parlamento é fundamental, Presidente Odorico, Sras. e Srs. Deputados, ilustres expositores. Nós temos aqui grandes desafios. Alguns desafios já foram já citados, como o de ampliar o acesso a procedimentos mais complexos no nosso Sistema Único de Saúde, principalmente após este período pandêmico, porque houve o represamento de cirurgias eletivas em todo o Brasil e isso será um grande desafio para todos os gestores do Sistema Único de Saúde em âmbito federal, estadual e municipal. O SUS, na inteligência da sua construção, é tripartido: as responsabilidades são das três esferas de Governo.

Presidente Odorico, nós estamos nesta Casa com alguns projetos fundamentais. Nós temos um projeto em uma Comissão Especial da



qual é Presidente a Deputada Dra. Soraya Manato e eu sou o Relator. O desafio é tornar a nossa saúde suplementar mais simétrica na relação entre as operadoras, os prestadores e principalmente os usuários. Nós vamos tratar de temas importantes lá, como o ressarcimento ao SUS, a portabilidade, o aumento exorbitante dos planos na faixa dos 59 anos. Essas são coisas que pontualmente eu queria exemplificar aqui, porque são desafios imensos. Na nossa última legislatura, eu fui Presidente da Comissão Especial que tratou da matéria, e o nosso competente ex-Deputado e hoje Ministro do Ministério do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, foi o Relator, mas infelizmente não conseguimos chegar, após uma discussão de quase 1 ano nesta Casa, a um relatório que fosse pactuado e votado na Comissão Especial e neste Plenário, porque as discussões têm uma profundidade imensa e se tornam, Presidente Soraya, um desafio para todos nós que cuidamos da saúde dos brasileiros.

Em relação ao nosso Sistema Único de Saúde, eu quero manifestar a minha gratidão não só aos médicos do País, mas à equipe multiprofissional, porque, meu querido colega Odorico, saúde não se faz só com médico, saúde é um trabalho de equipe, de time - e o time da saúde do nosso País, sem a menor dúvida, mitigou o sofrimento das pessoas, salvou vidas e, muito mais do que isso, pereceu em muitos lugares do Brasil. Nós perdemos muitos membros da equipe multiprofissional. Eu queria particularizar, com a devida vênia do Presidente: lá no meu Estado de Roraima, perdemos várias colegas médicas para a COVID, dentre os quais um grande amigo oftalmologista, o Rômulo Ferreira, que era meu contemporâneo.

Chegamos lá há quase 40 anos e fazíamos oftalmologia, como eu ainda faço, com muito afinho. Rômulo pereceu trabalhando. Não conseguimos parar de trabalhar mesmo com a alta transmissão viral acontecendo no nosso Estado de Roraima.

Eu quero me solidarizar com todos os brasileiros da equipe multiprofissional de saúde tanto do Sistema Único de Saúde quanto da saúde suplementar que perderam as suas vidas no decorrer dessa pandemia.

Presidente, conte conosco. V.Exa. participa das discussões na Comissão de Seguridade Social e certamente participará na nossa Comissão Especial. Nós temos um desafio: aperfeiçoar a saúde suplementar. Temos que discutir telemedicina, verticalização, modelo de *capitation* na remuneração dos médicos do nosso País. Esse é um desafio que vamos enfrentar nesta Casa. Com sensibilidade e competência, haveremos de construir um marco legal mais adequado para a saúde de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Presidente, pela gentileza de mudar um pouco o que prevê o Regimento para nos proporcionar a oportunidade de fazer esta fala nesta Comissão Especial.

Um grande abraço, Presidente!

Documento 67/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:12
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Bom dia a todos.

Muito obrigada, Presidente Odorico Monteiro, por me conceder a palavra.

É um prazer e uma honra estar aqui como médica comemorando o Dia Nacional da Saúde, que, na realidade, foi comemorado no dia 5 de agosto. Esse dia foi criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde.

Nós temos como referência, aqui no Brasil, o médico sanitariano Oswaldo Cruz, que tanto trabalhou para o tratamento e para a erradicação de várias doenças infectocontagiosas.

Saúde significa equilíbrio mental, orgânico, físico. É um conjunto desses fatores. Nós que somos médicos, assim como a Deputada Carmen Zanotto, que é enfermeira, zelamos para que isso aconteça e seja uma realidade cada vez mais intensa para a população brasileira.

As vacinas são o eterno e o atual legado do Dia Nacional da Saúde. O Plano Nacional de Imunizações já está completando 70 anos. É o maior plano de imunização existente no mundo. Esse plano, que é voltado para a população brasileira, oferece 19 vacinas para 20 doenças graves.

A pandemia de COVID-19 impôs novos desafios. Um vírus novo e uma doença nova pegaram o mundo de surpresa. Então, nós passamos por esses desafios.

Além da falta de um imunizante, também tivemos a falta de todos os equipamentos necessários para cuidar da saúde, sejam equipamentos de proteção individual, sejam respiradores, sejam medicações, relaxantes musculares para manter esses pacientes intubados na UTI. Houve também a falta de oxigênio hospitalar pela alta demanda, que nós na Comissão Externa do Coronavírus, eu, a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Hiran, o Deputado Luizinho, trabalhamos desde o final de fevereiro - e até hoje estamos trabalhando - para que pudéssemos ajudar o Governo Federal, o Ministério da Saúde a sanar essas dificuldades.

Então eu queria agradecer a todos, à população brasileira por toda a compreensão, ao Governo Federal por todo o trabalho que tem feito em relação às vacinações, e ao nosso sanitarista Oswaldo Cruz por todo o trabalho que ele fez...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 68/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:16
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Quero saudar o Sr. Presidente desta Comissão Geral, o nobre Deputado Odorico Monteiro; os demais Deputados e Deputadas desta Comissão Geral que discute a saúde no País; todos os gestores federais, estaduais e municipais; todos os trabalhadores; o nosso Conselho Nacional de Saúde, que já fez uma fala; e demais entidades.

Quero dizer da importância desta Comissão Geral neste momento em que o País registra 563.562 óbitos, dentre os quais mais de mil trabalhadores da área da saúde. Só na área da enfermagem foram 891 profissionais que tombaram no enfrentamento dessa pandemia.

Como Relatora da lei da emergência sanitária internacional, a Lei nº 13.979, de 2020, e acompanhando esse processo desde o finalzinho do mês de janeiro, nós hoje podemos dizer que estamos respirando

mais aliviados, Sr. Secretário de Estado, que está aqui conosco, mas não podemos, em hipótese alguma, achar que a situação está resolvida.

Nós temos duas grandes questões: a continuidade das ações de enfrentamento à pandemia e as respostas que precisamos dar à sociedade brasileira e a todos os pacientes que estão aguardando por seus procedimentos que ficaram interrompidos, sim, na grande maioria dos nossos Municípios e Estados, que são os procedimentos eletivos e também, em muitos casos, procedimentos necessários para o tratamento do câncer, como uma cirurgia oncológica, uma quimioterapia, uma radioterapia.

Vivemos momentos muito complexos no ano de 2020, quando não tínhamos uma simples máscara de proteção para dar aos nossos trabalhadores. Esta Casa, Sr. Presidente, não se furtou, nem neste plenário, nem no plenário da Comissão Externa. No ano passado, só de reuniões presenciais coordenadas pelo Deputado Dr. Luizinho e eu, como Relatora, foram cem, quando nós, a bancada, fizemos audiências públicas, reuniões de trabalho efetivamente, para que pudéssemos ajudar o conjunto dos Estados, dos Municípios, o Ministério da Saúde e, com isso, ajudar a população no enfrentamento à pandemia, minimizando os danos.

Mas uma coisa é verdade, o trabalho continua neste ano de 2021. Houve momentos muito complexos no meu Estado de Santa Catarina e na região do Amazonas, no início do ano, mas precisamos olhar para frente, e olhar para frente é garantir os recursos necessários para que Estados e Municípios possam dar conta dessa demanda reprimida.

Sem recursos, Deputado Odorico, nós sabemos que será muito difícil. A saúde precisa sempre melhorar sua gestão - sempre, sempre, sempre é preciso melhorar a gestão das ações e serviços de saúde. Mas, acima de tudo, a saúde precisa dos recursos necessários para fazer o enfrentamento. Uma medida provisória foi (*falha na transmissão*) que garante a manutenção dos leitos de UTI COVID até dezembro, mas precisamos ir além. O nosso teto máximo está estourado, ou seja, a média e alta complexidade, e o Ministério está com dificuldade de habilitar novos serviços. Precisamos de recursos para habilitar novos serviços, sim, para que os Municípios e os Estados possam atender a população. Portanto, os desafios são muitos.

E quero agradecer a todos os atores do Sistema Único de Saúde. Se não fosse o nosso SUS, não sei o tamanho a mais... Já foi um gigantismo enfrentar essa pandemia. Quantos óbitos a mais nós teríamos neste País se não fosse o sistema organizado em cada um dos Municípios brasileiros?

Então, é com esperança, é com fé, é com coragem que eu digo: precisamos continuar defendendo o Sistema Único de Saúde, os recursos necessários para garantirmos o atendimento adequado.

Documento 69/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:24
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	JULIANO LIMA--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. JULIANO LIMA - Obrigado, Deputado Odorico.

Bom dia a todos.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o colega Deputado Odorico Monteiro, e felicitá-lo pelo excelente trabalho realizado. Aproveito a oportunidade também para agradecer a toda a Câmara dos Deputados pelo apoio que tem sido dado à Fundação Oswaldo Cruz para que ela possa contribuir com este enfrentamento da pandemia da COVID-19, em especial à Comissão Externa do Coronavírus e à Comissão Geral. Também quero agradecer pelo recebimento e aprovação do Projeto de Lei nº 2.077, de 2019, de iniciativa do Deputado Odorico, que atribuiu à FIOCRUZ e ao Instituto Butantan o honroso título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

Em relação ao tema proposto, 5 minutos é um período muito curto, e eu quero aproveitá-lo, então, para deixar três ideias-chave, digamos assim.

A primeira delas é a compreensão de que, antes da pandemia da COVID-19, num período recente, nós já havíamos iniciado um período de interrupção de um ciclo positivo de melhoria das condições de saúde da população desde a Constituição de 1988. E a pandemia tem, para além dos seus resultados imediatos em termos de óbitos e adoecimentos, um potencial devastador de piora do quadro sanitário de um segmento importantíssimo da população brasileira.

Antes da pandemia, apesar de todas as dificuldades, nós tínhamos um ciclo, desde 1988, de crescimento da expectativa de vida, de resultados importantes na área materno-infantil, de redução da morbimortalidade materna, de melhoria de uma série de indicadores.



No entanto, ainda antes da pandemia, nós iniciamos um ciclo - e alguns indicadores já mostravam - de regressão desse quadro, como, por exemplo, o aumento da mortalidade infantil nos anos de 2015 e 2016, interrompendo um ciclo de muitas décadas de melhoria contínua.

A segunda ideia que eu quero destacar é a ideia... E a pandemia, como já foi destacado aqui, trouxe, em relação a este quadro, uma complexidade ainda maior - daí o conceito de sindemia -, ou seja, um potencial de agravamento das condições gerais de saúde da população, e quero destacar, que não afeta a todos de maneira igual.

A pandemia não só revela as profundas desigualdades que temos no País em termos de condições de saúde, mas também as aprofunda. Logo, a potencialidade de que nós tenhamos um quadro ainda mais grave de iniquidade em saúde é muito real.

Eu quero colocar a ideia de incompatibilidade entre a estrutura de investimento em saúde, a estrutura de financiamento e a pretensão universalista do SUS, inaugurada pela Constituição de 1988. Nenhum sistema universal de saúde no mundo tem a composição de gastos que o Brasil tem, onde a parcela de gasto privado é superior ao gasto público. Nós temos alguns indicadores que demonstram isso. Países como Reino Unido, França e Espanha têm um dispêndio público em saúde na casa de 83%, 70%, 78%; no Brasil é inferior a 50%. Da mesma forma, a proporção de investimento público com o percentual do PIB que chega a casa dos 8%, 9%, 6,5% em países de sistema público universal; no Brasil é de 4%.

Quero destacar a importância de uma base nacional de ciência, tecnologia e inovação. A pandemia revelou o quão grave e o quão prejudicial é a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde do Brasil e a extrema dependência de tecnologias desenvolvidas nos países centrais. Logo, o investimento público na capacidade produtiva e científica é fundamental para a sobrevivência do nosso Sistema Único de Saúde.

Para finalizar, destaco que esse investimento não é e não deve ser considerado como gasto puro e simplesmente. O setor saúde é um setor extremamente dinâmico do desenvolvimento brasileiro. Ele é responsável, no âmbito do complexo econômico e industrial da saúde, por 9% do PIB, por 10% dos empregos, por 30% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, é uma área-chave da Quarta Revolução Industrial e tem, portanto, um potencial imenso de ajudar na superação da crise econômica e no desenvolvimento do País. O SUS é uma chave para o desenvolvimento e não uma trava.

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:32
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	BRENO MONTEIRO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. BRENO MONTEIRO - Bom dia.

Deputado Odorico, cumprimento V.Exa. pela iniciativa de realizar esta importantíssima audiência.

Agradeço ao Deputado Eduardo Costa, do Estado do Pará, pelo convite.

Começo falando de um sistema privado de saúde que tem, ao longo da última década, gerado muitos empregos. Nos últimos 12 meses, por exemplo, esse setor de saúde privada gerou 217.734 empregos no País.

V.Exas. devem estar se questionando se isso se deve apenas à pandemia, período em que, obviamente, o nosso setor teve muito trabalho ao salvar vidas. Mas não foi só por isso que geramos tantos empregos. É óbvio que este ano temos esse número, mas é uma característica do setor privado, ao longo da última década, gerar 950 mil empregos. Fomos o único setor da economia que gerou empregos, por exemplo, durante a crise econômica dos anos 2015 e 2016, quando perdemos mais de 3 milhões de pessoas na saúde suplementar - pessoas que perderam seu plano de saúde. Mesmo assim, sempre houve saldo positivo de emprego. Esse é o setor gera mais empregos. Hoje são 2 milhões e 620 mil empregos diretos. Somos, portanto, maior que a construção civil e maior do que a agricultura do Brasil.

Digo isso para ressaltar a importância deste setor na recuperação econômica e na geração de empregos no País.

Apesar da boa notícia que trazemos, a de que continuamos gerando empregos, esse cenário não se reflete, por exemplo, no número de leitos perdidos. De janeiro de 2010 a janeiro de 2020, o setor perdeu 34.768 leitos no País, sendo que 49,2% desses leitos atendiam pacientes do SUS. Ou seja, essa perda de leitos gerou desassistência à população. Dois terços desses leitos, mais de 66% deles, estavam instalados no interior dos Estados, onde as pessoas têm muito menos acesso à saúde; onde deveríamos ter investimentos, um cuidado, um



olhar, um carinho com esse setor, exatamente para atender e levar assistência às pessoas e não deixar que essa perda de leitos acontecesse ao longo do tempo.

A pandemia nos trouxe muitos desafios, como o de enfrentar a redução da quantidade de cirurgias, porque paralisamos as cirurgias eletivas; como o adoecimento de nossas equipes, porque não pudemos parar em tempo algum e tivemos que ir para a linha de frente do atendimento à COVID; como o aumento do custo dos insumos - denunciemos, durante aquela crise de falta de anestésicos que o Brasil sofreu no início deste ano, aumentos de mais de 2.000% no preço desses insumos.

Mas esse aumento não reflete apenas isso. Várias classes de antibióticos tiveram aumento de até 500%, e também houve aumento nos insumos. Ou seja, em toda a gama de materiais e medicamentos necessários para a nossa prestação de serviços de saúde, houve uma inflação, um aumento, um sobrepreço muito grande por conta da pandemia, fazendo com que as receitas diminuíssem, diante do baixo atendimento a cirurgias eletivas e também da característica do paciente de COVID, que consome muito menos órteses, próteses, alta tecnologia - ele precisa de um leito com oxigênio, um respirador e muito poucos insumos. Isso fez com que as receitas diminuíssem e, por outro lado, as despesas, como eu já disse, aumentassem muito, trazendo enormes desafios para esse setor. De acordo com os números que refletem a situação de 2020, houve uma variação negativa do EBITDA das empresas privadas de 227%. Então, são muitos os desafios.

Além de todos esses desafios, o setor já enfrenta alguns outros, como pôde comprovar a pesquisa da Confederação feita em novembro de 2020 para avaliar o cumprimento da Lei nº 13.003, de 2014, e das resoluções da Agência Nacional de Saúde que tratam do índice de reajuste contratual. Nossos números mostraram que apenas 22% dos prestadores dos serviços de saúde têm os seus contratos respeitados e sobre eles são dados reajustes, conforme determina a Lei 13.003/14, e que 78% dos prestadores apontam como desafios a imposição de tabelas próprias pelas operadoras; a imposição, como já disse o Deputado Hiran Gonçalves, de modelos de remuneração que não remuneram justamente esses prestadores. Então, nós precisamos estar atentos a isso.

Ao mesmo tempo, nós vemos o cidadão reclamando do aumento do preço do seu plano de saúde, que, ao longo dos últimos 5 anos, teve reajustes sempre na casa dos dois dígitos. Apenas este ano, e, mesmo assim, ainda com várias interposições judiciais, houve um índice negativo. Mas o cidadão reclama, e reclama com justa razão. E nós precisamos pensar nesse controle, até porque esse reajuste não tem

chegado a quem tem atendido esse setor.

Essas são as minhas considerações.

Parabéns pelo evento! Contem conosco para continuar salvando vidas e continuar trazendo um cenário melhor de atendimento à população.

Muito obrigado.

Documento 71/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:40
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO - Nesta Comissão Geral, viemos debater a situação da saúde no Brasil.

Agradeço o convite do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira.

Na pessoa da Deputada Carmen Zanotto, cumprimento todos os Deputados e cumprimento também todos os nossos colegas que participam dessa importante reunião.

Deputado Odorico Monteiro, eu quero, primeiro, falar da representatividade da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil - CMB no Sistema Único de Saúde. Nós representamos 18 federações estaduais e 1.824 hospitais e Santas Casas em todo o Brasil, que representam 168 mil leitos. Entre eles, mais de 24 mil leitos de UTI estão habilitados.

No total, na área de saúde, estão envolvidos 3 milhões de trabalhadores em nosso País. Essa representatividade foi mais forte na segunda onda da COVID, devido à desativação de hospitais de campanha, que veio também de surpresa. Tanto os sistemas estaduais quanto os municipais recorreram a nossas entidades, como sempre o fazem, através de suas comissões e de seus Municípios. Nós estivemos à frente, de forma definitiva, do enfrentamento da COVID.

Essa representatividade nos dá hoje a oportunidade de discutir com

V.Exas. a situação da saúde no Brasil.

Deputado Odorico Monteiro, tenho certeza de que a intenção de V.Exa. e do Parlamento é saber da situação da saúde no Brasil, mas V.Exa., o Parlamento e todos nós estamos aqui reunidos para falar do futuro, para falar do amanhã. Não adianta mais falar do que existiu lá atrás nem da quantidade de mortes houve. Temos que respeitar todas as famílias e todos os que passaram por isso. Todos nós passamos por isso com familiares e amigos, mas nós temos que estar aqui, bem como o Parlamento brasileiro, de forma definitiva.

Como disse a Deputada Carmen Zanotto, nós participamos de várias reuniões com o Deputado Luizinho, com o Deputado Antônio Brito e com tantos outros Deputados que foram e são preocupados com o Parlamento, como o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira.

Nós precisamos, definitivamente, de forma clara e transparente, discutir a sustentabilidade do sistema hospitalar brasileiro, o que passa por deixar clara a defasagem dos valores repassados a nossas Santas Casas e aos nossos hospitais filantrópicas pelo Sistema Único de Saúde. Isso está ocasionando o endividamento de nossas Santas Casas e, o que é mais importante e preocupante para o Sistema Único de Saúde, o fechamento de leitos e de Santas Casas do Brasil.

Em 817 Municípios, nós somos o único hospital da cidade. Nós representamos, como eu disse aqui, 1.827 unidades. Representamos 50% dos atendimentos da média complexidade e mais de 70% dos atendimentos da alta complexidade.

Falou-se aqui também das demandas reprimidas. Além de termos a preocupação de atender de imediato - estamos atendendo e sempre estivemos de portas abertas para os pacientes com COVID -, há a demanda levantada pelo CONASS e pelo CONASEMS de mais de 1 bilhão de procedimentos para brasileiros mais carentes, que terão que ser atendidos. E eles vão ter que ser atendidos por quem? Por quem tem a maioria dentro do sistema de atendimento, que são as Santas Casas, que, repito representam 70% dos atendimentos da alta complexidade. Portanto, esses pacientes vão bater às nossas portas. Os Municípios e os Estados, através das suas contratualizações, dos seus convênios, dos seus contratos, vão buscar as nossas entidades para isso.

É por isso que eu digo que nós temos que discutir, na área hospitalar também - na atenção básica, em todas as áreas -, a sustentabilidade, que é importantíssima. Há 1 ano e meio, quando assumimos a CMB, nós nos reunimos com vários hospitais, com as nossas federações, com o CONASS e o CONASEMS, que aqui está representado, e levamos esse assunto ao Ministério da Saúde, para que esse

Ministério, junto com todos, discutisse essa sustentabilidade, uma outra forma de pagamento ao sistema e aos hospitais.

Afinal, não é dever das nossas Santas Casas, das nossas entidades filantrópicas bancar a saúde pública. Isso é dever constitucional do Estado brasileiro - está na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Por favor, peço que conclua.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO - E, mesmo com a defasagem existente hoje, com o endividamento que temos, nós, sustentados por outras rendas - da saúde suplementar, de doações a nossas instituições e de tantas outras ações muito bem administradas - , prestamos um serviço de saúde com qualidade no País. Nós estamos fazendo uma tarefa de financiamento da saúde que não é nossa.

Essa discussão deve ser uma questão imediata, já para o Orçamento do próximo ano, porque, se nós ficarmos discutindo, como foi colocado também, a questão relativa a esse recurso, à quantia que é gasta hoje na saúde brasileira, as nossas entidades, as nossas Santas Casas não vão ter condição de continuar a atender. Não é por não quererem cumprir com a sua missão, que existe há mais de 500 anos, de atender os mais carentes, os pacientes do SUS, os brasileiros, mas porque vão fechar as portas, por não sustentarem mais esse custo e por não terem mais condições de trabalhar com uma defasagem tão grande.

Eu queria encerrar as minhas palavras dizendo que nós estamos abertos a discutir com o Governo brasileiro, com o Parlamento brasileiro, com os Municípios e Estados uma nova forma hierarquizada de sustentabilidade da nossa rede, por Município, por unidades, para, cada vez mais, gastarmos bem o recurso do SUS.

Estamos abertos para discussão. Há um projeto no Ministério, encaminhado e protocolado por nós há 1 ano e meio, e estamos agora aguardando uma posição para que possamos dar continuidade a esse projeto, juntamente com o Parlamento brasileiro.

Aguardo a oportunidade para estar no Parlamento com todos vocês que fazem a saúde no Brasil, ajudando e cooperando para que possamos sair dessa grave situação por que passam o mundo e os Estados e Municípios do Brasil.

Como disse aqui, representamos 50% da média complexidade e 70% da alta complexidade. E podemos dizer que nós, Santas Casas e hospitais filantrópicos, somos o SUS na área hospitalar.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 72/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:48
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ROSANA TERESA ONOCKO-CAMPOS---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ROSANA TERESA ONOCKO-CAMPOS - Bom dia.

Na pessoa do Presidente da sessão, o nobre Deputado Odorico Monteiro, quero agradecer muito, louvar a iniciativa desta sessão e dizer que o Brasil está enlutado. Mais de 560 mil famílias, como foi dito aqui, perderam alguns dos seus entes queridos para a COVID, e variados estudos mostram que aproximadamente 400 mil dessas mortes poderiam ter sido evitadas.

Para piorar a situação de saúde dos brasileiros, foi apontado aqui por vários que me antecederam que florestas estão sendo queimadas, que povos indígenas estão sendo dizimados.

A Constituição de 1988 estabeleceu a saúde como direito, e, desde os anos 90, o SUS, nosso querido Sistema Único de Saúde, vem contribuindo com a saúde da população brasileira. Sem dúvida, a catástrofe da COVID teria sido muito mais devastadora sem o SUS.

Ao longo e ao largo deste País, milhares de trabalhadores da saúde têm-se empenhado e se empenham dia a dia em defender a vida, em evitar mortes. Mas a força de trabalho do SUS está exaurida, exausta, há quase 1 ano e meio de pandemia, sem descanso, sem férias em alguns casos, sem suficiente segurança no trabalho. Além da COVID, quando a pandemia arrefecer, terão que dar conta de uma importante carga de doenças que se encontra reprimida na porta dos nossos serviços de saúde.

Testagem oportuna, associada ao isolamento quando necessário, e aceleração do ritmo de vacinação são condições indispensáveis para estabelecer a saúde do povo brasileiro. E há também as várias questões que foram apontadas aqui pelos que me antecederam, como financiamento público, manutenção dos leitos, possibilidade de

contratação e recuperação da força de trabalho. E nada disso será possível sem a revogação da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, que é uma verdadeira excrescência, que expropria o povo brasileiro de sua esperança de alcançar um Estado digno de bem-estar social.

A medida mais urgente e eficaz para defender a saúde do povo brasileiro nos dias de hoje é, na minha opinião, o imediato afastamento do Presidente da República. Esse sujeito, enquanto milhares de trabalhadores e cientistas nos esforçamos para salvar vidas, enquanto milhares de famílias brasileiras não conseguem pagar o gás para preparar uma refeição decente, fica gastando dinheiro público, passeando de motocicleta. E hoje tirou para passear os tanques, poluindo o ar com seus fluidos tóxicos e insultando a democracia.

Por isso, peço ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, em nome da sociedade brasileira, em defesa da vida do povo brasileiro, que, por favor, desenterte os mais de cem pedidos de *impeachment* que estão sequestrados em sua gaveta.

Obrigada.

Documento 73/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-11:52
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES - Bom dia a todos.

Na verdade, eu sou médica infectologista, Diretora-Geral do Instituto Couto Maia, que é o hospital de referência em doenças infecciosas na Bahia.

Gostaria de saudar o Presidente desta sessão, o Deputado Odorico Monteiro, e, em nome do Deputado Jorge Solla, que...

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Só gostaria de pedir desculpas. Realmente, eu fiz uma troca. Aqui consta médica infectologista e Diretora-Geral do Instituto Couto Maia.

A SRA. CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES - Sem problema.

Eu queria me solidarizar com a fala da Rosana, que me antecedeu.

Quero dizer que dirijo um hospital que precisou se modificar completamente para atender os pacientes com COVID. Tivemos que ampliar o número de leitos, inclusive para locais onde antes funcionavam outros serviços, como ambulatórios. Isso é só um pouquinho do que o SUS, com sua plasticidade, com sua capilaridade, fez pela epidemia no Brasil. Se não fosse o SUS, nós estaríamos numa situação ainda muito pior.

Gostaria de dizer que essa pandemia de COVID-19, assim como outras epidemias, como a epidemia da AIDS, que antecedeu à da COVID-19, estão extremamente relacionadas com a nossa forma de viver na terra e com a destruição que nós estamos fazendo com o meio ambiente.

Tanto o vírus HIV quanto o da dengue, o zika, o *chikungunya*, o ebola e agora o da COVID-19 estão intimamente ligados com a destruição do meio ambiente. São vírus animais que o homem, adentrando ao seu *habitat*, traz para a sua convivência, o que causa essas catástrofes todas. Então, a luta pela saúde está indissociada da luta pelo meio ambiente.

Quero dizer também que o SUS passou a constituir uma grande importância do imaginário do povo brasileiro. Os Srs. Deputados têm a obrigação de defender o SUS, de financiar adequadamente o SUS. Se nós não tivéssemos o Sistema Único de Saúde, que é o maior do mundo em termos de integralidade, em termos de universalidade, para países acima de 100 milhões de habitantes, nós teríamos tido uma catástrofe.

Sabemos que o SUS vem ainda se constituindo com extrema dificuldade para financiamento, como falaram várias pessoas que me antecederam. Cito a Santa Casa de Misericórdia, que dizem que tem muita dificuldade de manter o seu funcionamento com esse financiamento.

Eu queria, então, fazer um apelo aos Deputados. Assim como o povo brasileiro vai se vacinar e leva uma plaquinha agradecendo ao SUS, que os Deputados passem a incorporar a importância do SUS e a defendê-lo, porque, com certeza, virão novas pandemias.

Ontem o relatório da ONU sobre o meio ambiente foi muito catastrófico. O que esperávamos que acontecesse daqui a 10 anos já está acontecendo hoje. Então, nós precisamos mudar muita coisa no Brasil e no mundo, para que a espécie humana sobreviva.

De imediato e de modo especial, nós precisamos defender o SUS na sua integralidade, para que possa responder às catástrofes que virão. O tempo entre uma e outra, com certeza, está sendo muito reduzido por conta dessa questão ambiental, que também é importante.

Eram essas as minhas palavras.

Eu gostaria de agradecer e louvar esta reunião. Quero dizer o quanto é complicado o sistema de assistência à saúde no Brasil, que vai desde o SUS e das Santas Casas ao privado. Os Deputados precisam se apropriar e defender muito o SUS, como fazem outras populações, a exemplo da população Inglaterra, que defende o seu sistema de saúde com unhas e dentes. Nossa população precisa fazer isso. E nós precisamos também ter a liderança da Câmara dos Deputados, para que possamos fazer isso.

Muito obrigada.

Documento 74/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:00
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	EDNA ARAÚJO--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. EDNA ARAÚJO - Obrigada.

Eu sou a Edna Araújo, enfermeira, professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana e uma das Coordenadoras do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

Eu quero agradecer aos companheiros do PSOL pela indicação do meu nome para participar desta Comissão Geral e, ao mesmo tempo, parabenizar o Deputado Odorico Monteiro por tê-la requerido em celebração ao Dia Nacional de Saúde.

A minha fala aqui diz respeito à saúde das populações em situação de vulnerabilidade, representadas majoritariamente pelas populações negra e indígena, que, apesar de representarem a maior parcela da população brasileira, não têm essa representação correspondente em posições de poder e em posições relevantes na nossa sociedade. A

não presença de negros e indígenas na composição desta Câmara dos Deputados já nos mostra um exemplo disso.

No tocante à saúde, é preciso dizer que, ao longo dos anos, tem havido melhora nos indicadores de saúde referentes a populações vulnerabilizadas, assim como à população em geral. Mas o que alcançamos até aqui ainda não é suficiente para diminuir a morbimortalidade dessas populações, principalmente por doenças e agravos que são preveníveis e evitáveis. Eu posso citar aqui como exemplo as altas razões de mortalidade materna em mulheres negras e a sobremortalidade de jovens negros por homicídio e por várias outras doenças e agravos que são prevalentes nas populações negras e indígenas.

O contexto de pandemia desvelou para toda a sociedade brasileira as condições precárias de vida dessas populações em todos os aspectos, de moradia, emprego, acesso à educação e à saúde e até mesmo em relação à segurança alimentar.

Todos nós vimos e fomos lembrados de que grande parcela da população brasileira tem renda abaixo de 250 reais e que complementava essa renda na informalidade, ocupação que não pôde exercer e ainda continua sem poder exercer completamente por conta da pandemia de COVID-19. Isso a levou a entrar em maior situação de insegurança alimentar e também a ter que ir para as ruas, a colocar a rua como moradia, por falta de condições de pagar o aluguel.

Quero destacar também a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas, que exercem ocupação tão essencial, mas que não têm sido consideradas no tocante a serem preservadas do contágio pelo coronavírus, já que não foram estabelecidas políticas para elas. Essa classe trabalhadora também não foi priorizada para a vacinação contra o vírus.

Diante desse contexto, é mais do que necessário que sejam feitas ações no sentido de minimizar o sofrimento dessas populações que, ao longo da história do Brasil, têm sido empurradas para a margem. Uma das ações é a destinação ao SUS de financiamento suficiente, para que esse sistema possa continuar promovendo saúde, prevenindo doenças e salvando vidas, como o fez neste contexto de pandemia. Houve e ainda está havendo sobremortalidade da população negra, mas poderia ter sido muito pior se não tivéssemos o SUS.

Outra ação diz respeito à implementação das políticas públicas que foram criadas por pressão dos movimentos sociais, mas às quais não são destinados os recursos necessários para implementá-las. A Rosana trouxe muito bem a questão da PEC 95, que tirou também a condição de destinação de recursos. Eu apresento, como exemplo de

uma política não implementada, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006 e aprovada pelo Ministério da Saúde em 2009 e até hoje não foi implementada como deveria ser.

Então, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que coloquem o seu mandato em prol dessas populações. Olhem para essas populações que estão morrendo de forma exagerada, vamos dizer assim, o que poderia ser evitado, morrendo não só por COVID-19, mas também por outras doenças e agravos.

Esta é a minha fala.

Viva o SUS! Viva a saúde deste País, se ela for equitativa para todos!

Desculpem-me, mas vocês também devem usar a função de Deputados e Deputadas para fazer valer a democracia neste País. Olhem bem o que este atual Presidente da República está fazendo, principalmente para essas populações que eu citei, que são as populações que estão em situação de vulnerabilidade. Elas estão nessa situação, mas não é porque querem, porque ninguém quer o pior para si. Elas estão nessa situação porque nela foram colocadas. Elas são colocadas o tempo todo na margem desta sociedade.

E vocês foram eleitos e eleitas para tratar dos interesses do povo, principalmente desse povo que é pobre, mas não porque quer.

Eles construíram este País, mas as riquezas que existem neste País não são distribuídas como devem ser, para que todos tenham um lugar ao sol e tenham direito à vida.

São essas as minhas palavras.

Documento 75/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:08
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Agradeço, Deputado Odorico Monteiro, que requereu a realização desta Comissão Geral, pelo Dia Nacional da Saúde no nosso País, e a preside. Quero

cumprimentar V.Exa., a Deputada Alice Portugal, que está no plenário neste momento, pela Liderança do PCdoB, e todas as convidadas e os convidados indicados pelas Lideranças partidárias, que enriquecem esta Comissão Geral.

Falo pela Liderança da Minoria, que, nesta fase da conjuntura brasileira, representa os partidos de oposição na Câmara dos Deputados.

Deputado Odorico, o primeiro registro que nós precisamos fazer é o de que nesta fase do Brasil, nesta tragédia sanitária e humanitária que estamos vivendo, a primeira questão que nos chama a atenção é que o Ministério da Saúde foi instado a uma gestão paralela. Na verdade, o Ministério da Saúde, por todo esse tempo, não comandou as medidas e a gestão no Brasil. Na verdade, o Governo se orientou por um gabinete que não era o Ministério da Saúde. As atitudes da Presidência da República e de muitos Ministérios foram orientadas por aqueles que não seguiram as medidas decididas pelas autoridades sanitárias mundiais, como a Organização Mundial da Saúde, e induziram a transmissão do vírus, induziram a contaminação do povo brasileiro e induziram a morte do povo brasileiro. Esse é o marco do Governo Bolsonaro na pandemia do coronavírus no Brasil. A isso se soma uma atitude da política macroeconômica e econômica do Brasil que levou órfãos da COVID, órfãos da pandemia à absoluta miséria, à extrema pobreza, à pobreza, à precarização, ao desemprego. É uma situação que vai totalmente na contramão da política do mundo.

O Estado brasileiro não trabalha para o desenvolvimento, para o soerguimento da economia brasileira, não investe. Ao contrário. Ele estabelece cortes, aumenta o ajuste fiscal, estrangula os entes federativos, estrangula a possibilidade de viver da população brasileira e ainda rouba - há grandes demonstrações de corrupção -, ganhando dinheiro com a morte do povo brasileiro.

O Ministro Marcelo Queiroga esteve recentemente na nossa Comissão de Seguridade Social e Família. Chegou lá dizendo que tinha o maior orçamento da história do SUS. Após 10 minutos de debate, começou a pedir dinheiro. Não conseguiu sustentar os seus argumentos porque nós demonstramos que o seu orçamento tinha tido um grande cancelamento, de mais de 35 bilhões, que foi o orçamento extraordinário do "orçamento de guerra", que nós lá colocamos, este Congresso, em 2020. Demonstramos também que ele tinha um orçamento no Projeto de Lei Orçamentária menor do que o de 2011. É vergonhoso ver o Ministro da Saúde chegar à Câmara dos Deputados e falar de algo que nem ele mesmo conhece.

Nós estamos sem planejamento de teste massivo da população brasileira, estamos com um financiamento desproporcional ainda ao

número de contaminados na pandemia, estamos com atraso no financiamento de Estados e Municípios em 2021, ainda temos a vacinação numa velocidade desproporcional ao número ainda em crescimento de contaminados de COVID no Brasil e ainda há um número grande de outras patologias em demanda retida, que precisam ser enfrentadas pelo SUS.

Qual é o lado positivo e belíssimo que nós temos no Brasil? O SUS, apesar de todos os limites e dificuldades que este Governo nos impõe. Nós temos, Deputado Arlindo, Deputada Alice, Deputado Odorico e convidados, o Sistema Único de Saúde, que, após todas as tentativas de agredi-lo e de impedi-lo - e já tentaram privatizá-lo muitas vezes -, é um sistema público de saúde que resiste e que resistiu com muitos esforços, de muitos que estão nesta Casa e da sociedade brasileira. Ele está aí. Os profissionais de saúde é que lá na ponta seguram, com a sua dedicação e diria até com o seu heroísmo, as dificuldades. Lá estão eles se dedicando à sua missão de atender aos pacientes.

Nós temos um sistema universal de saúde que é o maior do mundo e temos que valorizar esse patrimônio, que é nosso, mas precisamos financiá-lo. Nós precisamos avançar, para reduzir a dependência e a vulnerabilidade do Brasil ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Precisamos avançar em inovação, em produção de insumos. Não podemos mais viver num Brasil vulnerável e dependente. Precisamos, sim, fazer o que muitos dos convidados aqui disseram que temos que fazer: tocar a nossa responsabilidade de financiar o SUS, de financiar o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, de valorizar as universidades e as instituições públicas de pesquisa e produção, como a FIOCRUZ, o Butantan e outras instituições de pesquisa. Precisamos, acima de tudo, superar este Governo e interrompê-lo, porque, até janeiro de 2023, o País não merece um governo que induz a morte, que induz a perda de vidas, que induz órfãos da COVID sem direito algum, como nós temos vivido até aqui, e que viola a democracia permanentemente, como fez hoje, provocando e afrontando o Parlamento brasileiro com um desfile de blindados, o que nunca ocorreu na conjuntura deste País.

Portanto, Deputado Odorico, parabéns pela iniciativa! Continuaremos aqui defendendo o SUS, os profissionais de saúde e a vida do povo brasileiro.

Muito obrigada, em nome da Minoria.

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Agradeço, prezado Deputado Odorico Monteiro. Gostaria de pedir meu tempo de Líder. Espero não usar a somatória do tempo de Líder e de inscrição regular.

Eu queria começar registrando a nossa homenagem a todas as vítimas desta terrível pandemia.

Quero me solidarizar com as famílias e, a partir, eu diria, deste nosso dever, relatar um pouco daquilo que nós entendemos ser a situação brasileira.

Primeiro, há que se comemorar que, tendo sido vacinadas, em primeira dose, cerca de 107 milhões de pessoas, isso já repercute na redução do número de contaminados e, por consequência, também, felizmente, reduz o número de mortes. Entretanto, nós não temos nada a comemorar se nós analisarmos o conjunto dessa tragédia, que, por parte de alguns, é deliberada.

Senão vejamos: o Brasil é o 68º país em vacinação; nós somos o 120º país em testagem. Qual é a consequência disso? Nós temos aqui uma tabela que mostra que, no número de mortos por milhão de habitantes, o Brasil só perde para o Peru, onde, até há pouco, nós tínhamos um governo também de extrema-direita. Quando nós analisamos o número de casos, o Brasil só perde, também por milhão, para os Estados Unidos e a França.

Como nós acabamos de dizer, no número de mortes, o Brasil só perde para o Peru, no pior sentido da comparação - o Peru tem mais mortes proporcionalmente do que o Brasil. Nesta terra, o Presidente da República e seus irresponsáveis apoiadores da área médica falam contra a vacina, falam contra o isolamento social, não despendendo um único centavo do Orçamento para comprar equipamentos e respiradores neste ano, o que faz com que, no Brasil, o índice de salvamento seja menor em comparação a Estados Unidos e França. É claro que isso não é surpresa, mas é lamentável.

Se contra fatos não há argumentos, nós agora temos uma ameaça que é mundial, visto que, em Israel, que tem um índice de vacinação elevadíssimo, no Reino Unido, nos Estados Unidos, etc., a variante delta veio para ficar e, no Brasil, o número de casos aumenta. Essa variante, como qualquer outra que já surgiu ou que provavelmente vai

surgir, é consequência direta do vírus circulando, porque é da natureza do vírus ter mutação; na medida em que ele existe, existe a mutação.

Então, o que se discute hoje é a chamada terceira onda, que eu não sei se é, no caso brasileiro, uma denominação correta, porque aqui a pandemia não parou um dia sequer.

Essa continuidade é consequência da falta de comando por parte do Ministério da Saúde, que, a rigor, esteve sempre sob o comando do Presidente da República e que prefere, ao invés de apresentar... O plano de contingência, que, desde o início da pandemia, a OMS recomendou, até hoje o Brasil não fez. Tampouco manifesta alguma intenção de rever a sua estratégia, aí, sim, genocida, de buscar a imunização de rebanho. E isso é o fio condutor, isso explica toda a atitude do Presidente da República e do seu Governo, que joga com mais de 570 vidas que foram perdidas.

Portanto, nós precisamos aumentar a pressão para que, pelo menos, a velocidade da vacinação seja aumentada. Para isso, é preciso ter vacinas, é preciso buscar vacinas. E o Congresso Nacional nunca se recusou a oferecer todos os instrumentos para o Governo gerar emprego, socorrer empresas e, especialmente, aumentar a vacinação, já que o Programa Nacional de Imunizações é capaz de aplicar cerca de 3 milhões de vacinas por dia.

Este é um retrato atualizado daquilo que nós chamamos de tragédia, mas há quem, corretamente, julgue ser uma ação deliberada.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

Documento 77/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:32
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ANTONIO BRITO-PSD -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) - Sr. Presidente, queria saudar inicialmente V.Exa. pela iniciativa de fazer uma Comissão Geral para discutir a situação da saúde no País neste momento de pandemia, em que nós - V.Exa. e tantos Parlamentares que aqui transitam, bem como a Presidência desta Casa e toda a Mesa - atuamos fortemente aqui no Parlamento, na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, na

Comissão de Seguridade Social e Família. Mas é fundamental ver o papel de todos os que atuaram no combate à pandemia e no combate a outras doenças que nós continuamos tendo no País.

Gostaria, neste momento, de evidenciar o papel das Santas Casas e hospitais filantrópicos na luta contra a pandemia. Todos os hospitais se posicionaram, através da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, através de todas as unidades no País.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, como Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, lutamos para levar recursos para os hospitais, lutamos para melhorar a qualidade de atenção, neste momento, à população usuária do SUS.

Esse é o registro. Quero parabenizar mais uma vez todos que fizeram e fazem o fortalecimento do Sistema Único de Saúde no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 78/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:40
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, esta Comissão Geral se dá pela passagem do Dia Nacional da Saúde, dia em que nasceu Oswaldo Cruz. Nós estamos vivendo uma pandemia, talvez o período mais crítico da história da humanidade nesses últimos 100 anos. Oswaldo Cruz, se aqui estivesse, estaria perambulando nas ruas para vacinar pessoas, para lutar por vacinas. No entanto, infelizmente, no Brasil, nós vivemos uma verdadeira operação tartaruga na vacinação.

A saúde pública do Brasil tem enfrentado uma crise sem precedentes. No Orçamento federal de 2021, a saúde perde 2,2 bilhões de reais, no auge da pandemia do novo coronavírus. As despesas do Ministério da Saúde previstas no Orçamento para 2021 foram vetadas em 2,2 bilhões de reais. Os vetos a despesas da Saúde foram repartidos em diversos programas. Foram cortados recursos, por exemplo, para adequação de sistemas tecnológicos, para ações de pesquisa e

desenvolvimento, para manutenção de serviços laboratoriais, para assistência farmacêutica - como farmacêutica, faço um protesto - e até para a construção de sedes regionais da FIOCRUZ.

Houve, infelizmente, redução no orçamento da saúde em relação a 2020. Este ano, ele é de 125,7 bilhões de reais; no ano passado, 160 bilhões de reais foram destinados para a mesma área. Nós aprovamos nesta Casa orçamento emergencial, como "orçamento de guerra", para 2020; já em 2021, a regra de orçamento para enfrentamento à pandemia não existirá mais, não haverá uma estrutura diferenciada, e nós ficaremos completamente à mercê da Emenda Constitucional nº 95, que sufoca os investimentos públicos por 20 anos no Brasil.

Os prejuízos para o SUS foram gigantescos. A perda prevista para 2021 deve interferir de forma drástica em inúmeras ações do SUS, visto que haverá demanda reprimida diante da pandemia, o que nós já estamos verificando, além da ausência de recursos para manutenção do legado adquirido, o que pode resultar em milhares de respiradores e leitos de UTI inutilizados, inviabilizados, em depósitos pelo País.

Quanto à vacinação no País, sabemos que hoje 107.949.359 brasileiros receberam a primeira dose. Isso equivale a 50% da população brasileira vacinável. Foram totalmente imunizados 46.150.405 brasileiros. Isso equivale a 21,79% da população.

O Brasil, infelizmente, na segunda-feira, dia 9, ocupava o 68º lugar no *ranking* global de aplicação das doses da vacina da COVID-19, na relação a cada 100 habitantes. Entre os países que compõem o G-20, as 20 maiores economias do mundo, o País continua a aparecer em 12º lugar, segundo dados atualizados nessa segunda-feira.

Infelizmente, o Brasil passa por essa realidade de ainda ter um número baixíssimo de vacinados, de imunizados integralmente, o que impacta na economia e impacta na educação. Não se podem fazer apelos para que as pessoas arrisquem suas vidas.

Dependem exclusivamente do SUS 7 em cada 10 brasileiros, ou seja, mais de 150 milhões de pessoas. E foi esse SUS que conseguiu salvar vidas neste País. Infelizmente os planos de saúde negam - e eles têm a complacência do Presidente da República - até medicamento oral para o combate ao câncer, Sr. Presidente.

O Governo Jair Bolsonaro gastou mais de 90 milhões de reais com a compra de medicamentos sem eficácia comprovada - cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, dentre outros medicamentos -, levando ao engano milhões de pacientes em todo o País. Só o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército comprou uma tonelada do IFA para a produção de cloroquina, em maio de 2020, por pouco mais de 1,3

milhão reais.

Portanto, quando o Governo Bolsonaro é classificado como genocida, é em função dessas atitudes, que a CPI do Senado está trazendo à baila. Ele não respondeu aos *e-mails* da Pfizer, mas correu para agilizar uma vacina não testada no Brasil, cuja negociação envolvia, como elemento subterrâneo, a propina.

Eu espero que esta comemoração do Dia da Saúde, aliada à luta pela manutenção do SUS íntegro, seja fundamental para que o Brasil possa trilhar um caminho mais saudável, de reconstrução e de pavimentação da democracia, que está ferida de morte, adoecida, sem conseguir respirar, em função da irresponsabilidade de um Governo que infelizmente desorienta, deseduca e concorre para a morte de milhares de brasileiros neste momento drástico da pandemia.

Viva o SUS! Viva a saúde! Fora, Bolsonaro!

Muito obrigada.

Documento 79/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:44
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sr. Presidente Odorico Monteiro, eu saúdo V.Exa. pela realização desta sessão para discutir a importância, mas também as dificuldades da saúde no Brasil.

Eu não poderia deixar de lembrar a importância da atenção básica de saúde, tão sacrificada, tão deixada de lado, num momento em que o Governo Federal estabelece a redução do Estado, estabelece a diminuição das políticas públicas, que foram trocadas em seus recursos - eu digo isso porque se fala que é de 16 bilhões de reais o recurso administrado aqui pela Câmara que acaba se tornando, no dia a dia, emenda clandestina para fazer política, mas não política pública.

Ao chamar atenção, Sr. Presidente, para a atenção básica, eu quero chamar atenção para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, que sofrem o seu pior momento em termos de depressão salarial. E olha que nós conseguimos aqui um feito

magnífico: a votação do piso salarial para esses agentes, para esses homens e mulheres agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Mas, infelizmente, nós vemos que há um descaso no todo da atenção básica.

Eu queria, Sr. Presidente, destacar o fato de que, além de tratar dessa questão relacionada com os agentes comunitários de saúde e com os agentes de combate às endemias - nós, inclusive, temos aqui a PEC 22/11 e também a PEC 14/21, que precisam ser votadas, que precisam ser apreciadas, que precisam reintegrar e modernizar a relação do Estado com esses homens e mulheres que trabalham na ponta da atenção básica -, nós precisamos, principalmente em função da pandemia, garantir, mas garantir para valer, que o atendimento inicial à população mais pobre seja extremamente olhado, absorvido e cuidado. Não vejo outro jeito de sairmos dessa pandemia, sairmos de fato, principalmente considerando os efeitos da pandemia, já que agora estamos vivendo os efeitos do pós-COVID, que são os traumas da COVID.

Era isso que eu queria aqui levantar.

Quero dizer mais uma vez: salvem os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, que inclusive estão aqui em Brasília e precisam do nosso carinho, do nosso alento, do nosso respeito.

Documento 80/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-12:56
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	CHICO D'ANGELO-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil. Questionamento da sanidade mental do Presidente da República.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - Presidente Odorico Monteiro, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa de promover este importante debate sobre as perspectivas para a saúde pública no Brasil e dizer que nosso País é um dos poucos que está tendo que enfrentar duas crises durante a pandemia: a crise sanitária provocada pelo vírus e a crise política provocada por um Presidente da República irresponsável, alguém que, durante todo este período de drama sanitário em que estamos vivendo, negou a ciência e a importância das vacinas e estimulou as aglomerações. Agora, a CPI vem mostrando a roubalheira

provocada no Ministério de Pazuello na compra de vacinas.

O Presidente da República negou o número de óbitos e o número de casos de COVID e tentou que a população brasileira não tivesse conhecimento deles. Ai de nós se não fosse o consórcio de veículos de imprensa, que foi criado, que fornece ao povo brasileiro os dados sobre o número de óbitos e o número de casos de COVID! Bolsonaro quis barrar as informações da população brasileira, quis iludir o povo brasileiro, promoveu aglomerações, vendeu ilusões com medicamentos, como a ivermectina, a cloroquina e tantos outros, que a ciência mostrou ineficazes.

Quero dizer que, neste cenário dramático em que nós estamos vivendo, com a pandemia o SUS revelou-se a grande ferramenta por meio da sua proposta de atendimento universal. Ai de nós se não fosse o Sistema Único de Saúde!

Aproveito para saudar a Comissão Externa da Casa. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal cumpriram com o seu papel ao entregarem ao Presidente as ferramentas para enfrentar a COVID. Ai de nós se o Supremo Tribunal Federal não permitisse aos Governos Estaduais e às Prefeituras, desde o ano passado, tomar as iniciativas para o enfrentamento da COVID! Na verdade, quem deveria estar à frente desta grande ferramenta que nós temos é o Ministério da Saúde, já que a ele cabe a função de coordenar, planejar e estruturar a saúde pública no Brasil.

Nós estamos vivendo um subfinanciamento incrível do SUS, um subfinanciamento crônico, que se agravou com a PEC 95, a PEC da Morte, que, na prática, inviabiliza o Sistema Único de Saúde. É importante frisar que o SUS é uma ferramenta importante até para o aquecimento econômico do País, pois gera emprego e renda para milhares de brasileiros.

Nós precisamos entender que a pandemia está nos dando uma lição, e nos cabe reconhecer a importância de termos um sistema de saúde universal. Ai de nós se não tivéssemos hoje esta ferramenta importantíssima que é o SUS!

Eu queria, Presidente Odorico Monteiro, fazer uma homenagem a uma importante liderança, um sanitarista amigo, o colega médico e funcionário da FIOCRUZ que faleceu em junho - ele ocupava o cargo de coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ. Refiro-me ao meu querido amigo sanitarista Antonio Ivo de Carvalho, que nos deixou agora em junho, uma importante figura na formulação da política pública do SUS. Eu acompanhei toda a sua trajetória como médico e sanitarista.

Quero dizer que este é um momento triste da vida brasileira, em que temos um Presidente irresponsável. Aproveito para lembrar que o PDT, por meio do seu Presidente Nacional, Carlos Lupi, está vendo com o setor jurídico do PDT a possibilidade de ajuizar uma ação no Ministério Público para questionar a sanidade mental do Presidente Bolsonaro, fruto da carreatá que ele promoveu hoje com tanques das Forças Armadas, até na tentativa de desmoralizá-las, o que mostra que ele é um Presidente que não tem bom senso nem respeito pelas Forças Armadas brasileiras, ao promover esse cenário vexatório.

Acho que o SUS se tornou para a população brasileira, cada vez mais, um exemplo da importância do atendimento que presta especialmente neste momento dramático da COVID-19. Quero dizer que a iniciativa deste debate cumpre um papel importante, Deputado Odorico Monteiro, para que possamos, primeiro, nos mobilizar para barrar a PEC 95, a PEC da Morte.

Nós precisamos, cada vez mais, valorizar os profissionais da saúde, os médicos, os sanitaristas deste Brasil e o Sistema Único de Saúde, que tem sido boicotado por Bolsonaro. Durante todo esse período, o Presidente colocou um Ministro da Saúde, o General Pazuello, que, na primeira frase que citou como Ministro, revelou que não sabia o que significa o Sistema Único de Saúde.

Em plena pandemia, ai de nós se não tivéssemos o SUS, apesar da trágica gestão no pior cenário do Ministério da Saúde e apesar do pior Presidente da República que nós já tivemos, diante deste momento dramático, em que temos mais de 570 mil brasileiros mortos pela COVID-19!

Muito obrigado.

Documento 81/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-13:04
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	VIVI REIS-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA) - Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Saúdo o Presidente da Mesa, o Deputado Odorico Monteiro.



É muito importante celebrarmos o Dia Nacional da Saúde e denunciarmos como está a situação da saúde no nosso País. Em meio à pandemia da COVID-19, o Presidente Bolsonaro fez a opção por um projeto genocida, por um projeto antipovo, por um projeto que não valorizou o SUS e que fez com que o Brasil hoje ocupasse marcas vergonhosas quanto à vacinação, já que é o oitavo país em mortes por COVID-19 no mundo. São mais de 564 mil vidas perdidas no Brasil! Aproveito para manifestar toda a minha solidariedade a todos aqueles e a todas aquelas que perderam pessoas queridas, vítimas da COVID-19.

Eu, trabalhadora na saúde, fisioterapeuta, alguém que trabalhou no SUS no interior do Estado do Pará, acredito que a saúde não pode ser vista como uma mercadoria. A saúde precisa ser um direito. A saúde não pode estar num balcão de negócios.

Eu recordo que, no início da pandemia, se dizia que a COVID-19 iria atingir igualmente toda a população. Contudo, o que nós estamos vendo hoje, na prática, é que existem pessoas que, sim, foram mais atingidas: aqueles e aquelas que não foram priorizados em termos de uma política de cuidados; aqueles e aquelas que estão distantes dos grandes centros econômicos; aqueles e aquelas que, muitas vezes, não tiveram as condições mínimas para poderem alimentar suas famílias. Falo daqueles que não morreram de COVID, mas que correram o risco de morrer de fome.

Quero destacar, neste contexto geral, o absurdo sobre esta discrepância territorial em que vivemos.

Sem dúvida, existe hoje uma diferença de prioridades em relação à saúde. Por quê? As vacinas não foram distribuídas de forma justa, e os Estados do Norte e do Nordeste foram os que receberam as menores doses de vacina proporcionalmente à sua população. Isso atinge diretamente sujeitos que historicamente já sofriam nessa sociedade. A pandemia desnudou todos esses problemas sociais. Atingiu a mãe solo, atingiu os povos indígenas e quilombolas, atingiu as pessoas periféricas, negros e negras, acirrou cada vez mais a violência policial, a morte da juventude negra da periferia, atingiu pessoas que não são detentoras do poder econômico e que dependem do SUS. Com o teto de gastos, o primeiro atingido é aquele que depende do SUS, aquele que depende dos serviços públicos de saúde.

Diante de tudo isso, nós precisamos nos posicionar enquanto Deputados e Deputadas contra a mentira e as *fake news* de tratamento precoce, que na verdade não existe e não tem eficácia, enquanto nós precisaríamos de *kit* intubação, enquanto nós precisaríamos de vacina.

Precisamos denunciar a corrupção desse Governo genocida. Na CPI,

nós estamos vendo várias evidências de corrupção. Além de genocida, Bolsonaro é corrupto. Enquanto isso, esta Casa fica debatendo as propostas de privatização da ELETROBRAS e dos Correios, fica aprovando projetos contra os direitos dos povos indígenas, contra o povo, projetos de lei que vão atingir diretamente os territórios e a cultura dos povos indígenas.

Enquanto o povo padece precisando de comida e precisando de vacina, Bolsonaro faz desfiles com tanques, faz desfiles ameaçando a democracia deste País. Nós não podemos aceitar isso. Nós temos que seguir defendendo, como a Dra. Edna Araújo falou, que os Parlamentares precisam se posicionar contra essa política de mortes e em defesa do SUS.

Eu queria aqui dizer, como mulher negra amazônida, sendo minoria - nós como mulheres negras somos minoria aqui -, que nós precisamos seguir lutando. Eu me sinto muito representada pela fala da Samilly Valadares, mulher negra amazônida, que trouxe um pouco sobre o que nós sentimos na pele, na luta e na vida diária.

Então, sigamos juntos, sigamos em defesa da valorização profissional, pelo piso salarial dos profissionais de saúde, dos enfermeiros e enfermeiras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, pelos direitos de todos esses trabalhadores, pelos direitos dos ACSs e dos ACEs, de todos aqueles que são os verdadeiros defensores do SUS e que estão salvando vidas.

Viva o SUS, em defesa da saúde pública!

Fora, Bolsonaro!

Documento 82/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-13:16
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comemoramos o Dia Nacional da Saúde no último dia 5 e comemoramos especialmente o SUS - Sistema Único de Saúde, que nasceu na Constituição de 1988, com um pacto entre as forças vivas da sociedade, os profissionais de saúde do Brasil e o

Congresso Nacional, os nossos Constituintes, para atender pouco mais de 100 milhões de brasileiros. Hoje somos 210 milhões.

O SUS é muito mais do que isso, é um mecanismo de promoção da saúde e é para todos. É para quem precisa da saúde ainda que tenha plano de saúde, não importa. O SUS está ali amparando, protegendo, acolhendo, dando suporte, com serviços os mais diversos. Na hora da vacina, é o SUS; com remédio, é o SUS; para prevenção, é o SUS. Se precisar enfrentar a pandemia, é o SUS. No caso de combate às endemias, SUS; atenção básica em saúde, SUS. Se fizer um transplante, SUS. Ou seja, o SUS é pau para toda obra, e nós precisamos conhecer, reconhecer, respeitar, admirar, acolher, apoiar e não fazer como o Presidente Bolsonaro, que quer reduzir o acesso a medicamentos e extinguir departamentos do Sistema Único de Saúde. Ele ataca o SUS.

Na hora de um acidente, quem chega primeiro é a ambulância. De quem? Do SUS. Aí a pessoa é levada para um hospital. De quem? Do SUS. E a emergência? É do SUS. O SUS está na nossa vida de manhã, de tarde, de noite, o dia inteiro, é o nosso guardião e faz pela vida, pela saúde. E a vida só é vida se for vida bem vivida, vida com intensidade, vida com felicidade, vida com qualidade de vida para podermos viver de bem com a vida. Então, o SUS é que faz a diferença nessas horas.

Por isso, nós temos e podemos dizer que temos o melhor sistema de saúde de atendimento coletivo do mundo. É mais humilde, é mais aberto, é mais transparente, é mais plural e dá orgulho para nós todos.

Nós vivemos uma realidade muito dura com a COVID. Morreram 570 mil pessoas. Sem o SUS, morreria muito mais. Nós precisávamos da vacina, que o SUS deu, e só não deu mais porque os Governos não deram para o SUS a vacina que o SUS pedia e que o povo cobrava e exigia. Somos 2,7% da população do mundo, e 12% dos que foram a óbito no mundo estavam aqui no Brasil. Então, precisamos dizer assim: mais SUS, respeite o SUS, valorize o SUS, apoie o SUS.

Não adianta fazer desfile contra a democracia. Tem que fazer desfile a favor do SUS, a favor da vida, e não desfile contra a democracia, contra a liberdade. Não adianta botar o Exército e a Marinha na rua para desfilar com equipamentos ultrapassados. Vamos comprar equipamentos modernos para o SUS, para celebrarmos a vida, que é o que o SUS traz para todos nós! Precisamos de vida com qualidade de vida para ser bem vivida.

Muito obrigado, Presidente.

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-13:24
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente e todos que nos assistem e que nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, é importantíssima esta Comissão Geral. A situação da saúde no nosso País é gravíssima. A pandemia do coronavírus só veio agravar um quadro já deteriorado de retirada de recursos do orçamento do SUS, de falta de avanços e de investimentos consistentes para a saúde do ponto de vista da atenção hospitalar, do ponto de vista da atenção da alta e da média complexidade, como também do ponto de vista da atenção básica.

Tenho rodado o Estado do Paraná e tenho visto situações muito difíceis ao longo desses últimos anos. Nós precisamos ter uma decisão forte do Congresso para que se ampliem os investimentos em relação à saúde.

Quero pedir aqui a todos os Deputados e a todas as Deputadas o apoio ao meu projeto de lei que visa obrigar o Ministério da Saúde a fazer a sua obrigação. A que ponto chegamos! O meu projeto de lei trata dos doentes que ficaram com sequelas do coronavírus. Temos milhares de casos pelo Brasil afora de pessoas que estão com sequelas há mais de 1 ano, e até hoje não há uma política pública nacional nova e diferenciada do SUS e do Ministério da Saúde para atender quem ficou com sequelas.

Por último, quero repudiar essa ameaça, essa atitude autoritária, insana e inconsequente de Bolsonaro de colocar na rua tanques de guerra, no momento em que o Congresso debate a pandemia, no momento em que avançam as investigações e as provas dos crimes que Bolsonaro cometeu, através da CPI da COVID-19, e no momento, é claro, em que estamos muito próximos de sepultar, de derrotar essa bobagem, essa balela, essa cortina de fumaça, essa distração que Bolsonaro criou com a história do voto impresso, da volta do voto de cabresto, da volta das eleições fraudadas nas contagens que aconteciam madrugadas afora por todo o Brasil.

A democracia vai vencer. A liberdade vai vencer.

Nós, ao lado de Lula, estaremos firmes, não só por esses princípios,

mas para dar novamente ao SUS, para dar novamente à Saúde do nosso País condições de funcionamento, para que possa de fato preservar vidas, para que possa de fato viabilizar ações de prevenção, para que possa de fato fortalecer o Sistema Único de Saúde, que hoje Bolsonaro e o Ministério da Saúde fazem de conta que não existe. Não há planejamento, não há diagnóstico e não há coordenação nacional.

Fora as ameaças totalitárias! E viva o SUS!

Um abraço a todos que estão no plenário e que nos acompanham no modo virtual!

Documento 84/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-13:28
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, população que nos assiste, são mais de meio milhão de brasileiros mortos pela COVID-19. E nesse período de quase 2 anos, eu pergunto: quantas visitas o Presidente Bolsonaro fez aos hospitais do Brasil? Nenhuma. Em que momentos ou quantas declarações de solidariedade e de compaixão o Presidente Bolsonaro deu, abraçando as famílias enlutadas, os filhos que perderam pais, as mães que perderam filhos, os avós que se foram? Nenhuma declaração do Presidente Bolsonaro em solidariedade às famílias enlutadas houve.

A pandemia trouxe muito desemprego, muita carestia. Trouxe fechamento de empresas no País. E eu pergunto: quantas vezes neste período o Presidente Bolsonaro chamou o movimento sindical, chamou o movimento social, junto com as empresas brasileiras, para encontrarem um caminho para a retomada da geração de emprego e renda do trabalhador? Nem uma vez.

Contudo, se você perguntar: quantas vezes o Presidente passeou de moto? Foram dezenas e dezenas de vezes. Quantas vezes o Presidente passeou de *jet ski* durante essa pandemia? Dezenas e dezenas de vezes. Quantas vezes ele foi à praia? Perdemos as contas. Este é um Presidente que se comporta como um menino que está empolgado com os brinquedos que tem e vai curtir a vida, enquanto o

povo segue morrendo.

Bolsonaro é aquela mesma criatura que lá atrás, quando serviu ao Exército, foi expulso por mau comportamento e porque jogou uma bomba nos quartéis. Infelizmente, hoje, sem a menor necessidade, expondo as Forças Armadas, ele enche a Esplanada de tanques de guerra, para mostrar não sei o quê, porque para o exterior é uma vergonha nós termos um arsenal tão pequeno.

E para o que ele considera que pode ser um inimigo interno, o Parlamento, nós vamos dar a ele aqui a resposta de como se mantém a democracia. E ele, como Presidente, será obrigado a se manter na linha, segundo a Constituição brasileira.

Muito obrigada.

Documento 85/201

83.2021	Sessão Comissão Geral	10/08/2021-13:32
Publ.: DCD - 11/08/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria primeiro cumprimentar o Deputado Odorico por estar realizando esta Comissão Geral. Este foi um dos momentos da história do nosso País em que, de fato, nós tivemos a maior tragédia da saúde pública no Brasil.

Primeiro, é importante nos solidarizarmos com as mais de 560 mil famílias que perderam seus familiares. Segundo, quero parabenizar aqueles e aquelas que foram os grandes heróis desta pandemia: os profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, pessoas de apoio, que ajudaram tanto a salvar milhões de vidas.

Com a bandeira do SUS, nós estamos reforçando a importância que o SUS teve ao salvar milhões de famílias, milhões de pessoas, neste momento da pandemia, diante inclusive das omissões do Governo Federal.

É importante, neste momento, por exemplo, que nós possamos trazer projetos - V.Exa. é um dos grandes Deputados que defende a saúde pública - que são importantes a este plenário, como é o caso do projeto

da valorização - há vários projetos aqui, inclusive o meu - dos profissionais da enfermagem, das 30 horas, do piso nacional da enfermagem. É fundamental que isso seja feito.

Ao mesmo tempo, é preciso cobrar as responsabilidades, as responsabilidades de um Governo que foi omissivo. A CPI está vendo isso. Há os casos de corrupção, as omissões na compra de vacina, os casos relacionados à utilização de tratamentos que não servem para nada. Nós temos, sim, que responsabilizar aqueles que são responsáveis, infelizmente, pelo pranto e pela dor de tantas famílias.

Ao mesmo tempo, Deputado Odorico Monteiro, nós precisamos rever erros que foram cometidos por esta Casa. Aprovar a Emenda Constitucional nº 95 foi um verdadeiro crime contra a saúde pública do nosso País. Foi muito debatida, nesta Comissão Geral, a falta de financiamento. E o SUS já comprovou que é um dos melhores sistemas de saúde pública do mundo, Deputada Joenia Wapichana. Por isso, precisa ser bem financiado. Ao contrário, o que estão querendo fazer aqui é um verdadeiro crime: querem desvincular, Deputado Leonardo Monteiro, as receitas da saúde e da educação. Não vamos aceitar isso!

Essa crise da COVID-19, este momento de dor que o País está vivendo nos mostrou que temos uma grande oportunidade de consolidar o SUS como uma verdadeira política de saúde pública no nosso País.

Finalizo, dizendo o seguinte: não dá para ter saúde pública quando as pessoas estão morrendo de fome, quando as pessoas estão sofrendo com insegurança alimentar. São mais de 50 milhões de brasileiros que estão em situação de insegurança alimentar, sofrendo com o aumento do gás, dos alimentos, da energia elétrica, sofrendo com o desemprego. Nós precisamos, inclusive, investir na saúde mental da população que está debilitada neste momento.

E, obviamente, temos também que olhar para as pessoas que hoje têm ainda sequelas da COVID-19.

Vai ser necessário um esforço concentrado desta Casa para que nós possamos pensar nas políticas relacionadas às sequelas da COVID-19, que precisam ser devidamente incorporadas ao Sistema Único de Saúde.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 11/08/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Debate da situação da saúde no Brasil. Maior atenção das autoridades competentes para com a saúde dos índios brasileiros. Transcurso do Dia Internacional dos Povos Indígenas.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares que estão presentes no plenário ou no ambiente virtual, sociedade brasileira, falar sobre saúde é falar também sobre um direito fundamental a todos, principalmente àqueles que já vêm sofrendo neste momento de pandemia, como os povos indígenas, que têm sido resistentes a uma série de fatores, entre eles uma crise epidemiológica que já vem se arrastando há anos. São povos vulneráveis, e essa vulnerabilidade aumentou muito com esta pandemia. A vulnerabilidade epidemiológica é histórica, e há falta de acesso a alguns direitos básicos, como saneamento e proteção às suas terras para que mantenham o isolamento adequado, além das invasões constantes às terras indígenas. Esses são fatores que colocam os povos indígenas em risco e também na dependência de políticas públicas específicas. Então, quando se fala em saúde, é necessário reconhecer a necessidade de medidas específicas e diferenciadas em relação à saúde dos povos indígenas.

Trago aqui dados sobre o que os povos indígenas sempre têm demandado dos poderes públicos para que haja atenção urgente a essas demandas, uma vez que não há boa vontade com relação a isso por parte do Governo. Desde o início desta pandemia, foi necessário que as organizações indígenas, junto com os partidos políticos que aqui fazem oposição ao Governo, ingressassem no Supremo Tribunal Federal, através da ADPF 709, para que exigir um plano de enfrentamento da COVID-19 entre os povos indígenas. E até o momento ainda existe muita resistência em se reconhecer essa necessidade de implementação de um plano específico para combater a pandemia entre os povos indígenas.

Hoje, são 1.100 mortes entre os povos indígenas pela COVID. Ainda há muito a avançar na vacinação. Por mais que haja uma campanha para vacinar, existem muitas *fake news* nas comunidades, dizendo que indígenas vão virar jacaré, que isso não é de Deus e que Deus vai cuidar. É lógico que Deus cuida! Mas precisamos enfrentar a pandemia através da vacina, que hoje é a única medida para nos prevenir e combater essa doença.

Então, Sr. Presidente e demais Parlamentares, neste dia em que se

debate a saúde, chamo a atenção para a situação dos povos indígenas, que merecem uma atenção especial na implementação de uma política pública específica e diferenciada para que eles possam, junto com a sua coletividade, fazer com que haja uma ação adequada para combater a COVID e também para ajudar a saúde indígena.

Não é porque somos indígenas que estamos à parte dos direitos que são garantidos a todos os brasileiros, como saúde de qualidade, com estrutura, com postos de saúde adequados, com água potável, com sistemas de acesso à água, com hospitais específicos. Então, é preciso chamar a atenção, Sr. Presidente, para isso.

Agradecendo este tempo a mais que V.Exa. me concede, Presidente, quero dizer que os povos indígenas são cidadãos brasileiros, sim, e que o que nos diferencia em relação aos direitos é a diferença cultural. São cidadãos brasileiros que muitas vezes contribuem para este País, uma vez que ajudam a manter a qualidade do meio ambiente, a sustentabilidade, as boas práticas, inclusive a proteção às águas.

Aproveito para parabenizar os indígenas pelo dia de ontem, Dia Internacional dos Povos Indígenas, e dizer que espero que eles possam ser reconhecidos na sua luta e na sua resistência.

Peço que se inclua este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 87/201

84.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/08/2021-15:40
Publ.: DCD 11/08/2021 -	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a

alteração de diplomas legais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votar esta medida provisória neste momento que o Brasil atravessa é nada menos do que um escândalo.

Para quem está nos acompanhando de casa, originalmente, esta MP tratava de redução de salário e jornada de trabalho, no momento da pandemia. Já é complexo, difícil e contrário ao que entendemos como política para a geração de emprego e renda reduzir jornada de trabalho e reduzir carga horária. Num cenário da maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, Deputados e Deputadas; num cenário em que mais da metade da população brasileira vive sob insegurança alimentar; num cenário de recorde de desemprego - quase 15 milhões de desempregados, fora os desalentados, que não têm dinheiro para passagem para procurar emprego -; neste cenário, estávamos discutindo, como fizemos no ano passado, se não me engano, sobre votarmos favoravelmente a esta matéria.

Como se não bastasse, recebemos um conjunto de jabutis. Aliás, nem jabutis são. Na verdade, trata-se de um escândalo! Estamos votando, nesta Casa, hoje, uma reforma trabalhista dentro desta MP. Se o voto da maioria for favorável, serão aprovados dois programas que, supostamente, são para gerar emprego e renda, mas que, no fundo, servirão para precarizar a vida do trabalhador, para jogar a CLT no lixo. A empresa poderá contratar 15% da sua força de trabalho pagando 275 reais, se não me engano, e mais 275 reais serão complementados pelo Governo, sem Fundo de Garantia, sem férias remuneradas, dizendo que é para treinamento daquele trabalhador. Para isso, basta o empregado ser jovem ou estar há 2 anos sem carteira assinada.

Estamos falando de um Brasil que tem 40% de trabalhadores informais! Isso é autorizar as empresas a esculacharem o trabalhador.

Sr. Presidente Marcelo Ramos, tínhamos que estar aqui pensando em políticas de transferência de renda, para que a renda chegasse às famílias brasileiras e retornasse ao consumo, às indústrias - isso poderia inclusive gerar emprego -, e não estar aqui votando esse esculacho com o trabalhador, de que trata esse relatório da MP 1.045. O nosso voto é "não".

É óbvio que somos a favor da retirada de pauta.



84.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021-
CD 15:48

Publ.: DCD - 11/08/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Falecimento do sindicalista Wagner Gomes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria vota "sim" à retirada de pauta.

Esta matéria acabou se transformando numa minirreforma trabalhista. Nós já temos clareza de que, nessa pandemia, crianças e adolescentes filhos de pais e netos de avós que sofreram perda de direitos ficaram sem absolutamente nada com a morte de pais sem direitos trabalhistas ou de avós sem direitos previdenciários. Nós já estamos vivendo uma realidade social muito dramática no Brasil.

Portanto, nós somos pela retirada de pauta desta medida provisória, que agrava a situação dos trabalhadores brasileiros.

Eu quero me pronunciar em nome do conjunto de partidos, não apenas do PCdoB: cada vez que nós perdemos um ativista, um militante sindical, a tristeza é muito grande. Tenho certeza de que todos os partidos que compõem a Minoria, neste momento homenageiam Wagner Gomes, militante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, que perdeu a vida hoje, vítima de um infarto fulminante.

Ele foi Secretário-Geral da CTB, foi Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e deu uma grande contribuição à luta sindical brasileira.

Hoje a sua morte deixa um buraco enorme na luta sindical brasileira. É muito triste! Sua morte chocou a todos nós. Eu tenho certeza de que essa solidariedade é em nome de todos os partidos que compõem a Minoria hoje na Casa.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 89/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	15:52
Publ.: DCD - 11/08/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Posicionamento da Oposição contrário à aprovação da propositura.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição, Sr. Presidente, não entende como esta Casa pode estar votando uma minirreforma trabalhista em meio à pior pandemia da nossa história; em meio a uma juventude massacrada pela pandemia, pelo desemprego; em meio ao arrocho salarial e ao desalento dos trabalhadores brasileiros.

Aqui foram colocados vários jabutis, de forma inconstitucional. Estão acabando, na prática, com o Jovem Aprendiz, tirando recursos para financiar um trabalho superprecário, colocando a juventude, de forma superexplorada, para receber cerca de 400 reais por uma jornada de 22 horas semanais, sem férias. Isso é um escândalo!

Amanhã é o Dia do Estudante, e o presente da Câmara dos Deputados será a votação desse massacre contra a juventude brasileira, no meio da pandemia, sem debate com a sociedade? Esta matéria não tem nada a ver com essa minirreforma que o Deputado Christino Aureo bota em discussão aqui. Não com o voto da Oposição!

Documento 90/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	15:56
---------	--	-------

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais; e às Emendas de nºs 1 a 407, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, este momento da vida do nosso País é extremamente grave, pois estamos enfrentando os efeitos imediatos da pandemia sobre a vida da nossa população.

Faço este registro considerando esse contingente absolutamente estarrecedor de mortes em nosso País. Manifesto a nossa solidariedade ao luto de todas as famílias, nas quais eu me incluo, pois perdi meu pai nessa pandemia.

Respeito muito as opiniões divergentes com relação ao momento, à intensidade e à natureza das medidas que, além da área da saúde, nós teremos que efetivar para enfrentar outro grande desafio.

Por um lado, há o desafio de gerar empregos através do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, produzir uma rampa de correção das desigualdades. Cada vaga aberta vai ser disputada de maneira muito ferrenha. Os segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade terão muita dificuldade para se emparelharem nessa disputa.

Por isso, o objetivo da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, é ir além de uma política pública muito bem-sucedida, em grande parte gerada, desenvolvida e aperfeiçoada nesta Casa, por meio do BEM - Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, implantado de maneira muito correta, antes, no Ministério da Economia e, agora, no recém-criado Ministério do Trabalho.

Esse conjunto formado pelo BEM e por outras medidas de mitigação dos efeitos da pandemia sobre o emprego não foi capaz de responder

uma grande questão: mais da metade da força de trabalho brasileira se encontra neste momento na absoluta informalidade. O auxílio emergencial, que já cumpriu o seu papel e que continuará cumprindo através das parcelas subsequentes, precisa ter em seu apoio outras medidas. Tais medidas, por um lado, devem cuidar da geração de emprego; e, por outro lado, devem cuidar da concatenação da oportunidade com a correção dessas desigualdades. É preciso criar formas para que os segmentos mais vulneráveis e as empresas que forem contratar possam, de alguma maneira, chegar a uma equação viável, diante das dificuldades que se apresentam para os dois lados: o lado do empregador e o lado de quem pretende ocupar a vaga.

Sr. Presidente, peço licença para iniciar a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Sr. Relator, como depois nós vamos ter a complementação do voto, por conta das emendas, V.Exa. pode ir diretamente ao voto, fazendo um resumo. A conclusão do voto é suficiente, se V.Exa. achar pertinente - é claro.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ) - Eu entendo que é pertinente, sim, pois a matéria é longa e tem complexidades.

O relatório está publicado, está à disposição. Então, peço licença para ir diretamente ao voto.

(Pausa prolongada.)

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ) - Com sua permissão, Sr. Presidente, vou diretamente ao voto:

"II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.045, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das seguintes Emendas, as quais consideramos inconstitucionais: 19, 23, 26, 39, 51, 72, 80, 94, 119, 141, 148, 150, 159, 208, 244, 256, 268, 278, 279, 323, 334, 337, 341 e 399;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, e, quanto às emendas

apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1, 3, 6, 8, 14, 16, 17, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 36, 43, 49, 53, 57, 66, 83, 89, 97, 98, 106, 107, 114, 115, 118, 119, 120, 125, 131, 137, 154, 158, 162, 166, 171, 175, 177, 181, 183, 184, 190, 193, 195, 199, 212, 219, 221, 224, 227, 231, 232, 240, 261, 267, 277, 281, 286, 291, 293, 294, 300, 313, 317, 318, 322, 330, 335, 340, 349, 350, 354, 358, 360, 362, 366, 370, 373, 379, 384, 385, 387, 390, 393, 398, 401, 405 e 406; e

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das demais emendas;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, e das Emendas nºs 7, 9, 11, 33, 40, 46, 54, 55, 60, 62, 63, 64, 90, 91, 95, 140, 163, 176, 191, 192, 198, 214, 222, 225, 226, 241, 254, 260, 271, 280, 331, 357, 359, 367 e 400, acolhidas parcial ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2021."

Documento 91/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	16:48
Publ.: DCD - 11/08/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar na condição não apenas de Parlamentar e representante do povo do Maranhão, mas,

sobretudo, na condição de trabalhador, de quem tem a carteira assinada desde os 18 anos de idade.

Sou oriundo da categoria bancária, com a qual tenho vínculos até hoje. Presidi o Sindicato dos Bancários no Estado do Maranhão e tenho muito orgulho da minha trajetória de trabalhador, de líder sindical e de pessoa atenta à defesa dos direitos da classe trabalhadora na Câmara dos Deputados, onde sou representante do povo.

O que propõe a medida provisória, a princípio, são medidas emergenciais relacionadas à pandemia. Mas não é a primeira vez que se usa esse artifício para se tentar aprovar medidas que precarizam ainda mais as relações de trabalho em nosso País. Não é a primeira vez que se tenta colocar jabutis dentro de uma proposta que tem um propósito específico e à qual, no final das contas, uma série de outras medidas são agregadas, com o único objetivo de prejudicar ainda mais as condições de trabalho do trabalhador brasileiro.

É lamentável que isso aconteça, e nós não podemos simplesmente assistir a este debate, a esta discussão sem expressar o nosso ponto de vista e sem demarcar o nosso posicionamento claramente contrário a esta medida provisória que traz prejuízo enorme à população brasileira, sobretudo em momento como este, em que a população sofre em razão do desemprego, do achatamento salarial, da fome, da falta de oportunidades. Ao invés de buscarmos um caminho, uma solução para minorar essas dificuldades que a população atravessa, trazemos para a pauta uma proposta, ou um conjunto de propostas que, eu diria, são até sorrateiras, porque não há um debate aprofundado sobre essas questões e há uma tentativa insistente de tirar direitos, por exemplo, acabando com o Programa Jovem Aprendiz.

E, no caso da categoria bancária, especificamente, mais uma vez, tenta-se, com esse ardil, acabar com a jornada de 6 horas.

Eu não posso aceitar isso calado. Eu tenho que denunciar, tenho que repudiar e usar as forças que possuo, as prerrogativas do meu mandato para fazer a defesa dessa categoria que é centenária e tem sofrido muito em razão da pandemia - falo sobretudo dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal, que foi quem pagou, e paga, o auxílio emergencial. E a resposta que recebe é esta! Não é justo que se faça isso com uma categoria tão importante para a história do País!

Portanto, o PSB vai ser contrário a esta proposta, e nós também, evidentemente.

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos uma preocupação profunda quando assistimos a mais uma intenção horrível como esta.

O companheiro Rogério, coordenador do nosso núcleo de trabalho, me disse ontem, animado, que o Presidente da Câmara dos Deputados nem havia se referido a este item. Portanto, nós não imaginávamos nem sequer que votaríamos esta matéria nesta semana. Pensamos que iríamos apreciar a PEC que trata do voto impresso.

Eu, animado, fui à reunião das centrais sindicais e disse aos dirigentes que isso não iria acontecer. Mas nós temos que desconfiar sempre. Como o Presidente não nos diz a pauta inteira, na ordem cronológica, para nós preparamos nossa defesa - foi assim quando apreciamos a matéria que tratava dos Correios, e o mesmo ocorre neste caso -, nós não vamos mais confiar em nada; vamos sempre nos preparar para o pior. E o pior é: os bancários, de novo, são vítimas dessa política maldita, destrutiva, que retira direitos do nosso povo.

Coloquem-se no lugar de um bancário que tem que enfrentar as crises, tem que enfrentar a COVID, tem que trabalhar com atenção permanente e, neste momento, tem retirado o seu direito à liberação da jornada. Para atender a interesse de quem? Dos banqueiros. Não do povo, mas dos banqueiros! Aqui a bancada banqueira é horrível, grandiosa e superpoderosa.

Essa história de os jovens, por serem portadores de deficiência, pobres e carentes, serem discriminados nos seus direitos, se comparados com os jovens ditos normais, é outra violação extraordinária.

Sr. Presidente, a história do Brasil vem demonstrando que as gerações vinham melhorando de condição de vida até aparecer Bolsonaro, até

aparecer o golpe.

Portanto, nas novas gerações, nós teremos filhos mais pobres do que os pais; jovens mais empobrecidos do que seus pais, o que não é comum numa democracia jovem, em que buscamos a cada dia melhorar as condições de vida da comunidade.

Por isso, votamos "não" a essa medida provisória da maneira como está. O discurso é gerar emprego. A prática é gerar morte, desemprego e sofrimento.

Documento 93/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD 17:00
Publ.: DCD - 11/08/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em que pese a nossa articulação - chamo a atenção dos meus pares para a votação que teremos em seguida, que é a da PEC do Voto Impresso -, neste momento, a Câmara discute a aprovação ou não da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

A pretexto de ajudar na manutenção dos empregos - e este é o objetivo da medida provisória: guardar a proteção dos empregos em tempos de pandemia -, essa medida provisória significa, é importante que o Brasil tome conhecimento disto, a desregulamentação e a precarização das relações de trabalho.

Nós nunca vimos, ex-Ministro Patrus Ananias, uma sanha tão violenta, tão destruidora de direitos como as inúmeras tentativas do Governo, que edita medidas provisórias e as encaminha para esta Casa.

Eu lembro que no ano passado, no auge da pandemia, nós votamos várias medidas provisórias e vários projetos de lei, todos no sentido de fomentar, de segurar, de ajudar a economia brasileira e de garantir que ninguém perdesse o emprego. Mas, enquanto nós fazíamos isso, o Governo, por outra mão, desenvolvia uma ação violenta no sentido de fazer regulamentações. Regulamentou a reforma trabalhista, aqui aprovada, e agora encaminha a regulamentação da precarização das relações de trabalho.

Por exemplo, eu apresentei, Sras. e Srs. Parlamentares, a supressão do art. 66. Do que ele trata? Hoje, o Jovem Aprendiz é um dos programas mais bem-sucedidos e tem proteção por parte da legislação atual.

No meu Estado, por exemplo, várias instituições desenvolvem esse trabalho profissional. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho absorve aqueles jovens aprendizes que são preparados para ingressarem no mercado de trabalho. O que faz o Governo? Na verdade, acaba, precariza! Não existe mais proteção nenhuma para os jovens que estão inscritos nesse programa importante, conhecido como Jovem Aprendiz.

Pois bem, Sr. Presidente, eu apresentei uma emenda para suprimir esse artigo. E peço a V.Exas. que não permitam tamanha violência contra o jovem aprendiz, aquele que está se preparando em seu Estado, bem como no meu Estado, para ingressar no mercado de trabalho. Essa relação será precarizada, não terá mais nenhuma proteção.

Essa medida provisória não serve...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - ... as relações de trabalho aqui no Brasil.

Proteger, sim. Manter os empregos, sim. Manter os programas, sim. Mas jamais precarizar do jeito que o Governo está fazendo com esse texto e com inúmeras outras tentativas de precarização das relações de trabalho no Brasil.

Sr. Presidente, o nosso voto é o apelo que faço para que pelo menos o art. 66 seja suprimido dessa medida provisória.

Muito obrigado, Presidente.

84.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021-
CD 17:12

Publ.: DCD - 11/08/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Irresponsabilidade e omissão do Presidente Jair Bolsonaro no combate à epidemia de coronavírus. Elevação dos preços de alimentos e do gás de cozinha no País. Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - É inacreditável que o povo brasileiro, no pior momento da sua história, preocupado em viver, em ser vacinado, esteja diante de um Governo irresponsável, negligente, omisso, o melhor amigo do vírus no Brasil, pois, em 7 meses, pouco mais da metade da população tomou a primeira dose. E o povo, preocupado em viver, preocupado em comprar um arroz 40% mais caro, no País que é produtor mundial de arroz, preocupado em comprar o gás de cozinha, não pode acompanhar o que acontece na Câmara dos Deputados.

É uma verdadeira vergonha que numa medida provisória, que veio com um propósito, tenham sido incluídos três jabutis, Deputado Christino Aureo. Isso vai ficar na sua história. O senhor e aqueles que votarem neste texto serão lembrados pela juventude brasileira, e não só pela juventude.

Os três programas são escandalosos porque permitem que trabalhadores recebam 40% do salário mínimo e ocupem até 25% dos cargos de uma empresa. O PRIORE é para jovens de 18 a 29 anos, para pessoas acima de 50 anos, para pessoas que estejam mais de 2 anos desalentadas - são milhões de brasileiros que estão desalentados -, que, inclusive, ficam excluídas do Bolsa Família.

Vocês estão tentando, com esses jabutis, de forma ilegal, inconstitucional - porque não se podem botar outras matérias além daquilo que vem na medida provisória -, criar uma semiescravidão

juvenil, superexploração total e brutal com esses salários.

Incluíram ontem um programa de serviço social voluntário que permite a Municípios contratar por 250 reais - 250 reais! - sem concurso público, de forma indefinida. Incluíram um programa social voluntário! Contem outra! Isso é papo furado! As pessoas estão passando fome! E vocês sabem que, frente à fome, o povo muitas vezes se submete a algo. Mas nós fazemos questão de dizer às pessoas que não se esqueçam de quem votou contra os interesses da juventude.

Vejo vários aqui que arrotavam no Governo golpista do Temer, que eram os mentores da reforma trabalhista e fizeram meia dúzia de votos. Aliás, nem reeleitos foram. Vocês acham que, porque o povo está preocupado com outras coisas - inclusive em viver diante do Governo criminoso do Bolsonaro, diante dessa ameaça golpista do voto impresso -, serão esquecidos por votarem contra os trabalhadores e a juventude? Não! Não com o voto do PSOL, não com o nosso apoio e, aliás, com toda a nossa denúncia.

Documento 95/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD 17:24
Publ.: DCD - 11/08/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de parabenizar novamente o Governo por essa Medida Provisória nº 1.045, de 2021. É uma medida provisória que repete muito a Medida Provisória nº 936, de 2020, que nós implantamos durante a parte inicial e mais crítica da pandemia, quando as empresas não sabiam se iam conseguir manter suas atividades. E aí nós conseguimos fazer uma flexibilização das relações trabalhistas, conseguimos fazer redução das jornadas, de modo que houvesse uma proporcionalidade em defesa do funcionário, que também recebia uma

parte do seguro-desemprego, e também a suspensão de alguns contratos de trabalho.

Inicialmente, isso pode parecer muito ruim, como até foi falado agora há pouco pelo Deputado que me antecedeu, mas é a preservação dos empregos, dos registros, é a preservação do trabalho, tão importante para se reiniciar a atividade econômica, tão importante para, no momento em que se retomarem os empregos que estão em suspenso por certo tempo, poder aliviar o caixa das empresas.

Empregos, trabalhadores e salário são um custo fixo das empresas, que vai ser pago com a venda, com a atividade econômica. Mas, se as atividades foram paradas ou prejudicadas pela pandemia, nós precisamos aliviar de alguma forma esse custo fixo, que também está sendo ajudado pelos programas do Governo, como o seguro-desemprego, que também dá um apoio.

Portanto, parabéns ao Governo pela Medida Provisória nº 1.045, pelas iniciativas que enfocam a preservação do emprego e por outros programas que foram implantados para inserção de pessoas que estão excluídas, sejam jovens, sejam pessoas de mais idade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 96/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	18:04
Publ.: DCD - 11/08/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Prioridade do Governo Federal na aprovação do voto impresso, em detrimento ao combate à Covid-19, ao desemprego, à insegurança alimentar e à inflação. Utilização das Forças Armadas brasileiras, pelo Presidente Jair Bolsonaro, para intimidação do Congresso Nacional. Defesa de rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2021, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Pedido à Presidência para avaliação de questão de ordem do orador.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, estamos com 564 mil brasileiros que morreram por causa da COVID, por falta de vacina.

A fome voltou, o desemprego está aumentando, os preços nos supermercados estão cada vez maiores, o preço dos combustíveis disparou, e a principal narrativa do Governo é o voto impresso.

Defende o voto impresso quem quer desestabilizar a democracia, quem quer tumultuar o processo eleitoral e quem quer criar confusão. É ação de quem está com medo de perder as eleições. É o mesmo *modus operandi* do ex-Presidente norte-americano. Nós não podemos permitir esse retrocesso.

Enquanto o Presidente promove um desfile ridicularizando as Forças Armadas do País para intimidar o Congresso Nacional, estamos aqui discutindo um PLV que é muito pior do que o texto original da medida provisória e que, em vez de fixar novas regras para o período da pandemia, fixa regras de forma permanente. Inclusive, senhores, é importante dizer que a aplicação dessas regras poderá acontecer em outros regimes, em outros momentos de emergência, sem autorização legislativa. O PLV exclui do texto a trabalhadora gestante e os trabalhadores jovens, que vão ter que se submeter ao subemprego. Ele vai promover a exclusão do trabalhador com contrato intermitente e fará com que a contribuição previdenciária passe a ser facultativa. Vejam só, senhores e senhoras, o que está em curso! O PLV cria programas que não estavam previstos no escopo da medida provisória e reduz em 30% os recursos do Sistema S. V.Exas. sabem o que vai significar para a população brasileira e para o Sistema S essa redução absurda de 30%.

Senhores e senhoras, além disso tudo, há uma inconstitucionalidade material no texto. A modalidade contratual com direitos reduzidos viola os princípios do não retrocesso social, da igualdade e da segurança jurídica. O texto cria outros programas e altera sobremaneira a CLT, o que é absurdo.

Sr. Presidente Marcelo Ramos, eu peço mais uma vez que avalie a questão de ordem que eu apresentei anteriormente. É uma questão de ordem importante, que trata sobre matérias estranhas e que ainda...

(Desligamento automático do microfone.)

84.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021-
CD 18:16

Publ.: DCD - 11/08/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à última versão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de plano destinado ao desenvolvimento do País. Natureza vexaminosa da exibição de aparato militar na Esplanada dos Ministérios.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados aqui presentes.

Quanto à Medida Provisória nº 1.045, nós ainda não temos o relatório com o texto final para debatermos, mas, pelo que vinha sendo discutido até antes desta sessão, ele mudou completamente o texto original da medida provisória, que trazia programas importantes para o enfrentamento da pandemia, e transformou a medida em uma minirreforma trabalhista.

A nossa preocupação se deve ao fato de que, no Brasil, depois da Constituição de 1988, o que nós temos visto, infelizmente, na questão legislativa do trabalho, é um retrocesso, que teve o seu ponto alto com a reforma trabalhista de Michel Temer. Na época, defendiam que a aprovação daquela reforma geraria milhões de empregos, mas hoje temos no Brasil 15 milhões de desempregados, 19 milhões de pessoas passando fome, fila do osso no Centro-Oeste, inflação galopante.

O texto que foi apresentado um pouco antes desta sessão representa um ataque a um Brasil justo e igualitário, que é o que a Constituição de 1988 nos legou e o que a CLT nos legava até pouco tempo atrás. É muito difícil entender a obsessão por tirar direitos do trabalhador, reduzir salários, retirar o FGTS e a aposentadoria. O que é que o Brasil ganha com isso? Não ganha nada. Trata-se de menos dinheiro

circulando.

É muito importante frisar que os poucos anos que nós temos vivido nesta crise provam que o que gera emprego é desenvolvimento econômico. O Governo do Presidente Jair Bolsonaro não tem um plano de desenvolvimento para o Brasil, tem um plano de destruição deste País.

Eu quero repudiar a "tanqueata" que foi feita hoje, que expôs as Forças Armadas ao ridículo. Noventa e três por cento das postagens foram de chacota. O Presidente expõe o nosso País a uma vergonha internacional.

Documento 98/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	21:20
Publ.: DCD - 11/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retrocesso da pretendida retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Clamor do povo brasileiro pela vacinação contra a Covid-19; pela retomada do auxílio emergencial de 600 reais e por ações destinadas à geração de emprego e renda. Posicionamento da população brasileira pela manutenção do regime democrático.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos falar sério. A urna eletrônica é auditável! Fraude existia no voto impresso. O que o povo brasileiro quer discutir não é se vai haver voto impresso, esse retrocesso. O que o povo brasileiro quer discutir é a vacina no braço, ele quer garantir que não haja propina na compra da vacina, ele quer discutir o auxílio emergencial de 600 reais, o emprego, a renda. O povo brasileiro quer discutir democracia, quer garantir que não vá haver alusão a ditadura, ou chantagem, ou ameaça com tanques para intimidar o voto daquele que defende a democracia, o voto livre do cidadão, sem chantagens, sem volta do caudilhismo. É isto que nós estamos defendendo aqui: a liberdade do voto na urna eletrônica.

Documento 99/201

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	22:28
---------	--	-------



Sumário

Derrota imposta ao Presidente Jair Bolsonaro pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas de votação em eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Segurança do sistema de votação eletrônica implantado no País. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em esquema de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Elevação dos índices de desemprego e dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Retirada de direitos dos trabalhadores pela Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Vinculação entre mortes decorrentes da Covid-19, e a recusa do Presidente da República na compra de vacinas em tempo hábil. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na reeleição, em detrimento das demandas da população brasileira. Propósito do Presidente da República de promoção de golpe de Estado. Necessidade da implantação de plano de desenvolvimento socioeconômico no País. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente Bolsonaro hoje sofreu uma derrota que precisa ser sublinhada. Não adiantou tanque na rua, não adiantou blindado, não adiantou lança-mísseis. Nada disso adiantou. Ele sofreu a derrota, e o voto impresso foi sepultado hoje, aqui, no plenário da Câmara. Não conseguiu avançar. Foi rejeitada a PEC, e o voto impresso não passou. E não tinha como passar, porque não fazia o menor sentido em que isso fosse aprovado. Não há nenhum questionamento fundamentado sobre o sistema eleitoral brasileiro no que diz respeito à votação por sistema eletrônico.

É muito estranho o comportamento dessa gente, porque a maior fraude que existe no processo eleitoral brasileiro eles não questionaram: a fraude da compra de votos. Isso, sim, tem fraudado o resultado das eleições em todo o País. Mas isso eles não questionam. Eles não questionam a compra de votos, ou seja, pode continuar a mesma farra da compra e venda de votos em qualquer lugar do Brasil. O Bolsonaro

não diz nada sobre isso. Mas resolveu questionar as instituições, resolveu questionar o voto eletrônico, que é um exemplo para o mundo. Há 25 anos esse sistema funciona. Todos nós aqui fomos eleitos por esse sistema. E, agora, o Bolsonaro resolveu questioná-lo.

Na verdade, o que estava e está por trás de tudo isso é a cortina de fumaça, é ele tentando desviar a atenção da população brasileira dos verdadeiros problemas que temos que enfrentar neste plenário, como, por exemplo, a questão da corrupção na compra de vacina.

Todo mundo viu, acompanhando a CPI, que a vacina foi alvo de um esquema poderoso de corrupção de que, se não fosse um servidor público com estabilidade e com coragem para denunciar, ninguém tomaria conhecimento, e eles iriam torrar 1 bilhão e 600 milhões de reais com uma vacina que nem sequer tinha autorização para ser usada no Brasil. Isso eles querem esconder, como também querem esconder, por exemplo, a situação da economia brasileira, que está derretendo, com desemprego nas alturas, com achatamento salarial, com toda a carestia que há em torno dos itens mais elementares da cesta básica, como o arroz, o feijão, o gás de cozinha, a gasolina. Tudo está aumentando todo dia e está o olho da cara. Isso eles querem esconder, como também querem esconder as maldades que eles fazem aqui no plenário desta Câmara, no Congresso Nacional, como, por exemplo, a aprovação da privatização dos Correios; como, por exemplo, a aprovação hoje, aqui, da Medida Provisória 1.045, que tira direitos dos trabalhadores. Isso eles estão escondendo, quando lançam essa cortina de fumaça.

Trata-se de uma estratégia de enfrentamento em torno daquilo que é o objetivo maior do Bolsonaro, porque ele não está preocupado com as vidas humanas que estão sendo perdidas, desnecessariamente. Essas mortes poderiam perfeitamente ter sido evitadas. Ele não está preocupado com a pandemia, não está preocupado com nada disso. Ele só está preocupado com a eleição, ele está preocupado com 2022, ele quer saber como vai se livrar da maior derrota que um Presidente da República já sofreu sentado na cadeira presidencial, lá no Palácio do Planalto.

É o que vai acontecer com ele no próximo ano, como apontam todas as pesquisas. Então, nós sabemos que é nisso que Bolsonaro está de olho.

E ele ensaia um golpe. Os tanques e os lança-mísseis aqui nas ruas de Brasília hoje foram uma demonstração do desejo, da vontade, do plano maléfico e perverso que há na cabeça de Bolsonaro em relação ao que vai acontecer em 2022.

Mas isso não adianta! O Trump não conseguiu dar o golpe nos Estados

Unidos - ele tentou invadir o Capitólio lá -, e o Bolsonaro também não vai conseguir dar o golpe aqui no Brasil. Essa história de golpe é coisa do passado, coisa que o povo brasileiro não aceita e não admite.

O que o povo brasileiro espera é que nós façamos a nossa obrigação, que possamos aprovar as medidas necessárias para ele enfrentar os problemas que estão postos no seu dia a dia. É para isso que nós precisamos olhar.

Como nós vamos gerar empregos? Como nós vamos melhorar os salários do povo trabalhador? Como nós vamos criar condições para que a educação seja de qualidade para todos, para que o SUS seja fortalecido e possa cumprir o seu papel não só no enfrentamento da pandemia, mas também no enfrentamento de todas as outras mazelas relacionadas à saúde?

Há problemas de infraestrutura no País, por exemplo, nas BRs. Lá no meu Maranhão, as BRs, as rodovias federais, estão um buraco só. Bolsonaro, procure tapar os buracos das BRs no Maranhão e no Brasil! É isso o que você tem que fazer. Será que você não percebe de que o povo necessita?

O povo não está pedindo voto impresso. O povo não está interessado nisso. O povo quer melhorar a sua condição de vida. E, para isso, nós temos que trabalhar, todos nós: os Parlamentares, os Governadores, os Prefeitos e principalmente o Presidente da República. Esse é quem mais precisa trabalhar neste momento em favor do nosso País.

Portanto, Presidente, eu não poderia deixar de destacar a importância do resultado da votação de hoje e da derrota imposta a esse senhor que preside hoje o País, por tudo o que aconteceu e por todo o teatro que foi montado por ele.

Agora vamos andar para frente, derrotar as outras propostas, como, por exemplo, a MP 1.045 e a PEC 32. Isso, sim, nós vamos derrotar.

Vamos em frente! A luta é nossa! Viva a democracia!

Documento 100/201

85.2021	Sessão Comissão Geral	11/08/2021-11:16
Publ.: DCD - 12/08/2021 -	MARCO SÉRGIO BATISTA XAVIER---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Defesa da participação efetiva do setor produtivo de leite no Plano Compete

Leite BR. Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE,

O SR. MARCO SÉRGIO BATISTA XAVIER - Bom dia a todos.

Cumprimento toda a Mesa, nossa Ministra Tereza Cristina, em nome de Cesar Halum, que nos permitiu esta aproximação com os técnicos do MAPA; saúdo o Deputado Celso Maldaner, que faz parte do nosso grupo; e o Deputado Heitor Schuch, Presidente desta sessão.

Falar, em 5 minutos, do produtor de leite e da nossa situação é muito pouco. De acordo com dados de 2017, nós somos 1 milhão e 200 mil propriedades, e somente em 5 Municípios não se produz leite. Eu sou produtor de leite, moro na minha propriedade e estou nesta atividade em 2 módulos rurais já faz 20 anos. Desde 2017, através da Internet, da comunicação entre os produtores e os movimentos de base que se estendem por todos os Estados deste País, começamos a trocar experiências, buscar pautas e entendemos que há soluções.

Nós, produtores de leite, evitamos o assistencialismo - nós queremos condições de trabalho. Nesta visão, levamos pautas, por meio da CNA, de diálogo com a ABRALEITE e conversas com os técnicos do MAPA. Aliás, a Ministra Tereza Cristina nos permitiu esta aproximação. Nós, produtores de leite, conhecemos diversos sistemas produção em condições, neste País imenso, de produzir comida diante de condições climáticas adversas e diferentes. Nós conhecemos muito bem a realidade em que estamos. Portanto, não estamos falando de um problema, pura e simplesmente. Nós estamos levando as soluções, nós queremos contribuir.

Em 2017, nós já vínhamos pedindo um planejamento estratégico. Este planejamento foi se tornando realidade por meio do Plano Compete Leite BR. Mais que isso, nós queremos participar efetivamente deste plano, que nós consideramos um plano do Estado, e não um plano do Governo. É por meio deste plano que as políticas sociais para o setor podem emancipar e reposicionar o produtor de leite dentro da cadeia láctea.

A sociedade e o consumidor talvez não saibam, mas o produtor de leite tem 2 dias para entregar o seu produto. Não se desliga a vaca: a vaca trabalha 24 horas, 365 dias. E nós temos que lidar com seres vivos de maneira integrada, vaca e planta, buscando o melhor resultado e observando a sustentabilidade. Isso nos é inerente e nos é cobrado pela sociedade. Nós temos este compromisso.

Observem que nós entregamos o produto, mas só recebemos depois de 50 dias. Nós não sabemos quando nem quanto vamos receber, mas entregamos o produto. Toda a dificuldade, principalmente em relação à pandemia, ficou mais evidenciada até mesmo para o produtor de leite, cuja situação é ignorada por muitos. Devido às horas de trabalho, ele não tem muita condição para se organizar. Por meio dos movimentos de base, nós conseguimos levar à CNA, ao MAPA, à ABRALEITE as pautas e nós queremos interferir.

Quero agradecer a todos os Deputados a aprovação do PL 3.292, que já está no Senado. Este PL traz o leite como componente da merenda escolar - ele não a altera, simplesmente traz este componente. Isso favorece os pequenos laticínios. Nós, produtores de leite, temos uma visão da cadeia como um todo. Nós precisamos de uma cadeia láctea forte, pujante, mas que reposicione o produtor de leite.

Para isso, nós queremos ter a possibilidade de participar, como estamos fazendo aqui. Nós queremos contribuir e endossar as soluções em pé de igualdade com os demais elos, mas sem ser submetidos. É com esta visão que buscamos nos reposicionar dentro da cadeia láctea brasileira, por meio da nossa participação, contribuindo para um plano de Estado para esta cadeia.

Muito obrigado.

Documento 101/201

85.2021	Sessão Comissão Geral	11/08/2021-11:32
Publ.: DCD - 12/08/2021 -	ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Vinculação entre mortes decorrentes da Covid-19 e a situação do Sistema Único de Saúde - SUS. Desafios da agricultura familiar brasileira.

A SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO - Muito obrigada, Deputado. Peço a V.Exa. que me avise um minutinho antes do término, porque eu não consigo visualizar aqui meu tempo.

Quero parabenizar o Deputado Heitor Schuch pela iniciativa deste importante debate, especialmente neste momento que estamos vivendo. Minha saudação especial a todos os que estão aqui compartilhando a Mesa e fazendo estas falas, em especial os movimentos do campo, das florestas e das águas.



Quero iniciar com meu lamento por tantas vidas perdidas para a COVID-19. Eu sei que muitas delas poderiam ter sido poupadas, se tivéssemos um SUS mais forte, uma política pública de saúde com mais responsabilidade. Este é o meu repúdio, neste momento.

Diante de outros repúdios, não dá para deixar de falar da agricultura familiar camponesa, que sofre tantas atrocidades e tanto desmonte das políticas públicas. A atual política vem fortalecendo, sim, cada vez mais, a agricultura de exportação, as *commodities*, uma agricultura altamente envenenada. Basta lembrar a liberação, por este Governo, de tantos venenos nos últimos tempos.

Então, falar da agricultura familiar camponesa é reconhecer os modos de produção de campesinatos no País. Há milhares de modos de produção, que têm um jeito próprio de produzir e de tratar a terra com sua cultura e tudo o mais. É preciso repensar os modos de produção neste País, prezando pela agricultura agroecológica e de sustentação, não só a ambiental, mas também a do ser humano e a do planeta. Precisamos pensar essencialmente na soberania alimentar deste País imenso, que tem diversos biomas e muitas possibilidades.

Infelizmente, temos atravessado retrocessos a duras penas. No ano passado, lutamos pela aprovação do PL Assis Carvalho, que foi derrubado por um veto injusto e de uma insensibilidade com as pessoas que passam fome e produzem alimento neste País.

Nós do Movimento de Mulheres Camponesas defendemos um projeto de agricultura agroecológica que pense em crédito, que pense em agroindústria, que pense em comercialização, que pense em industrialização e comercialização e nas compras institucionais. Pensamos a agroecologia a partir de territórios livres de venenos, livres de transgênico, livres de trabalho escravo, livres de violências - em especial, quero aqui focar a questão da violência doméstica - e livres de fato de toda a exploração do ser humano, de animais e da natureza.

Temos o compromisso com a vida em todos os sentidos, não só a do ser humano. Parece que o genocídio está a galope. Não se trata somente da morte do ser humano pela COVID, mas também da morte da natureza, como já foi relatado aqui, devido aos vários atentados que estamos sofrendo, como o desmatamento absurdo não só da Amazônia, mas também da Mata Atlântica e do Cerrado brasileiro. Enfim, os biomas brasileiros estão sofrendo grandes atentados de uma produção que não gera vida, que não gera alimento, que não gera comida. Isso é preocupante!

A minha fala é de desespero, de agonia, mas de muito amor e carinho pelo nosso povo, especialmente pelos mais pobres, os da periferia

urbana.

Quero aqui, Deputado, relatar que eu moro na roça. Eu tenho um fogão à lenha, eu ainda posso agradecer por isso. Ontem me deu vontade de comer um baião de dois. Fui lá, peguei a fava que produzimos, cozinhei e fiz um baião de dois. Pensei: isso combina com o peixe. Fui ao açude, peguei três peixes, fritei para a família. Que famílias hoje em dia têm essa possibilidade? Se não temos dinheiro para o gás, temos a lenha, o carvão e outras possibilidades. Se eu não tenho arroz, tenho bata, tenho inhame.

Por que este País não priorizou uma política pública de produção? Não se priorizou a reforma agrária em essência neste País.

Por isso, mais de 80% da população estão nos bolsões de misérias das periferias urbanas e não têm a possibilidade de dizer: "*Vou fazer isso e faço. Vou ali à minha horta e pego*". Está errado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Peço que conclua, Sra. Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO - Obrigada, Deputado.

Precisamos discutir um projeto de Brasil-Nação, a partir do povo e da soberania nacional. Isso é urgente.

Eu quero encerrar conclamando os Deputados. Nós estamos acompanhando atentamente o PL Assis Carvalho II, de nº 823, de 2021. Ele já passou pelo Plenário da Câmara dos Deputados e agora está no Senado. Por favor, tenham um pouco mais de complacência com os camponeses e as camponesas e com o povo brasileiro. Aprovezem esse projeto! Não aceitem veto, como aconteceu no ano passado.

Quero finalizar: fora, Bolsonaro e todos os genocidas deste País!

Documento 102/201

85.2021	Sessão Comissão Geral	11/08/2021-11:40
Publ.: DCD - 12/08/2021 -	SAIANE SANTOS--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Vinculação entre mortes decorrentes da Covid-19 e a necropolítica do Governo Jair Bolsonaro. Desafios da agricultura familiar brasileira.

A SRA. SAIANE SANTOS - Bom dia a todos e todas.

Primeiramente, quero saudar os Deputados e as Deputadas, em nome do Presidente da sessão, e saudar também todas as organizações que estão aqui nesta manhã de quarta-feira debatendo um tema tão importante para nós, tão caro para nós os povos do campo, das águas e das florestas, bem como saudar todos e todas que estão acompanhando pelas redes sociais.

Então, para começar, quero reafirmar a importância deste debate, sobretudo neste momento em que a fome volta a assolar a vida do povo brasileiro, em que o nosso povo segue morrendo por conta dessa política genocida desse Governo em torno da COVID, negando vacina, negando saúde ao nosso povo.

Nós os povos do campo, das águas e das florestas, na nossa diversidade, somos quem produz a diversidade dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro. Somos nós que produzimos mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro, o feijão, o arroz, a diversidade das carnes, a diversidade das frutas, das verduras. Então, é dessas mãos desses sujeitos que produzem esses alimentos, mesmo assim, ocupando apenas 24% das terras agricultáveis do nosso País. Vejam a contradição: nós ocupamos a menor parcela de terra, mas somos nós que produzimos a diversidade da produção da comida que chega à mesa do nosso povo. O agronegócio não é capaz de produzir a diversidade dos alimentos. Portanto, é impossível garantir a soberania alimentar. Só a diversidade do campesinato é que pode desenvolver essa tarefa.

Entendemos, enquanto movimento tanto do MPA, quanto da Via Campesina, que só nós, o campesinato, em sua grande diversidade, é que temos essa tarefa de produzir os alimentos, garantir a soberania alimentar, mas essa é uma questão nacional, uma questão social, que deve ser abraçada pelo povo do campo e também pelo povo da cidade. Nós queremos produzir alimento agroecológico de qualidade, mas que o povo brasileiro nas periferias possa consumir esses produtos, esses alimentos.

Para sanar os desafios da agricultura familiar camponesa, que são muitos, como vários companheiros e companheiras trouxeram em suas falas, é necessário investimento do Estado brasileiro, é necessário política pública e também é necessário barrar a invasão do agronegócio sobre os nossos territórios e sobre as nossas vidas.

Então, é preciso garantir a terra, porque é nela que o campesinato produz e reproduz seu modo de vida; garantir o direito ao território, sobretudo ao território indígena, quilombola; garantir subsídio para a

produção agroecológica e para a comercialização, como bem trouxe o companheiro Jaime. Nós precisamos mudar esse modelo de produção que está baseado no pacote tecnológico, no pacote da revolução verde. Precisamos garantir uma transição agroecológica. É preciso ter educação de qualidade no campo, moradia, saúde. É preciso garantir a assistência técnica, garantir o abastecimento popular, garantir com qualidade a permanência da juventude e das mulheres no campo.

Neste momento de pandemia, de crise econômica, com todas as dificuldades que o nosso povo no campo vem enfrentando, esses sujeitos vêm produzindo e doando toneladas de alimentos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, pois a fome volta a crescer, volta a assolar o povo brasileiro.

Nós precisamos garantir a aprovação do PL 823 para poder socorrer a agricultura familiar, para que a agricultura familiar siga produzindo os alimentos para abastecer o povo, as cidades. E neste momento não dá para falar em garantir a agricultura familiar se não barrarmos o pacote de desmonte das políticas públicas que tem sido pauta no Congresso Nacional - como aconteceu com o MDA e com o Plano Safra específico para agricultura familiar -, com as tentativas de destruição do PAA e do PNAE e com a tentativa de avançar com o PL dos venenos, para garantir a liberação de mais veneno. Eles acham que os mais de 400 venenos que foram liberados o ano passado não são suficientes, e é preciso liberar muito mais.

Então, precisamos barrar esse processo, barrar o PL que pretende flexibilizar a grilagem de terra no nosso País, legalizar o roubo de terra, barrar a flexibilização do licenciamento ambiental e a exploração dos territórios indígenas. Não dá para falar em agricultura familiar se não barrarmos esse processo de retrocesso e de invasão dos nossos territórios.

Documento 103/201

85.2021	Sessão Comissão Geral	11/08/2021-11:44
Publ.: DCD - 12/08/2021 -	JOSÉ JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

Desafios da agricultura familiar brasileira.

O SR. JOSÉ JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Bom dia aos companheiros dos movimentos sociais. Bom dia aos Parlamentares. Bom dia ao Presidente da sessão, o Deputado Carlos

Veras, que está assumindo no momento o lugar do Deputado Heitor. Em nome da Via Campesina gostaria de agradecer o convite e trazer aqui uma contribuição para o momento histórico.

Em primeiro lugar, a nossa composição da Via Campesina é ampla. O MST, o MPA e as demais entidades que lidam com a agricultura familiar e a defendem já falaram. Trata-se de um leque de movimentos sociais que têm característica própria de organização, resistência e defesa de um País democrático e igualitário. Gostaria de agradecer isso.

Em segundo lugar, camaradas, a Via Campesina vem avaliando o quanto está difícil avançar naquilo que é essencial para o desenvolvimento deste País na questão da agricultura camponesa e familiar.

Após o golpe em 2017, assumido o Governo Michel Temer, a correlação de forças ficou muito confrontada e o conservadorismo do Governo provisório e atual tem nos colocado em uma situação difícil, muito complicada, que vai para os dois extremos na correlação de força da luta de classes. Os camponeses, de um lado, não têm nenhuma expectativa com o Governo Bolsonaro no avanço da reforma agrária, e, sem reforma agrária, um País não pode dizer que é desenvolvido ou se desenvolveu.

Os principais países capitalistas da Europa, entre outros, continuam capitalistas, mas fizeram a sua reforma agrária, mesmo que burguesa; fizeram certa distribuição de terra. Aqui no Brasil foi o contrário. Houve ausência de apoio oficial do Estado para a produção, comercialização e sustentação da vida no campo. Isso é algo muito real. Há uma defesa, posição do Governo e do Presidente da República em vetar qualquer avanço ou apoio à agricultura familiar e camponesa, como o projeto Assis Carvalho. E companheiros e companheiras aqui já citaram que isso é verdade. O Presidente fez questão de vetar a parte essencial. Portanto, a matéria volta para a Câmara, onde é aprovada, e agora deve ir para o Senado Federal, para a sanção do Presidente, porque é um apoio mais emergencial em virtude da COVID-19.

O reacionarismo do Governo tem levado à resistência camponesa, fazendo com que esta se radicalize cada vez mais. De um lado, não há nenhum sinal para a agricultura familiar e camponesa e, do outro, os camponeses também não têm como arredar o pé por um instante.

A nossa luta será permanente, independentemente de quem estiver no Governo. Nós precisamos de políticas públicas, reformar aquilo que é mais centralizado no Governo, que tem prioridade para a agricultura empresarial e predatória: a destruição das matas virgens ainda na Amazônia ou em qualquer outra parte do País, em detrimento da

questão ambiental, social, da vida das populações, que é o que tem praticado atualmente.

Encerro dizendo que o custo de vida do povo brasileiro aumentou muito. A miséria e a fome aumentaram neste País. Para se ter uma ideia, o preço dos alimentos subiu, em média, 40%, 30% por cadeia de produtos.

Para piorar ainda, há um decreto do Governo Michel Temer - e Bolsonaro está levando à frente - de aumentar a conta de luz dos agricultores na sua residência, que têm um subsídio, em média, de 40%, e da produção agrícola. Isso está em vigor até 2023. Sobre o subsídio dos Governos anteriores para a agricultura familiar, está definido que está sendo retirado até 2023. Conclamamos aqui, então, à Câmara, nesta sessão, que leve essa mensagem ao Governo.

Muito obrigado, Presidente Carlos Veras. Obrigado a todos.

Documento 104/201

85.2021	Sessão Comissão Geral	11/08/2021-12:04
Publ.: DCD	-JÉSSICA MARIA	DA CONCEIÇÃO
12/08/2021 -	NASCIMENTO--- ---	
CÂMARA	DOS	COMISSÃO GERAL
DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	DISCURSO

Sumário

Desafios da agricultura familiar brasileira.

A SRA. JÉSSICA MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO - Bom dia a todos! Tentarei ser concisa e espero que a Internet contribua, porque tive algumas falhas durante a apresentação dos colegas.

Eu gostaria de cumprimentar a todos e agradecer o convite para este diálogo. Imagino que estejamos com unanimidade em relação à importância das políticas públicas nos desafios da agricultura familiar.

O primeiro passo é realmente este que está acontecendo agora, e acredito que teremos muitas outras oportunidades para tratar disso. Refiro-me a este diálogo. O diálogo vai ser importante para identificarmos essas especificidades e as diferenças que temos nas diversas regiões do Brasil, reconhecendo a contribuição do agricultor familiar.

E, não distante disso, o produtor indígena, o produtor das comunidades indígenas também contribui diretamente na questão da agricultura

familiar. Nela integramos a questão da segurança alimentar e também o cuidado com o meio ambiente, a contribuição com o meio ambiente.

Aqui posso destacar também algo que foi muito importante, essa questão da produção na comunidade. Foi um período de pandemia em que até nas comunidades mais próximas da cidade, por não poderem, por estarem em um período de preservação, por não saírem tanto, devido à contaminação do vírus, houve uma intensificação da produção nas comunidades. Eles já executavam e já realizavam isso, mas a produção foi intensificada durante a pandemia, justamente para assegurar a sua segurança alimentar.

Eu gostaria de falar também sobre a contribuição dos agricultores da agricultura familiar na questão das mudanças climáticas. Isso não é diferente em relação aos povos indígenas, que estão lá diretamente produzindo as suas sementes tradicionais. Essa é uma das coisas que também deve ser discutida, a valorização dessas sementes, a continuidade dessas sementes. A percepção dos povos indígenas em relação às mudanças climáticas está diretamente ligada às suas atividades tradicionais, seja de produção, seja de plantação. Esse diálogo vai ser importante para construirmos políticas públicas que atendam a todos esses públicos.

Outra coisa que eu gostaria de destacar é que a alimentação, que a agricultura familiar está diretamente ligada também à questão da saúde, à questão do acesso à água para a produção nas comunidades, à questão da tecnologia. Não é porque estamos nas comunidades que não vamos usar tecnologias. Para isso, devemos também envolver a questão dos jovens, o ensino técnico. Temos um centro de formação que incentiva a questão do ensino técnico agropecuário. Há um incentivo ao ensino superior também para que eles sejam os responsáveis por ajudar na questão de formações importantes, como agronomia, veterinária e outras formações que vão apoiar essa produção, essa agricultura familiar.

Ainda tenho um tempo razoavelmente bom. Espero não ter falado com muita pressa.

Outro ponto é a forma como se produz, com a valorização, de que os nossos colegas falaram, da produção orgânica, da produção agroecológica. Todos esses trabalhos que vão ser realizados e que vamos discutir vão refletir diretamente na vida, na qualidade de vida e no bem viver dessas populações indígenas e da população em geral. A agricultura familiar está envolvida e inserida nas nossas tradições e na forma como executamos as atividades. *(Falha na transmissão.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson da Fetaemg. PSB - MG) - Sra.

Jéssica...(Pausa.)

Voltou o áudio. Pode continuar.

A SRA. JÉSSICA MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO - Foi a Internet. Eu estava com grandes problemas com a Internet desde o começo.

Para finalizar, em contribuição ao que todos os colegas falaram, eu gostaria de, como mulher indígena e como jovem, colocar-me à disposição para os diálogos e realmente me envolver nessas discussões, nas políticas públicas, nessa questão de gênero, na questão dos jovens, na questão da valorização das mulheres nesse trabalho, que é contínuo e está diretamente ligado à questão da agricultura familiar.

Foi sucinta e resumida a apresentação.

Muito obrigada.

Documento 105/201

64.2021.B	Sessão Outro Evento	11/08/2021-13:32
Publ.: DCD - 12/08/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governo Jair Bolsonaro pela vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Redução do número de casos e de óbitos decorrentes da doença viral no País.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma honra vê-lo novamente presidindo os trabalhos.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nobres colegas, percebemos nesta Casa que o discurso a respeito da COVID vai a cada dia diminuindo, a cada dia vai esfriando, por um motivo muito simples. Já são 184 milhões de doses de vacinas distribuídas pelo Brasil afora. Quase 110 milhões de pessoas já receberam a primeira dose de vacina, e quase 50 milhões, a segunda dose.

Governo Bolsonaro! Governo Bolsonaro, Ministério da Saúde, SUS, com o PNI - Plano Nacional de Imunização, estão trabalhando a todo vapor, com manete *full*, como se costuma dizer na aviação, de modo completamente acelerado. É assim que o Ministério da Saúde, o Governo Bolsonaro vem tratando a população. É assim que o Governo cuida do povo brasileiro: com vacinas, com vacinas e com vacinas.

Um tempo atrás, em todas as entrevistas de rádio que eu dava, fazia uma comparação com os Estados Unidos, Deputado Luiz Lima. Nos Estados Unidos, está comprovado que, quando 25% da população foi vacinada, despencou o número de casos e despencou principalmente o número de óbitos. Estamos em situação melhor que a dos Estados Unidos. O Brasil hoje se encontra em condição melhor que a do primeiro país do mundo ou o que tem a maior economia do mundo. Não chegamos a 20% ainda, mas os números já despencaram. Quando estivermos, Deputado Junio Amaral, com 25%, pode fazer a comparação com os Estados Unidos. Nossos índices serão cada vez melhores.

Tenho que dar parabéns ao Presidente Bolsonaro pela coragem de se posicionar, querendo preservar a nossa economia, porque a fome também é um grande problema, e, ao mesmo tempo, trabalhando com as Forças Armadas, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência e Tecnologia, sem parar nenhum outro Ministério. Estamos caminhando para o fim desta pandemia.

Vamos continuar tomando vacina, com toda a certeza. Teremos que comprar muito mais doses de vacinas, milhões e milhões de doses, porque, no ano que vem, muito provavelmente, todos teremos de ser vacinados de novo, mas não faltará coragem, empenho, trabalho e, se Deus quiser, dinheiro para o Governo Federal honrar esse compromisso com a população brasileira.

Parabéns, Presidente Bolsonaro! Parabéns! Continue dessa forma.

Documento 106/201

64.2021.B	Sessão Outro Evento	11/08/2021-13:52
Publ.: DCD - 12/08/2021 - REJANE DIAS-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comprometimento da Casa com o regime democrático demonstrado na rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas de votação em eleições,

plebiscitos e referendos (voto impresso). Adoção, pelo Parlamento brasileiro, de ações em defesa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; da geração de novos empregos e da implantação de projetos sociais no País.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, eu quero cumprimentar o nobre Deputado que está presidindo esta Casa, o nosso querido Deputado Gilberto Nascimento. Em seu nome, eu quero cumprimentar a todos.

Sr. Presidente, eu trouxe um tema muitíssimo importante. Esta Casa ontem se debruçou sobre o voto impresso, mas também deu sinal de que não há e não haverá espaço para intimidação de cunho autoritarista. Isso ficará lá atrás, no século passado. A derrota de ontem, do voto impresso, é um recado muito bem claro do compromisso que temos com a nossa democracia, que é muito cara para nós.

Disse ontem durante todo o tempo, por meio de minhas redes sociais, que o Brasil tem outras prioridades: um Parlamento independente, livre e ciente do seu papel e da sua responsabilidade com o seu povo. Isso é mais forte do que os tanques nas ruas.

A vitória, Sr. Presidente, foi da democracia, mas precisamos nos manter vigilantes. Não foi a primeira vez nem será a última tentativa de intimidação. É um momento tão sombrio para a nossa história, que não tem fim em uma votação, porque ela está ramificada nos porões.

Todos nós aqui sabemos que o Governo não quer, de fato, aperfeiçoar o sistema eleitoral, porque ninguém aqui é contra; nós somos a favor. Se puder aperfeiçoá-lo, melhor ainda. Mas a ideia é tão somente minar a confiança da população nas urnas eletrônicas em 2022, tumultuar e ultrajar a lisura do processo nos anos seguintes, visando às eleições - quero aqui frisar - de 2022.

Muito além dessa pauta, o que o Brasil mais precisa é de união do seu povo, de mais vacinas, mais empregos, mais projetos sociais e mais senso de responsabilidade de todos.

O mundo está observando a situação do Brasil e a história não costuma perdoar esse tipo de afronta, Sr. Presidente.

Então, mais do que nunca, eu gostaria aqui realmente de repetir: o que o nosso povo está precisando, e precisa ser a partir do Parlamento, é a união com o foco de todos na busca pela melhoria de vida, até porque a pandemia deixou consequências muito graves, entre elas, além da saúde, porque precisamos cuidar das pessoas que ficaram com

sequelas da COVID, mais desemprego, que assola a nossa população.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, pedir que a repercussão dessa minha voz seja veiculada no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 107/201

64.2021.B	Sessão Outro Evento	11/08/2021-13:52
Publ.: DCD - 12/08/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudação à comunidade evangélica brasileira, em especial a familiares do orador. Manifesto de grupo evangélico de repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro em relação à Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

"Eu vim para que todos tenham vida. Que todos tenham vida plenamente". "Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça (...)" São as raposas, os ricos, os exploradores, os opressores daquele tempo. Essas são as palavras de Jesus Cristo.

Nesse sentido, eu quero saudar hoje a comunidade evangélica. A propósito, a pedido do Pastor Genilson, de São Bernardo do Campo, eu consegui aprovar uma audiência pública que será uma solenidade para homenagear os 100 anos, à época, da presença da Assembleia de Deus no Brasil. Fui abordado pelo Presidente da Frente Parlamentar Evangélica me dizendo que, pelo fato de eu não ser evangélico, não poderia fazer isso e que eles é que tinham que fazer. Eu, diplomaticamente, abri mão.

De qualquer maneira, quero aqui saudar essa comunidade evangélica. Quando me refiro à comunidade evangélica, não me dirijo àqueles que usam Deus para explorar e para roubar a nossa gente. Quando me refiro à comunidade evangélica, refiro-me àquela que está na periferia, os pastores e as pastoras que têm solidariedade, que pregam o Evangelho libertador, que vão às prisões, que fazem campanha de arrecadação de alimentos e campanha de solidariedade aos que estão passando fome e frio. *"Eu pedi água, não me deste água. Eu tive sede*

e tive frio, não me deste água e não me cobriste." Refiro-me a esses pastores que estão no meio da nossa gente simples e que, efetivamente, pregam à sua moda o Evangelho.

Saúdo especialmente o meu sobrinho Clodoaldo, Pastor Clodoaldo, que, em Diadema, é um grande pastor junto à comunidade. Saúdo a minha prima pastora lá em Mossoró, que é uma guerreira. Saúdo o meu primo, filho do meu querido tio Geraldo, nosso Pastor Moraes, em Natal. Saúdo as minhas primas evangélicas e lutadoras: Ana Maria, em Diadema, e Alana, em Natal. Saúdo tantos outros.

Estou me referindo a essa comunidade porque recentemente, Sr. Presidente, um grupo de evangélicos, de várias igrejas, com várias denominações, lançou um documento se manifestando contra a postura do Presidente Jair Bolsonaro. Eles se sentiram usados. Pastores perderam a vida, famílias inteiras de pastores perderam a vida para a COVID. Eles foram levados a ter uma postura contra quem luta neste País. Agora, através de um documento nacional, eles estão alertando todo o povo das comunidades cristãs evangélicas para não serem usados. E todos têm que aprender com isso.

Por isso, quero falar: cuidado com os enganadores, não só das comunidades evangélicas, mas também de todas as Igrejas. Cuidado com os enganadores! Há muitos falsos profetas por aí enganando a nossa gente.

O nosso povo evangélico merece o nosso mais profundo respeito. Nas fábricas, há comunidades evangélicas...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Peço que conclua, Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Na Mercedes, onde trabalhei por muito tempo, havia e ainda há grupos evangélicos.

Que Deus continue fazendo deles homens e mulheres com muita resistência para vencer na vida, para que ela seja vivida plenamente!

Obrigado, Presidente.

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Carlos Jordy contrário à prisão do Deputado Daniel Silveira, determinada pelo Supremo Tribunal Federal. Transcurso do Dia do Advogado. Atraso na aplicação de vacinas contra a Covid-19 pelos Governadores e Prefeitos Municipais.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Realmente, os momentos na nossa Casa Legislativa não estão muito fáceis, porque nós temos inversão de valores, nós temos uma desobediência rasgada e descarada à Constituição Federal.

Eu faço minhas as palavras do Deputado Carlos Jordy. O Deputado Daniel Silveira não poderia ter sido preso de maneira nenhuma. Ele poderia, no máximo, sofrer um processo no Conselho de Ética em virtude de alguma situação de agressão com palavras e tal. Mas estar preso, como está, quase incomunicável, sem poder receber visitas que não sejam da família ou do advogado?!

Hoje é o Dia do Advogado. E nós lamentamos muito que isso esteja acontecendo no Brasil, que o Supremo Tribunal Federal esteja rasgando a Constituição, desrespeitando os Poderes, abrindo investigação, cuja competência é da Procuradoria-Geral da República. É lamentável o que nós estamos vivendo neste nosso País neste momento. Então, eu deixo muito claro isso.

Eu gostaria de falar também da apropriação indevida de vacinas que está sendo feita nos Estados pelos Governadores. Os Governadores não compram as vacinas. Eles recebem as vacinas do Governo Federal e devem entregá-las aos Municípios, para que os Municípios façam a aplicação devida.

Nesta guerra contra a COVID, nós já estamos com mais de 184 milhões de doses distribuídas e 149 milhões de doses aplicadas. Em torno de trinta e pouco milhões de doses não foram aplicadas ainda. Essa lentidão não é do Governo Federal; essa lentidão é dos Governos Municipais.

Já tomou a primeira dose 50% da população, e 25% da população já recebeu a segunda dose, que não garante a imunização, não garante a total imunidade. Nós temos casos de pessoas que tomaram as duas doses e contraíram a COVID.

O Brasil é o quarto colocado na aplicação da primeira dose, está no

quinto lugar na aplicação das duas doses. Está na frente de países enormes, só perde para China, Índia, Estados Unidos e Alemanha.

Então, meus amigos, quem deve ser acusado de genocídio é quem enviou o dinheiro para a compra de equipamentos, para a abertura de mais leitos de UTI, ou quem desviou o dinheiro? Genocida, Sr. Presidente, é quem desviou o dinheiro, é quem o desvia; não é quem envia o recurso.

Lamento muito e espero que isso seja corrigido para a população brasileira.

E lamento muito também a prisão do Deputado Daniel Silveira e que ela esteja sendo mantida. Que amanhã a Câmara possa decidir com soberania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 109/201

87.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/08/2021- CD 18:40
Publ.: DCD - 12/08/2021 - ENIO VERRI-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	APARTE DISCURSO

Sumário

Vitória da democracia na rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade de emissão de cédulas físicas de votação em eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Vinculação entre as crises sanitária, econômica e social vigentes no País, e a incompetência do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Acerto da extinção de coligações partidárias nas eleições proporcionais. Contrariedade à implantação no País do sistema de voto denominado distritão.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, gostaria de dividir essa minha intervenção em dois momentos.

O primeiro é comemorar a vitória da democracia no dia de ontem, mesmo com toda a pressão do Presidente Jair Bolsonaro, com a exposição de tanques, com problemas no motor, parece-me, porque havia muita fumaça, andavam muito devagar. Com isso, o Presidente tentava assustar este Parlamento, que mostrou a sua altivez, o seu compromisso com a democracia, e engavetou de forma definitiva o

voto impresso.

As informações que temos hoje da imprensa são de que também o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, já declarou que voto impresso não é pauta naquela Casa. Ótimo! É um problema a menos. É importante destacar que a nossa pauta é o número de mortes por conta da COVID-19 e da incompetência e irresponsabilidade de Bolsonaro em trazer vacinas, ou então a incompetência em não acompanhar sua equipe, envolta em denúncias de corrupção aos montes.

Também é importante destacar o desemprego. Passa da casa dos 30 milhões o número de desempregados, desalentados e daqueles que trabalham em tempo parcial e gostariam de trabalhar mais. Não estamos contando os 40 milhões de brasileiros que ganham até 89 reais por mês. Este é o quadro da crise sanitária, econômica e social que vivemos por conta da incompetência de Bolsonaro e sua equipe. Essa é uma situação de desespero e de caos.

Mas isso se resolve na política, ou pelo *impeachment*, ou pelas manifestações, ou mesmo, se nada disso acontecer, pelas eleições. Agora, o que não pode acontecer de maneira nenhuma é tentar mudar a regra do jogo, para que as eleições passem também a ser um instrumento de interesse de Bolsonaro. E eu estou dizendo isso no que se refere à pauta, se não de hoje, mas de amanhã, do distritão.

O Brasil tem hoje um dos melhores modelos eleitorais do mundo, afinal de contas nosso País é democrático, republicano e tem seus partidos políticos. Cada partido político tem um projeto para o Brasil, tem uma linha de pensamento, de esquerda, de direita, de centro, ecológica, seja o que for, não importa; esses partidos têm um programa. As pessoas que concordam com esse programa são as que vão colocar seu nome à disposição e oferecer à sociedade. E os eleitores e eleitoras vão escolher quem está mais apto para representá-los na Câmara dos Deputados.

Isso é muito importante, porque esse modelo põe o coletivo acima do individual. O projeto de sociedade é mais importante do que a pessoa, até porque, se a pessoa não responder a esse projeto, ela pode ser expulsa do partido, pode perder o mandato.

Outra coisa importante foi o fim das coligações. Era uma loucura um partido de direita fazer uma coligação com um partido de esquerda apenas preocupado com a eleição, e não com a construção de um programa de sociedade para o País.

Em 2017, acabamos também com as coligações. Isso é muito positivo, porque, à medida que nós não temos mais coligações, como foi



provado nas últimas eleições municipais, o número de partidos diminui. Portanto, aqueles partidos de caráter mais oportunista, que existem só nas gavetas, embaixo do braço de algumas pessoas, que estão lá para vender espaço, para trocar cargos, passam a ser reduzidos de forma drástica. Passamos, com esse nosso desenho, a ter partidos mais fortes, com linhas ideológicas mais definidas, que deixam explícitas para a sociedade as suas diferenças. E vai caber ao eleitor e à eleitora escolher qual o partido, qual a linha de lógica que mais lhe interessa.

Entretanto, inicia-se um debate que eu julgo muito ruim para a democracia e para o projeto de sociedade brasileira. Chama-se distritão. O que é o distritão? É a destruição do caráter coletivo, a destruição de um projeto de sociedade, seja ele de direita, seja de esquerda, seja de centro, não importa, para transformar cada Parlamentar dono do seu mandato. Cada cargo de Deputado, assim como de Prefeito, Governador, Presidente da República ou Senador, será considerado cargo majoritário. No meu querido Estado do Paraná, nós temos 30 vagas para Deputados Federais ou Deputadas. Não será levado em conta o voto que cada partido e cada programa têm; será levado em conta o voto que cada Deputado tem. Com isso, lideranças religiosas, cantores, apresentadores de televisão, essas pessoas farão muitos votos. E aqueles e aquelas que defendem uma linha de pensamento, que querem vir aqui de forma saudável dirigir, debater e construir uma alternativa para o Brasil, estarão fora - estão fora.

Partidos ideológicos, não importa o seu campo, serão reduzidos. Assim, nós vamos ver correr dinheiro na campanha, porque cada um é dono do seu mandato, cada um vai fazer de tudo para garantir a sua eleição. Conseqüentemente, o financiamento público de campanha será apenas uma aparência.

Muita coisa vai acontecer por isso, até porque a eleição de um Deputado Federal, não só pelo preço, mas pelo retorno que ele poderá dar a setores que eu não quero decidir quais, estará evidenciada.

Portanto, Srs. Parlamentares, o debate do distritão é um debate ruim para a democracia, é um debate ruim para quem quer construir os Poderes, para quem quer fortalecer as instituições, principalmente para quem quer ter a possibilidade de avançar nos direitos da população brasileira.

Eu fico muito preocupado em imaginar que podemos ter, no próximo Parlamento, no próximo mandato, várias estrelas, pessoas conhecidas por todos, mas nenhuma delas com o compromisso concreto de que tipo de Brasil eles querem. O prejuízo será irremediável. E, pior, a proposta do distritão nada mais é do que uma proposta de manutenção do *status quo*. Afinal de contas, quem é Deputado ou Deputada já tem a sua estrutura, assessoria, verbas de ressarcimento, já pode viajar no

seu Estado por conta do seu ressarcimento, estará em melhores condições do que aqueles que vão iniciar agora o debate, querendo participar do Parlamento. Isso implica na manutenção dos mesmos. De novo serão os mesmos reeleitos por quatro, cinco, seis mandatos. E aí o Parlamento, a vida política deixa de ser a doação de um tempo da sua vida para contribuir para o desenvolvimento do seu País e torna-se emprego. A partir daí, política vira profissão, e, para manter esse emprego, essa profissão, vale tudo: vale não permitir acesso de outros setores da sociedade; vale não permitir a renovação; e vale fazer de cada Deputado Federal um Parlamentar que manda no mandato dele, e ele faz do mandato dele o que quiser.

Nós não podemos admitir que isso ocorra. Nós não podemos admitir que o Brasil sofra mais esse retrocesso. São muitos anos de retrocesso. Foi o golpe contra a democracia, quando foi aplicado o *impeachment* sobre a Presidenta Dilma; o número de alterações na nossa Constituição, que já foi uma Constituição Cidadã e hoje se torna objeto de interesse do grande capital; votações, como essa da MP 1.045, que tira um pouco do recurso que sobrou, dos direitos que sobraram dos trabalhadores, e como a reforma administrativa. Tudo isso, com a perspectiva do distritão, será aprofundado. Eu fico imaginando o que vai sobrar do Brasil, o que vai sobrar de direito daqueles que precisam do Estado brasileiro, principalmente o que vai sobrar da democracia depois de todas as votações.

Vamos lutar e vamos acreditar no Brasil. Vamos ter esperança.

"Não" ao distritão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 110/201

87.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/08/2021 - CD 19:00
Publ.: DCD - 12/08/2021 - AÉCIO NEVES-PSDB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 12, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 9.279 de 1996, acerca da regulamentação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, com vista à concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção, ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Presidente Arthur Lira.

Eu gostaria de informar ao Plenário que acabou de ser aprovado neste instante, no Senado da República, um projeto que nós discutimos intensamente nesta Casa e que flexibiliza, em tempos de pandemia, as patentes de medicamentos e de vacinas. É um avanço extraordinário, construído em parceria com as entidades do setor, que permitirá que no futuro, se enfrentarmos situações parecidas com essa que enfrentamos hoje, se houver inclusive uma decisão contrária do Presidente da República, poderá, Deputado General Peternelli, o Congresso Nacional optar pela flexibilização temporária das patentes para que, naquele determinado período, possamos atender a nossa população sem viver as agruras que vivemos hoje.

Portanto, eu agradeço a designação que me fez o Presidente Arthur Lira para que relatasse aqui esta matéria. Chamo a atenção para a relevância dela. O Brasil passa a ser vanguarda no mundo em matérias relativas à propriedade intelectual, e os laboratórios, os detentores dessas patentes serão ressarcidos com pagamentos de *royalties* por parte daqueles que as flexibilizarem.

Presidente, agradeço a V.Exa. e cumprimento os Parlamentares que aqui aprovaram esta matéria.

Documento 111/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-09:08
Publ.: DCD - 13/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apuração pela CPI da Covid, do Senado Federal, de esquema de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Envolvimento do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, em denúncias de corrupção. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em corrupção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje é um dia importante na política brasileira. Nós estamos acompanhando de perto os trabalhos da CPI no Senado, que tem colocado para o Brasil, nos diversos depoimentos, o nível de corrupção do Governo Bolsonaro no Ministério da Saúde. A CPI tem desvendado todo esse processo de

corrupção e negacionismo, e, ao mesmo tempo, a operação do Governo Federal contra o povo brasileiro. A CPI cumpriu até agora um papel muito importante, mas hoje é o dia em que ela vai ouvir o depoimento do Líder do Governo, o Sr. Ricardo Barros, que é Deputado Federal e está envolvido nesse processo todo.

Por que eu estou trazendo esse assunto, Sra. Presidente? Todos nós estamos acompanhando essa CPI, mas a Câmara dos Deputados age como se não estivesse acontecendo nada! A Câmara dos Deputados parece que está em outro país e age como se o envolvimento nesse escândalo, o envolvimento em todo esse processo de discussão sobre a saúde, o envolvimento do Governo no Ministério da Saúde, na corrupção não viesse de uma denúncia originária justamente de um Deputado Federal. Ou seja, o Governo Bolsonaro está cada vez mais corroído pela corrupção. É um Governo genocida, um Governo que quer dar calote no povo brasileiro justamente no caso dos precatórios, porque não quer pagá-los aos educadores, ao povo brasileiro. E é um Governo que está envolvido em corrupção com denúncias de todo tipo - até o Líder do Governo está sendo denunciado.

Esse é um caso grave, e a Câmara Federal deve agir. Nós não podemos ficar de braços cruzados. Nós representamos o povo. Então, nós temos que agir de acordo com a vontade do povo, e o povo quer *impeachment*, o povo quer: "*Fora, Bolsonaro!*" Essa tem que ser a nossa responsabilidade, Sra. Presidente. Nós não podemos de forma alguma achar que não está acontecendo nada no Brasil. A Câmara dos Deputados está achando que não está acontecendo nada!

O povo brasileiro, no ano que vem, vai dar o troco nos bolsonaristas. A esses que hoje cruzam os braços e votam a favor de Bolsonaro, o povo vai dar o troco nas urnas.

Hoje é um dia importante na CPI e para o povo brasileiro, que cada vez mais vai desvendando esse esquema de corrupção no Ministério da Saúde e que envolve o Governo Bolsonaro, o que para nós brasileiros é uma tristeza muito grande. Mais triste ainda a gente fica pelo fato de a Câmara não cumprir o seu papel como representante do povo para defender o povo...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Aproximação da marca funesta de 700 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Inexistência de programas sociais no âmbito do Governo Federal. Elevação dos preços de alimentos, do gás de cozinha e dos índices de desemprego no País. Existência de elevado contingente de brasileiros situados abaixo da linha de pobreza. Quadro de fome e insegurança alimentar vigente no Brasil. Regozijo com a rejeição pela Casa de proposta favorável às elites brasileiras. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

Nós precisamos manter a verdade, falar a verdade. A destruição política do Governo Bolsonaro mostra o quanto este Governo é incompetente. É um governo que não governa para o brasileiro. No momento em que precisávamos de um líder, não o tivemos, e hoje caminhamos para quase 700 mil mortes neste País.

Bolsonaro não criou um programa social. Desafio aqui a me mostrarem um. Não há programa social.

E mais: o preço do arroz subiu 48%; do feijão, 22%; da carne, 38%; do leite, 11%; do gás, 24%; mais de 20 milhões de pessoas estão desempregadas neste País, mais de 30 milhões estão abaixo da linha da pobreza, vemos a insegurança alimentar daqueles brasileiros que não sabem o que vão comer amanhã, e o nosso Presidente - aliás, Jair Bolsonaro, porque ele não é meu Presidente - anda de moto pelo País e tenta ameaçar Deputados e Deputadas, tenta ameaçar esta Casa, na qual esteve durante 28 anos, na qual apresentou apenas um projeto.

Presidente, quero ressaltar também a noite de ontem. A Câmara enterrou a proposta que concentraria mais poder nas mãos dos mais ricos, dos mais poderosos, tirando direitos daqueles que fazem parte da minoria. Esta Casa mais uma vez deu a resposta. Espero que seja assim sempre. Não podemos nos curvar à ditadura de Jair Bolsonaro, um charlatão político, um estelionatário eleitoral que, com toda a certeza, será punido. Pode não ser amanhã, pode não ser depois, mas será em 2022, certamente. Os brasileiros irão às urnas e saberão escolher um Presidente que possa fazer do nosso País um país moderno, o país da educação, com saúde de qualidade, com segurança, um país em que haja carinho.

Fora, Bolsonaro!

Muito obrigado.

Documento 113/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-09:52
Publ.: DCD - 13/08/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da situação socioeconômica do País após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Incompetência, corrupção e mentiras como marcas indelévels do Governo Jair Bolsonaro. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Quadro de desemprego, inflação e insegurança alimentar reinante no País. Superação da marca de 560 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Promoção de conflitos e narrativas inócuas pelo Presidente da República, em detrimento da reversão da grave situação por que passa o País. Repúdio à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego- PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de avanço no processo de consolidação da democracia brasileira.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta Rosângela Gomes. Nesta manhã de quinta-feira, quero fazer uma reflexão sobre o que tem sido, nos últimos anos, o nosso País. Já são mais de 5 anos desde o golpe parlamentar de 2016 - mais de 5 anos -, e, nesse período, os problemas econômicos e sociais só se agravaram no nosso País. Este Governo é marcado pela incompetência, pela crueldade, pela corrupção, pela mentira. Cinco anos se passaram desde o golpe parlamentar, e o que nós vemos é o País caminhando para o caos. O desastre da política econômica fez com que o Brasil voltasse ao Mapa da Fome. O desastre da política econômica deste Governo, uma política econômica ultraconservadora, promove o maior desemprego da história recente brasileira. A inflação é a maior dos últimos 19 anos, e mais da metade da nossa população não se alimenta de forma adequada, está em situação de insegurança alimentar. E mais de 560 mil pessoas morreram porque o Governo não

providenciou vacinas no tempo certo.

O nosso País está desgovernado e tem à frente dele um Presidente que, em vez de enfrentar os graves problemas que o Brasil tem, promove conflitos e apresenta narrativas para desviar a atenção do povo brasileiro dos principais problemas. Quando propõe algo novo, como o REQUIP e o PRIORI, dois programas para inserção de pessoas no mercado de trabalho, é para diminuir direitos, rebaixar salários, aumentar a carga horária, a jornada de trabalho, não pagar férias, décimo terceiro, ou seja, o Governo quer que o nosso povo volte ao tempo da escravidão.

É por isso que o povo brasileiro já não aguenta mais. Não aguenta mais. É por isso que todo mundo quer o "fora, Bolsonaro!"

É preciso que avancemos no sentido de consolidar a nossa democracia. Nós deveríamos estar focados na discussão, no debate dos graves problemas nacionais, e o Presidente, o tempo inteiro, vive de provocar conflitos e de divulgar mentiras por meio de suas redes.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Documento 114/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-10:04
Publ.: DCD - 13/08/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Repúdio a iniciativa da CPI da Covid de indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro por prática de charlatanismo. Razões do atraso na compra da vacina Pfizer pelo Governo Federal. Êxito da gestão do Presidente da República.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo do meu Brasil, continua o circo. Os palhaços do picadeiro continuam fazendo as suas apresentações.

Agora todos nós estamos cada dia mais cientes de que esse espetáculo se transformou no espetáculo do ridículo. A CPI do circo da COVID decidiu pedir o indiciamento do Presidente Bolsonaro por charlatanismo e ainda avalia - avalia - incluir a acusação de homicídio qualificado contra o Presidente da República. É uma piada. É uma

piada.

Senhoras e senhores, basta ver o histórico. Eles dizem que o Brasil demorou a comprar as vacinas da Pfizer. O Governo só pôde comprar as vacinas da Pfizer graças a um projeto do Senador Rodrigo Pacheco que isentava o Governo brasileiro de quaisquer responsabilidades da cláusula leonina do contrato da Pfizer, que, entre outros absurdos, continha a obrigação de que, para as pendências jurídicas advindas de qualquer problema decorrente da vacina o foro fosse nos Estados Unidos. Absurdos como qualquer efeito colateral daquela vacina não seria responsabilidade do laboratório. O Governo brasileiro teve, naquele momento, um processo de negociação, mas não conseguiu avançar. Então, esta Casa, no mês de março, resolveu aprovar esse projeto de lei.

O que nós estamos vivendo hoje no Brasil é a guerra das narrativas. E por que eles jogam esta cortina de fumaça: "*Vamos indiciar Bolsonaro. Bolsonaro é genocida*"? Porque o Brasil está andando, o Brasil está dando certo. No meio da crise que estamos vivendo, o nosso PIB está superando o PIB de nações do Primeiro Mundo. As obras inacabadas de outros Governos estão sendo concluídas. Agora o Bolsa Família recebe um incremento de mais 50%, transformando-se no Auxílio Brasil.

Ora, eles não querem viver o Brasil verdadeiro, então, jogam a cortina de fumaça. Mas o Brasil está atento e o Brasil é Bolsonaro.

Documento 115/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-10:12
Publ.: DCD - 13/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática de charlatanismo e de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro. Recusa do Presidente da República à compra de vacinas para imunização dos brasileiros contra a Covid-19. Prática do crime de genocídio por Jair Bolsonaro. Defesa da abertura pela Casa de processo de impeachment contra o mandatário da Nação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nobre Presidenta Rosangela Gomes. V.Exa. também é uma amiga Deputada por quem tenho enorme respeito.

Eu ia falar de outro assunto, Presidenta, mas vou debater aqui com o Deputado que me antecedeu na tribuna, o Deputado Otoni de Paula. Cito os Deputados porque acho que não se deve impedir direito de resposta, no debate democrático. A guerra de narrativas é exatamente esta que o Deputado acaba de fazer.

E, sim, o Presidente Bolsonaro está sendo e está sendo muito bem acusado do crime de charlatanismo. Ele, conscientemente, tentou construir uma falsa narrativa para o povo brasileiro de que haveria medicamentos que tratariam a COVID. Isso, cientificamente, não é verdadeiro, e um Presidente da República não deve prescrever medicamentos.

Mais do que isso, o Presidente da República cometeu diversos crimes de responsabilidade durante estes 2,5 anos em que governa muito mal o nosso País, aliás, em que não governa o nosso País, Deputada Lídice da Mata. Este é um período em que ele constrói polêmicas, em que ele se preocupa, Deputada Luiza Erundina, em construir narrativas para proteger o seu projeto de poder, que, felizmente, é cada vez mais isolado e minoritário.

Ele, sim, negou a compra de vacinas. Ele, sim, deu o mau exemplo ao não incentivar o uso de máscaras. Ele, sim, ao contestar vacinas, negou ao povo brasileiro a ferramenta mais importante que há para proteger as nossas vidas e a nossa economia.

O Presidente é tão irresponsável, é tão despreparado e é tão mal-intencionado que o Brasil não tem nem uma imagem pública dele, como Presidente do País, sendo vacinado. Por quê? Porque ele não queria as vacinas. Ele não comprou a Pfizer quando podia ter comprado. Ele cancelou a compra de 46 milhões de doses da Coronavac. Ele não entrou cedo e com o número máximo de compra de vacinas no COVAX Facility.

Ele é, sim, um genocida. Esta Casa, Presidente Arthur Lira, deve abrir o processo de *impeachment*. Chega de proteger Bolsonaro e seus crimes de responsabilidade! Chega de impunidade! O Brasil precisa mudar, e a mudança passa pelo *impeachment* de Bolsonaro.

Documento 116/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-10:48
Publ.: DCD - 13/08/2021 - JOSÉ MEDEIROS-PODE -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Impedimento, por partidos políticos, da estratégia do Presidente Jair Bolsonaro para combate à epidemia de coronavírus nos moldes adotados pela Suécia. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pelo desequilíbrio da economia brasileira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, para contextualizar e começar a minha fala, o PT não é só a sigla PT, é o PT e sua área metropolitana, que inclui o partido da Deputada que me antecedeu. Esses partidos juntos compõem um ideário só.

O grande Mão Santa, talvez um dos maiores Congressistas que já passou pelo Congresso brasileiro, dizia o seguinte: "*O PT, quando não está roubando, está mentindo; quando não está mentindo, está roubando*". Esse era o Mão Santa. E o que eu vi hoje aqui foi só isso.

Em relação a toda essa herança que nós temos aí, o que não é do Governo do PT é consequência do que eles fizeram depois. No início desta pandemia, o Presidente Jair Bolsonaro e todo o seu Governo tinham uma estratégia de combate a ela, Deputado Otoni de Paula. E qual era? Era a mesma estratégia da Suécia: vamos combater o vírus e tratar da sobrevivência do povo. Não adianta o vírus ser combatido e as pessoas morrerem de fome. Pois bem, atacaram, fizeram o diabo, entraram no STF - muitos "partidecos" daqui, que não têm representatividade, usam o STF para legislar, perdem aqui e ganham lá; o STF tem sido instrumento de plataforma de ataque desses partidos. Então, o Presidente não pôde ter uma estratégia para conduzir o País, já que cada Prefeito, cada corrutela desta Nação podia decretar estado de sítio.

Enfim, chegou a conta. E sabe a quem eles querem atribuir a conta? Ao Presidente Jair Bolsonaro. "*A gasolina está cara*", "*O gás está caro*". Está caro? Quando se desequilibra a economia, a fome chega. Esse é o preço. O País ficou 1 ano parado.

Mesmo assim, estamos conseguindo equilibrar a macroeconomia. E, para a microeconomia, está sendo aprovada nesta Casa uma MP, para que as pessoas não morram de fome.

No entanto, todo dia as mentiras surgem. E estou fazendo este destaque só para dizer que isso é normal, porque, como dizia o Mão Santa, quando não estão roubando, estão mentindo; quando não estão mentindo, estão roubando.

Então, Sra. Presidente, eu quero só dizer, indo para o final, que é uma tremenda injustiça tentarem jogar nas costas do Governo uma conta

que não é dele. É importante que as pessoas defendam suas teses, mas precisam arcar com as consequências delas. Todos os dias, os noticiários, os panfletos desse povo noticiavam essa tese...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 117/201

65.2021.B	Sessão Outro Evento	12/08/2021-11:04
Publ.: DCD - 13/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Derrota do Presidente Jair Bolsonaro com a rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade da emissão de cédulas físicas de votação em eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso), e da proposta de implantação no País do sistema de voto denominado distritão. Retrocesso da retomada das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de 567 mil brasileiros pela Covid-19. Anúncio, pela CPI da Covid, de indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro por prática de curandeirismo e charlatanismo. Prática de corrupção na compra de vacinas no âmbito do Ministério da Saúde. Defesa da aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.

Queria, neste momento, dizer que o Congresso está votando aceleradamente várias questões, e nós tivemos dois resultados importantes em 2 dias, duas derrotas do Governo Bolsonaro: a do voto impresso, de que eu vou falar daqui a pouco, e, ontem, a do distritão. Houve também alguns retrocessos, como a volta de coligações, já decididas lá em 2017 e nunca aplicadas para Deputado Federal.

Na verdade, não só a questão do distritão, mas até mesmo a reforma política não seria necessária. É uma maneira de distrair a população dos grandes problemas que nós estamos vivendo, que são o enfrentamento da pandemia, a crise econômica e social e o modelo destrutivo implementado pelo Governo Bolsonaro.

Então, queria colocar o seguinte: hoje nós temos 567 mil mortos no nosso País, e o principal responsável é Jair Bolsonaro. Ontem, a CPI anunciou que vai indiciar Bolsonaro por curandeirismo e charlatanismo, que é vender a ideia de soluções mágicas. E há mais: alguns - todos eles aliados bolsonaristas - enriqueceram vendendo cloroquina e ivermectina, ou seja, vendendo a vida de milhares de brasileiros.

Vejam quem depõe hoje lá na CPI: o Líder do Governo, ex-Ministro da Saúde. Quem falou que ele faz rolo lá foi nada mais, nada menos que o próprio Bolsonaro, depois que o Deputado Luis Miranda levou a denúncia a ele. É óbvio que lá colocaram uma penca de coronéis e generais, que, associados à gente da mão grande e do centrão, estão saqueando o Ministério da Saúde, na linha do que o Bolsonaro queria, ou seja, intensificaram o genocídio, negaram a vacina e a ciência, mas deixaram que se ganhasse dinheiro comprando vacinas de vento.

Então, nós estamos esperando ver no que vai dar isso aí. Bolsonaro vai acabar também no Tribunal Penal Internacional. É por isso que ele desvia a atenção para o golpe de Estado do voto impresso. Mas o Congresso está dando algumas respostas importantes, e os tribunais também.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já! Desindiciá-lo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 118/201

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD 13:04
Publ.: DCD - 13/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 88 do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2021, da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de

diplomas legais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "não" ao texto, Presidente.

E ela quer aproveitar e fazer um diálogo com o Brasil. Infelizmente, a nossa Câmara Federal está produzindo votações em massa, em muitos momentos para trazer prejuízos para o nosso País.

Eu vejo muita votação para precarizar a legislação de proteção ambiental, vejo muita legislação para precarizar a necessária proteção ao mundo do trabalho, vi ser votada aqui a legislação para autorizar empresa a comprar vacina - ainda bem que o Senado segurou.

Nós temos que parar para conversar um pouco mais. Que Brasil é esse que nós queremos? É o Brasil de poucos, com cada vez mais renda concentrada e cada vez menos direitos e menos políticas sociais? Ou vamos buscar um Brasil que combata a desigualdade?

Nós estamos criando um Brasil cada vez mais desigual, Presidente!

Documento 119/201

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD 13:24	
Publ.: DCD - 13/08/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 44, apresentada à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta "sim" à emenda, até porque o texto do PLV estabelece a prevalência dos acordos individuais sobre as

negociações coletivas - então isso é muito importante.

Eu quero denunciar, Sr. Presidente, que o texto que está sendo votado é uma minirreforma trabalhista com precarização e exploração do trabalho. Segundo o IBGE, são 14,8 milhões de brasileiros desempregados, mais 6 milhões de desalentados. Portanto, são mais de 20 milhões de trabalhadores sem renda.

Eu ouvi aqui Deputados dizerem que, para quem não tem nada, qualquer oportunidade serve. Esta era a lógica da escravidão, é a lógica de quem defende a escravidão: mais vale um prato de feijão e, mais vale uma cama para dormir do que ficar sem nada.

Essa MP é um enorme retrocesso. É um absurdo, em plena pandemia, em que morreram 564 mil pessoas no Brasil, nós aqui tiramos o direito dos trabalhadores.

Documento 120/201

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 13/08/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Encaminhamento, por centrais sindicais, de pauta propositiva à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Conveniência de esclarecimento às entidades sindicais, pelo Relator Chistino Aureo, do teor do parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu agradeço.

Vou aproveitar este 1 minuto para fazer um convite inclusive ao Deputado que foi o Relator desta medida provisória, a qual, no meu entender, flexibilizou muito os direitos dos trabalhadores e, na verdade, vai fazer com que jovens, homens e mulheres, trabalhem sem muitos dos direitos que os demais trabalhadores têm no Brasil através da CLT,

situação que não se dará apenas durante a pandemia, mas ficará por muito tempo, fazendo com que a precarização predomine.

As centrais sindicais vão realizar, nesta segunda-feira, a entrega de uma pauta propositiva à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, apresentando aquilo do que os trabalhadores estão precisando durante a pandemia. Quero convidar o Relator para ir até lá e tentar explicar às centrais sindicais que não houve retirada de direitos, porque nenhuma delas acredita nisso, pelo contrário. Esse será um bom momento para o debate.

Muito obrigado.

Documento 121/201

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD	14:32
Publ.: DCD - 13/08/2021 - TEREZA NELMA-PSDB -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a retirada do termo subsidiária constante no art. 60 no parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Agradecimento ao Relator Christino Aureo pelo acatamento da emenda relativa ao art. 66 da proposição. Transcurso do 40º aniversário da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas - ADEFAL. Falecimento do ex-Senador João Lyra.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho neste momento fazer um agradecimento com relação ao art. 60 da MPV. Nós conseguimos a retirada da palavra "subsidiária", para que as entidades filantrópicas que desenvolvem ações para o programa Jovem Aprendiz tivessem um tratamento igualitário.

Também quero fazer um agradecimento ao Relator, o Deputado Christino Aureo, referente à nossa emenda relativa ao art. 66. Houve discussões, conversas, e o acordo foi mantido.

Faço também um agradecimento ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, à Dra. Rozangela Borota, de São Paulo, e ao Dr. Leandro, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas.

Sr. Presidente, aproveito para parabenizar a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas - ADEFAL, que está completando 40 anos de trabalho em defesa das pessoas com deficiência.

Por fim, registro o falecimento de um homem que fez história em Alagoas, João Lyra, que acabou de falecer, aos 90 anos, com sequelas da COVID.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 122/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:08
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance da funesta marca de 570 mil mortes no País pela Covid-19. Descaso do Presidente da República com as medidas sanitárias e com as vítimas da doença viral. Ameaça do cantor Sérgio Reis ao Supremo Tribunal Federal.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, demais Deputados e Deputadas que nos acompanham nesta sessão, gostaria de nestes Breves Comunicados falar realmente que o Brasil precisa de líder, o Brasil precisa de quem conduza a Nação de forma democrática e respeitosa, coisa que não temos hoje. Infelizmente, essa é a pior marca de liderança que o País já teve.

Nós temos 570 mil pessoas que perderam a vida - 370 só no ano de 2021 -, e ainda estamos em agosto. E o Presidente da República continua fazendo as mesmas coisas que fez no início da pandemia: chama de gripezinha, não usa máscara, condena lavar as mãos e usar álcool em gel, não evita aglomerações. Condenou que os Governadores tivessem condições de fazer realmente aquilo que era necessário naquele momento: o *lockdown*. Até hoje, os Governadores e os Prefeitos estão sendo penalizados, porque a população acredita que o líder da Nação sabia o que estava dizendo.

Perdemos muitas vidas. Nós temos hoje um número muito grande - e o Governo ainda não tem o controle - de pessoas com sequelas da COVID. Há pessoas com sequelas. Há os órfãos da COVID, de pais e mães que faleceram. Mães que eram chefes de família foram embora e deixaram seus filhos. O que o Governo vai fazer?

Enquanto isso, o Presidente da República, que não tem liderança positiva, que é um líder, sim, mas um líder negativo, um líder que induz a população ao erro o tempo todo, chama o cantor Sérgio Reis, aplaudido por este País inteiro por sua bela voz, para gravar vídeos e áudios, soltando esses áudios pelo Brasil, aterrorizando a população, dizendo que vai chamar cinco pessoas - fazendo a mesma coisa que o filho do Presidente, que ia com dois cabos e um jipe para fechar o STF... Agora, vai o cantor Sérgio Reis, com mais dois produtores de soja e dois líderes de caminhoneiros, afrontar o Presidente do Congresso Nacional e dizer que ele tem 72 horas praticamente para extinguir o STF.

Isso é brincadeira de pessoa desonrada! O Presidente da República não tem coração, não pensa nas pessoas em sofrimento. Temos 14 milhões de desempregados, dores para todos os lados, e o Presidente pensando em fazer brincadeira, fazer ameaça, fazer qualquer tipo de coisa que não seja séria com a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, esta Casa, que tem líderes, tem homens e mulheres sérios, assim como o Senado, deve se voltar a corrigir os erros que a liderança maior do País comete todos os dias.

Muito obrigada.

Que tenhamos uma boa semana de trabalho!

Documento 123/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:08
Publ.: DCD - 18/08/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Investigação de desvios de recursos federais destinados aos Estados e Municípios para combate à Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Contrariedade à atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade por mortes decorrentes da Covid-19. Convocação da cúpula do Consórcio do Nordeste para esclarecimento da aplicação de recursos destinados à compra de respiradores mecânicos. Parcialidade da Justiça

Eleitoral brasileira. Conveniência de sua extinção.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Fico muito feliz de poder me expressar também tão cedo nas inscrições. Realmente, precisamos chegar junto.

Eu quero pedir a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Inicialmente, eu quero deixar claro que quem deveria ser acusado de genocida é quem está desviando ou desviou dinheiro da COVID e não quem enviou o dinheiro. O Governo Federal enviou recursos para os Municípios e para os Estados, os valores chegam a quase 1 trilhão. São 700 e poucos bilhões com auxílio emergencial e também com compras de vacinas e de testes e equipamentos de uso individual para o pessoal da saúde.

Então, quem tem que ser investigado é quem desvia e não quem envia. Isso tem que ficar muito claro. Há o discurso da Esquerda e da Oposição no sentido de querer creditar essas lamentáveis mortes da COVID ao Presidente. Eu me solidarizo com todos os familiares e pessoas que perderam entes queridos, mas essas mortes não podem ser creditadas ao Presidente. Esse é um discurso que está sendo repetido, repetido, repetido. Daqui a pouco, vai ter gente acreditando que é verdade. Então, quem desvia é que deve ser acusado, sim, de genocida, e isso tem que ser apurado.

Diferentemente do que faz a CPI do Senado, que não consegue fazer, no Estado do Rio Grande do Norte nós vamos votar a convocação do pessoal do Consórcio Nordeste para que possa responder para onde foram, por exemplo, os 48 milhões para compra de respiradores na fase mais crítica da doença.

Eu queria hoje, prioritariamente, Sr. Presidente, conversar sobre censura nas redes sociais e uma decisão do TSE de ontem. Essa Justiça Eleitoral está precisando ser acabada, temos que extinguir a Justiça Eleitoral no Brasil. A Justiça tem que ser uma só, não tem que ter uma Justiça só para isso, para a cada 2 anos trabalhar nas eleições. Mesmo assim, não está fazendo direito, porque, na hora de aperfeiçoar o sistema eleitoral, está fugindo do aperfeiçoamento, está fazendo *lobby*. Conseguiu derrubar a nossa tentativa de ter um voto mais transparente, um voto mais confiável, que pudesse ser auditado, contado manualmente.

A Justiça Eleitoral ontem resolveu cassar a monetização por parte do Youtube e de outras redes sociais que fazem repasses financeiros. Alguns *blogs* estão sendo cassados. Infelizmente, somente foi cassada

essa monetização de páginas que são de conservadores. É engraçado! Eu acho interessante isso! Da Oposição e da Esquerda, nenhum foi. Que danado é isso? É muita parcialidade que a Justiça brasileira está adotando. Quando se tem uma Justiça parcial, não se pode falar em justiça, mas em injustiça. Precisamos combater isso.

Muito obrigado pelo tempo. Eu agradeço muito e espero que a população brasileira que está nos assistindo decida sobre isso e dê o troco nas urnas, no ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 124/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:12
Publ.: DCD - 18/08/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde de permissão do uso opcional de máscara contra a Covid-19, a partir do dia 15 de setembro de 2021.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Eduardo Bismarck, nobres colegas. É uma satisfação estar mais uma vez nesta tribuna.

Hoje, vou fazer um apelo. Por onde eu ando, em todos os lugares, no próprio avião, noto que muitas pessoas já estão querendo parar de usar a máscara. Quase 60% da população brasileira já está vacinada duas vezes, alguns com a dose única. Sabemos que o índice de imunidade passa de 90%.

Eu vi hoje uma matéria norte-americana que mostrava que crianças usando máscaras morreram nos Estados Unidos mais por gripe do que por COVID.

Então, eu faço aqui um apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde e às forças vivas para que tenhamos bom senso. Peço que, a partir de 15 de setembro, torne-se opcional o uso de máscaras - opcional o uso de máscaras! Quem achar que tem que usá-la, use-a! Com quase 60% da população já vacinada e, creio eu, 70% a 75% em 15 de setembro, vejo que esse é um motivo para que deixemos o uso da máscara como opcional.

Eu, por exemplo, não tenho problema algum em andar sem máscara. Eu já contactei e cumprimentei mais de uma centena de pessoas que tinham COVID. Eu sou imune porque tenho sangue "O" positivo. Para quem não sabe, eu informo - isto é científico - que o sangue "O" positivo é o que tem mais dificuldade de pegar o coronavírus. Perguntem para seus amigos. Quem tem sangue "O" positivo, quando pega a COVID, tem apenas uma gripezinha, e o índice de letalidade é quase zero. Houve uma pesquisa do Comando Militar do Sul, com dezenas de militares, através da qual se constatou que quem tem sangue "O" positivo, ao pegar a COVID, não foi a óbito.

Então, deixo aqui o meu apelo ao bom senso, para que, a partir de 15 de setembro, torne-se opcional o uso de máscaras! É questão de lógica! Teremos mais de 75% da população vacinada! Eu vejo pessoas correndo na rua com máscara. Depois de 20 minutos, elas estão produzindo gás carbônico. Certos absurdos não se comportam mais! Portanto, em nome do bom senso, sugiro que seja opcional o uso de máscaras a partir de 15 de setembro.

Fica registrado aqui o meu apelo, atendendo a centenas de pedidos. Seja na rede social, seja pessoalmente, as pessoas me pedem: "*Deputado, por favor, está na hora de usarmos de maneira opcional a máscara!*". E eu acredito que o bom senso vá para esse lado.

Muito obrigado, nobre Presidente. Foi uma honra.

Máscara opcional a partir de 15 de setembro!

Documento 125/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:24
Publ.: DCD - 18/08/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Defesa da investigação do Presidente da República por envolvimento em supostos crimes de corrupção. Escalada da fome e do desemprego no País. Incapacidade do Governo Federal de avanço na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Desestruturação do patrimônio público nacional pelas privatizações. Repúdio aos ataques do Presidente da República à Constituição Federal e à democracia.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, demais Parlamentares que acompanham esta sessão de terça-feira, população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, é público e é cada vez mais óbvio para a população brasileira que nós estamos diante de um Governo incompetente, de um Governo insensível, de um Governo que revela práticas que devem ser investigadas, com supostos crimes de corrupção. É um Governo que não resolve o problema do desemprego, pelo contrário, agrava o desemprego no Brasil, agrava o problema da fome. E não consegue avançar de maneira satisfatória no processo de vacinação, de imunização da população brasileira.

Estamos diante deste desgoverno, de um Governo que virou as costas para a maioria do povo brasileiro e que, o tempo todo, trabalha para agradar os banqueiros, os grandes grupos econômicos. E coloca o Brasil numa posição de subalternidade no plano internacional, avançando nesta Casa com projetos de privatização, de entrega do nosso patrimônio, a exemplo da ELETROBRAS e dos Correios. Este Governo, que não consegue melhorar a sua aprovação junto à população, começa a fazer ameaças cada vez maiores à democracia.

O que está ameaçado no Brasil, senhores e senhoras, é a nossa Constituição. O que se anuncia para o dia 7 de setembro, inclusive com a participação direta do Presidente da República, é um ataque à nossa Constituição brasileira. Está aqui a nossa Constituição. Atacar a Constituição brasileira é atacar a democracia. Atacar a Constituição brasileira é atacar os direitos do nosso povo, é atacar a nossa soberania. É isto que o Presidente da República e seus aliados querem: rasgar a Constituição do nosso País.

Nós não podemos permitir que essa Constituição, construída a muitas mãos - imperfeita, é verdade, mas obra coletiva do povo brasileiro -, seja desconsiderada, seja desrespeitada pelo Presidente da República e seus principais aliados. Volto a dizer, senhoras e senhores, que, ao agirmos com ameaças à democracia, nós estamos rasgando a Constituição, inclusive impondo às Forças Armadas um papel auxiliar, quando, na verdade, as Forças Armadas deveriam cumprir o seu papel constitucional. Ao rasgarmos a Constituição, senhoras e senhores, nós estamos rasgando os direitos do povo, nós estamos ofendendo a democracia, nós estamos tirando do povo brasileiro o direito a um futuro melhor.

Sr. Presidente, peço 30 segundos para concluir o meu pronunciamento.

Defendamos a nossa Constituição! Defendamos a nossa democracia, porque aqui estão consolidados os princípios basilares para um país mais justo, mais equilibrado! É isso que nós devemos fazer.

Por isso, o nosso repúdio à atitude daqueles que querem, com

ameaças, tentar dobrar os verdadeiros democratas e os verdadeiros patriotas, porque quem é patriota não ofende a Constituição, quem é patriota não retira direitos do nosso povo.

Portanto, defendamos a Constituição! Isso significa defender a democracia, os direitos do povo, a nossa soberania e um futuro melhor para o povo brasileiro.

Peço, Sr. Presidente, que publique o meu pronunciamento nos veículos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 126/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:32
Publ.: DCD - 18/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise institucional reinante no País. Repúdio à pauta regressiva adotada pela Câmara dos Deputados. Quadro de desemprego, fome, inflação e carístia vigente no Brasil. Ataques do Governo Jair Bolsonaro às entidades de assistência social e ao meio ambiente.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a observação. Eu já ia mandar um aviso.

Eu abro a minha fala, neste momento, observando o seguinte: nenhum país do mundo tinha certeza de que a pandemia iria acontecer. Cada um dos países criou o seu programa econômico, o trato da sua economia. E, apesar da crise sanitária, ninguém ouve o Ministro da Economia se aconselhar, chamar para poder fazer esses seminários para reconduzir o planejamento da nossa economia. Ocorre que nós estamos em meio a uma crise institucional sem precedentes. Temos um Governo cuja credibilidade é zero, um Presidente que o tempo todo flerta com a instabilidade institucional. Nesse ambiente, a iniciativa privada não vai investir. E a pauta do Congresso, mais precisamente aqui na Câmara, é a destruição do interesse nacional, o rompimento do interesse soberano deste País. A pauta é extremamente regressiva, retirando direitos, benefícios, retirando da Ordem do Dia a possibilidade de nós reconduzirmos a nossa economia.

O emprego cai a cada dia. O desalento aparece a todo momento.

Agora, há fome! Há inflação, principalmente dos combustíveis e dos gêneros de primeira necessidade.

E quem é mais afetado ainda com o problema da inflação, com o problema da economia, que está patinando? O mais pobre, aquele que tem as piores condições de vida. E a que este Governo dirige seus ataques? À Previdência, à organização do trabalho, ao SUS, ao SUAS, a tudo aquilo que o Estado de bem-estar social deve proteger.

O desmatamento que acontece em nosso País hoje, por conta da absoluta falta de acompanhamento dos órgãos e entidades que defendem o meio ambiente, está produzindo um momento terrível na história recente do Brasil. Nós estamos recriando um problema que ocorria na época da ditadura militar, quando nós não podíamos tomar conta das nossas florestas de maneira adequada.

Por isso, fora, Bolsonaro!

Documento 127/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 18/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a utilização, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos destinados ao pagamento de precatórios para custeio do novo Programa Auxílio Brasil. Indignação do orador com a extinção do Programa Bolsa Família.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro mandou para a Câmara dos Deputados, na semana passada, uma medida provisória que cria o Auxílio Brasil e acaba com o Bolsa Família. Eu vou debater este assunto, Sr. Presidente, porque o que Jair Bolsonaro faz com o povo brasileiro é algo com que esta Casa não pode ser conivente.

O auxílio emergencial que nós aprovamos foi de 600 reais, e esta Casa foi protagonista naquele processo. O que o Presidente da República fez em seguida? Diminuiu o auxílio para 300 reais, 150 reais. Foi isso que ele fez. E ficou 2 meses, 3 meses, 4 meses, 5 meses sem pagar o auxílio emergencial às famílias brasileiras, em uma pandemia dura

como a que estamos vivendo.

Agora ele está dizendo que vai criar um auxílio, chamado Auxílio Brasil, que vai pagar 300 reais - nós aprovamos um auxílio de 600 reais, e ele vai pagar 300 reais -, mas não tem previsão orçamentária. Ele vai pagar se, por acaso, obtiver recursos com o alongamento do pagamento dos precatórios. Ou seja, o Governo quer dar calote nos professores, na educação e em qualquer cidadã ou cidadão que tenha precatório para receber. Ele quer dar um calote nessas pessoas. Este Governo é caloteiro. Essa é a marca deste Governo.

Ele quer acabar com o Bolsa Família, que atende em torno de 39 milhões de pessoas, para poder, com um programa novo, atender 17 milhões de brasileiros. Isso é uma perversidade com o povo brasileiro que nós não podemos aceitar. Por que ele vai acabar com o Bolsa Família? Por que ele vai acabar a parceria com os Municípios? Ele vai acabar com as condicionalidades que fazem com que, ao mesmo tempo em que a família recebe o Bolsa Família, ela tenha de colocar o filho na escola e de procurar o atendimento de saúde. Ele vai acabar com isso. Por outro lado, ele vai enfraquecer, diminuir o papel do SUAS na assistência social e acabar com o Cadastro Único, que é o que mostra cada vez mais a necessidade de políticas transversais inclusivas neste Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, os Deputados não podem ser coniventes com este Governo Bolsonaro. Nós não...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 128/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:40
Publ.: DCD - 18/08/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconsistência do discurso de Deputado sobre a extinção do Programa Bolsa Família pelo Governo Jair Bolsonaro. Falta de fundamento de narrativas da Oposição, a respeito da baixa vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Empenho do Presidente da República na assistência à população brasileira, para reversão dos efeitos econômicos decorrentes da epidemia de coronavírus. Natureza autoritária da declaração do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

a respeito das Forças Armadas brasileiras.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar todos os que nos acompanham.

A todo momento, nós vemos narrativas sendo construídas contra o Governo Bolsonaro. Acabamos de ver uma delas, com um Deputado do PT dizendo que o Presidente vai acabar com o Bolsa Família, quando nós sabemos que isso é uma grande mentira. O Presidente agora vai turbinar o Bolsa Família, vai criar um novo Bolsa Família, com um valor 50% mais alto, para atender famílias necessitadas, famílias que perderam seu sustento nesta pandemia. E há muitas outras narrativas sendo criadas.

Enquanto a Oposição cria narrativas de que o Governo não vacina, de que o Governo não está comprando vacinas, eu tenho alguns dados para demonstrar que o Governo tem feito muito pela população brasileira.

O Governo Bolsonaro fez com que o Brasil já superasse os Estados Unidos, tanto no número de pessoas vacinadas diariamente quanto no percentual da população adulta com a primeira dose da vacina. Já são mais de 50 milhões de brasileiros imunizados, vacinados com a segunda dose, e quase 55% da população já estão vacinadas com a primeira dose. As narrativas caem por terra. Basta buscar um pouquinho dos dados.

Mas, enquanto o Presidente está trabalhando tanto para dar benefícios para a população que ficou prejudicada com esta pandemia, vacinando a população, criando programas para a manutenção de empregos, aquele cachaceiro que um dia, infelizmente, foi Presidente do Brasil está viajando pelo País, sendo recepcionado nos Estados a que vai por meia dúzia de gatos pingados. Aliás, só mesmo os companheiros do partido é que o estão recepcionando. E ele está dizendo um monte de besteiras.

Ontem mesmo, ele disse que os militares botaram na cabeça que são superiores, botaram na cabeça que são mais honestos. Vejam só, justo esse cidadão que foi condenado, que é um corrupto convicto... Acho que ele esqueceu que houve apenas uma manobra para declarar um erro processual. Os crimes dele permanecem. Ele não foi inocentado. Trata-se de uma manobra para torná-lo elegível. E ainda disse que ele não tem conversa com Ministros, com os militares, com o Ministério Público e com a Polícia Federal. Ele disse que, quando ele ganhar, aí, sim, ele vai conversar com eles, porque vai ser o chefe deles e vai dizer qual é o papel deles. Essa é mais uma demonstração de autoritarismo e de que ele realmente quer fazer interferências nas

instituições, atacando-as.

Para concluir, ele ainda disse que estaria sendo prejudicado na corrida eleitoral e que não tem nenhum tipo de conversa com os militares, porque são corruptos, destacando que são desonestos.

O Lula, esse cidadão que está envergonhando o nosso País, tem a cara de pau de atacar a instituição que defende...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) - Peço 1 minuto para concluir.

Digo mais, o Lula, num surto seu de consciência - acredito que ele está indo bêbado para essas suas exposições -, disse que existem milhões de brasileiros que não roubaram como ele, que não cometeram crime como ele. Graças a Deus, pelo menos a consciência dele reconhece os erros e os crimes que ele cometeu.

Obrigado.

Documento 129/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-14:56
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está na pauta do Senado Federal o Projeto de Lei nº 823, de 2021, construído com o núcleo agrário da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Queremos que nesta semana ele seja aprovado, pois retrata toda uma política de fortalecimento da produção de alimentos para o povo brasileiro em época de inflação.

Trata-se de uma política que prevê 2.500 reais, sem reembolso, para a produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa; 3.500 reais para as demandas de produção ou conservação de água na agricultura familiar; 6.000 reais ou, se a unidade familiar for coordenada por mulher, 7.000 reais para a produção de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e até 10.000 reais de financiamento subsidiado para o fomento, o fortalecimento, em época de pandemia, da produção de alimentos saudáveis para a mesa do povo brasileiro.

Esperamos a mobilização nacional de todas as entidades do campo não só pela aprovação do Senado mas, depois, pela sanção por Bolsonaro dessa lei, para que ele não faça o que fez no ano passado, quando vetou o PL 735/2020. O PL 823/2021 é similar ao PL 735/2020, tendo o objetivo de fomentar a produção de alimentos, fortalecer a agricultura familiar e reduzir a inflação dos alimentos no supermercado e, principalmente, na mesa do povo brasileiro e nos programas sociais.

Então, esta semana é de mobilização em prol de uma pauta positiva, porque, se esperarmos por Bolsonaro, só teremos mais pandemia, mais genocídio humano, mais desemprego, mais sofrimento, mais desigualdade social, mais conflito político, mais crise política, porque Bolsonaro, derrotado na deliberação sobre o voto impresso, busca acelerar suas posições autoritárias, que negam a democracia.

Por isso, fora, Bolsonaro! Dizemos "sim" ao PL 823, para fortalecer a nossa agricultura familiar e camponesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 130/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-15:12
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Resistência de instituições democráticas a tentativas de golpe do Presidente Jair Bolsonaro. Incômodo causado ao Presidente da República pela candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro. Elevação dos preços de combustíveis, de alimentos e medicamentos, bem como dos índices de desemprego no País.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, respondendo ao colega que me

antecedeu, eu posso garantir que ele não será preso, porque ainda estamos em um País democrático, graças às nossas instituições que ainda resistem a todas as tentativas de golpe que o Presidente e os seus seguidores vêm tentando impor ao País.

O desespero acaba batendo no Presidente e em seus seguidores. Há o incômodo de ver o nosso ex-Presidente Lula voltar a rodar pelo Nordeste.

As pessoas, as instituições, todos aqueles que defendem um País livre e democrático veem no Lula a possibilidade de retomar um País que era exemplo para o mundo: exemplo no combate à fome, exemplo na geração de emprego e de oportunidades, exemplo nas oportunidades para a juventude na educação. Nós tínhamos um País que era referência em muita coisa nos Governos do PT. Então, hoje, o desgoverno do Bolsonaro e aqueles que o cercam, que querem destruir inclusive o Congresso Nacional e o Supremo e governar, que sonham com a volta da ditadura, realmente estão no desespero, porque o povo já entendeu que nós precisamos de políticos que olhem para a nossa população, que foi o que o Presidente Lula fez quando governou, criando oportunidades para todos.

Não adianta agora, em véspera de eleição, o Presidente, no desespero, inventar programas para tentar iludir a nossa população. Não é apenas de 50% de aumento que o Bolsa Família precisa. O Bolsa Família foi defasado desde o golpe contra a Presidenta Dilma. Eles dobraram o preço da gasolina, dos combustíveis, dobraram o preço da carne, triplicaram o preço dos remédios. Tudo subiu neste País, menos o salário mínimo, menos o Bolsa Família.

Nós temos hoje, Sr. Presidente, mais de 15 milhões de desempregados, mais de 20 milhões de pessoas passando fome no nosso País, e o Presidente e os que o defendem aqui nesta Casa, infelizmente, querem falar de voto impresso, querem falar de coisas que em nada interessam à população que passa fome, de coisas que em nada interessam à nossa juventude, que sonha com uma oportunidade de trabalho. As pessoas estão com fome. Os brasileiros estão morrendo com a pandemia. E Bolsonaro e essa turma que o segue vêm falar aqui de voto impresso, de fechamento do Congresso, de cassação de Ministro do Supremo!

Ora, Bolsonaro, vá trabalhar, rapaz! (*Palmas.*)

Sumário

Responsabilidade pelo Governo Jair Bolsonaro pela escalada da miséria, da fome e do desemprego no País. Desestruturação de programas sociais pelo Presidente da República. Cumplicidade da base governista com os crimes de genocídio e corrupção praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Venho relatar que, nos finais de semana, tenho rodado pela nossa querida Minas Gerais, pelo norte de Minas, por Jequitinhonha, e vejo que a situação está um caos - um caos.

Nos últimos tempos, vem acontecendo uma criminalização da Esquerda.

Mas percebemos o quanto faz falta a Esquerda no poder, o quanto faz falta a Esquerda para os pobres, para as trabalhadoras e os trabalhadores, para os povos e comunidades tradicionais, porque a base de Bolsonaro, com o oportunismo da Direita e de grande parte do Centrão, atendendo a uma agenda neoliberal, quer a negação do Estado, o entreguismo do patrimônio público, a precarização no mundo do trabalho, com as tais reformas trabalhistas, o achatamento, o aniquilamento do Estado, a partir dos próprios trabalhadores, como está na PEC 32. É assim a negação de direitos: o direito de viver, quando nega a vacina; o direito de comer, porque nós temos mais de 20 milhões de brasileiros passando fome, na miséria; o direito a um emprego e a ganhar, assim, uma vida digna. Somados aos 15 milhões de desempregados, nós temos mais de 6 milhões de desalentados, os quais, Presidente, já desistiram de buscar emprego, porque não têm perspectiva.

O Governo está mudando o nome de políticas e programas, mas, no Orçamento, não faz nada, como no caso do Minha Casa, Minha Vida, que virou Casa Verde e Amarela. Estão desmontando e acabando com o Bolsa Família, agora Auxílio Brasil. É muita vaidade desse Governo. É uma pobreza de espírito.

O nosso povo passa fome. O nosso povo quer emprego. O nosso povo quer dignidade. E o Governo está com uma base genocida, porque também é cúmplice do genocídio. Não podemos falar que só o Bolsonaro é genocida e corrupto. Há uma base de sustentação do genocídio, que é cúmplice da miséria, da fome, do entreguismo do

patrimônio público.

Então, eu lamento essa insensibilidade da base do Governo para com o sofrimento do nosso povo.

Peço que dê divulgação, Presidente, deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 132/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-15:44
Publ.: DCD - 18/08/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.963, de 2019, sobre a regulamentação da aquisição, posse e arrendamento de propriedade rural adquirida por pessoa física ou jurídica estrangeira. Defesa de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, acerca da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Gilberto Nascimento.

Quero cumprimentar V.Exa. e todos os Parlamentares e dizer, Presidente, que, lamentavelmente, o Brasil foi colocado à venda. Um quarto do País já está à disposição de quem quiser comprar o território brasileiro.

Pasmem, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 2.963, do ano de 2019, que dispõe sobre a possibilidade de venda de até 25% das terras do território nacional para o estrangeiro. É uma área equivalente ao tamanho do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, todos esses Estados juntos!

Ou seja, um quarto do País está à disposição dos estrangeiros.

Como diria Silvio Santos: "*Quem quer dinheiro?*" Aqui dizem: "*Quem quer terra?*" O Brasil está vendendo essa terra. E 25% das áreas dos Municípios poderão ser vendidas. Ora, agora falam mal da China, que virá para cá comprar. Os americanos vão comprar. O Senado está permitindo essa coisa vergonhosa.

Nós temos que reagir. Isso vai aviltar o preço da terra, vai atirar contra a soberania nacional. É a legalização do entreguismo, é uma coisa absurda, Presidente. E o pior é que vão levar a riqueza da Amazônia, vão levar as nossas riquezas todas, mas não com nosso voto, não com nosso apoio. Na enquete do Senado, 98% do povo já disse "não". E, pasmem, o Relator dessa matéria foi o Deputado Rodrigo Pacheco, na CCJ, na Comissão de Assuntos Econômicos e também no Plenário. O autor da matéria foi o Deputado Irajá, do PSD, e o Deputado Rodrigo Pacheco, do DEM, foi três vezes Relator do mesmo projeto em duas Comissões e no Plenário.

Presidente, tem boi na linha! Alguém tem que acordar! E nós estamos denunciando isso.

Para finalizar, eu quero aqui me somar à mobilização dos enfermeiros do Brasil, que estão aí no Senado lutando pelo piso nacional de 7.315 reais para os enfermeiros superiores; 5.120 reais para os técnicos de enfermagem; e 3.657 reais para os auxiliares de enfermagem. É justo que, na pandemia, os enfermeiros recebam bem. É claro que é necessário um suporte desse dinheiro. E a União tem que bancar a diferença para manter hospitais, Prefeituras. O SUS tem que bancar, porque a sustentação do SUS é a enfermagem que faz.

Nós temos que defender os nossos enfermeiros, Presidente, com unhas e dentes. Nós temos que respeitar os enfermeiros e as enfermeiras de todo o Brasil, que trabalham em favor da vida. E eu posso dizer isso porque passei pela COVID com o apoio dos enfermeiros, das enfermeiras, dos técnicos de enfermagem, das técnicas de enfermagem, dos auxiliares de enfermagem, que expuseram a vida deles para salvar a minha, salvar as nossas vidas.

Então, respeitem os enfermeiros e as enfermeiras de todo o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - O.k., Deputado Pompeo de Mattos. O pedido de V.Exa. foi aceito, e o seu discurso será publicado em todos os órgãos de comunicação desta Casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Muito obrigado.

Documento 133/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-15:48
Publ.: DCD - 18/08/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Omissão da Esquerda brasileira sobre o quadro de violência, estupro e morte reinante no Afeganistão, após a volta do Talibã ao poder. Repúdio à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, contrária à monetização de canais digitais de Direita. Inconsistência de pesquisas de opinião pública sobre a liderança do pré-candidato de Esquerda nas eleições presidenciais de 2022. Liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de 200 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 aos Estados e Municípios brasileiros.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. É uma alegria estar aqui novamente para falar com V.Exa., que preside com tanto carinho a nossa sessão.

Hoje eu gostaria de falar sobre um tema muito triste que estamos vendo em poucos noticiários, porque, infelizmente, nem isso eles têm direito de fazer. No Afeganistão, o Talibã assumiu novamente o governo e, lamentavelmente, marchou vitorioso pelas avenidas, ordenando inclusive que meninas de 15 anos ou mais, que não forem casadas, sejam distribuídas aos soldados para gerarem novos combatentes. Um banho de sangue está acontecendo, pessoas estão tentando grudar em aviões para fugir, pessoas estão sofrendo com a fome, com o desespero, com a violência. Há morte no meio da rua a todo momento.

E, aí, causa-me estranheza, Presidente: onde estão os direitos humanos? Onde está o povo da Esquerda para cuidar da população? Onde estão os defensores das mulheres, das crianças, dos adolescentes? Onde estão os que cuidam das Minorias? Não estou vendo nenhuma ação. Pelo contrário, eu ouvi alguns Deputados aqui da Esquerda acusando só os Estados Unidos, mas ninguém falando contra o Talibã.

E vou fazer aqui uma correlação com o que estamos começando a passar no Brasil. Uma decisão do TSE que determina que as nossas plataformas digitais suspendam o repasse de valores oriundos de monitorização das pessoas e das páginas chamou a atenção hoje do nosso Vice-Líder Helder Salomão. É como se fosse o cala a boca das páginas de Direita, das páginas patrióticas, das páginas que defendem o Governo, das páginas que se expressam fora da curva dos meios de comunicação tradicional.

Aonde vai parar isso? Será que é isto que nós queremos para o nosso Brasil? Será que não estamos vendo e sentindo o exemplo da Venezuela, Cuba, Argentina, Afeganistão? Será que já não está bom vermos o sofrimento dos nossos irmãos em outros países que experimentaram este tipo de conduta? Será que é isso que nós

queremos para os nossos filhos, para as nossas futuras gerações?

Temos um Brasil maravilhoso, rico, poderoso, que pode ser ainda melhor com a união de forças, com o desenvolvimento, o emprego, a capacidade técnica, a administração de pessoas honestas, patriotas, conservadoras e de Direita. E é isso que nós queremos para o nosso País. É isso que o Brasil tem demonstrado.

Infelizmente, em algumas pesquisas, consta que um certo candidato de Esquerda, que já foi Presidente e também presidiário, está favorito. Mas está favorito onde, se ele não consegue nem andar nas ruas? Ele não consegue entrar em um restaurante, em uma lanchonete; enquanto o outro candidato, o atual Presidente da República, esse que já disponibilizou 200 milhões de doses de vacina, mesmo não sendo produtor de vacina - já passamos à frente dos Estados Unidos -, continua sendo recepcionado em todos os Estados do nosso Brasil como mito, defensor do Cristianismo, do conservadorismo e dos patriotas deste País.

Então, eu espero que nós tenhamos mais juízo e façamos realmente justiça pelo que precisamos e lutamos no nosso País.

Agradeço a oportunidade ao nosso Presidente Gilberto Nascimento e peço para registrar a minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 134/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-15:52
Publ.: DCD - 18/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Rejeição do Governo Jair Bolsonaro pelo povo brasileiro. Acerto da suspensão do financiamento canais da Direita nas redes sociais, pautados em mentiras e ódio. Indiferença do Presidente da República diante da escalada do desemprego e da fome; do luto dos brasileiros em decorrência da Covid-19 e da saída de investidores do Brasil. Protesto contra a privatização do patrimônio público nacional. Reunião da bancada feminina com o Presidente Arthur Lira, para debate do acolhimento de mulheres afegãs no País. Ameaça da redução salarial de trabalhadores terceirizados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o primeiro aspecto é que o povo já deixou de forma incontestada, comprovada, a sua reprovação a este Governo. E não

podia ser diferente. Trata-se de um Governo pautado no ódio, na mentira.

Vejo aqui a Deputada reconhecer que é essa extrema-direita que faz a mentira, porque a decisão diz respeito a impedir o financiamento de páginas pautadas na mentira. E S.Exa. diz que é uma tentativa de calar a Direita. Então, assume que a Direita é mentirosa, que o Presidente da República é mentiroso. E é mentiroso. Aliás, foi a mentira e o ódio que teceram este palanque eleitoral do qual o Presidente nunca saiu.

O Presidente da República não tem preocupação com os milhões de desempregados, com a inflação que cresce. Ele não tem preocupação com a retirada ou com a saída de investidores do Brasil. Ele não tem preocupação com as lágrimas das famílias dos que se foram, e quem parte, é bom sempre lembrar, é amor de alguém. Ele não tem qualquer preocupação. Preocupa-se apenas em se manter no Governo, para continuar destruindo este País, entregando as nossas riquezas para o capital internacional, como quer fazer com os Correios ou com a ELETROBRAS.

Aliado a tudo isso, vamos ver a ausência de empatia, um coração de pedra. É um Presidente com coração de pedra. É um Presidente que não consegue ver que o povo brasileiro está com fome. E é uma fome não apenas de pão, é fome de justiça, fome de beleza, fome de riso. Essas são as fomes que são trançadas e alimentadas todos os dias por este Presidente.

Venho a esta tribuna também para dizer que nós, representantes da bancada feminina, estivemos hoje com o Presidente da Casa. Foi levantada a necessidade de fazermos uma legislação para acolher, particularmente, as mulheres das burcas visíveis, porque as burcas invisibilizadas já estão neste País.

Que as mulheres do Afeganistão possam ser acolhidas por este Brasil, para que possam viver uma humanidade! Humanidade essa que é negada numa lógica de gênero estimulada pelo Presidente da República, que acha que somos seres subalternos. Não o somos! Não o somos! E os representantes de Bolsonaro, áulicos nesta Casa, tentam todos os dias nos calar, e não vão conseguir calar as mulheres desta Casa.

Venho a esta Casa para denunciar o que está acontecendo com os trabalhadores e com as trabalhadoras terceirizados, que estão com a ameaça de perder 30% do seu salário, Deputado Silas Câmara, em função de uma deliberação ou de uma sugestão do TCU, que precisa ser enfrentada por esta Casa.

Além disso, esta Casa tem firmado contratos ou estabelecido

condições de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados a partir de sindicatos que têm uma base de direitos muito reduzida. O sindicato dos metalúrgicos, por exemplo, o que tem a ver com os trabalhadores desta Casa?

Por isso, registro o meu protesto.

Documento 135/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-16:00
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comprovação pelo Auditor do Tribunal de Contas da União - TCU, Alexandre Silva Marques, da adulteração do relatório do órgão a respeito do número de mortes decorrentes da Covid-19, divulgado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à atuação do Senador Eduardo Girão na CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Disseminação de notícias falsas pela extrema-direita.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, que bom vê-lo na cadeira da Presidência! Eu fico muito feliz! E estão todos satisfeitos com a sua condução dos trabalhos, como sempre.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que esta fala fosse integrada ao programa *A Voz do Brasil* e aos veículos de comunicação da Câmara.

A CPI da Pandemia, Sr. Presidente, recebeu o auditor do Tribunal de Contas da União, Alexandre Silva Marques, que comprovou que o relatório do TCU foi alterado.

Esse relatório gerou uma confusão em todo o território nacional. Confusão essa em que muitos dos nossos Deputados e Senadores entraram, caíram e começaram a soltar notícias falsas que deixaram a população alarmada.

Provavelmente, esse relatório foi alterado por uma atuação do Governo. É isso que a CPI está investigando. E o nosso Presidente da República, infelizmente, tanto para Deputados de esquerda quanto para os de direita, é um Presidente muito precário. Ele não tem condições de exercer a Presidência da República, porque recebeu esse relatório sem timbre do Tribunal de Contas da União e divulgou

isso extraoficialmente.

O relatório dizia que pelo menos 50% dos óbitos por COVID não tinham sido por COVID! Isso circulou pelos grupos bolsonaristas, e o próprio Presidente, no cercadinho, falou sobre isso.

Meu Deus! Estamos sendo governados por um Presidente que não tem acesso a relatórios, que não tem acesso à melhor assessoria da inteligência brasileira, do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde!

O Senador Eduardo Girão protagonizou um vexame para o nosso País, trazendo à CPI uma avalanche de desinformação. Ele, o mesmo Senador que falou que havia vacina feita de células de fetos, de bebês abortados, teve a coragem de falar que a supernotificação estava acontecendo. E teve a coragem de criticar o Tribunal Superior Eleitoral por impedir o repasse de verbas a *sites* mentirosos!

Meu Deus! O que está acontecendo com a extrema-direita? A extrema-direita sempre foi amante da mentira, da desinformação, enganadora do povo!

Deputada Aline Sleutjes, a extrema-direita é mentirosa! Essa é a verdade!

Documento 136/201

66.2021.B	Sessão Outro Evento	17/08/2021-16:04
Publ.: DCD - 18/08/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento às manifestações de solidariedade à oradora, durante o afastamento para tratamento da Covid-19. Vínculo direto entre a redução da mortalidade pela doença e a cobertura vacinal. Repúdio às negociatas e propinas para a compra de imunizantes no âmbito do Governo Federal. Acerto da rejeição da proposta de retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Realização de desfile militar, a mando do Presidente Jair Bolsonaro, para cerceamento de liberdades democráticas e parlamentares. Quadro de fome, inflação, carístia e desemprego reinante no Brasil. Defesa de afastamento do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) -
Presidente, eu estou retomando os trabalhos legislativos depois de 2

semanas afastada por ter testado positivo para a COVID-19. Quero agradecer a todas as pessoas que se dirigiram à minha pessoa, à minha família, desejando força e se solidarizando.

Ao mesmo tempo, quero relatar a vocês que em cada momento - vários colegas já vivenciaram isso, várias famílias, o Brasil inteiro - que uma pessoa passa por uma circunstância assim ela pensa em todas aquelas que não tiveram a oportunidade de tomar vacina. Eu, tendo tomado uma dose da vacina, ainda não tendo completado o ciclo vacinal total, mesmo assim eu sei que tive proteção por ter tomado uma dose da vacina. E todos os números indicam que a redução da mortalidade está ligada à ampliação da cobertura de vacinas.

Por isso, é tão terrível para o Brasil estar diante de resultados, conforme a CPI revela, que apontam que, em torno de uma questão que diz respeito à vida, que é a vacina, houve negociatas e propina. Isso é inaceitável, Presidente Gilberto, é inaceitável, porque nós somos pessoas que devemos servir à vida, à manutenção da vida.

Ao longo dessas últimas 2 semanas, eu vi também com preocupação os rumos legislativos, desde a privatização dos Correios até o debate sobre o voto impresso, totalmente desnecessário, do meu ponto de vista. Ainda bem que foi devidamente enterrado pelo Parlamento brasileiro. E o Presidente da República, com as suas bravatas, usando indevidamente as Forças Armadas, fez aquele patético desfile militar com o único objetivo de cercear as liberdades democráticas e a liberdade parlamentar.

É impossível que continuemos, como Parlamento, calados e caladas diante disso. Hoje, o brasileiro, a brasileira vivencia, além da doença, a fome. Para as famílias que ganham abaixo de 1.650 reais ao mês a inflação já ultrapassa 10%. A desigualdade é grande também nisso, porque o preço dos alimentos sobe muito mais proporcionalmente para quem é mais pobre, para quem nada tem. A horda de desvalidos e desempregados remete ao desespero.

Fora, Bolsonaro! Sobrevivemos para lutar contra este Governo.

Muito obrigada.

Documento 137/201

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	18:24
Publ.: DCD - 18/08/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 108, de 2011, contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 3.776, de 2008, a respeito do piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica. Defesa de aprovação da emenda apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, destinada ao corte de 30% do duodécimo dos Poderes Judiciário e Executivo, bem como do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, para enfrentamento dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peça para orientar pelo Podemos. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, o Podemos encaminha o voto "não", para continuar nesta Casa o debate desta matéria, que é importante para a vida do povo brasileiro.

Quero aproveitar o momento e dizer que o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Legislativo têm que dar o exemplo para a iniciativa privada, que, durante a pandemia, pagou o preço desta guerra biológica que nós estamos vivendo. Seria importante que se aprovasse aqui uma PEC, Sr. Presidente Arthur Lira, cortando 30% de todo o duodécimo do Congresso Nacional brasileiro, de todo o STF, de todo o Poder Judiciário, de todos os tribunais, de todo o Poder Legislativo estadual, de todo o Poder Legislativo municipal. Aí, sim, a Nação brasileira teria...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 138/201

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	21:44
Publ.: DCD - 18/08/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Presença do Ministro da Defesa, general Walter Braga Neto, em audiência pública promovida por Comissões da Casa para esclarecimento de ameaças à democracia e às eleições brasileiras. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de promoção de golpe de Estado. Inaceitação da Constituição Federal e do

processo de redemocratização do País, pelo núcleo radical da ditadura militar composto pelo Presidente da República e pelos generais Augusto Heleno, Walter Braga Neto e outros. Exaltação a torturadores pelos membros do núcleo militar. Defesa da prisão de defensores do fechamento do Supremo Tribunal Federal. Prática de crime pelo cantor Sérgio Reis, configurada na ameaça de invasão do Senado Federal no caso de não votação da proposta de adoção do voto impresso nas eleições brasileiras. Possibilidade de prisão do general Augusto Heleno por estímulo à intervenção militar e ruptura do sistema democrático. Investigação de militares, pela CPI da Covid, por participação em esquema de corrupção na compra de vacinas contra o coronavírus. Apoio à prisão de defensores da ditadura militar. Defesa de realização das eleições brasileiras de 2022, e de manutenção das urnas eletrônicas de votação.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, esteve nesta Casa hoje o General Braga Netto, que, ao terminar o seu discurso na reunião, disse que respeita a harmonia entre os Poderes. Ele disse também que reconhece o sistema de freios e contrapesos, mas fez um suspense, no caso de falha desse sistema.

Essa reunião foi presidida pelo Deputado Elias, a quem parablenizo pela condução equilibrada dos trabalhos.

Eu disse: "*Se falhar, a Constituição irá resolver, os Poderes irão resolver isso. E o senhor não queira falar em intervenção militar, porque não há essa hipótese na Constituição brasileira*". Em outras palavras, eu disse o seguinte: "*Fique no seu quadradinho. O senhor não queira falar em intervenção militar*".

Mas eu não digo isso à toa, digo isso porque há uma escalada nessa direção. E essa escalada é dirigida pelo Presidente da República. Há 1 ano e meio ele promove uma escalada autoritária no Brasil; escalada autoritária, que tinha um time na Internet de milicianos; escalada militar, que tinha gente apresentando armas, ameaçando a sociedade brasileira; escalada militar, que fazia com que ele buscasse as bases das Polícias Militares e segmentos das Forças Armadas.

O Presidente da República jamais negou que quer um golpe militar. Jamais negou isso. Ele sempre defendeu torturadores. O Presidente da República, o General Heleno, o General Braga Netto fazem parte de um núcleo duro da ditadura militar, que tinha como líder o General Sylvio Frota. Esse núcleo duro nunca aceitou a redemocratização, nunca aceitou a Constituição. Sempre elevaram os torturadores, tanto que, no dia da votação do golpe de 2016, o hoje Presidente da República elogiou o Coronel Brilhante Ustra, que foi um torturador na ditadura. Esse grupo é o grupo que está no poder. Eles sempre se

animam em relação a um golpe militar.

Hoje eu perguntei ao General Braga Netto: "*Para quê?*" Considerem os militares no Ministério da Saúde. Quando o General Pazuello iniciou o seu mandato como Ministro da Saúde, 14 mil pessoas no Brasil tinham morrido de COVID. Quando ele foi confirmado, 4 meses depois, o Brasil havia registrado 132 mil mortes. Quando ele saiu do Ministério, o Brasil tinha 300 mil mortos. É a digital da ação deles nesta pandemia. O General Braga Netto era Ministro da Casa Civil, estava no centro do poder quando tudo isso aconteceu.

Ele fala em equilíbrio entre os Poderes, em freios e contrapesos, mas, se esse sistema vier a falhar, ele faz um suspense quanto a intervenção militar. Essa foi a fala do General Braga Netto hoje.

Junto com o General Braga Netto, ficava um grupo de Parlamentares. Um deles foi preso, o Deputado Daniel Silveira. Ele não foi preso por crime de opinião. Ninguém foi preso, nem ele, por crime de opinião, tampouco Roberto Jefferson foi preso por crime de opinião.

Eles estavam num movimento para fechar o Supremo Tribunal Federal! Esse era o movimento. Criticar o Supremo Tribunal Federal faz parte da democracia. Criticar decisão de juízes do Supremo Tribunal Federal faz parte da democracia. Discutir um outro papel para o Supremo Tribunal Federal faz parte da democracia. Discutir uma decisão do Supremo Tribunal Federal faz parte da democracia. Agora, fechar o Supremo Tribunal Federal, movimentar-se para fechar o Supremo Tribunal Federal, isso não faz parte da democracia. Quem agir assim tem que ser preso.

Vejam, o cantor Sérgio Reis, há alguns dias, disse que daria um prazo ao Senado Federal para que votasse a proposta sobre o voto impresso, senão o Senado seria invadido. A repercussão negativa foi tamanha que, dizem, ele se deprimiu. Mas o cantor Sérgio Reis tem que entender que não se trata de depressão ou não. Ele está cometendo um crime e pode ser preso.

Pode ser preso também o General Heleno - é desse núcleo duro da ditadura militar -, porque foi à *Rádio Jovem Pan* esses dias e estimulou a ruptura com o sistema democrático, estimulou intervenção militar.

Eu quero dizer ao General Heleno, quero dizer ao General Braga Netto, quero dizer a Silas Malafaia, quero dizer a Roberto Jefferson e ao Deputado Daniel Silveira que esse movimento deles só tem um resultado na democracia: a prisão.

Isso está previsto na Lei de Segurança Nacional - ainda está vigente, mas já vai ser revogada. Isso está previsto também na lei que vai

substituir a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que acaba de ser aprovada nesta Casa. Aqueles que se movimentarem para fechar algum dos Poderes da República serão presos. Se forem servidores públicos, haverá elevação da pena, exatamente para pessoas que tenham o monopólio das armas. É por essa razão que este Parlamento tem que dizer de maneira bem clara e em alto som: aqueles que se movimentarem para fechar algum dos Poderes têm que ser presos.

O General Braga Netto disse que, se não houvesse voto impresso, poderia não ocorrer eleição. Ele disse isso a uma jornalista que conheço e que me confirmou isso. Disse por intermédio de um Parlamentar. E ele voltou atrás, porque quem decide se o voto é impresso ou não é o Parlamento. Cabe a ele, como militar, respeitar isso. Se desrespeitar, ele tem que ser preso. Foi dito isso a ele na manhã de hoje, e ele ameaçou a CPI.

General Braga Netto, há mais de dez militares sendo investigados pela CPI, por crime de corrupção na compra de vacinas.

Este Parlamento não vai se calar diante de bravatas, diante daqueles que sempre transitaram na ilegalidade, daqueles que estiveram no Haiti, estão no Governo e são incapazes de prestar alguma solidariedade àquele país, onde hoje há mais de 3 mil mortos já.

Venho a esta tribuna dizer que está no horizonte que a democracia brasileira será retomada a partir das eleições de 2022. Colocará no lixo da história aqueles que querem romper com ela.

A história da América Latina foi a de prender generais, coronéis e outros que pregaram a ditadura, agiram em favor da ditadura. Mesmo que tardiamente, prisões aconteceram. Foi o caso de Pinochet. Ele achava que teria vida tranquila pela frente, e foi preso por decisão de um juiz espanhol, de nome Baltasar Garzón.

Venho a esta tribuna, a pedido do meu Líder, o Deputado Elvino Bohn Gass, dizer estas palavras: ninguém mexerá com a democracia brasileira e haverá eleições de 2022, com urna eletrônica.

Documento 139/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:08
Publ.: DCD - 19/08/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.409, de 2021, relativo à recontração, renovação ou prorrogação, por um ano, de contratos de médicos intercambistas junto ao Programa Mais Médicos. Tramitação dos Projetos de Lei de nºs 2.687 e 2.689, de 2020, de autoria do orador sobre, respectivamente, a prorrogação de contratos vigentes do Programa Mais Médicos, e a revalidação de diplomas de medicina dos profissionais vinculados ao referido programa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, está na pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 2.409, de 2021, que dispõe sobre a recontração, renovação ou prorrogação por 1 ano dos contratos dos médicos intercambistas do famoso Programa Mais Médicos.

Eu sou o autor de dois projetos sobre o Mais Médicos. Um, o Projeto de Lei nº 2.687, de 2020, que prorroga os contratos vigentes do Mais Médicos para o Brasil, e para excluir excepcionalmente a necessidade de registro no CRM - Conselho Regional de Medicina para inscrição em processo seletivo do Programa Médicos pelo Brasil. O outro é o Projeto de Lei nº 2.689, de 2020, que permite a revalidação do diploma de medicina para os profissionais que trabalharam no Programa Mais Médicos por 2 anos.

Ora, Presidente, estamos vivendo esse drama aí já há algum tempo. Foram contratados 12 mil médicos cubanos. Houve toda uma crítica, parte com razão, parte sem razão. Mas a verdade é que os médicos cubanos foram embora e deu-se um vazio de 12 mil médicos. As pessoas precisam de mais médicos. Estimativas mostram que, nos últimos 1.000 dias, o SUS deixou de realizar 105 milhões de consultas médicas com a ida dos profissionais cubanos.

Então, nós precisamos de uma alternativa. E essa alternativa é contratar médicos brasileiros formados no estrangeiro, sem que precisem fazer o REVALIDA.

O esfacelamento das equipes do Saúde da Família também comprometeu ações de busca ativa para a vacina. E a aprovação desses três projetos, o que está na pauta e mais os meus projetos, é de extrema relevância e urgência, diante do cenário de crise na questão sanitária do País.

É importante dizermos que a pandemia agravou tudo isso e já vitimou mais de 0,5 milhão de vidas. E os números de óbitos estão tragicamente subindo a cada dia. Então, nós precisamos de mais médicos, o SUS está sobrecarregado, o sistema enfrenta falta de leitos,

falta de medicamento e falta de profissionais também.

Portanto, é fundamental que prorrogemos o Mais Médicos, que se dê essa oportunidade a quase 20 mil jovens brasileiros, gaúchos, que estão esparramados por este País, formados em universidades fora do País e que estão aqui. São profissionais que querem trabalhar, que precisam trabalhar, que têm formação, têm capacitação.

Qual é o problema, Presidente? Isso é puro preconceito. São jovens que não tiveram chance de estudar aqui, buscaram a chance no estrangeiro, mas querem trabalhar para o Brasil, para os brasileiros. Temos médicos e temos gente precisando. Vamos fazer mais médicos para o Brasil.

Documento 140/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:12
Publ.: DCD - 19/08/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Diferença entre as ações de prevenção e combate ao coronavírus, adotadas pelo Governador do Estado de São Paulo e pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma boa tarde a todos.

Presidente Eduardo Bismarck, eu já peço a V.Exa. que este pronunciamento seja veiculado nos canais de comunicação da Casa, por gentileza.

Senhores brasileiros, precisamos, às vezes, pontuar algumas verdades. E essas verdades, às vezes, têm que sair daqui, deste microfone, para que o Brasil inteiro entenda que a inveja perdura na política. A inveja é um sentimento muito ruim. E, em relação ao Presidente Bolsonaro, eu poderia dizer que ele realmente é invejado por suas ações e por sua coragem, principalmente, de decidir nos momentos mais agudos.

Vamos fazer uma comparação entre o Presidente Bolsonaro e o Governador do Estado de São Paulo. Em fevereiro do ano passado, o Governador do Estado de São Paulo autorizou a realização do carnaval. Logo na sequência, quando sabíamos que estávamos entrando numa pandemia, ao invés de aumentar o número de ônibus,

metrôs e trens, para espaçar as pessoas, ele o reduziu, fazendo com que a população de São Paulo vivesse como sardinha em lata, simplesmente para se contaminar ainda mais.

O Governador do Estado de São Paulo montou hospitais de campanha com aproximadamente 3 mil vagas e, semanas depois, desmontou-os. Foi uma decisão errada atrás da outra. E ainda tivemos que ver o seu assessor, o médico David Uip, também recomendar cloroquina para a população paulista, mas a sua solicitação não foi aceita, infelizmente.

Já o Presidente Bolsonaro fechou o nosso País em fevereiro de 2020, sabendo da pandemia; vacinou pela primeira vez 4 semanas após a primeira vacina ter sido dada na Inglaterra; comprou mais de 550 milhões de doses até agora; já gastou mais de 288 bilhões de reais com o auxílio emergencial, que é o maior programa de distribuição de renda deste País; já destinou mais de 60 bilhões de reais a Estados e Municípios, para socorrê-los neste momento de pandemia.

Então, Sr. Presidente, quando se põem na balança o Presidente Bolsonaro e um maluco de um Governador que está governando o Estado de São Paulo, nós vemos a diferença.

Agradeço, Sr. Presidente, e, mais uma vez, peço a divulgação do meu pronunciamento nos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

Documento 141/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:40
Publ.: DCD - 19/08/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio às manifestações realizadas no País contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Perplexidade e repúdio ao discurso de Deputado da base governista sobre a inveja da Oposição ao Presidente Jair Bolsonaro. Segregação de alunos deficientes pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. É um prazer falar tendo V.Exa. como Presidente

da Mesa.

Saúdo os Deputados e as Deputadas, os brasileiros e as brasileiras que nos acompanham pelos meios comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, eu quero saudar o povo brasileiro, os sindicalistas brasileiros e os cidadãos brasileiros que hoje ocuparam as ruas do Brasil para dizer "não" à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC da chamada "reforma administrativa", que precariza o serviço público e que prejudica a sociedade brasileira, porque faz exatamente aquilo que o Governo Bolsonaro já anunciava: a destruição do Estado brasileiro, a destruição do serviço público, a destruição do servidor público, do servidor da saúde, que é o SUS, e do servidor da educação, que é responsável por 50 milhões de estudantes neste País - 80% deles estão na escola pública. É esse servidor e é esse serviço público que estão ameaçados pela reforma administrativa da PEC 32. Por isso, hoje eles estiveram nas ruas de Salvador, de Brasília, de São Paulo, do Rio de Janeiro, enfim, do Brasil, para dizer "não" à PEC 32.

Mas eu também quero dizer "não", notadamente, a algumas palavras, a Deputados que vêm aqui falar coisas absurdas, *fake news*. Houve Deputado que disse que nós temos inveja do Presidente da República. Como alguém pode ter inveja de alguém que é responsável por 570 mil mortes no País, porque não comprou na hora devida as vacinas de que o povo brasileiro precisava? Inveja de alguém que é responsável pelo mais alto preço de combustível da história da Nação, do gás de cozinha, da cesta básica, e que destruiu o meio ambiente? É o Governo que mais destruiu o meio ambiente no País. Além disso, ele tem um Ministro da Educação que disse que criança com deficiência atrapalha as outras crianças a aprender? Que comentário sádico, absurdo, destrutivo a um projeto de inclusão igualitária para as crianças que têm deficiência no Brasil!

Esse Governo é perverso. Só podem ter inveja dele os sádicos. E ainda vem agora dizer que a responsabilidade da crise é dos Governos Municipais e Estaduais. Ora, me batam um abacate! Que coisa cínica, que coisa absurda, que coisa mentirosa, que *fake news*!

Não ao Governo Bolsonaro! Fora, Bolsonaro!

Documento 142/201

67.2021.B

Sessão Outro Evento

18/08/2021-13:52

Publ.: DCD - 19/08/2021 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Indiciamento pela CPI da Covid do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, por prática de corrupção na gestão do Ministério da Saúde. Denúncia de envolvimento do Senador Luis Carlos Heinze em irregularidades na compra de vacinas contra a Covid-19. Apresentação, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de requerimento de convite ao Ministro das Comunicações, Fábio Faria, de comparecimento ao órgão para esclarecimento de pressão exercida sobre o Tribunal de Contas da União - TCU, para aprovação do leilão da tecnologia 5G, nova geração das redes de telefonia móvel e Internet.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., os pares e, de forma especial, o povo brasileiro.

Gostaria de prestar solidariedade a todos os servidores públicos do Brasil com relação à luta de hoje, dia 18 - a mobilização, a importância de se fazer o debate, nas redes e nas ruas, quanto à PEC 32, que criminaliza o serviço público no Brasil. Então, manifesto a eles toda a minha solidariedade. A resistência é necessária. Com o meu voto, e o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores, peço o apoio de todos os Parlamentares que defendem o serviço público no Brasil.

Sr. Presidente, hoje, a CPI do Senado, de forma ativa, diferentemente desta Casa, indicia o Líder do Governo na Câmara Federal. Ele agora é indiciado devido às irregularidades, à corrupção na gestão do Ministério da Saúde. Isso é muito grave, Sr. Presidente. E esta Casa está silente sobre isso. Além disso, foi descoberto que um ex-Deputado do Rio Grande do Sul, da bancada bolsonarista, do Centrão, estava envolvido na intermediação da vacina: o agora Senador Luis Carlos Heinze. Isso é muito grave. O que percebemos é que havia uma quadrilha instalada no Ministério da Saúde, integrada por representantes do PP e grupos de militares. Por isso essa disputa.

Por último, Sr. Presidente, como integrante da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estou apresentando um requerimento de convite ao Ministro das Comunicações por ele estar fazendo *lobby*, tentando tensionar o Tribunal de Contas da União, conforme denúncia de hoje da *Folha de S.Paulo*. Ele tem pressionado os Ministros para que o Sistema 5G seja aprovado como ele e Bolsonaro querem. Nós estamos fazendo aqui um dos maiores debates do mundo, que é a tecnologia 5G. Então, vamos fazer o convite para que ele possa comparecer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 143/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:08
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ALINE SLEUTJES-PSL -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural à causa indígena. Distribuição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de vacinas contra a Covid-19 aos Estados e Municípios brasileiros. Aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei 1.343, de 2021, sobre a utilização de estruturas industriais veterinárias para a produção de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, aqui atrás de mim há um cocar pareci. Eu, como Presidente da Comissão de Agricultura, tive a alegria de receber aqui, na minha Comissão, vários indígenas. Tratamos sobre a necessidade de ampliarmos, de maneira ágil, as legislações que permitam que tenham independência e vontade os índios que sonham em produzir, desenvolver as suas comunidades e, para isso, recebam apoio, e não só financeiro, por meio de programas, de forma institucional e legal.

Levar cestas básicas às aldeias, como a FUNAI tem feito - graças a Deus tem feito isso, senão nossos índios já estariam passando fome -, é muito importante neste período de pandemia. Mas o que nós queremos? Com que nós sonhamos? Com que eles sonham? Pelo que eles nos disseram nessa visita, nessa reunião, eles desejam produzir, desejam fazer a diferença, gerando emprego, gerando renda, gerando cidadania, capacidade, inclusive financeira, para ampliar, para comprar equipamentos e para fazer com que realmente a vida deles seja melhor.

Mais do que índios, eles são brasileiros, são cidadãos. Precisamos apoiar as suas iniciativas, facilitar as linhas de financiamento, regularizar os procedimentos bancários, administrativos, organizar as legislações, que hoje infelizmente limitam ou proíbem certos afazeres dentro dessas aldeias.

Temos 70 etnias que trabalham hoje com o agro. Elas querem, elas desejam, elas sonham em trabalhar com um agro forte, pujante, buscando não só a manutenção da alimentação própria mas também a venda do excedente.

Como Presidente da Comissão, eu me comprometi a promover uma grande audiência pública e trazer os setores para discutir e, em especial, órgãos como o MAPA, o Ministério da Cidadania e a própria FUNAI, que está apoiando a iniciativa dessas etnias. Nós vamos tentar desenvolver o máximo possível programas que beneficiem esses índios.

Sr. Presidente, eu também gostaria de falar sobre a situação relativa às vacinas no nosso Brasil. Infelizmente, não vemos as informações chegando à ponta, aos quatro cantos do nosso País. Já passam de 207 milhões as doses entregues aos Estados e aos Municípios. É uma pena que os Municípios e os Estados se esqueçam de agradecer ao Governo Federal. Essas vacinas vieram do Ministério da Saúde.

Já foram aplicadas mais de 178 milhões de doses, considerando-se a primeira e a segunda dose. Mais da metade da população brasileira já tomou a primeira dose. É muito importante que isso fique registrado, porque o nosso País, mesmo não sendo fabricante dessas vacinas, está num patamar de vacinação gigantesco.

Antes de finalizar a minha fala, também gostaria de registrar que passou há pouco no Senado o projeto do Senador Wellington - tive o orgulho e o prazer de ser Relatora dessa proposição - sobre a possibilidade de fabricar vacinas contra a COVID...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 144/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:28
Publ.: DCD - 19/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento dos preços de combustíveis e alimentos no País. Liderança do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisas de intenção de voto à sucessão presidencial. Necessidade de aprovação, pelo Senado Federal, do



Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a instituição de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Protesto contra a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, relativo à regularização fundiária. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero falar sobre o aumento dos preços no Brasil. A população brasileira não aguenta mais tudo tão caro! Enquanto a PETROBRAS anuncia lucro líquido de 43 bilhões de reais e a distribuição de mais de 31 bilhões de reais em pagamentos de dividendos aos seus acionistas à custa do consumidor, o preço do combustível ultrapassa os 6 reais por litro em grande parte do País.

Não podemos achar isso normal. Enquanto um punhado de bilionários fica mais rico, milhões estão passando fome. Vejam também o caso do agronegócio. Os números das exportações são grandiosos. O bolso dos ruralistas está cheio. O bolso deles está cada vez mais lotado, mas a população não tem dinheiro para pagar o preço dos alimentos no supermercado.

Em um ano, o arroz subiu 61%, o feijão, 69%, as carnes bovinas, 27%. De nada adianta falar em recordes da PETROBRAS ou do agronegócio se faltam meios para a população comer e se locomover. Não é à toa que mais de uma pesquisa de intenção de voto para 2022 mostra Lula ampliando a vantagem sobre Bolsonaro para 16 pontos agora: 40% contra 24%.

Talvez seja por isso que a maioria governista da Câmara dos Deputados, liderada pelo Presidente Arthur Lira, esteja promovendo a maior eliminação de direitos do povo e a maior entrega do patrimônio público de que temos notícia na história do País.

Tenho fé de que o Brasil será feliz de novo, mas agora ainda há tempo de fazer mudanças e combater a carestia que assola o nosso País. O Senado precisa aprovar o PL 823, que institui o auxílio emergencial para a agricultura familiar, e vetar a aberração aprovada aqui nesta Casa da tal chamada regularização fundiária, que, na verdade, é a regularização de terra pública grilada, roubada.

Também precisamos nos mobilizar para que esta Casa derrote e não aprove a PEC 32, porque ela destrói o serviço público justamente naquilo que é necessário para a grande maioria do povo brasileiro, com consequências inclusive para as instituições responsáveis por cuidar

da agenda ambiental.

Por isso, esta Casa precisa dar respostas concretas aos interesses do País, do povo brasileiro, e votar contra a PEC 32.

Peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 145/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:48
Publ.: DCD - 19/08/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da transposição de águas do Rio São Francisco para o semiárido brasileiro. Agradecimento aos membros da Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido. Repúdio ao tratamento dispensado por Deputados e Ministros de Estado convocados pela Câmara dos Deputados. Destaque do Brasil no noticiário internacional no tocante à vacinação da Covid-19.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Meus amigos e colegas Deputados e todos os que nos assistem, estou aqui com o nosso *banner* do Semiárido, uma região rica do nosso País que precisa, sim, ser valorizada e ter a atenção de todos nós, para podermos buscar o desenvolvimento da nossa região. Nosso Presidente Bolsonaro, junto com o Ministro Rogério Marinho, estão levando as águas do Rio São Francisco para os mais distantes rincões do nosso Semiárido brasileiro. Isso, com certeza absoluta, vai transformar essa região na solução dos problemas do Brasil, com relação à produção de alimentos. O Semiárido brasileiro é, sem dúvida nenhuma, a região mais propícia hoje para se produzirem alimentos com menor custo para os maiores mercados consumidores. Não temos dúvida de que o nosso Semiárido será a redenção disso tudo.

Agradeço a todos os Deputados e Senadores que estão trabalhando conosco na Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido.

Eu gostaria de destacar a importância de reconhecermos que os Ministros do Governo Bolsonaro estão vindo à Casa Legislativa do Brasil, à Câmara dos Deputados, para dar declarações, para dar satisfação principalmente a alguns Deputados da Oposição, que

requerem a presença deles. Esses Ministros fazem isso em respeito a esta Casa. E todos estão vindo, para dar satisfação. Lamentamos muito que alguns colegas Deputados não sabem o significado da palavra respeito. Quando os Ministros chegam aqui, são maltratados ou destratados. Não pode ser assim, Sr. Presidente! Os Deputados têm que entender, e os presidentes das Comissões também, que ninguém está aqui para ser destratado. Se há alguma coisa errada, que isso seja falado, mas ficar levantando suposições totalmente descabidas? Isso não tem condição!

Nós não vamos ficar calados e aguentar esse tipo de desrespeito às autoridades. Vamos deixar os Ministros trabalharem! Deixem o Presidente Bolsonaro trabalhar! Vamos trabalhar!

Gostaria também de destacar, Sr. Presidente, que o Brasil está ganhando o noticiário internacional positivamente em relação à vacinação no enfrentamento à COVID-19.

Eu mesmo já fui vacinado com as duas doses da AstraZeneca. Sei que não estou imunizado totalmente, mas me vacinei, sim, para que os danos sejam reduzidos ao máximo, caso eu venha a pegar COVID-19.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que as nossas palavras sejam ecoadas nos meios de comunicação da Casa.

Também gostaria de dizer aos colegas que precisamos, sim, valorizar o que temos em nossas mãos. O Brasil hoje é um país que está ganhando a luta contra a COVID-19. E vamos parar de colocar esse crédito em quem enviou dinheiro! Quem tem que ser cobrado e chamado de genocida é quem desvia, não é quem envia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 146/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:56
Publ.: DCD - 19/08/2021 - FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 1.305, de 2021, de autoria do orador, acerca da destinação, pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, de pensão individual e mensal, no valor de um salário mínimo, a

crianças e adolescentes órfãos em decorrência da Covid-19.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um prazer ter V.Exa. hoje dirigindo os trabalhos da Câmara dos Deputados do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizamos ontem uma importante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, em que o tema relacionava-se a crianças e jovens de pai e mãe que faleceram da COVID-19.

Sabemos que esta pandemia deixou um lastro de vítimas. Foram vítimas não só fatais, mas vítimas também com as quais devemos ter bastante cuidado em relação à educação e à vida. O Estado tem a obrigação de fazer essa cobertura financeira e essa cobertura de assistência social, de saúde e de educação. Esses pequenos brasileiros, crianças e adolescentes, ficaram órfãos de pai e mãe. Portanto, ficaram abandonados à própria sorte. Muitos deles não têm nenhum parente próximo e estão, portanto, repito, à mercê da própria sorte.

Por isso, é obrigação do Estado dar a essas crianças e a esses adolescentes uma ajuda financeira de um salário mínimo, para cada criança órfã de pai e mãe, segundo versa o projeto de lei de nossa autoria.

Ontem fizemos essa audiência pública na Comissão com a Procuradora Regional da República, Dra. Zélia Pierdoná; com a Dra. Viviane Ferreira Dourado, pelo Conselho Tutelar do Distrito Federal; com o Dr. Maurício José Silva Cunha, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e com o Dr. Danyel Lório de Lima, Diretor Substituto do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério da Cidadania. Foi, enfim, uma tarde em que fizemos essa discussão. Colhemos também muitas impressões, que serão unidas pela nossa Relatora, Dra. Soraya Manato. Enfim, nós propusemos nesse...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 147/201

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-15:00
Publ.: DCD - 19/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES



Sumário

Realização de mobilização nacional sob o tema Vacina no braço, comida no prato, renda e emprego! Anúncio da realização de grande manifestação sob o tema Fora Bolsonaro!, por ocasião das comemorações do Dia da Independência do Brasil - 7 de setembro. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Razões do posicionamento do orador contrário ao Programa Auxílio Brasil. Imediata instalação de Comissões Mistas para exame de medidas provisórias.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia de mobilização nacional. Sindicatos e centrais sindicais têm na sua pauta: "*Vacina no braço!*" Há um assassinato em massa no Brasil por causa de um Governo genocida, que não arrumou vacina para o povo e, quando arrumou, queria ainda propina - corrupção! A outra pauta é: "*Comida no prato!*" A comida está cara. O povo está desempregado, e tudo é caro. As pessoas começam a ir ao açougue pegar osso, para ter um gostinho de carne. A pauta é esta: "*Vacina no braço, comida no prato, renda e emprego!*"

Mais do que isso, esta mobilização de hoje é também para organizar atos mais fortes. Isso está na pauta do "*Fora, Bolsonaro!*" Além dessa mobilização do dia de hoje, está sendo organizada uma grande mobilização para o dia 7 de setembro. Quem tem o verdadeiro amor pátrio vai para a rua e vai dizer: "*Fora Bolsonaro!*"

Então, vamos todos nos engajar nessa luta democrática, porque há muita ameaça de intervenção militar e de destruição das instituições e da democracia no Brasil. Nós precisamos superar isso, afirmar a democracia e dar qualidade de vida ao nosso povo.

Mas eles também estão nos dizendo, Deputado Jorge Solla, Deputado Afonso Florence e Deputado Leo de Brito, que estão presentes neste momento aqui no plenário, que a pauta que precisa ser votada aqui é a do auxílio emergencial de 600 reais para o povo, no lugar desse auxílio pífio de 150 reais, que está alcançando menos pessoas, assim como acontecerá com o Auxílio Brasil que está sendo proposto. Esse novo auxílio é, na verdade, a destruição de um programa que está dando certo no País, o Bolsa Família. Esse novo auxílio vai ser para menos pessoas, com menos dinheiro e não haverá - e esta é a última coisa importante que eu quero registrar hoje aqui - debate em Comissões, Deputado Afonso Florence.

Precisam ser instaladas, Presidente Arthur Lira, as Comissões Mistas para análise das medidas provisórias, porque elas estão chegando aqui

com um Relator de plenário indicado. Tem que haver audiência pública. O povo tem que participar do debate. Eu já levantei esta questão aqui e a estou levando para o Presidente do Congresso, o Senador Rodrigo Pacheco, para que se instale o mais rápido possível as Comissões das medidas provisórias, a fim de que o povo possa debater as matérias, tenhamos mais dinheiro para mais gente e assim saíamos desta grande crise em que Bolsonaro colocou o nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 148/201

91.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021- CD	17:00
Publ.: DCD - 19/08/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, sobre o estabelecimento do marco legal da microgeração e minigeração de energia distribuída no Brasil, ressaltados os destaques. Indignação com o posicionamento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, contrário ao uso de máscara de prevenção da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, a Minoria orienta "sim".

Quero aproveitar o tempo para registrar o choque de termos um Ministro da Saúde, hoje, indo a público manifestar a posição contrária ao uso de máscara.

Na semana em que há 84% de aumento dos casos com a variante Delta; na semana em que várias cidades do Estado do Rio de Janeiro estão com as UTIs superlotadas; na semana em que as preocupações aumentam com a possibilidade de nova ampliação de casos e que o mundo - Israel, Estados Unidos e vários países - está sofrendo o aumento da ocorrência de casos em função da variante Delta, o Ministro vem a público dizer que é contra o uso de máscaras. Nós não podemos compactuar com isso. O Ministro da Saúde tomar uma atitude como essa é o maior desserviço que poderíamos ter no enfrentamento da pandemia neste momento.

Então, manifesto a nossa indignação e cobro do Ministério que mude essa posição pela vida, pois já são mais de 570 mil mortes. E nós

estamos vendo a nova variante ameaçar mais uma vez o recrudescimento da ocorrência de casos de óbitos.

Registro aqui, mais uma vez, a nossa posição contrária a essa afirmação do Ministro da Saúde e cobro a retratação de S.Exa.

Solicito a divulgação do meu discurso nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado, Presidente.

Documento 149/201

91.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/08/2021-
CD 19:28

Publ.: DCD - 19/08/2021 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 , a COP-26, em Glasgow, Escócia. Importância da conciliação entre a produção agrícola e a preservação ambiental. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 7.578, de 2017, de autoria do orador, sobre a instituição do Patrimônio Verde. Promoção, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de audiência pública para debate da participação do Brasil na COP-26.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, o tema que eu vou abordar aqui hoje diz respeito ao futuro. Acontecerá em novembro, em Glasgow, a conferência mundial do clima, a chamada COP 26.

Eu, como extensionista rural, como engenheiro agrônomo e, nesta Casa, como Parlamentar, sempre tenho pautado as minhas ações, os meus projetos e as minhas relatorias em resultados para garantir o equilíbrio entre a produção de alimentos e a preservação ambiental. Sei que esse é um grande desafio. Aliás, o desafio de todo o planeta é garantir às gerações futuras e especialmente à nossa geração um planeta com um meio ambiente equilibrado que garanta qualidade de vida e preservação ambiental.

Sem esses quesitos, eu tenho certeza de que haverá cada vez mais aumento da desigualdade, aumento da fome e aumento da pobreza que assola o mundo inteiro, especialmente neste tempo tão sombrio de pandemia por que o mundo inteiro passa e que está ensinando todos

nós a respeitar especialmente a ciência.

Presidente, sobre isso nós apresentamos projetos importantes, como o projeto do Patrimônio Verde, que visa principalmente mudar a visão do Estado brasileiro em relação às florestas. Esse nosso projeto tem o propósito de que a floresta da reserva legal ou da área de preservação permanente seja vista como uma cultura. Para ela ser vista como uma cultura, o Estado brasileiro tem que ir além das políticas de comando e controle, que fiscalizam e multam especialmente o produtor rural, independentemente do seu porte - pequeno produtor, médio produtor ou grande produtor. A floresta vista como uma cultura será remunerada pelo mercado, através da economia do futuro, que é a economia verde. E o meu projeto permite que em cada volume de maciço florestal o produtor tenha um título verde, um *green card*, para que ele possa ser comercializado no mundo inteiro. Já foi apresentada esta proposta na última conferência do clima.

Estados como o Amapá e o Pará já vêm fazendo ações no sentido de, em vez de fiscalizar e multar, incentivar e educar o produtor rural. Não há ninguém neste mundo, especialmente no Brasil, que queira preservar mais o meio ambiente do que os produtores rurais. São eles os verdadeiros guardiões das nascentes, dos topos de morros, das matas ciliares, especialmente para preservação e produção com sustentabilidade.

Nesse sentido, Presidente, estarei promovendo na próxima sexta-feira, na Comissão de Meio Ambiente, um amplo debate, tendo ali representantes do Governo Federal, de organizações de produtores rurais, do mercado, de organizações ambientalistas, para que o Brasil vá além das metas com que se comprometeu nas conferências mundiais do clima. Muito mais do que pronunciamentos e compromissos, é preciso avançar nesta matéria.

Nós temos que chegar à conferência do clima, a COP 26, com propostas concretas. Este Parlamento precisa ouvir e elaborar o nosso papel para interagirmos com os Parlamentos de países da União Europeia, dos Estados Unidos, da China, de todos os que estiverem lá, onde estarão mais de cem países. Nós vimos que na última conferência mundial do clima o Brasil não chegou com as propostas organizadas. Por isso, é preciso nós nos anteciparmos.

Assim, estaremos realizando essa audiência pública na sexta-feira. Depois, no dia 27, uma segunda...

(Desligamento automático do microfone.)

92.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021-
CD 12:32

Publ.: DCD - 20/08/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, por imediata recuperação da BR-174, entre os Estados do Amazonas e de Roraima, e por realização de auditoria em contratos de pessoal terceirizado nos portos do interior amazonense. Pedido à Casa de afastamento de crises artificiais geradas pela instabilidade política e institucional. Prioridade da Câmara dos Deputados nas ações de combate à Covid; de geração de novos empregos; de combate à fome, à carestia e à inflação; e de amparo às pequenas e microempresas.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero dividir minha fala no tempo da Liderança em duas partes.

A primeira parte é um apelo que faço ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Eu reconheço todo o esforço do Ministro em melhorar a infraestrutura do País, reconheço o esforço dele em garantir a recuperação da BR-319, mas preciso fazer um apelo ao Ministro Tarcísio por outra rodovia fundamental para o Amazonas.

O Estado do Amazonas não tem ligação rodoviária com o resto do País porque não tem a BR-319 trafegável o ano inteiro. Mas ele tem uma ligação com o Estado de Roraima através da BR-174, Deputado General Peternelli. A BR-174, no passado remoto, foi asfaltada pelo Governo do Estado do Amazonas. E, desde que ela foi asfaltada, ela nunca tinha ficado sem manutenção, nunca tinha tido atoleiro, nunca tinha ficado intrafegável. Mas agora a BR-174 está com vários trechos no barro e absolutamente intrafegável. Essa é uma realidade que não se conhecia desde os anos 80, quando ela foi recuperada. Não sei se não estão contratando as empresas de manutenção, se não estão pagando as empresas de manutenção, se não estão fiscalizando as empresas de manutenção, já que há um contrato no DNIT Amazonas apenas para a manutenção dessa rodovia.

O Amazonas já não tem ligação rodoviária com o resto do Brasil. Tirar a ligação rodoviária que o Amazonas tem com o Estado de Roraima é uma covardia com os dois Estados. Já falei por telefone com o Ministro Tarcísio e quero agora fazer um apelo público por um esforço urgente dele no sentido de determinar ao DNIT Amazonas a imediata

recuperação da BR-174.

Quero fazer também um apelo ao Ministro Tarcísio, relacionado aos portos do interior do Estado do Amazonas. Dos 61 Municípios do interior do Estado do Amazonas, pouquíssimos têm ligação rodoviária com Manaus. A ligação de Manaus com os Municípios do interior e dos Municípios do interior com a Capital Manaus acontece pela via fluvial. Para isso, foram construídos vários portos de pequeno porte nos Municípios do interior do Amazonas. Esses portos também sempre tiveram contrato de manutenção e contrato de pessoal administrados pelo DNIT Amazonas. Mas, ultimamente, nós temos tido um troca-troca dos trabalhadores desses portos e algo muito estranho na relação com as empresas terceirizadas para esse serviço. E isso tem gerado o abandono de muitos portos.

O abandono do porto de Benjamin Constant fez com que o porto não tenha sido movimentado a tempo e tenha ficado na terra por conta da seca do rio. Isso por falta de capacidade, por falta de cuidado, por falta de atenção dos funcionários. Foram trocados servidores treinados para o exercício daquela função, não sei bem por quê, por servidores que estão lotados nos portos do interior do Estado, mas muitos moram na cidade de Manaus, segundo denúncias que recebo. Isso não pode ser permitido pelo DNIT, não pode ser permitido pelo Ministério da Infraestrutura.

Então, eu quero fazer aqui um duplo apelo ao Ministro Tarcísio: o de determinar a imediata retomada das obras de manutenção da BR-174 e o de promover uma fiscalização, uma auditoria nos contratos de pessoal terceirizado nos portos do interior do Estado do Amazonas, sob risco de o povo do Amazonas não conseguir se deslocar para Roraima e sob risco de tirarmos do povo do interior do Estado o direito de ir e vir à Capital, já que o único caminho que temos é o caminho fluvial.

Feito esse apelo, Sr. Presidente, eu quero usar estes 3 últimos minutos que me restam para a segunda parte da minha fala e fazer um apelo a esta Casa, para que tenha a capacidade de se afastar das crises artificiais geradas por essa instabilidade política e institucional: a crise artificial da guerra entre os Poderes, a crise artificial do questionamento da urna eletrônica, a crise artificial do *impeachment* de Ministros do Supremo Tribunal Federal, para que nós possamos, Deputado General Peternelli, gastar todas as energias para resolver as crises reais do nosso País.

As crises reais do nosso País são a dos 565 mil mortos pela pandemia; a dos 15 milhões de desempregados; a dos 19 milhões de brasileiros e brasileiras com fome; a das 800 mil empresas fechadas por conta da pandemia; a da inflação crescente, que já chega a 30%, em média, no

alimento, no gás de cozinha, na energia e na gasolina - se nós pegarmos só os alimentos, esse percentual é ainda maior -; a dos juros crescentes, que já batem dois dígitos nos juros futuros e que se aproximam cada vez mais de dois dígitos nos juros presentes.

Esse é o Brasil real. Esse é o Brasil que precisa das nossas energias. Esse é o Brasil que precisa do nosso esforço - do nosso esforço de unidade, do nosso esforço de conciliação. Garantir emprego para 15 milhões de desempregados, garantir comida para 19 milhões de famintos, garantir ambiente de negócios para que as empresas possam retomar as suas atividades, garantir controle da inflação, garantir controle dos juros, isso não é desafio da Situação ou da Oposição, isso é desafio de todos os patriotas, isso é desafio do Brasil, isso desafio de reconciliação nacional. Não será com crises institucionais, que geram cada dia mais instabilidades, que geram incertezas em investidores internos e externos, que nós vamos ser capazes de dar respostas objetivas para os problemas reais da vida do País.

Que tenhamos a capacidade e a grandeza de nos unirmos nesta Casa em torno de projetos que melhorem o ambiente de negócios no País, que promovam o emprego, que garantam distribuição de renda para a população e que garantam, acima de tudo, que o povo brasileiro possa voltar a acreditar em um futuro de prosperidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 151/201

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021- CD	16:28
Publ.: DCD - 20/08/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de oposição de veto ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022, relativo ao montante de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o Fundo Eleitoral.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, quinta-feira, 19 de agosto, é véspera do último dia que o Presidente Jair Bolsonaro tem para vetar ou sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada por esta Câmara.

Sr. Presidente, há um apelo, um pedido de todo o povo brasileiro ao



Presidente Bolsonaro: vete o fundão de 5,7 bilhões de reais. Durante a discussão do tema no Congresso Nacional, eu inclusive me exaltei ao dizer que aprovar um fundão de quase 6 bilhões de reais era cuspir e escarrar na cara do povo brasileiro. Eu imaginava que aquela fala teria uma repercussão grande, mas não que teria uma das maiores repercussões da história dos vídeos dos meus pronunciamentos já postados nas minhas redes sociais!

A indignação da sociedade, da população brasileira foi e é tão grande que é impossível assistir calado ao Presidente Jair Bolsonaro dizer que, se vetar, pode incorrer em crime de responsabilidade, ou que vai vetar só uma parte, e não tudo. Nós sabemos que isso não passa de uma desculpa esfarrapada, Sr. Presidente. E o Presidente Jair Bolsonaro sabe disso - e sabe muito bem -, porque certamente é bem assessorado, como nós o somos na Liderança da nossa bancada, como esta Casa o é por meio dos seus órgãos de controle orçamentário. Ele sabe muito bem que pode, e deve, vetar o fundão de 5,7 bilhões de reais, em homenagem inclusive aos seus eleitores, a todos aqueles que votaram em Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições passadas, entre os quais me incluo, como cidadão brasileiro, e que se lembram muito bem de ele sempre dizer que não apenas era contrário ao fundo, mas também que não o tinha utilizado em sua campanha.

Portanto, Sr. Presidente, não há desculpa! Presidente Bolsonaro, vete o fundão de 5,7 bilhões de reais! Vete esse dinheiro, que não pode ser utilizado para pagar campanhas políticas! Estamos ainda em meio a uma pandemia! Já foi um absurdo utilizar 2 bilhões de reais nas últimas eleições municipais para pagar bandeiraço, pagar cabo eleitoral, pagar santinho, enquanto pessoas estavam morrendo de COVID, com falta de atendimento nos hospitais, pessoas estavam morrendo de fome, por causa do colapso econômico e social! E aí vem o Congresso Nacional e, de fato, cospe na cara do povo brasileiro, aprovando um fundão de quase 6 bilhões de reais, três vezes maior do que aquele que foi usado na eleição passada!

Cada centavo de dinheiro público utilizado em campanha eleitoral é imoral, é um excesso! Sou contra - e continuarei sendo contra - e nunca utilizei nas minhas campanhas eleitorais dinheiro público. E seguirei esse mesmo caminho, Sr. Presidente!

Por isso, Sr. Presidente Jair Bolsonaro, vete o fundão de 5,7 bilhões de reais! Repito, por isso, Sr. Presidente Jair Bolsonaro, vete o fundão de 5,7 bilhões de reais!

Obrigado, Sr. Presidente.

68.2021.B Sessão Outro Evento 19/08/2021-09:08

Publ.: DCD - 20/08/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Consequências da atuação do Presidente Jair Bolsonaro contra as medidas de combate e prevenção à Covid-19. Retomada da fome no País aos patamares de 2004, segundo estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de medidas efetivas de combate à fome, ao desemprego e à inflação no Brasil. Defesa de elevação salarial dos trabalhadores brasileiros, e promoção de estímulo fiscal para recuperação das pequenas e microempresas brasileiras.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Rosângela Gomes. Ao cumprimentá-la, estendo meus cumprimentos a todos os nossos colegas da Câmara.

Eu queria fazer uma breve recuperação das consequências da condução, até o presente momento, lamentavelmente, da pandemia da COVID-19 no Brasil. Desde o início, o Presidente da República desconsiderou a gravidade desta pandemia, militou contra o isolamento social, desdenhou do uso da máscara, da vacina, o que trouxe consequências muito graves.

Todos nós já estamos habituados a constatar a inflação puxada pelos alimentos, mas é muito mais grave o que está sendo divulgado hoje pela imprensa. Praticamente 20% da população brasileira está passando fome, literalmente. Estimativas apontam que 60 milhões de brasileiros dependem da solidariedade para se alimentar e, segundo levantamento feito pela FAO, órgão das Nações Unidas, a fome retornou aos patamares de 2004.

Dado que o Presidente da República, no início, dizia "*Vamos voltar ao trabalho*", repito, desconsiderando a possibilidade e a tragédia ainda maior que foram as mortes que, de forma intensa, ainda têm acontecido no Brasil, poderia alguém imaginar que o Presidente da República acertou, dizendo: "*Não, ele salvou os empregos, a população brasileira e o País estão se desenvolvendo por causa dessa atitude que sacrificou milhares, centenas de milhares de vida*"? Mesmo que isso tivesse acontecido, e não aconteceu - nós vamos mostrar os dados -, ele jamais poderia ter descuidado e ter contribuído para tantas mortes.

Da população brasileira, que constitui a mão de obra deste País,

apenas 48% estão ocupados, ou seja, mais da metade ou está desempregada, ou faz bico, ou faz parte dos chamados desalentados. Diante disso, o que ocorre? O Brasil não investiu para combater a pandemia e, desgraçadamente, colheu centenas de milhares de mortes, e vivemos uma economia totalmente fragilizada, a ponto de o Brasil estar atrás no processo de recuperação econômica que, necessariamente, é preciso acontecer.

Portanto, nós estamos aqui não apenas para dizer que o Governo errou, mas também para cobrar do Governo medidas.

Digo isso porque, com desemprego, fome, inflação e baixos salários, a população brasileira, evidentemente, está sendo duramente atingida, e nós da Oposição temos o compromisso de apontar os erros do Governo.

Se o Governo tiver o mínimo de sensibilidade, ele pode e deve investir, aplicar dinheiro, promover o estímulo fiscal para que as micro e as pequenas empresas possam se recuperar, manter os empregos e, a partir daí, fazer, principalmente, com que a população brasileira passe a comer para poder sobreviver e amanhã esperar um futuro melhor.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 153/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-09:28
Publ.: DCD - 20/08/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a precarização de trabalho e à redução salarial dos servidores públicos. Atraso no processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, é um prazer vê-la mais uma vez presidindo aos trabalhos desta Casa.

Nós estamos vivendo momentos difíceis, em que as mensagens do Presidente da República têm trazido prejuízo para a classe trabalhadora, seja na área educacional, seja na área profissional, dos servidores. Não é possível essa falta de sensibilidade diante do fato de que existe um grande desemprego e uma grande carestia. Nós não

podemos reduzir salários dos servidores e muito menos fragilizar a sua relação de trabalho. São trabalhadores com competência reconhecida, que já estão nos seus postos, nos seus espaços, na sua profissão, trabalhando para qualquer que seja o governo. Como eles não podem ficar à mercê de mudanças governamentais, é preciso que haja uma seguridade para eles.

Outro assunto que está me preocupando é que parece que nós já resolvemos a questão da COVID-19, com 570 mil mortes.

Nós estamos ouvindo falar na terceira dose da vacina. Isso me preocupa muito. Tenho aqui comigo dados que comprovam, principalmente no meu Estado Rio de Janeiro, na minha cidade no Rio de Janeiro, 60.771 mortes. Isso é o que está em andamento, é o que está acontecendo. Por outro lado, as vacinações que precisam ser feitas ainda estão em atraso. Nós ainda não vacinamos a metade da população brasileira com a segunda dose, e já se está falando em terceira dose. Nós que já recebemos a segunda dose já estamos pensando numa terceira dose. No entanto, o Ministério da Saúde não demonstra que todos os brasileiros e brasileiras tenham sido vacinados com a segunda dose. Isso é uma propaganda enganosa. Isso não é uma boa notícia, isso não pode ser uma *fake news*. Nós estamos lidando com pessoas. Em países onde já se aplicou a segunda dose, a terceira dose ainda está sendo discutida, ao passo que no Brasil parece que isso já é uma coisa real e concreta, que já vamos para as compras da terceira dose. No Brasil, quase a metade da população ainda não tomou a primeira dose. Eu falei que não havia tomado a segunda dose, mas na verdade ainda não tomou a primeira dose.

Então, vamos chamar a atenção do Governo Bolsonaro. Não se pode fazer isso com as pessoas. Estamos lidando com vidas. Mortes estão acontecendo todos os dias. É bom lembrar isso aqui, porque o Presidente faz muitas ações para retirar a atenção seja da CPI que investiga a questão da COVID-19, da pandemia, seja dos pobres que estão morando nas ruas com fome e desempregados. Essas ações praticadas pelo Governo Bolsonaro favorecem verdadeiramente o poder econômico e o sistema financeiro.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 154/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-09:32
Publ.: DCD - 20/08/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Construção de moradias populares no País, por meio do Programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal. Superávit da balança comercial brasileira. Sinais de recuperação da economia nacional. Destinação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de 1 bilhão e duzentos milhões de reais aos Municípios brasileiros para custeio de leitos de UTI da Covid-19. Aquisição, pelo Governo Federal, de vacinas para a aplicação da terceira dose contra o coronavírus. Não destinação, pelo Presidente da República, de recursos a países autoritários. Realizações do Governo Federal. Destinação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos às áreas de educação, saúde e segurança pública. Transcurso do 93º aniversário de criação da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente! É um prazer vê-la conduzindo os trabalhos.

Bom dia a todos os colegas! Bom dia, brasileiros e brasileiras!

Trago boas notícias do Governo Bolsonaro, que vem cada vez mais trabalhando pelo nosso País. Já estamos com mais de 1 milhão de unidades habitacionais entregues pelo Brasil inteiro. São quase 140 mil famílias que estão sendo atendidas pelo programa Casa Verde e Amarela. Vale destacar também, Sra. Presidente, que a balança comercial, que é um sinal maravilhoso de que a economia vai bem, apresentou 47 bilhões de dólares acumulados no ano. Isso é maior do que o mesmo período de 2020, e nós estamos ainda em pandemia. É sinal de que a economia brasileira está se recuperando rapidamente. Há mais um dado importantíssimo para todos os brasileiros: 1 bilhão e 200 milhões de reais estão sendo destinados aos Municípios, Deputado Otoni de Paula, 1 bilhão e 200 milhões, para custeio de leitos de UTI. Não se destinam a leitos normais, não, mas a leitos de UTI para a COVID-19, pois nós estamos ainda em pandemia. E o Governo Bolsonaro não para de trabalhar, nem de se preocupar com o povo brasileiro.

E ainda, Deputado Otoni de Paula, vamos falar de vacinas. Eu acabei de escutar a Deputada Benedita da Silva falar que está preocupada com a terceira dose.

Deputada Benedita da Silva, não se preocupe! O Governo brasileiro já comprou a terceira dose para todos os brasileiros. São mais de 600 milhões de doses já compradas. Nós temos 25% da população brasileira já vacinada com duas doses ou com aquela dose única. Temos 120 milhões de brasileiros vacinados com a primeira dose, e o Brasil é um dos melhores países ranqueados no quesito vacinação.

Esse é o Governo Bolsonaro, que não para. E esses são números que

nós precisamos divulgar aqui, da tribuna da Câmara dos Deputados, para que os brasileiros saibam que esse é um Governo que não para. Esse Governo não constrói obra em Cuba. Esse Governo não constrói obra na Venezuela. Esse Governo não constrói obra em Nicarágua. O dinheiro que aqui é produzido e as riquezas que aqui são amealhadas são gastos com o povo brasileiro, são gastos no território nacional, são gastos com a saúde, a educação, a segurança pública.

Para finalizar, Sra. Presidente, eu gostaria aqui de dar os parabéns à Polícia Rodoviária Federal. Ontem, a Polícia Rodoviária Federal completou 93 anos de existência, uma instituição maravilhosa, que vem apreendendo drogas em cima de drogas, dando verdadeiros golpes duros no contrabando de drogas, no contrabando de armas.

Parabéns a todos os policiais rodoviários federais! Parabéns a essa instituição maravilhosa! Que vocês continuem fazendo o trabalho de vocês, defendendo a população brasileira!

Obrigado a todos.

Documento 155/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-09:44
Publ.: DCD - 20/08/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o descumprimento, por Deputados, do tempo concedido aos oradores para o uso da palavra. Construção de moradias populares e abertura de novos leitos de UTI no Brasil pelo Governo Jair Bolsonaro. Fechamento de 40 mil leitos de UTI pelos governos petistas. Aquisição e distribuição de vacinas aos Estados e Municípios brasileiros pelo Governo Federal. Responsabilidade da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte pela paralisação das obras da Reta Tabajara da BR-304. Destinação de recursos a países autoritários pelos governos petistas. Impunidade dos responsáveis pelo superfaturamento das obras do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, construído no governo do PT. Descumprimento do preceito constitucional pertinente à harmonia e independência entre os Poderes da República. Responsabilidade da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, pela não adequação das escolas para a retomada das aulas presenciais.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, minha querida vizinha, Deputada Rosangela Gomes! Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Bom dia, vizinho!

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Fico feliz ao vê-la presidindo os nossos trabalhos.

Deputada, demais colegas que nos assistem, população brasileira em geral, eu inicialmente gostaria de dizer que nós temos que respeitar, sim, as palavras de cada um dos colegas Deputados. Respeito é uma coisa básica, inclusive o cumprimento do tempo também, para que os outros que se inscreveram, lá atrás, consigam também expressar a sua opinião e para que os seus eleitores e a população brasileira, em geral, possam ouvi-los.

Eu gostaria de pedir que as minhas palavras também fossem divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e em todos os demais veículos de comunicação da Casa.

Começo abordando o que falou o meu colega Deputado Coronel Tadeu. Realmente, o Brasil está batendo recorde de entrega de casas e de abertura de leitos de UTI, diferentemente de Governos do Partido dos Trabalhadores, que fechavam leitos de UTI. Foram mais de 40 mil leitos fechados.

Quanto à entrega de vacinas, eu imagino o que seria do Brasil, se nós não tivéssemos o Presidente Bolsonaro e essa equipe de trabalho à frente dos Ministérios, porque as entregas de vacinas que nós estamos fazendo, mesmo sem ainda produzirmos a própria vacina, as entregas de vacinas que nós estamos fazendo para os Prefeitos... E é bom que isto fique claro: quem está vacinando a maioria da população brasileira são os Prefeitos, não são os Governadores. Os Governadores se apropriam dessa entrega, dizendo que são vacinas entregues pelo Governo do Estado. Mentira! É o Governo Federal que compra, que paga e que entrega. Essa é a realidade.

No Rio Grande do Norte, Sra. Presidente, infelizmente, a Governadora convenceu a bancada, menos a mim, de que o dinheiro para a recuperação da Reta Tabajara, que é uma duplicação da BR-304, deveria ser usado para comprar vacinas. Sabia ela que não podia. O dinheiro foi perdido, e a obra da Reta Tabajara está paralisada, lamentavelmente está paralisada, e por falta de recursos também. É um crime que nós estamos cometendo com a população do Rio Grande do Norte e com os que também circulam ali na Região Nordeste.

Eu gostaria de destacar também que o desmonte dos gastos públicos no Brasil aconteceu nos Governos do PT, quando o dinheiro foi para o exterior, como disse o Deputado Coronel Tadeu, e quando o dinheiro

foi jogado nos estádios de futebol. Ontem, eu fui assistir ao jogo do Flamengo, aqui em Brasília. O estádio de Brasília, parece-me, ia custar 600 milhões, e custou três vezes mais. É um absurdo isso! E ninguém foi investigado, ninguém está preso. Será que é isso mesmo? Eu lembro que o Governador daqui era Governador do PT.

Portanto, é lamentável a corrupção que existia antes. A corrupção existia antes. A Justiça brasileira não está dando o devido tratamento aos corruptos: corruptos servidores públicos, políticos, empresários, que deveriam estar presos, sim, cumprindo a sua pena, em nome da Justiça brasileira.

Gostaria de finalizar minhas palavras dizendo que é importante o respeito entre os Poderes, muito importante. A Constituição é clara: harmonia e independência. Os Poderes devem agir assim. Infelizmente, nós não estamos vendo isso.

E gostaria de dizer que esperaríamos que um governador que fosse médico cuidasse dos hospitais e que uma governadora que fosse professora cuidasse das escolas. O Rio Grande do Norte não está com nenhuma escola estadual em condições de voltar a ter aulas, praticamente, porque a Governadora, que é professora, não cuidou dos seus alunos, das suas crianças.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Um bom dia para todos! Que Deus nos proteja!

Documento 156/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-09:52
Publ.: DCD - 20/08/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo Federal. Responsabilidade da Câmara dos Deputados pela criação do auxílio emergencial de 600 reais, para atendimento a trabalhadores e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus, e pela aprovação da lei sobre o uso de máscaras para a prevenção da doença viral. Responsabilidade dos Governadores e Prefeitos Municipais pela adoção do distanciamento social como medida preventiva do coronavírus. Necessidade da criação de novo auxílio emergencial e da aquisição de novos lotes de vacinas contra a Covid-19. Inconsistência do discurso de Parlamentares a respeito da recuperação da economia brasileira. Elevação dos preços do gás de cozinha, de combustíveis e

de alimentos no País. Inocuidade do pedido do Presidente do Senador Federal de reunião da cúpula dos Poderes da República, tendo em vista à não cessação dos ataques do Presidente Jair Bolsonaro às instituições democráticas. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu ouvi há pouco a fala de dois Deputados bolsonaristas e fiquei muito preocupado.

Sra. Presidenta, os Deputados falaram sobre a pandemia e disseram que há vacinas no Brasil. As vacinas que existem no Brasil, primeiro, estão aqui por iniciativa da Câmara, que liberou o dinheiro para comprá-las. Segundo, muitos Estados estão entrando na Justiça para ganhar o direito de receber vacina, como é o exemplo da Bahia.

O auxílio emergencial de 600 reais foi uma iniciativa da Câmara para atender a população brasileira. O uso de máscaras também foi iniciativa da Câmara, que aprovou uma lei para a população usar máscaras. O distanciamento social foi iniciativa de Prefeitos e Governadores de todo este Brasil. E agora os bolsonaristas vêm dizer que a pandemia no Brasil já está resolvida? Não, Sra. Presidente! Nós precisamos de auxílio emergencial para a população. Nós precisamos que haja doses de vacina para atender a toda a população brasileira. Essa é a verdade!

Outro aspecto preocupante, Sra. Presidente, da fala desses Deputados é que eles disseram que a economia no Brasil vai bem! Dizem isso porque não sabem o valor de uma cesta básica, não conhecem a fome, a carestia, o desemprego, a miséria que há neste País. Um botijão de gás custa mais de 100 reais! O preço da gasolina, o preço do feijão, o preço da carne eles não sabem! Os bolsonaristas não sabem o que é isso! Quem vive nas periferias, as pessoas mais pobres, desempregadas, é quem sabe a dificuldade que se passa para sobreviver no País, Sra. Presidente.

Eu também quero ressaltar aqui que eu fiquei preocupado com o fato de o Presidente do Senado ter ido ao Supremo Tribunal pedir novamente uma reunião dos três Poderes.

Ora, Sra. Presidente, quem acredita que o Talibã vai ser democrático no Afeganistão não pode ter sensatez. Da mesma forma, acreditar que Bolsonaro vai parar de enfrentar, bater, querer destruir os Poderes da República é demais! Bolsonaro ataca os Poderes todos os dias, flerta com a ditadura, quer romper o processo democrático! Querem acreditar que ele mudou?! Ah! Sra. Presidente, eu acho que nenhum cidadão brasileiro acredita nisso.

Por isso, eu acho que o Presidente Fux tem razão. Não dá para fazer reunião dos três Poderes, com o Presidente de um Poder atacando outro. Os Poderes são autônomos e harmônicos entre si. Não pode o Presidente da República atacar a democracia brasileira. Nós não podemos aceitar isso, Sra. Presidente!

Por isso, *impeachment* já! Nós temos que tirar Bolsonaro do Governo, para resgatar a esperança do nosso povo, gerar emprego, desenvolvimento e ao mesmo fazer com que o Brasil volte a crescer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 157/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-10:04
Publ.: DCD - 20/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atribuição ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro como a principal causa da superação da funesta marca de 570 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Inconsistência da atribuição aos Governadores e Prefeitos Municipais, pelo Presidente da República, da responsabilidade pela crise econômica vigente no País. Mentiras e ódio como norte das ações do Presidente Jair Bolsonaro. Quadro de inflação, fome e carístia vigente no Brasil. Inadmissibilidade de redução de salários e benefícios de servidores terceirizados da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Mais de 570 mil pessoas se foram, e quem parte sempre é amor de alguém. A população, em todas as pesquisas, majoritariamente indica que essas mortes têm um epicentro: a postura do Presidente da República.

Como pode o Presidente tentar alardear que há vacinas no Brasil depois de ter negado mais de cem comunicações da Pfizer, depois de ter dito que não era coveiro, depois de ter tentado impor à população - e provocado lucro imenso nas empresas que fornecem este medicamento - uma medicação que não tem eficácia para o combate da COVID-19?

O negacionismo e o desprezo do Presidente da República para com o



povo brasileiro se transformaram em dor, se transformaram em lágrimas, se transformaram em luto. É uma dor que arde, é uma dor que não se cala a de quem teve o ente querido sendo vítima desse negacionismo e desse desrespeito com a população.

O Presidente da República agora diz que as consequências desastrosas da sua política na economia são de responsabilidade de Prefeitos e Governadores, que, em verdade, fecharam as economias. É mais uma mentira, da mesma forma como ele dizer que foi impedido pelo Supremo de exercer a função que cabe a um Presidente da República com responsabilidade no enfrentamento da pandemia é outra mentira. São mentiras em cima de mentiras. Aliás, o palanque eleitoral, do qual o Presidente nunca saiu e o qual apenas azeita e prioriza na sua atuação, foi construído com mentiras e com muito ódio.

Por isso, neste momento o Brasil chora tantas mortes. E, por isso, neste momento nós temos uma inflação recorde, que atinge a população e retira a carne, retira o alimento da mesa, e a volta da fome, que foi eliminada no Governo Lula. Ao mesmo tempo, nós temos um nível recorde de desemprego - e nós tivemos, nos Governos do PT, o pleno emprego. Nós estamos vivenciando uma tragédia neste País.

Diante disso, nós não podemos permitir que os trabalhadores terceirizados desta Casa tenham redução dos seus benefícios e dos seus salários. Não podemos permitir. Nesta Casa, mais de 400 Parlamentares assinaram o manifesto dizendo que não é possível admitir redução dos novos contratos que vão atingir os mesmos trabalhadores e não é possível que a Câmara faça uma licitação com uma empresa de construção civil se o contrato é para os trabalhadores da copa, da limpeza. O patamar salarial e a convenção coletiva da metalurgia ou da construção civil são inferiores ao patamar salarial e à convenção que rege as condições de trabalho dos profissionais que aqui estão.

Respeitem os terceirizados desta Casa - respeitem! Nós não podemos permitir que haja diminuição no *ticket* de refeição, que haja diminuição nas vantagens que foram conquistadas. Simplesmente, trabalhadores estão sendo movidos e estão tendo a redução das suas condições de trabalho em função da convenção dos metalúrgicos ou da construção civil, que tem sido imposta a trabalhadores que não fazem parte dessas categorias.

Portanto, é preciso que esta Casa, Deputada Rosangela - eu sei que V.Exa. tem sensibilidade para isto - não permita que se retirem direitos dos trabalhadores terceirizados. Todas e todos nós sabemos, em particular V.Exa., que tem um mandato com muita sensibilidade, que este Poder Legislativo não é feito apenas de Parlamentares. Este Poder Legislativo só existe e só funciona porque tem trabalhadores

terceirizados que todos os dias asseguram as condições para que a Câmara dos Deputados, para que o Congresso Nacional possa funcionar.

Respeitemos, portanto, todos os terceirizados!

Documento 158/201

68.2021.B	Sessão Outro Evento	19/08/2021-10:12
Publ.: DCD - 20/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao teólogo Leonardo Boff, diante de ataque desferido por Parlamentar no plenário. Confirmação, pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e pela Fundação de Vigilância em Saúde, de casos da variante Delta da Covid-19 no Estado do Amazonas. Atraso na vacinação do povo amazonense contra a doença viral. Repúdio ao posicionamento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, contrário ao uso obrigatório de máscaras faciais para proteção do coronavírus. Escândalo de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Federal, revelado pela CPI da Covid. Pobreza, morte, fome, desemprego e desesperança reinantes no Governo Jair Bolsonaro. Falta de embasamento da atribuição aos Governadores Estaduais, pelo Presidente da República, da responsabilidade pela elevação dos preços de combustíveis.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, bom dia a V.Exa. e a todos os colegas Parlamentares.

Eu queria, primeiro, manifestar solidariedade ao teólogo Leonardo Boff, que foi atacado por um Deputado Federal aí na tribuna da Câmara. Quero prestar solidariedade a ele, porque Leonardo Boff é um dos maiores teólogos do mundo. E ele é atacado porque fala a verdade, denunciando os falsos profetas, como se diz biblicamente.

Então, registro aqui o nosso apoio ao Leonardo Boff por todas as contribuições que ele já deu ao nosso País com a reflexão e o apoio às lutas sociais, o apoio ao povo pobre, à população que sofre neste momento com este Governo genocida do Bolsonaro, que tem os seus apoiadores na Câmara dos Deputados.

Sra. Presidenta, eu queria dizer que a FIOCRUZ e a Fundação de Vigilância em Saúde anunciaram a confirmação de seis casos de COVID com a variante delta no Amazonas, sendo quatro casos na Capital, Manaus, e dois casos no interior do Estado, no Município de

Maués.

Essa é uma situação preocupante. Nós temos um atraso na imunização aqui: menos de 20% da população foi vacinada com a segunda dose. Nós temos quase 150 mil pessoas que não receberam a segunda dose. Há um atraso muito grande. Aí, vem o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, dizer que é contrário ao uso obrigatório de máscara. Ora, a máscara é fundamental, é necessária para ajudar na proteção. O Presidente da República, o Bolsonaro, esteve em Manaus também, e a maioria das pessoas de sua equipe não usava máscara. Inclusive, ele deu um mau exemplo e causou aglomerações. Nós temos que lembrar que é fundamental para proteger a vida o uso da máscara, além dos mecanismos de proteção individual.

Até o Papa Francisco se preocupa com isso e fala da importância da vacinação, dizendo que é um ato de amor, um ato que leva esperança ao enfrentamento da pandemia, mas aqui nós temos um Governo que é de morte e tem esse tipo de posicionamento.

A CPI do Senado está mostrando o escândalo na compra de vacinas, os esquemas de propina e de superfaturamento. Com certeza, tudo isso prejudicou e atrasou a compra de vacinas, causando tantas mortes no nosso País. Nós lamentamos isso. É um governo de pobreza, de morte, de fome, de desemprego, de desesperança.

A gasolina já chega a 6 reais aqui em Manaus, e o Bolsonaro culpa os Governadores. Aliás, o Governador do Amazonas nem reagiu a essa fala do Presidente em Manaus. É lamentável isso. O custo de vida está aumentando, as pessoas estão desempregadas, sem esperança, com um governo que não garante vacina. Para completar, um Ministro diz que o uso de máscara não é obrigatório, não é necessário, contribuindo, portanto, para que haja tantas mortes no nosso País e no nosso Estado.

Gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso de hoje.

Obrigado.

Documento 159/201

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-14:12
Publ.: DCD - 25/08/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Aposição, pelo Presidente da República, de vetos a dispositivos do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022, relativos à destinação de recursos a programas sociais; a Municípios com até 50 mil habitantes; à retomada de obras inacabadas e ao combate à Covid-19. Necessidade de união dos Poderes da República, em busca de soluções para a situação por que passa o País.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Li hoje pela manhã, com preocupação, nas redes sociais desta Casa, a notícia de que o Presidente da República vetou diversos dispositivos propostos pela Câmara dos Deputados para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a nossa LDO. Na prática, foram cortados recursos de programas sociais importantes: o apoio a programas voltados para as mulheres; o reajuste para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias; financiamentos, reservas do BNDES para pequenas e microempresas. Ele vetou ainda, Sr. Presidente, dispositivo que permite a transferência de recursos para Municípios de até 50 mil habitantes, mesmo inadimplentes. Vetou. Cito ainda o veto ao reajuste de recursos para obras paralisadas de escolas e creches, o que inviabiliza, a meu ver, a conclusão dessas unidades, além de vetar ações importantes na área da saúde, inclusive de combate à pandemia, que teve uma diminuição graças à vacina, mas que ainda não acabou.

Eu enumerei rapidamente esses pontos por entender, no primeiro momento, que a equipe técnica que sugeriu os vetos, embora esteja certa em se preocupar com o controle fiscal, não pode penalizar os Municípios, dificultar ações sociais neste momento tão difícil que o País ainda atravessa. É preciso recuperar a economia com investimentos e com obras, que geram emprego e renda no interior do nosso País. Isso nos preocupa, Sr. Presidente. É preciso apoio a setores ainda produtivos, para a retomada das suas atividades.

É um momento difícil este por que nós estamos passando, é um momento em que precisamos de mais união no nosso País, é um momento em que os Poderes precisam se alinhar, precisam sentar para conversar. É preciso deixar as vaidades de lado, é preciso deixar as disputas políticas para 2022, momento em que serão definidos o Presidente da República, Governadores, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais.

Esse será o momento para discussões, Sr. Presidente, Deputado

Marcel van Hattem. É preciso, urgentemente, que os Poderes sentem à mesa para buscar o entendimento neste momento difícil.

Sr. Presidente, V.Exa. é do Sul do Brasil. Eu estou na outra extremidade, no Nordeste brasileiro, no interior da Bahia, onde as dificuldades são enormes, são maiores. É enorme a seca que assola a nossa região e o nosso País neste momento.

Repito: este é o momento da união de todos nós, é o momento em que os Poderes precisam se sentar à mesa, é o momento de definição do futuro do nosso País.

Agradeço a V.Exa. esta oportunidade, Sr. Presidente, e peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 160/201

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-14:16
Publ.: DCD - 25/08/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indiferença do Poder Executivo diante da tragédia social e sanitária reinante no País. Saturação de leitos de UTI em regiões fluminenses, provocada pela variante delta da Covid-19. Aplicação em idosos da terceira dose da vacina contra o coronavírus. Importância da imunização do povo brasileiro contra a doença viral. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro nas ações golpistas contra a democracia, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, em detrimento da governança do País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Agradeço, Sr. Presidente, Deputado Luiz Lima.

Ouvi o Deputado que me antecedeu. Para haver união, é preciso que todos os lados pensem o País, e me parece que o Poder Executivo não pensa o País. Aliás, ele não conhece o País, e não se dá conta da tragédia social e sanitária que estamos vivendo. A pandemia, de fato, não acabou. A variante Delta vai sendo detectada na grande maioria dos casos de contaminados e dos que hoje se internam nas UTIs brasileiras.



Aliás, Deputado Luiz Lima, no nosso Estado do Rio de Janeiro hoje já existem regiões com 95% de ocupação de leitos de UTI, em função da variante Delta.

É importante que se diga ao País que ainda estamos em pandemia. Não é possível flexibilizar as ações de restrição hoje. É fundamental que hoje estendamos a vacinação e que se inicie a aplicação da terceira dose da vacinação em pessoas com mais de 60 anos de idade. Isso não é algo não comprovado cientificamente. Não podemos somar estupidez com o genocídio que já está instalado no Brasil. Vejam que, na Flórida, o número de casos cresceu em função da estupidez "trumpista". Hoje, mesmo com Trump falando que as pessoas devem se vacinar, o seu público, em que ele construiu a ideia contra a ciência, vaia-o quando ele pede a vacinação, porque ele construiu a ideia de que a vacina é coisa ruim.

É necessário que as pessoas sejam vacinadas, e o Ministério da Saúde precisa dar conta disso, precisa acelerar a distribuição do que está nos galpões, das vacinas estocadas. É preciso que Estados e Municípios recebam a vacina. É necessário termos vacina, não só para a vacinação extensiva, dos que precisam da segunda dose e dos adolescentes de 12 a 17 anos de idade, como também para imunizar imediatamente, com a terceira dose, os idosos, as pessoas com mais de 60 anos de idade. Não podemos brincar com esta pandemia, nem com o coronavírus.

Então, em vez de estimular ações golpistas contra a democracia, contra o Supremo Tribunal Federal, contra o Congresso Nacional, em vez de reproduzir mensagens de comandantes da PM que, por exemplo, foram exonerados em São Paulo, em vez de estimular agressões às instituições democráticas brasileiras e de multiplicar a sua estupidez e a sua essência golpista, Bolsonaro deveria sentar na sua cadeira de Presidente e governar o Brasil.

As pessoas continuam sendo contaminadas e continuam morrendo. A pandemia ainda está em curso. E nós precisamos de vacina: vacina para a segunda dose, vacina para os adolescentes e vacina para a terceira dose de pessoas acima de 60 anos no Brasil. Isso é imediato! É isso o que se exige e é isso o que o Brasil precisa, além de tirar as pessoas da pobreza, além do emprego, além de toda a necessidade econômica que este País tem. Portanto, é disso que nós precisamos.

É necessário parar esse Governo, parar essas ações golpistas. O que precisamos é de vacina para o País.

Muito obrigada, Presidente, Deputado Luiz Lima.

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-16:00
Publ.: DCD - 25/08/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Revelação, pela CPI da Covid, da existência de motivos para o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Convocação, pelo Presidente da República, de seus seguidores para invasão do Supremo Tribunal Federal. Pedido à Presidência da Casa de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, se nós quisermos passar pela crise, teremos que tirar o Presidente da República do cargo. O Presidente da República é um baderneiro, um sujeito que está criando alta tensão nas relações de poder no nosso País.

A CPI da COVID no Senado já demonstrou que ele apostou na estratégia de imunização de rebanho, que consiste em deixar todo mundo se contaminar para, assim, se imunizar todo mundo. E nós já temos mais de 570 mil mortos. A CPI do Senado mostrou que ele estava seguindo a estratégia de oferecer algo como se fosse um remédio para a pandemia, e, na verdade, esse medicamento só agravou as condições de saúde do povo brasileiro. A CPI do Senado mostrou também que houve corrupção na compra de vacinas envolvendo o alto escalão do Ministério da Saúde, com o conhecimento do Presidente da República. Ele foi avisado daquele processo de corrupção. Crimes claros foram praticados pelo Presidente da República.

E agora o Presidente da República convoca um bando de fanáticos para ofender o Supremo Tribunal Federal, isso porque este conseguiu desarticular uma quadrilha, conseguiu desarticular um grupo de pessoas que vinha organizando um movimento de fechamento do Supremo Tribunal Federal. Isso é crime previsto na atual Lei de Segurança Nacional, que está sendo revogada, e é crime também na nova lei que passará a vigorar, que é a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. Ofender as instituições, propor o seu fechamento, construir um processo de golpe de Estado, tudo isso é crime, e o Presidente da República incorre nesse crime.

Nós queremos pedir aqui que o Presidente desta Câmara, o Deputado

Arthur Lira, dê andamento a pelo menos um dos 107 processos de pedido de *impeachment*. E o Presidente da República é favorável ao instituto do *impeachment*, porque ele pediu o *impeachment* do Prefeito de Araraquara e, agora, do Ministro Alexandre de Moraes. Então, ele acredita no instituto do *impeachment*. Ele mesmo pediu o *impeachment* de um Ministro, o que não tem precedentes. E, como disse o Presidente do Senado, não há base para isso. Ele anima as PMs e, ao animar as PMs, faz com que muitos policiais militares sejam afastados. E, possivelmente, aqueles que andarem fora da lei terão que ser presos.

Por essa razão, nós queremos pedir o *impeachment* do Presidente da República. Pedimos ao Deputado Arthur Lira, o Presidente desta Casa, que coloque em discussão e em votação um dos 107 pedidos de *impeachment*. Se o Presidente da República tiver maioria efetivamente, esses processos não prosperarão, mas certamente não terá, porque a economia brasileira está em frangalhos e o povo está sofrendo.

Documento 162/201

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-16:12
Publ.: DCD - 25/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao posicionamento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, contrário ao uso de máscara facial para prevenção do contágio da Covid-19. Segregação de alunos deficientes pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Posicionamento do titular da pasta educacional, contrário à universalização do acesso ao ensino superior e à educação básica.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente. Boa tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos vivendo um momento trágico no nosso País, um desastre, um desgoverno absoluto. Para pertencer a este Governo, é preciso ter muita incapacidade, muita incompetência, eu diria até perversidade. Eu não falo nem da ameaça de golpe, da destruição da democracia brasileira, de que vamos falar mais tarde.

Hoje quero me referir particularmente a dois Ministros. Um deles, o novo Ministro da Saúde, o Ministro Queiroga, foi à CPI da COVID e

disse que garantia que era a favor do uso de máscara. Agora ele já está defendendo que não é mais preciso usar a máscara, diferentemente da recomendação geral do Ministério da Saúde e de todos os países do mundo, ainda mais com uma nova cepa indiana e a possibilidade de uma nova explosão de casos.

O outro, ao qual quero me referir especialmente, é o Ministro da Educação, que deu duas declarações que são absurdas e que mostram o desprezo pela vida humana, o desprezo pela juventude e seu futuro, o desprezo pela liberdade e, o pior de tudo, o desprezo pelas pessoas com deficiência - ele mostra não entendê-las. Ele disse que pessoa com deficiência, no aprendizado comum, atrapalha.

Foi feita uma luta de décadas para garantir o inclusivismo. Pergunte a um pai de criança com deficiência a importância da socialização dessa criança. O inclusivismo é uma norma do Ministério da Educação, de todas as políticas educacionais. E o Ministro disse e repetiu que a pessoa com deficiência atrapalha, e muito. Essa declaração está merecendo um repúdio de todo o pessoal da educação, das pessoas com deficiência, das organizações, etc.

Além disso, ele diz que a universidade é para poucos. Ele acha que, como, inclusive, não há emprego, não adianta a universidade. A ideia de universalizar o acesso ao ensino superior e à educação básica também, para ele, é ruim. Portanto, todo pobre deveria se contentar com algum tipo de ensino técnico. Existe algo que demonstre mais elitismo e falta de pensamento no futuro? Quer-se um País que não tenha inovação, que não tenha pesquisa e que não tenha a formação continuada e geral da sua juventude.

Isso é muito desrespeito à vida humana! Isso é bolsonarismo na veia, Presidente.

Obrigado.

Documento 163/201

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-16:52
Publ.: DCD - 25/08/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à apresentação ao Supremo Tribunal Federal, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recurso para suspensão dos efeitos da Lei nº 14.128, de 2021, a respeito do pagamento, pela União, de compensação financeira a profissionais

da saúde atuantes na linha de frente de combate à Covid-19, incapacitados ao trabalho de forma permanente em face da contaminação pela doença. Anúncio da apresentação de recurso à Suprema Corte para a regulamentação do referido diploma legal.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero repudiar aqui a tentativa do Governo Bolsonaro de não cumprir uma lei aprovada nesta Casa e no Senado, que foi vetada e cujos vetos nós derrubamos. Trata-se do projeto que prevê indenização aos profissionais da área da saúde que ficaram incapacitados ou perderam a vida. Uma simples indenização, porque não há reparação possível a essas heroínas e a esses heróis. Mas o Presidente da República, mais uma vez, mostrando que não tem empatia nenhuma com o nosso povo, recorre ao Supremo Tribunal Federal dizendo que ele é muito amplo do ponto de vista da indenização.

Vamos ser bem honestos aqui. A este Governo, pelo seu comportamento, todas as famílias brasileiras que perderam um ente querido deveriam pedir indenização. Repito: a reparação é impossível, porque a vida é um dom de Deus. Ninguém tem o direito de tirá-la.

Quero aqui dizer que nós vamos também recorrer ao Supremo Tribunal Federal para exigir a imediata regulamentação da lei que indeniza os nossos profissionais da área da saúde.

Obrigado, Presidente.

Que meu pronunciamento possa ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 164/201

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021 - CD	18:36
Publ.: DCD - 25/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Alcance social do Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, sobre a instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, e a alteração da Lei nº 11.346, de 2006; e do Projeto de Lei nº 1.999, de 2021, acerca da inserção de § único no Inciso VIII do art. 70 da Lei nº 9.394, de 1996, a respeito do estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional. (aquisição de materiais necessários à limpeza e segurança sanitária de ambientes escolares, e

à higiene pessoal de alunos inclusive, quando for o caso, de papel higiênico, álcool líquido ou em gel, sabão e absorvente higiênico).

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero apenas fazer um registro, Sr. Presidente.

Nós do PCdoB, que temos uma ampla participação histórica no movimento feminista, temos que dizer que a pobreza atinge as mulheres em especial. Agora na pandemia foram afetados mais de 2 milhões de postos de emprego de mulheres, a maioria pobres e negras. As mulheres negras estão no subsolo da pirâmide social. E essa é uma realidade que faz com que as famílias empobrecam. Aliás, o que dizem os teóricos é que, quando você emancipa economicamente uma mulher, emancipa toda a família.

A pobreza menstrual é uma realidade. As meninas e as jovens não têm dinheiro para comprar absorventes. E as escolas não têm recursos para oferecer, às vezes, o papel higiênico.

Então esses dois projetos que se somam, que constituem essa interpolação de interesse, atingem a pobreza menstrual e ajudam a emancipar e a garantir as atividades educacionais.

Documento 165/201

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021- CD	19:04
Publ.: DCD - 25/08/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Utilização pelo Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores fanáticos da data da Independência do Brasil, 7 de setembro, e dos símbolos nacionais representados pelo Hino e pela Bandeira Nacional, para disseminação do ódio e divisão do País. Não comprometimento do Presidente da República com a democracia. Alta incidência de nova variante da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro. Envolvimento do Governo Estadual com o tráfico de drogas e milícias. Clamor do País por emprego, vacinação e cumprimento das medidas sanitárias de prevenção e combate à Covid-19. Apelo ao povo brasileiro de não promoção de atos de violência por ocasião do transcurso da data da Independência do Brasil, 7 de setembro. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro às instituições democráticas e às medidas preventivas do coronavírus. Incentivo de bolsonaristas à invasão do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Sr. Deputado Capiberibe, Sras. e Srs. Deputados, nós nos aproximamos do início de setembro, e me lembrei perfeitamente dos meus tempos de colégio, do significado do dia 7 de setembro. É claro que todo jovem estudante gosta do feriado. Mas, para além disso, esse feriado sempre foi marcado, Deputado Marcelo Ramos, pelos desfiles, pelas chamadas paradas, pelas bandas de música das escolas. Eu, que estudei numa escola de periferia em Niterói, sempre tive um carinho por essa data. A escola treinava alunos para o seu desfile, para a banda de música.

Pois bem, o dia 7 de setembro, num país com dimensão continental, Deputada Adriana, como o Brasil, é marcado, deveria ser marcado por um momento de união, por um momento de patriotismo que gerasse unidade, mesmo num país tão desigual, mesmo num país com uma história com tanta violência.

Eu também, Deputado Capiberibe, sempre que escuto o Hino Nacional me emociono, eu e diversos dos senhores e senhoras, Deputado Pompeo. O Hino Nacional diante de apresentação da Seleção Brasileira ou do sucesso de um atleta olímpico nos emociona, nos dá orgulho. Criamos ali uma identidade nacional, uma identidade que unifica o País, o que gera um sentimento importante para a superação de qualquer problema que este País tenha.

Deputado Marcelo Ramos, as cores da Bandeira Nacional, as cores nacionais, o Hino Nacional, todos os símbolos que pertencem ao País devem unicamente servir à unidade deste País, ao crescimento deste País. Jamais deveriam servir como forma de dividir o País ou como forma de promover o ódio de uns contra os outros. Jamais deveriam servir para ameaças.

É nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, que me espanta a postura do Presidente da República e dos seus seguidores mais fanáticos. Estamos falando de fanáticos. Não estamos falando de quem tem um pensamento político, uma opinião que é diferente da nossa. Isso é bom. Aliás, a democracia, que tanto defendemos, Deputado Marcelo Ramos, só existe para garantir a diferença. A democracia não existe para defender um pensamento maior do que outro. A democracia existe para defender a possibilidade de pensarmos de modo diferente. Se não pensássemos de modo diferente, a democracia não seria necessária. Então, a democracia se alimenta das minorias, da diferença de opinião. É para isso que ela é importante. É por isso que em qualquer democracia existem partidos, e não um inteiro, e não um regime total ou totalitário, porque as partes representam pensamentos diferentes, que precisam conviver, maiores, menores, pensamentos que neste momento são mais fortes do que outros, mas que mudam

com o tempo. Daí, a riqueza e a importância da democracia.

O Presidente Bolsonaro não tem nenhum compromisso com a democracia. Ele defende que as majorias esmaguem as minorias, como qualquer ditador. E, como qualquer ditador, tenta, Deputado Júlio, apropriar-se das Forças Armadas, das cores nacionais, da bandeira e da Pátria, que não pertencem a um Presidente; pertencem ao povo, pertencem à sua história.

Por isso, faço inclusive, Presidente, um apelo aos partidos de esquerda e aos movimentos sociais. É apenas um apelo. No momento, nós temos que ter responsabilidades, porque a violência só interessa a Bolsonaro. O Brasil não precisa de violência.

O Brasil tem neste momento o crescimento de uma nova variante, e várias pessoas estão morrendo. Aliás, de cada sete pessoas mortas, uma é do Rio de Janeiro - dados da data de hoje.

O Estado do Rio de Janeiro é governado por um bolsonarista incompetente, cujo Governo tenta fazer acordo com o tráfico e com a milícia, como noticiou o *Fantástico* no último domingo, uma situação gravíssima. E o povo desse Estado tão importante, tão bonito, está abandonado, é governado por uma máfia, claramente por uma máfia, que faz acordo com traficante e com miliciano.

Neste momento de pandemia, neste momento em que nos aproximamos de 600 mil brasileiros mortos, o Brasil não precisa de violência. O Brasil precisa de emprego, de vacina, de campanha para que as pessoas usem máscara e não façam aglomeração. O Brasil está debatendo a terceira dose em idosos, pela preocupação.

Promover atos de violência é interesse de fanáticos, como o Presidente Bolsonaro e seus seguidores. E nem todos os que votaram no Bolsonaro são assim, vários se arrependeram inclusive. E há tempo para corrigir.

O apelo que eu faço é que todos os que são responsáveis pela democracia e têm o direito de ir para a rua que não façam isso no dia 7 de setembro. Quem quiser fazer protesto contra Bolsonaro, que o faça no sábado seguinte, ou no próprio dia 7, batendo panelas, o que é democrático. Mas não podemos permitir o conflito, não podemos permitir o confronto. Esse é um gesto de maturidade, Deputado Capiberibe.

E apelo que façam essa reflexão -- é apenas um apelo -- e deixem a violência, deixem o ódio por conta de Bolsonaro. Faltam alguns dias para que ele deixe o Governo. Ele não será eleito e sabe disso. Por isso, cada vez mais desesperado, parte para a violência, não respeita

as instituições, não respeita a vida, não usa máscara, não faz nenhuma campanha para vacinação; faz o contrário, e o Brasil chega a 600 mil mortes. E, no dia 7 de setembro, uma data que deveria nos dar orgulho, que deveria unir o Brasil num momento tão difícil, ele divide o Brasil.

Alguns dos seus seguidores estão falando que vão armados, convocando invasões ao Supremo e ao Congresso.

O Brasil não precisa de Bolsonaro. O Brasil é muito maior do que Bolsonaro. O Brasil é o país do trabalho, é o país dos agricultores, é o país dos enfermeiros, é o país dos empresários, que geram emprego. O Brasil é muito maior do que o ódio, do que o medo, do que a doença.

Então, que este Sete de Setembro, Deputados e Deputadas, possa representar aquilo que significa um país da grandeza do Brasil, com as suas cores: não à promoção dessa violência!

Nós sempre estivemos nas ruas, Deputado Pompeo, defendendo a democracia. Aliás, vivemos 21 anos de ditadura civil-militar. Ela foi derrotada porque as pessoas foram para a rua e lutaram. E nós vamos continuar lutando pela democracia.

Mas que, neste Sete de Setembro, usemos da maturidade, da responsabilidade e da inteligência e não aceitemos provocação, não permitamos que nas ruas haja violência. Deixem a violência por conta de um Presidente que não tem competência, que não pode entregar nada. Por isso, só fala em ódio e em medo.

Obrigado, senhoras e senhores.

Documento 166/201

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -24/08/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 25/08/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Prioridade de Parlamentares na incitação à instabilidade política, na geração de intrigas e divergências, em detrimento da busca de soluções para a grave crise socioeconômica instalada no Brasil. Estagnação da economia brasileira. Necessidade da criação de projetos destinados à reativação do desenvolvimento econômico do País. Prejuízos causados por intempéries climáticas à agricultura do Estado do Paraná. Defesa de reunião de representantes do setor agrícola com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina,

destinada ao debate de alternativas para os agricultores paranaenses. Reflexos dos constantes reajustes nos combustíveis sobre o setor de logística, e nos preços de alimentos e do gás de cozinha. Existência de 14 milhões de desempregados no País. Necessidade de apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de projetos de desenvolvimento econômico para a geração de emprego e renda no País. Votação pelo Congresso Nacional de relevantes projetos destinados ao combate à Covid-19 e seus efeitos. Realização da reforma previdenciária. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado alguns movimentos nesta Casa e tenho ficado muito preocupado com a ação de diversos colegas que, em vez de buscarem soluções para os problemas, procuram incitar a instabilidade, a confusão, as brigas. Isso não beneficia o nosso País, não traz soluções para os problemas. A função principal do Legislativo é buscar consensos, é buscar estabilidade, é buscar soluções, e não promover intrigas e divisões.

Nossa economia está patinando desde 2015. Desde 2015 a nossa economia não cresce. Tínhamos expectativas com a pleito de 2018 e a eleição de novos Governadores e Presidente, depois de tantas intrigas, confusões, instabilidades e saída de Presidente por *impeachment*. Infelizmente, o ano de 2019 ainda foi de frustração. Em 2020 veio a pandemia. Estamos em 2021, ainda combatendo a pandemia e seus efeitos. Precisamos de projetos para reativar a nossa economia, para fazer o nosso País crescer, gerar emprego, gerar renda, mas estamos percebendo um conflito que não traz benefícios para a nossa população.

Temos ainda contratempos na nossa agricultura. Percorri recentemente o interior do Estado do Paraná, onde as lavouras já vinham sofrendo com a estiagem prolongada, e então vieram as fortes geadas. Das lavouras de milho da segunda safra no Paraná, por exemplo, mais de 50% estão perdidas, primeiro por conta da estiagem e, depois, por conta das fortes geadas. As pastagens foram devastadas. Até o trigo, que é uma lavoura de inverno, vai ter uma perda de 20% a 30%, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. E ainda há o perigo das queimadas.

Os agricultores estavam se preparando para colher e para fazer agora a plantação. Tenho defendido, na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, que devemos procurar a Ministra Tereza Cristina para buscarmos uma alternativa para os nossos agricultores, um



refinanciamento, e um socorro principalmente para os agricultores familiares, que tiveram enorme prejuízo e dificilmente vão ter condições para preparar a nova safra. E isso acontece não só no Estado do Paraná, mas também em toda a Região Sul e até em parte do Sudeste. Esses, sim, são problemas que necessitam de soluções. Acredito que a Ministra Tereza Cristina vai nos ajudar a encontrar uma boa alternativa.

Então, Sr. Presidente, a nossa população está sofrendo. Temos dificuldades para reativar a nossa economia. O preço alto dos combustíveis está encarecendo o preço dos transportes, do arroz, do gás de cozinha. Temos 14 milhões de desempregados. Esses, sim, são problemas aos quais precisamos nos dedicar e nos esforçar para buscar soluções conjuntas. Essa é a principal função do Legislativo.

Vejo aqui Deputados discursando, brigando com esse, com aquele, brigando com Ministro, com Presidente, com Governador, sendo contra isso, contra aquilo, contra a urna, enfim. O debate faz parte da nossa atividade, mas a população quer soluções para a pandemia, porque ela está com medo. Ela quer a recuperação da economia, a geração de empregos. Nós precisamos de projetos de desenvolvimento. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, precisa apresentar ao Brasil projetos de desenvolvimento para gerar emprego e renda.

O Congresso tem feito a sua parte, tem votado importantes projetos aqui, projetos para combater a pandemia, para combater os efeitos da pandemia e outros projetos importantes, segundo o Ministro da Economia, como o da reforma da Previdência, o da autonomia do Banco Central, o da privatização da ELETROBRAS, o da privatização dos Correios. Nós temos dado as ferramentas para que o Ministro possa fazer a nossa economia prosperar e estamos dispostos a votar quantos projetos forem necessários, como o da reforma tributária, tão importante. Mas o Ministro Paulo Guedes tem que chamar os Governadores para conversar, tem que se reunir com eles, porque temos que chegar a um norte sobre as reformas, porque o próprio Ministério da Economia não tem claro que reforma administrativa seria a ideal para o Brasil neste momento. E não é só o Ministério da Economia que vai ter a solução.

Temos que ter uma solução conjunta, ouvindo especialistas, trazendo os Governadores para uma conversa, reunindo os Líderes, para encontrarmos o melhor caminho. Considero necessária a reforma administrativa, mas é uma reforma polêmica. Não dá para dizer que hoje está ideal a forma de se contratar e de se administrar Municípios, Estados e União. Nós precisamos aperfeiçoar, modernizar o Estado. Por isso é necessária a reforma administrativa, sim, ouvindo os Líderes, chegando a um consenso naquilo que é possível.

Eu acho que temos que nos dedicar mais a buscar soluções para os

problemas que há em vez de criarmos outros problemas.

Sr. Presidente, peço, por favor, que V.Exa. autorize que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 167/201

70.2021.B	Sessão Outro Evento	25/08/2021-13:12
Publ.: DCD - 26/08/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 60º aniversário de criação do Movimento da Legalidade, liderado pelo ex-Governador Leonel de Moura Brizola. Resistência da União Nacional dos Estudantes - UNE ao movimento golpista contra o ex-Presidente João Goulart. Posse da nova diretoria da entidade. Incompetência administrativa e falta de empatia do Presidente Jair Bolsonaro com o povo brasileiro. Descaso do Presidente da República com os profissionais de saúde, atuantes na linha de frente de combate à Covid-19. Propósito do mandatário do País de promoção de golpe de Estado. Escalada do desemprego, elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos no Brasil. Expectativa quanto à votação, pela Câmara dos Deputados, de proposições destinadas ao bem-estar da população e ao desenvolvimento brasileiro. Defesa da taxação de lucros e dividendos e de desoneração da folha de pagamento empresarial.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, povo que nos acompanha pela *TV Câmara*, eu quero lembrar aqui um acontecimento muito importante, o Movimento da Legalidade, que está completando 60 anos. Esse movimento foi liderado pelo grande brasileiro Leonel de Moura Brizola, que resistiu ao golpe de parte da elite brasileira daquele momento, que queria evitar a posse do Presidente eleito João Goulart, e foi um movimento fundamental para garantir a legalidade, para garantir o Estado de Direito.

Naquele momento, houve uma instituição também muito importante na resistência, liderando atores que são sempre vanguarda nas grandes transformações do País, os nossos jovens estudantes. A sua entidade mais reconhecida, a União Nacional dos Estudantes, cuja posse da nova Diretoria acontecerá hoje, fez um ato também muito importante, ao transferir a sua sede para Porto Alegre, a fim de resistir àquele movimento golpista contra o Presidente legitimamente eleito João

Goulart.

Isso tem muito a ver com a nossa conjuntura. Nós temos um Presidente da República incapaz, irresponsável, que não tem nenhuma empatia pelo nosso povo. Estamos há quase 2 anos em pandemia, e ele nem sequer visitou um hospital ou agradeceu aos profissionais da área da saúde. Pelo contrário, ontem ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra o direito à indenização desses profissionais, uma indenização que jamais vai reparar os danos que sofreram, porque é impossível repará-los. Muitos perderam a própria vida, lutando na linha de frente para salvar os nossos compatriotas.

E o Presidente da República, que pensa em organizar um golpe no País, pensa em destruir a nossa democracia, não tem compromisso com o Brasil e com a luta contra aqueles que eu chamo de inimigos concretos do povo brasileiro: o desemprego, a carestia, o alto preço dos alimentos para o nosso povo, a inflação para os mais pobres. No preço de alguns alimentos, a inflação já passou da casa dos 60% só no ano de 2021.

Portanto, nós precisamos nos lembrar da nossa história, porque vamos resistir a isso. Nós queremos mudanças profundas no Brasil. É por isso que exercemos aqui a nossa atividade parlamentar, na esperança de construir uma nova perspectiva para o País.

Espero que esta Câmara dos Deputados possa pautar projetos importantes, projetos que poderão ajudar inclusive o Governo. Acho que é fundamental taxar lucros e dividendos e liberar de tributos, por exemplo, a folha de pagamento das empresas, o capital produtivo. Nós temos que permitir novos investimentos e, cada vez mais, fazer um sistema tributário mais justo.

Então, Presidente, seguimos na luta por um País cada vez melhor, mais democrático e que possa promover uma grande transformação social, uma inclusão social. A grande independência deste País, sinceramente, se dará com um novo sistema tributário, mais progressivo, um sistema que desloque a tributação do consumo, da folha de pagamentos e do capital produtivo para o capital especulativo, a renda e o patrimônio.

Peço que o meu discurso possa ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Publ.: DCD - 26/08/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atribuição ao desvio/equívoco na aplicação de recursos como a principal causa do agravamento das desigualdades sociais, e do aumento do contingente humano situado abaixo da linha de pobreza, no Estado do Amazonas. Responsabilidade do Governador Wilson Lima pela desestruturação das áreas de educação e saúde. Aplicação de recursos oriundos do faturamento da Zona Franca de Manaus, em projetos destinados à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os dados mais recentes divulgados pelo IBGE mostram que no meu Estado, o Estado do Amazonas, que é o maior Estado da Federação, cresceu a desigualdade, aumentou o número de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Nós estamos ali a um passo de ter 50% da população nessa situação - hoje, são 49,7%. E isso não condiz com a receita do Governo do meu Estado, o Estado do Amazonas.

No final do ano passado, o Estado tinha um acréscimo de arrecadação de 6 bilhões de reais e herdou um orçamento de 18 bilhões de reais. A previsão para este ano é de que a receita própria do Estado chegue a 30 bilhões de reais. E nós chegaríamos, no acumulado do Governo, a quase 14 bilhões de reais.

Eu trago isso a esta tribuna para mostrar como a aplicação errada dos recursos e o desvio de recursos levam a população à pobreza, afinal, nós temos um péssimo resultado na educação e o atual Governador desmontou a saúde; nós temos mais de 100 mil pessoas na fila de espera da regulação do sistema de saúde, seja para um exame, seja para uma consulta, seja para uma cirurgia.

O Brasil e o mundo assistiram assustados ao caos que foi o pico da pandemia no Estado do Amazonas, mas aquilo foi reflexo da falta de investimentos, da falta de leitos de UTI, da falta de maternidades e da falta de interiorização da média e alta complexidade da saúde no meu Estado.

Eu lamento muito que tudo isso esteja acontecendo. Com vários secretários de saúde presos, com um Governador que tem sofrido várias operações por parte da Polícia Federal, o crescimento da pobreza no meu Estado só aumenta.

Nós vamos continuar resistindo e lutando para reverter essa situação, para que os recursos do Estado, oriundos principalmente do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus - que neste ano teve o maior faturamento dos últimos 10 anos, chegando ao fim de maio a algo em torno de 60 bilhões de reais de faturamento, comprovando que este modelo é exitoso -, possam gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida do povo do Estado do Amazonas.

Era isso, Sr. Presidente. Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos canais oficiais da Casa.

Muito obrigado e um forte abraço a todos.

Documento 169/201

70.2021.B	Sessão Outro Evento	25/08/2021-13:24
Publ.: DCD - 26/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações aos indígenas acampados, de forma pacífica, na Esplanada dos Ministérios, para acompanhamento do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da proposta de adoção da tese do marco temporal na demarcação de suas terras. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de exploração predatória dos territórios dos povos originários. Defesa de não acatamento, pela Suprema Corte, da proposta de retirada de direitos constitucionais na nação indígena.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sim, Presidente. Obrigado. Eu quero me somar a V.Exa. nas palavras dirigidas à querida Deputada Benedita da Silva, que é muito inspiradora.

Eu venho a esta tribuna para que possamos saudar os povos indígenas e também neles nos inspirar, porque estamos vivendo em Brasília esta semana uma manifestação pulsante, vibrante e histórica. Mais de 6 mil indígenas estão ocupando a Esplanada dos Ministérios, de forma pacífica, porém com firmeza de propósito e com uma mobilização notável, com atos que nos tocam e até nos arrepiam. Eu convido o conjunto dos Parlamentares a conhecer e inclusive a olhar as imagens tão belas dessa grande mobilização.

A mensagem dos povos indígenas de todo o Brasil, voltada ao julgamento da tese do marco temporal, no Supremo Tribunal Federal, deve ser saudada por vários aspectos, e um deles é o aspecto político.

Vemos a resistência, a resiliência dos povos indígenas, que enfrentam um projeto político cujo líder é o Presidente Bolsonaro, que quer minar e isolar os indígenas para abrir caminho para todo tipo de exploração econômica predatória nos seus territórios. E ele busca integrar na marra as aldeias, sob pena de extinção desses povos. Essa resiliência, essa resistência dos povos indígenas merece ser aplaudida por todos os que sonham com uma Nação justa, sustentável, inclusiva e de direitos para todos.

O outro aspecto de que quero ressaltar é humanitário e até mesmo, podemos dizer, sociológico. Vivemos uma pandemia que custou muitas vidas e também esgotou as forças dos que lutam pela sobrevivência todos os dias, em meio ao aumento da fome, da miséria e do desemprego. O exemplo dos povos indígenas mobilizados nos dá força e nos inspira para seguirmos lutando, porque mostra que é possível resistirmos mesmo em meio a um Governo genocida. É esse o convite que os povos indígenas fazem a nós e é a isso que eles nos inspiram.

Todos nós sabemos que a questão do território para a sobrevivência desses povos é fundamental. O território é o ambiente que eles imaginam, é o lugar com que eles sonham e que têm como perspectiva para as futuras gerações. É ali que estão os seus ancestrais, os espíritos. É ali naquele território que eles têm a subsistência, o lugar de fazer a roça, o lugar de fazer coleta e a convivência social. Com o indígena fora da aldeia, com o povo sem o seu território, a tendência é que a identidade étnica acabe, é que aquele povo acabe.

Daí a necessidade de acabarmos, de uma vez por todas, com essa interpretação, que não existe, que não está no texto da Constituição, de que há data, de que há marco temporal para se reconhecer esse direito que o povo brasileiro deu aos indígenas e que os Constituintes consagraram na Constituição. Não há data lá na Constituição. O direito dos povos indígenas ao território ocupado tradicionalmente é o direito que está estabelecido na Constituição. E eles não teriam necessariamente que estar lá no dia 5 de outubro de 1988, até porque muitos foram expulsos de suas terras debaixo de bala.

Eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Vivam os povos indígenas! O nosso mandato está com vocês!

Sumário

Não assunção pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de suas declarações sobre a eficácia de 100% da vacina Coronavac nos casos graves da Covid-19.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras, pela deferência.

Existe um versículo bíblico que o Presidente Bolsonaro gosta muito de citar, que é João 8:32. O versículo diz: "*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará*". Nós, como políticos, como Parlamentares, temos o dever de falar a verdade para libertar o povo de canalhas mentirosos e inescrupulosos que tentam ludibriar a população.

Falo aqui, mais uma vez, do "desgovernador" de São Paulo, João Doria. Ele é o Governador com a maior rejeição, acredito, no País, pelo que fez com a sua população - ele fez *lockdown*, fechou o comércio, desempregando pessoas -, pelo totalitarismo que vem implementando, por todos os seus ataques ao Presidente Bolsonaro.

No programa *Roda Viva*, quando questionado sobre a eficácia da Coronavac - ele havia dito que a eficácia era de 100% nos casos graves, ou seja, que havia zero chance de vir a óbito alguém que estivesse com a COVID e vacinado com a Coronavac -, ele se esquivou. João Doria falou que, na verdade, ele não havia dito aquilo, que nem o Governo de São Paulo nem o Butantan haviam dito aquilo, e, sim, a ANVISA. Portanto, jogou a culpa para o Governo Federal.

Não há nada melhor do que a Internet e as reportagens para nos ajudar a fazer uma cronologia e demonstrar que ele mentiu mais uma vez. Reportagem de 7 de janeiro do *Poder 360* diz: *Doria celebra anúncio da eficácia da CoronaVac: "Hoje é o dia da esperança"*. Nela falam de dados divulgados a partir do Butantan sobre eficácia em casos graves: "(...) não houve registros no grupo que tomou a vacina (eficácia de 100%)".

Butantan anuncia que Coronavac tem 100% de proteção contra casos graves de COVID, anunciou o *Jornal Nacional* no dia 7 de janeiro. Na reportagem também há várias afirmações, por parte de Dimas Covas, Diretor do Instituto Butantan, de que nenhum dos voluntários que recebeu a vacina foi internado e de que havia 100% de eficácia nesse sentido. Ele disse, ainda, que iriam enviar essas informações para a ANVISA.

Depois, no dia 14 de janeiro, houve um *tweet* de João Doria

dizendo: "Entenda a eficácia da vacina do Butantan de 50,4%". Na sequência, ele diz: "E se vier a precisar, os estudos clínicos indicam que 100% dos vacinados não desenvolveram formas graves da doença. Ou seja, chance zero de morrer". Isso foi publicado no dia 14 de janeiro.

Para concluir, aqui nós temos: ANVISA autoriza, por unanimidade, o uso emergencial das vacinas Coronavac e de Oxford contra a COVID-19. Isso foi publicado no dia 17 de janeiro.

Sr. João Doria, tome que o filho é seu! Não seja mau-caráter, assuma seus BOs. Como você tem a cara de pau de querer jogar essa responsabilidade para a ANVISA e para o Governo Federal? É óbvio que o senhor está mentindo, assim como mente descaradamente sempre.

João Doria, ao contrário de V.Exa. - aliás, não vou dizer "V.Exa.", porque você não é Excelência, você é um mentiroso, mau-caráter -, o Presidente Jair Bolsonaro tem comprado vacinas, tem alertado que a vacina é experimental e tem dito que é contrário à obrigatoriedade e favorável, sim, ao estímulo à vacina.

João Doria, tenha a coragem, assuma os seus BOs, honre as calças que você veste. Aliás, que honra pode ter um calça apertada como você, que é um traidor, que usou a imagem do Presidente Bolsonaro para se eleger?

Documento 171/201

70.2021.B	Sessão Outro Evento	25/08/2021-15:24
Publ.: DCD - 26/08/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retrocesso na aprendizagem do alunato da educação básica e do ensino médio, provocado pela interrupção das aulas presenciais. Apoio da Frente Parlamentar da Educação ao Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2021, sobre a fixação das normas de cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com vista à formulação e implementação do plano emergencial de enfrentamento dos efeitos da calamidade pública nacional decorrente da Covid-19, no âmbito da educação. Implantação de plano de recondução de estudantes ao ambiente escolar.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do

orador.) - Deputado Luiz Lima, é um prazer vê-lo presidindo esta sessão. É um prazer também porque V.Exa. é um membro da Frente Parlamentar da Educação muito dedicado, é o nosso coordenador de desporto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Frente Parlamentar da Educação está muito preocupada com a tragédia da interrupção das aulas no Brasil. Vamos ter que tomar providências sobre isso urgentemente. Estudo da Fundação Getulio Vargas já demonstrou que haverá um retrocesso de 4 anos, no caso de Matemática e Português, para os alunos da educação básica. Haverá retrocesso de 2 anos para os alunos do ensino médio. Há uma crise de aprendizagem. A criança que estava na escola e já sabia ler, agora, depois da pandemia, quando voltar para a escola, não saberá ler.

É por isso que a Frente Parlamentar da Educação vem a público expressar apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2021, de autoria do nosso coordenador de ensino técnico e profissional, o Deputado Idilvan Alencar. Esse é um projeto importante, porque fixa normas para cooperação entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais com o objetivo de que promovam um projeto de recuperação da aprendizagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos também fazer um plano nacional de busca ativa dos estudantes que saíram da escola. Antes da pandemia, 1 milhão e 300 mil estudantes não estavam matriculados; agora, o número é de 5 milhões e 100 mil estudantes. Precisamos abandonar as polêmicas que não nos levam a lugar nenhum. Não podemos ficar discutindo assuntos que geram cizânia na sociedade brasileira. "*Universidade é para poucos*", "*deficientes atrapalham*", tudo isso é muito ruim, temos que ter cuidado com as palavras neste momento. O que deve ser feito é um pacto entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios para que se recupere a aprendizagem dos nossos estudantes e se faça um projeto de busca ativa dos meninos e meninas que estão fora da escola.

Sr. Presidente, solicito que esta fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 172/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2021 - CD	15:40
Publ.: DCD - 26/08/2021 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO



Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.047, de 2021, relativa às medidas excepcionais para aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço licença para ir direto ao substitutivo.

"A Medida Provisória nº 1.047, de 2021 (...), dispõe sobre as medidas excepcionais para aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

(...)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens, insumos e medicamentos de eficácia comprovada e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Parágrafo único. A aquisição de vacinas e insumos e a contratação de bens e de serviços necessários à implementação da vacinação contra a COVID-19 são regidas pelo disposto na Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.

Art. 2º Para fins do disposto nesta lei, enquanto perdurar a emergência em saúde pública de importância nacional declarada em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), fica a administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação e dos órgãos constitucionalmente autônomos autorizada a:

I - dispensar a licitação;

II - realizar licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, com prazos reduzidos; e

III - prever em contrato ou instrumento congênere cláusula que estabeleça o pagamento antecipado.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta lei às contratações realizadas por organizações da sociedade civil de interesse público e a organizações da sociedade civil que utilizem recursos da União

decorrentes de transferências voluntárias.

Capítulo II

Da Dispensa de Licitação

Art. 3º Nos processos de dispensa de licitação decorrentes do disposto no inciso I do *caput* do art. 2º, presumem-se comprovadas a:

I - ocorrência de situação de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia de COVID-19;

II - necessidade de pronto atendimento à situação de emergência de que trata o inciso I; e

III - existência de risco à segurança de pessoas, de obras, de prestação de serviços, de equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares.

Parágrafo único: A dispensa da realização de licitação para a celebração de contratos ou de instrumentos congêneres de que trata o *caput* deste artigo não afasta a necessidade de processo administrativo que contenha:

I - os elementos técnicos referentes à escolha da opção de contratação e à justificativa de preço ajustado; e

II - a demonstração de que o objeto do contrato é necessário e a contratação se limita à parcela indispensável ao atendimento da situação de emergência.

Art. 4º Na hipótese de dispensa de licitação de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º, quando se tratar de aquisição ou de contratação por mais de um órgão ou entidade, poderá ser utilizado o sistema de registro de preços previsto no inciso II do *caput* do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Na hipótese de que trata o *caput*, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal relativo ao sistema de registro de preços, caso não tenha editado regulamento próprio.

§ 2º O órgão ou a entidade gerenciadora da aquisição ou da contratação estabelecerá prazo de 2 a 8 dias úteis, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços realizado nos termos deste artigo.

§ 3º O disposto nos § 2º e § 3º do art. 8º não se aplica ao sistema de

registro de preços fundamentado nesta lei.

§ 4º Para as aquisições e as contratações celebradas após 30 dias, contados da data de assinatura da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade deverá realizar estimativa de preços a fim de verificar se os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado ou na comercialização com a administração pública, promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso necessário.

§ 5º A aquisição ou a contratação a que se refere o *caput* não se restringe a equipamentos novos, nas hipóteses em que ficar demonstrada a indisponibilidade de equipamentos novos no mercado e desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e de funcionamento do objeto contratado.

Capítulo III

Da Licitação

Art. 5º Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º Quando o prazo original de que trata o *caput* for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

§ 2º Os recursos interpostos terão somente efeito devolutivo.

§ 3º Fica dispensada a realização da audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º As licitações realizadas para fins de sistema de registro de preços serão consideradas compras nacionais e observarão o disposto em regulamento editado pelo Poder Executivo Federal, observado o prazo estabelecido no § 2º do art. 4º.

§ 5º As atas de registro de preços terão prazo de vigência de 6 meses, prorrogável enquanto perdurarem os efeitos da pandemia provocada pela COVID-19, se comprovada a vantajosidade de suas condições negociais.

Art. 6º Os órgãos e as entidades da administração pública federal ficam autorizados a aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal em procedimentos realizados nos termos desta Lei, até o limite, por órgão ou entidade, de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços

para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Parágrafo único. As contratações decorrentes das adesões à ata de registro de preços de que trata o *caput* não poderão exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata.

Capítulo IV

Do Pagamento Antecipado

Art. 7º A administração pública poderá, nos termos do disposto no inciso III do *caput* do art. 2º, prever cláusula contratual que estabeleça o pagamento antecipado, desde que:

I - represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou

II - propicie significativa economia de recursos.

§ 1º Na hipótese de que trata o *caput*, a administração pública deverá:

I - prever e regular a antecipação de pagamento em edital ou em instrumento formal de adjudicação direta, estabelecendo suas condições, valores admitidos e critérios de avaliação das propostas que a prevejam; e

II - exigir a devolução integral do valor antecipado na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a administração pública deverá prever medidas de cautela aptas a reduzir o risco de inadimplemento contratual, tais como:

I - a comprovação da execução de parte ou de etapa inicial do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

II - a prestação de garantia nas modalidades de que trata o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, de até trinta por cento do valor do objeto;

III - a emissão de título de crédito pelo contratado;

IV - o acompanhamento da mercadoria, em qualquer momento do

transporte, por representante da administração pública;

V - a exigência de certificação do produto ou do fornecedor; e

VI - certificação de capacidade técnica, operacional ou financeira para execução dos serviços ou fornecimento dos produtos.

§ 3º É vedado o pagamento antecipado pela administração pública na hipótese de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Capítulo V

Do Planejamento Da Contratação

Art. 8º No planejamento das aquisições e das contratações de que trata esta lei, a administração pública deverá observar as seguintes condições:

I - fica dispensada a elaboração de estudos preliminares, quando se tratar de bens e serviços comuns;

II - será obrigatória a previsão de matriz de alocação de risco entre o contratante e o contratado na hipótese de aquisições e de contratos acima de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

III - em contrato cujo valor seja inferior ao previsto no inciso II do *caput* deste artigo, o gerenciamento de riscos da contratação poderá ser exigido somente durante a gestão do contrato;

IV - será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado de que trata o inciso III do *caput* conterá:

I - a declaração do objeto;

II - a fundamentação simplificada da contratação;

III - a descrição resumida da solução apresentada;

IV - os requisitos da contratação;

V - os critérios de medição e de pagamento;

VI - a estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, um dos

seguintes parâmetros:

- a) portal de compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) *sites* especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - a adequação orçamentária.

§ 2º Os preços obtidos a partir da estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º não impedem a contratação pelo poder público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, desde que observadas as seguintes condições:

I - negociação prévia com os demais fornecedores, segundo a ordem de classificação, para obtenção de condições mais vantajosas; e

II - fundamentação, nos autos do processo administrativo da contratação correspondente, da variação de preços praticados no mercado por motivo superveniente.

Art. 9º. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou de prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade trabalhista e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º e no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DA CONTRATAÇÃO

Art. 10. Todas as aquisições ou contratações realizadas com base no disposto nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), de forma destacada das demais contratações realizadas, especificando separadamente as contratações de serviços, compras de equipamentos, insumos médicos e hospitalares, medicamentos, contratação de pessoal, serviços de engenharia, publicidade e outros tipos de contratações, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de

2011, e conterão:

I - o nome do contratado e o número de sua inscrição na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia ou identificador congênere no caso de empresa estrangeira que não funcione no País;

II - o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou de contratação;

III - o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato;

IV - a discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado, a quantidade e o local de entrega ou de prestação do serviço;

V - o valor global do contrato, as parcelas do objeto, os montantes pagos e o saldo disponível ou bloqueado, caso exista;

VI - as informações sobre eventuais aditivos contratuais;

VII - a quantidade entregue ou prestada em cada ente federativo durante a execução do contrato, nas contratações de bens e serviços;

VIII - as atas de registros de preços das quais a contratação se origine, se houver; e

IX - a origem do recurso utilizado para a contratação do serviço ou insumo baseado nesta Lei.

Art. 11. Quando a movimentação for realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo, para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa e para as aquisições e as contratações de que trata esta Lei, ficam estabelecidos os seguintes limites:

I - na execução de serviços de engenharia, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso I do *caput* do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993; e

II - nas compras em geral e em outros serviços, o valor estabelecido na alínea "a" do inciso II do *caput* do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. Os extratos dos pagamentos efetuados nos termos deste artigo deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 12. Fica autorizada a contratação, excepcional, de fornecedor exclusivo de bem ou de serviço de que trata esta Lei, inclusive no caso

da existência de inidoneidade declarada ou de sanção de impedimento ou de suspensão para celebração de contrato com o Poder Público.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o *caput*, é obrigatória a prestação de garantia nas modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, que não poderá exceder a dez por cento do valor do contrato.

Art. 13. Para os contratos celebrados nos termos desta Lei, a administração pública poderá estabelecer cláusula com previsão de que os contratados ficam obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais iniciais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, limitados a até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Art.14. Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração até a declaração oficial do término de emergência de saúde pública no Brasil decorrente do coronavírus (covid-19) pelo Ministro de Estado da Saúde, na forma do parágrafo único do art. 17.

Art. 15. Aplica-se supletivamente o disposto na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei nº 13.303, de 2016, com relação às empresas públicas e sociedades de economia mista, quanto às cláusulas dos contratos e dos instrumentos congêneres celebrados nos termos desta Lei.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os órgãos de controle interno e externo priorizarão a análise e a manifestação quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade das despesas decorrentes das aquisições ou das contratações realizadas com fundamento nesta Lei.

Art. 17. O disposto nesta Lei aplica-se aos atos praticados e aos contratos ou instrumentos congêneres firmados até a declaração, pelo Ministro de Estado da Saúde, do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da infecção humana do novo coronavírus (SARS-CoV-2), independentemente do seu prazo de execução e de suas prorrogações.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Este é o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR.
DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO.**

Documento 173/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2021- CD	16:00
Publ.: DCD - 26/08/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.047, de 2021, relativa às medidas excepcionais para aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Crimes cometidos pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus, notadamente quanto à aquisição de vacinas. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Repúdio aos arroubos autoritários do mandatário da Nação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis à matéria. Nós estamos vivenciando uma tragédia neste Brasil. E é uma tragédia com várias crises trançadas, que tiveram uma agudização em função da postura do próprio Presidente, uma postura de quem negou - o Ministério da Saúde fez isso - tantas vezes a oferta da Pfizer para contratação da compra das vacinas necessárias e insistia na cloroquina. Ele insistia nisso. Foi um crime, um crime! Esse foi um crime que se cometeu no País!

Agora, a CPI começa a desnudar que essa recusa com relação à Pfizer tinha outros objetivos. E eram objetivos ilícitos que não podem ser ditos claramente, mas que estão sendo desnudados pela CPI.

Este é um Governo corrupto e um Governo da necropolítica, que brinca com a morte e brinca com o povo brasileiro. Agora, com os seus arroubos autoritários e numa tensão permanente estimulada pelo Presidente da República, para criar sempre inimigos imaginários e para

que não se veja o fracasso da sua gestão, nós estamos vivenciando essa necropolítica, com uma tensão que alimenta o próprio Governo e faz parte de uma metodologia de atuação.

Portanto, neste quadro, nós somos favoráveis, sim, a que se flexibilizem os mecanismos para que se contratem todos os insumos e todos os instrumentos necessários para que nós possamos fazer frente a esta pandemia que já levou quase 580 mil pessoas no Brasil - e quem parte sempre é amor de alguém.

Mas nós temos destaques, que já foram bem pontuados pelo Deputado Paulão.

Os princípios constitucionais que dizem respeito à contratação, todos eles, têm de ser preservados - todos! todos! -, e não um ou outro pinçado, como está na proposição. Todos têm de ser preservados! Os instrumentos de controle precisam ter esses princípios constitucionais validados.

Ao mesmo tempo, a antecipação de pagamentos não pode ser uma regra. A antecipação de pagamentos tem de ter o caráter de excepcionalidade. Antecipar pagamentos a empresas prestadoras de serviços significa estimular essas empresas a lesar os trabalhadores e a não respeitar os direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, nós fomos favoráveis ao projeto, mas apresentaremos destaques para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 174/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/08/2021- CD	16:12
Publ.: DCD - 26/08/2021 - RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 3, oferecidas à Medida Provisória nº 1.047, de 2021, relativa às medidas excepcionais para aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, rapidamente, antes de iniciar a leitura, quero explicar a rejeição de uma emenda apresentada pelo nobre colega Deputado Alex Manente. Nós sabemos da boa intenção do Deputado e, inicialmente, nós concordamos com essa emenda. Refiro-me à supressão da expressão "medicamentos de eficácia comprovada".

Nós sabemos que, durante a epidemia, evoluiu muito o conhecimento sobre a doença. É claro, está mais do que provada hoje a ineficácia da cloroquina e da ivermectina para o tratamento contra o SARS-COV-2. Hoje, seria um desperdício de dinheiro insistir na contratação, na compra desses medicamentos para o tratamento, colocando em risco a vida dos pacientes. Essa era a minha posição, coincidente com a do Deputado Alex.

Porém, quando ouvi os técnicos da ANVISA, eles argumentaram que, como ainda há inúmeros medicamentos que estão em fase de aprovação, inclusive vacinas - praticamente só a da Pfizer já foi aprovada totalmente -, isso poderia levar a um limbo jurídico e atemorizar os técnicos na hora de darem a autorização. Com isso, nós teríamos um prejuízo no combate à COVID. Então, atendendo aos técnicos da ANVISA, nós suprimimos isso. Mas entendemos perfeitamente, é claro, a legitimidade do pleito do Deputado Alex.

Faço a leitura do parecer às emendas de Plenário apresentadas à Medida Provisória nº 1.047, de 2021.

"Voto do Relator.

Durante a tramitação da matéria, foram apresentadas três emendas de Plenário.

A Emenda nº 1 propõe que os requisitos para o pagamento antecipado sejam aplicáveis cumulativamente, de forma a restringir a sua utilização e facilitar a atuação dos órgãos de controle nestas contratações.

A Emenda nº 2 pretende suprimir o art. 16 do PLV à MP 1.047/21.

A Emenda nº 3 almeja alterar a Lei nº 13.992, de 2020, para correção de erro material que resultou na supressão do termo que garante a manutenção dos repasses financeiros na sua integralidade aos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, cujas metas qualitativas e quantitativas foram alteradas em razão da pandemia de COVID-19.

A Emenda nº 3 trata de matéria estranha ao texto da medida provisória.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Mista, votamos: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental; pela adequação financeira e orçamentária das emendas de Plenário e pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas; no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 2, na forma da subemenda substitutiva ao PLV em anexo, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 e 3."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO.

Documento 175/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	25/08/2021-16:16
	- CD	
Publ.: DCD - 26/08/2021	PAULÃO-PT -AL	
-		
CÂMARA	DOS	QUESTÃO DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORDEM
		QUESTÃO DE
		ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a manutenção do art. 16 no parecer apresentado pelo Relator Rodrigo de Castro à Medida Provisória nº 1.047, de 2021, não obstante o acatamento de emenda do PT supressiva de tal dispositivo.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi, pela leitura do relatório, que o Deputado Rodrigo de Castro acatou uma emenda apresentada pelo Partido dos Trabalhadores. No entanto, o relatório continua mantendo o art. 16. Eu queria um esclarecimento dele: como ele acata uma emenda do Partido dos Trabalhadores, mas, no seu relatório, o artigo continua o mesmo?

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Deputado Paulão, isso foi um erro da Assessoria. O art. 16 não foi suprimido, realmente, por uma falha, mas depois nós a corrigiremos.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Então, só a título de informação, pergunto: a emenda proposta pelo PT foi acatada por V.Exa. e isso será corrigido no relatório?

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Sim.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - O.k. Muito obrigado.

Documento 176/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/08/2021- CD	16:20
Publ.: DCD - 26/08/2021 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Rodrigo de Castro, Relator da Medida Provisória nº 1.047, de 2021, relativa às medidas excepcionais para aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o Relator Rodrigo de Castro pela compreensão da importância do tema. Aliás, ele foi autor de um projeto sobre isto. Logo depois, o Governo resolveu fazer uma medida provisória muito parecida com esse projeto de autoria do Deputado Rodrigo de Castro, de Minas Gerais, que teve a sabedoria de ouvir todas as bancadas, fazer as correções, tornando o projeto melhor ainda que a MP. Isso vai ajudar bastante no enfrentamento da pandemia, que ainda não cessou. Nós, principalmente os gestores públicos, temos grandes desafios pela frente, e essa medida realmente facilita a vida de todos.

Parabéns, Deputado Rodrigo de Castro! Minas Gerais está bem representado.

Documento 177/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/08/2021- CD	16:28
---------	---	-------

Publ.: DCD - 26/08/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.047, de 2021, relativa às medidas excepcionais para aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, a respeito da alteração da Lei nº 14.151, de 2021, com vista ao disciplinamento das atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Eu quero aproveitar que estamos tratando desta medida provisória para chamar atenção para um projeto de lei que a Câmara quer votar daqui a pouco, de certa forma derrubando a lei que favorece as grávidas no afastamento do trabalho presencial. Estão corretíssimos todos os argumentos utilizados nesta medida provisória para justificar que a pandemia não acabou, que ela segue. Os argumentos contrários estão sendo usados para tentar derrubar a lei das grávidas e obrigar as mulheres a voltar ao expediente de trabalho presencial. Não é correto que a Câmara pense dessa forma, principalmente porque agiu corretamente quando garantiu e aprovou a lei das grávidas.

Além disso, já aprovamos, por meio de uma medida provisória, um suporte financeiro para as pequenas e médias empresas.

Documento 178/201

95.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -25/08/2021-
CD 18:20

Publ.: DCD - 26/08/2021 - ALINE GURGEL-REPUBLICANOS -AP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário de fundação do Republicanos. Eleição da oradora para a coordenação da bancada federal do partido. Destinação de recursos de emendas de bancada ao Estado do Amapá para combate à epidemia de coronavírus; a construção de hospital universitário; a realização de obras de infraestrutura rodoviária; a assistência às populações carentes; o Tribunal de

Justiça; a construção de maternidade municipal e a realização de obras de infraestrutura. Celeridade na transposição de servidores públicos do ex-Território Federal do Amapá para o quadro em extinção da União.

A SRA. ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar hoje e de parabenizar o Republicanos pelo seu aniversário. É um partido que tem feito a diferença na política da mulher, da primeira infância.

Presidente Marcos Pereira, que é um grande defensor das mulheres, eu sinto muito orgulho de fazer parte do Republicanos.

Quero aqui também, Sr. Presidente, agradecer ao nosso Líder Vinicius Carvalho por nos conceder esta oportunidade de falar hoje. Requeiro a V.Exa. que o registro que faço agora seja inserido nos Anais desta Casa e divulgado nos órgãos de comunicação.

No último dia 3 de maio do corrente, fui eleita, por aclamação, Coordenadora da bancada federal no Congresso Nacional. Agradeço aos meus nobres pares: Senador Davi Alcolumbre, Senador Lucas, Senador Randolfe, Deputados Acácio Favacho, André Abdon, Vinicius Gurgel, Camilo Capiberibe e Dalua do Rota, Deputadas Leda Sadala e Professora Marcivania. Quero ressaltar também o nome do Deputado Luiz Carlos, licenciado para assumir o importante cargo de Secretário de Estado de cidade.

Quero registrar todo o intenso trabalho da nossa bancada em que destinamos, Sr. Presidente, recursos financeiros de mais de 109 milhões de reais, originários de emendas de bancada, para o enfrentamento da crise do novo coronavírus no Estado do Amapá. Parte desses recursos, cerca de 33 milhões de reais, foram usados na assistência dos mais vulneráveis e também na manutenção de trabalhadores informais, e o restante, quase 76 milhões de reais, destinado à saúde de todo o nosso Estado do Amapá.

A bancada destinou o montante de quase 150 milhões de reais a obras e equipamentos para a construção do hospital universitário, uma das maiores obras de saúde da Região Norte, fruto da união da bancada atual e da bancada passada, que quero ressaltar também, com a EBSEH, que gerencia todos os hospitais universitários, vinculada ao MEC, e a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Esse hospital, no momento mais crítico que o nosso Estado enfrenta com o agravamento da COVID-19, está sendo essencial para salvar vidas. Ele está cedido, no momento, ao Governo do Estado, funcionando como hospital de campanha. A bancada federal, em união com o Governo do Estado, montou uma força-tarefa para conseguir respiradores, oxigênio e todo o

suporte necessário para ajudar a salvar vidas. E aqui quero ressaltar o importante e brilhante trabalho do Senador Davi Alcolumbre.

Sr. Presidente, destinamos ao DNIT, para obras de infraestrutura, manutenção e pavimentação da BR-156, que é a obra mais antiga do Brasil, mais de 50 milhões de reais, para que o tão sonhado asfalto possa sair para o nosso povo. E destinamos também recursos para a manutenção da BR-210.

E agora, no ano de 2021, cerca de 33 milhões de reais foram usados na assistência aos mais vulneráveis.

Destinamos recursos, e podemos aqui salientar, para a Justiça, para o Tribunal de Justiça.

Destinamos emenda de bancada para a construção da maternidade municipal, no valor de 22 milhões -- tive a honra de defender essa emenda na bancada --, que será construída no Município de Macapá, através da Prefeitura Municipal. E destinamos também recursos para obras de infraestrutura.

A bancada federal está unida na garantia de recursos necessários para fortalecer o nosso Estado.

Por fim, senhoras e senhores, sob a minha coordenação, a bancada do Amapá estabeleceu diversas prioridades. E uma delas, Sr. Presidente, é muito importante: a transposição dos nossos servidores. Esse é um assunto de extrema importância para o País.

A Emenda Constitucional nº 98, de 2017, incluiu no direito da transposição trabalhadores e trabalhadoras que tiveram vínculo pelo menos de 90 dias completos com o ex-Território e Prefeituras entre outubro de 1988 e outubro de 1993. Essas pessoas trabalharam na época da criação dos Estados do Amapá e Roraima, possuíam algum tipo de vínculo com administração pública desses ex-Territórios. Esses servidores foram penalizados e lhes foram negados os direitos de opção pela permanência nos quadros da União.

Essa emenda constitucional não dá privilégios nem vantagens, apenas corrige uma distorção criada na Constituição de 1988.

Pedimos celeridade na análise dos processos de transposição dos servidores do ex-Território. São milhares de pessoas que poderão voltar aos seus empregos públicos reconhecidos pela União, através da Emenda Constitucional nº 98, hoje Lei nº 13.681, de 2018. Essas pessoas precisam ter o seu direito fundamental reconhecido. A maioria delas tem idade avançada e muitos se encontram desempregados ou doentes neste momento em que enfrentamos uma crise sanitária, e já

se passaram mais de 3 anos desde a Lei nº 13.681. Nesse período, o Amapá precisa dar resposta aos ex-Territórios.

Pedimos à nova comissão, que agora foi instituída com o Amado, que possa dar celeridade aos casos. Pedimos atenção para os processos dos 992 e 1050, policiais civis, empresas de economia mista, inclusive as extintas, aposentados e pensionistas, pedevistas. Esses casos precisam ser analisados em conformidade com a lei. Essas pessoas aguardam por seus empregos há mais de 30 anos, e é justo a União reparar isso.

Todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus.

Muito obrigada.

Documento 179/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/08/2021- CD 18:36
Publ.: DCD - 26/08/2021 - RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, sobre a alteração das Leis de nºs 12.651, de 2012; 11.952, de 2009; e 6.766, de 1979, com vista ao disciplinamento de áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em regiões urbanas consolidadas. Repúdio à pauta adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai encaminhar "sim" a esta matéria.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer um registro.

É impressionante como o Presidente Jair Bolsonaro erra na pauta em que o Brasil tem interesse. O Brasil espera e precisa que ele discuta a questão da inflação, o aumento do preço da gasolina, o aumento do preço dos combustíveis, o desemprego, que sobe assustadoramente, os impactos econômicos ainda da pandemia, que ele discuta a recuperação no pós-COVID, mas nada disso lhe interessa. Ele quer discutir voto impresso, ele quer discutir golpe militar, ele quer discutir *impeachment*. Não é isso o que o Brasil espera. O Brasil não suporta mais essa pauta equivocada. Ele fica no cercadinho, absolutamente distante da realidade do Brasil. Esse cercadinho faz mal

para ele. Afinal de contas, ele prefere ficar com os seus...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 180/201

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2021- CD	20:20
Publ.: DCD - 26/08/2021 - ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA-MDB -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação do Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, sobre a alteração das Leis de nºs 12.651, de 2012; 11.952, de 2009; e 6.766, de 1979, com vista ao disciplinamento de áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em regiões urbanas consolidadas.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma colocação: o que é mais importante de tudo para todos nós, agora que estamos discutindo muito sobre COVID, Deputado Vermelho, sobre saúde, aqui nesta Casa? Sem dúvida, o mais importante de tudo é saúde.

Há pouco tempo, Deputado General Peternelli, o STF determinou que a decisão nas questões de saúde, de COVID, sobre se libera área ou não libera cabe aos Estados e Municípios. E esses Deputados que estão aqui hoje falando contra aplaudiram - "*é isso mesmo, Estados e Municípios têm que ter responsabilidade*". E agora, no meio ambiente, não têm mais responsabilidade?! Na saúde, podiam decidir. O Presidente Bolsonaro não pôde definir o que era bom para a saúde, se liberava o uso da máscara, e assim por diante, e todos aplaudiram. E agora tudo mudou. Agora o Município não tem...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC) - Governador também não tem mais responsabilidade, Sr. Presidente.

Por isso, nós votamos "não" ao adiamento! Vamos votar o PL 2.510 e vamos dar essa autonomia aos Municípios, aos Vereadores!

Documento 181/201

95.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/08/2021-21:32
Publ.: DCD 26/08/2021 -	MÁRIO HERINGER-PDT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Dados catastróficos da economia brasileira. Escalada das migrações para as pequenas e microatividades empresariais. Urgente necessidade de prorrogação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, do prazo fixado para a quitação de débitos dos Microempreendedores Individuais - MEIs. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei Complementar nº 130, de 2020, acerca da instituição do Programa Especial de Regularização Tributária; e do Projeto de Lei Complementar nº 115, de 2021, sobre a extensão do prazo de validade de certidões negativas de débito.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores ouvintes e espectadores da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, os dados da economia brasileira têm se mostrado catastróficos. Em virtude da pandemia por COVID-19 e da peculiar, para não dizer desastrosa, gestão por parte do Governo Federal, o País assistiu a uma expressiva queda no PIB, ao aumento do desemprego, ao fechamento de muitas empresas e ao crescimento da inflação, que, hoje, acumulada, já beira os dois dígitos.

Com a perda dos empregos de carteira assinada registrada no início da pandemia, em 2020, muitas pessoas migraram para a pequena e microatividade empresarial como forma de garantir seu sustento. Não à toa, mais de 56% do total de empresas abertas em 2020 no País pertenciam à categoria de Microempreendedor Individual - MEI.

Esse tipo de empreendedor, sobretudo aquele surgido nas franjas da



pandemia, é um empresário peculiar, mais frágil em relação às flutuações da economia, aí considerados, também, a inflação e, evidentemente, o movimento de abertura/fechamento das atividades econômicas decorrente das medidas sanitárias para conter o avanço do vírus. Por essa razão, e porque os Microempreendedores Individuais - MEI representam, hoje, aproximadamente 70% do total de empresas ativas no País (do total de 17.173.284 empresas ativas hoje no Brasil, 11.959.354 são MEI), é mister que o Estado brasileiro lhes conceda algum tipo de proteção que vá além de um regime especial de tributação.

A situação dos MEI é demasiado preocupante, porque o Governo Federal, numa demonstração de pouca sensibilidade com o contexto econômico nacional e com a fragilidade dessa classe empresarial, não se dispôs, até o presente, a ampliar o prazo final para a quitação ou o parcelamento de suas dívidas, o qual expira em 31 de agosto próximo. Aqueles empresários do regime MEI que não quitarem suas dívidas ou conseguirem parcelá-las a tempo ficarão sujeitos a inscrição na Dívida Ativa da União ou do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, conforme a natureza do débito. Essas dívidas passarão a ser cobradas judicialmente, produzindo consequências diretas deletérias: perda dos benefícios previdenciários junto ao INSS, tais como aposentadoria ou auxílio doença; cancelamento do CNPJ; exclusão dos regimes tributários SIMPLES Nacional ou SIMEI; além de dificuldades na obtenção de empréstimos e financiamentos.

É urgente que o Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, amplie esse prazo em mais 60 ou 90 dias, para assegurar que uma parcela maior de empresários MEI possa arcar com suas responsabilidades fiscais. Caso essa extensão de prazo não ocorra, o Brasil poderá somar alguns milhões de CNPJ cancelados e o correspondente a esse número de famílias lançadas no pauperismo, famílias essas, vale dizer, que conseguiram fugir da pobreza por força do impulso empreendedor e cairão nela por força da insensibilidade do Governo Federal.

Há muito venho me preocupando com a situação das empresas de menor porte em nosso País, fortemente impactada pela pandemia da COVID-19.

Em maio de 2020, apresentei a esta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 130, com vistas a instituir o Programa Especial de Regularização Tributária decorrente da crise causada pela pandemia de COVID-19 - PERT-COVID. Em linhas gerais, a proposta consiste na autorização para o parcelamento de dívidas vencidas das empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, com o objetivo de permitir que essas empresas tenham um pouco mais de fôlego para resistir à grave crise econômica pela qual passa o País. A matéria se encontra na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços -

CDEICS, aguardando o parecer do Relator, nobre Deputado José Ricardo Wendling.

No início deste mês, protocolei o Projeto de Lei Complementar nº 115, de 2021, com o objetivo de permitir a extensão, por 90 dias contados da data de vencimento, da validade das certidões negativas de débito tributário relativas às micro e pequenas empresas. Isso dará aos micro e pequenos empresários mais 3 meses de respiro para a quitação de seus débitos tributários.

O momento, conforme já ressaltado, é crítico e exige do Estado e dos seus representantes uma sensibilidade adicional com os agentes econômicos mais frágeis. Sempre atuei para que a economia brasileira se torne uma economia sólida, soberana, desenvolvida e solidária, prestando todo o apoio devido àqueles que são os maiores empregadores do País e os que mais sofrem com as flutuações econômicas: os micro e pequenos empresários.

Por oportuno, peço ao Sr. Presidente que dê repercussão a este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de divulgação desta Casa.

Obrigado.

Documento 182/201

96.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/08/2021-
	CD	11:12
Publ.: DCD - 27/08/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Criação de tumultos e conflitos entre os Poderes da República, como linha central de atuação do bolsonarismo. Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da Covid-19, em especial quanto à recusa na aquisição de vacinas, e a morte de aproximadamente 600 mil brasileiros pela doença viral. Atraso na imunização do povo brasileiro contra o coronavírus. Estagnação da economia brasileira. Escalada do desemprego; empobrecimento da população; elevação dos preços de alimentos e de combustíveis no Brasil. Afronta do Presidente da República à democracia, demonstrada na pretendida retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Falta de apoio popular para a reeleição do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento do Presidente Arthur Lira contrário ao impeachment do Presidente da República. Tentativa do mandatário do País de intimidação de

Ministros do Supremo Tribunal Federal. Recomendação às forças do campo progressista, da Esquerda e do campo democrático para desvio da rota de provocações de bolsonaristas, por ocasião das manifestações no Dia da Independência do Brasil - 7 de setembro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rosangela Gomes. Cumprimento V.Exa., que dirige os trabalhos mais uma vez da nossa Casa, cumprimento os colegas Deputados, as colegas Deputadas e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara dos Deputados.

Ouvimos há pouco o discurso, da tribuna da Câmara, do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente da República e um dos líderes da extrema-direita agitadora no Brasil.

A linha política central do bolsonarismo hoje -e a ampla maioria do povo brasileiro já percebe isso com clareza, Deputada Erika Kokay - é levantar cortinas de fumaça para desviar o foco da tensão referente aos problemas reais, Deputada Talíria Petrone, que o povo brasileiro vivencia. A linha do bolsonarismo é quanto mais tumulto, melhor; a linha do bolsonarismo é quanto mais brigas, quanto mais conflitos entre Poderes, melhor para eles, os poucos que, de forma cada vez mais isolada, fanatizam-se na defesa de uma narrativa que não encontra respaldo na sociedade brasileira.

Vejam o que tem feito o Presidente Bolsonaro nestas últimas semanas diante da avalanche de problemas que o Brasil real vive, Deputada Erika.

Falo aqui do genocídio que já levou à morte quase 600 mil brasileiros e brasileiras. Milhares dessas mortes poderiam ter sido evitadas se o Presidente Bolsonaro não trabalhasse em prejuízo permanente das medidas sanitárias adequadas para enfrentar a pandemia, nobre Presidente Rosangela Gomes.

Ele propagandeia contra as máscaras, incentiva as aglomerações, ataca as vacinas. Ele não comprou as vacinas quando era o momento de tê-las comprado. Aliás, mandou o então Ministro da Saúde, General Pazuello, dentre outros absurdos, cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, que já poderiam estar aplicadas, protegendo hoje os brasileiros.

A grande verdade é que o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo na vacinação -- ontem estava na 68ª posição. Apenas 26% do povo brasileiro, 7 meses e meio depois de iniciada a vacinação, têm a

cobertura completa com as duas doses ou com a dose única eficaz.

Bolsonaro é quem decide, para além de todo o caos sanitário, diante de uma economia paralisada, do desemprego crescente, do empobrecimento cada vez maior do povo brasileiro, por conta da explosão de preços dos alimentos, do combustível -- chegou a 7 reais o litro da gasolina.

Eu me lembro de gritos que vinham do lado de lá, Deputado Marcon, quando a gasolina custava 3 reais. Eu me lembro dos absurdos quando este País tinha uma política econômica que valorizava o salário mínimo, que garantia um Bolsa Família robusto, que enfrentava a pobreza, que incluía e retirava pessoas da linha da pobreza, garantindo o direito à alimentação digna. E agora, Deputada Talíria Petrone, milhões de brasileiros voltaram a passar fome.

E, aí, vem aqui o Deputado Eduardo Bolsonaro dizer -- fala como o pai dele: "*Ah, o Brasil precisa é de voto impresso, porque o voto no Brasil está manipulado*". Trata-se de um sistema reconhecido internacionalmente como seguro, totalmente auditável. É a ideia do tumulto pelo tumulto; é a ideia de preparar uma narrativa para dar mais um passo rumo à destruição da democracia brasileira.

Mas não passarão, porque a ampla maioria do povo brasileiro já abandonou Bolsonaro. A candidatura de Bolsonaro, em uma eleição democrática, é totalmente inviável. De cada cem analistas políticos, Deputada Erika Kokay, Deputada Talíria Petrone, 99 definem isto: Bolsonaro está fora do jogo, não tem chance de ganhar uma eleição no voto democrático do povo brasileiro. Aliás, neste momento, ele já deveria estar sendo afastado por um *impeachment*, porque cometeu dezenas de crimes de responsabilidade.

O nosso problema é que o Presidente Arthur Lira decidiu blindar Bolsonaro, decidiu que ele pode cometer dezenas de crimes de responsabilidade, porque, para ele, vale tudo. É muito ruim e equivocada a postura do Presidente Arthur Lira nesse sentido. Bolsonaro deveria estar sendo investigado, sim, pelos crimes de responsabilidade que tem cometido.

Agora, a nova cartada do tumulto foi nesta semana: a tentativa de aprofundar a intimidação contra Ministros do Supremo Tribunal Federal. É evidente que tudo isso é bravata, que não se configura na vida real.

Não haverá *impeachment*, é óbvio, do Ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, porque ele está se conduzindo adequadamente nas suas funções. Posso discordar de alguma decisão ou concordar com alguma

decisão, mas os Ministros estão agindo dentro da lei.

O que Bolsonaro quer não é debater o *impeachment*. Ele quer intimidar o Supremo Tribunal Federal, porque está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal. Os seus filhos estão sendo investigados. A rede de ódio, a rede de intolerância e a rede de *fake news* para atacar a democracia estão sob investigação. Bolsonaro tem medo de que essa investigação determine a punição dele e a da sua família.

Sras. e Srs. Deputados, digo aqui: o Sete de Setembro é a data de todos os brasileiros. Peço todo o cuidado para as forças do campo progressista, da Esquerda e do campo democrático. Peço a todos: cuidado! Não aceitem provocação! O que o bolsonarismo quer é manchar o Sete de Setembro de todos os brasileiros e fazer dele, Deputado Marcon, um palco de conflitos, que interessa a quem quer tumultuar o País.

O Brasil quer paz, futuro. O Brasil quer emprego. O Brasil quer vacinas. O Brasil quer salários melhores. O Brasil precisa se livrar de Bolsonaro o quanto antes. Bolsonaro e seus seguidores não destruirão a democracia brasileira. As forças democráticas são ampla maioria, e nós haveremos de derrotar todas as tentativas de golpe de Bolsonaro.

Documento 183/201

96.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/08/2021-
	CD	11:20
Publ.: DCD - 27/08/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Elevado índice de rejeição popular do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio aos arroubos golpistas do Chefe da Nação e seus aliados. Superação da marca funesta de 570 mil mortes no País pela Covid-19. Envolvimento do Governo Federal em negociações espúrias na compra de vacinas. Responsabilidade do Presidente da República pelo quadro de desemprego, insegurança alimentar e pobreza reinante no País. Genocídio dos povos originários. Inconclusão do processo de abolição da escravatura no Brasil. Violação, pelo Presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, de direitos constitucionais das minorias, notadamente de negros e indígenas.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

O Deputado Eduardo Bolsonaro está desesperado. Está desesperado porque a mamata de ser filho do Presidente da República genocida vai acabar. Está desesperado porque ele e a sua família, amiga de milicianos, vão ser retirados do poder pelo povo.

Esta Casa, diante de tantos crimes cometidos por Bolsonaro e alimentados pela sua base de Deputados nesta Casa, inclusive o seu filho, deveria antecipar 2022 e aprovar um processo de *impeachment* do pior Presidente da história do Brasil, Deputado Henrique Fontana.

O desespero é porque está óbvio que o povo não aguenta mais. O povo vai se livrar de Bolsonaro em 2022. Este Governo vivencia a maior rejeição desde o início dessa tentativa de levar o Brasil para o buraco. Mais de 65% dos brasileiros rejeitam Bolsonaro.

Por isso, o tempo todo, o Presidente e seus aliados incentivam um clima golpista. Misturam quartel e política e tentam construir uma cortina de fumaça, como bem disse o Deputado Henrique Fontana, para esconder o desastre que está chegando à Casa do Povo brasileiro.

Passamos de 570 mil mortes. É um Governo envolvido em escândalos de negociação com vacina, negócio com a vida do povo trabalhador brasileiro. É um Governo que levou parte da população a voltar a cozinhar com lenha. É um Governo que tem na sua conta mais de 100 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. É um Governo responsável, repito, responsável pelo recorde de desemprego. São mais de 14 milhões de desempregados, fora os desalentados, fora aqueles, Deputada Erika Kokay, que não têm mais dinheiro nem para pegar um ônibus e procurar emprego.

Diante da maior crise sanitária que experimentamos, Bolsonaro aprofunda a dor do povo brasileiro! Desde o início incentivou a aglomeração, retirou máscara de criança para tirar *selfie*, e incentivou tratamentos precoces não comprovados pela ciência. Negacionista! Tem sangue do povo brasileiro nas mãos! Repito: tem sangue do povo brasileiro nas mãos!

Sabemos que este País de proporções continentais é marcado por uma lógica escravocrata, pela colonização, que ainda permanece com a colonialidade neste momento. É preciso que o Deputado Eduardo Bolsonaro estude a história do Brasil, onde ele foi, infelizmente, eleito Deputado.

Lamentavelmente, dos mais de 5 milhões de indígenas que ocuparam este território antes de ser invadido por Pedro Álvares Cabral e sua trupe, hoje temos um milhão e poucos indígenas. O nome disso é

genocídio.

No Brasil houve o sequestro de pessoas da África para trabalharem aqui forçadamente, como mão de obra escrava. Foi mais tempo de escravidão na lei do que de uma abolição inconclusa.

Esses corpos negros, indígenas, que em tempos coloniais foram esculachados por uma elite colonial, são os mesmos que são vítimas do esculacho de Bolsonaro e dos seus filhos. E são vítimas do desmonte dos direitos, da destruição da natureza e do alargamento do braço armado do Estado, que tem ali relação com as milícias. E tudo isso chega ao corpo do trabalhador, do negro.

O nome do que Cabral fez é genocídio! O nome do que Bolsonaro faz é genocídio! Por isso, as estátuas que homenageiam torturadores, assassinos têm que ser retiradas; e a história deles, recontada. Cabral não é herói, é genocida!

Ditadura nunca mais!

Fora, Bolsonaro!

Documento 184/201

96.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/08/2021-
	CD	11:28
Publ.: DCD - 27/08/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse do País e da população brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa. Proposta do orador de convocação de nova Assembleia Nacional Constituinte. Usurpação, pelo Poder Judiciário, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Elaboração do novo Código Eleitoral e das regras das futuras eleições brasileiras. Interferência do Poder Judiciário no processo eleitoral brasileiro. Repúdio ao ativismo político do Supremo Tribunal Federal. Luta do Presidente Jair Bolsonaro pela transparência nas eleições brasileiras. Liberação pelo Presidente da República, por meio de medida provisória, de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas contra a Covid-19. Morosidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na autorização da compra de imunizantes.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, nobres colegas, nós estamos agora

perto da volta dos trabalhos presenciais aqui nesta Casa, buscando produtividade no sentido de aprovar as matérias que o Governo precisa, que o Governo deseja e que o Governo legitimamente eleito quer implementar.

Nós aprovamos muitas matérias aqui, até agora, desde que o Presidente Bolsonaro assumiu a Presidência da República. Começamos pela reforma da Previdência. Nós já estamos encaminhando a reforma administrativa e a reforma tributária. Projetos importantes como os da cabotagem, licenciamento ambiental, regularização fundiária, Banco Central independente, depósitos voluntários e tantos outros visam melhorar o Brasil, visam dar agilidade ao Governo, visam dar celeridade à tramitação da burocracia. O GovTech, governo tecnológico, também foi alvo do nosso trabalho, a questão de tantas melhorias no sentido da velocidade com que as empresas podem ser abertas no País.

E temos que fazer sim a simplificação tributária, isso é muito necessário. Hoje, as empresas brasileiras gastam muitas horas de trabalho de seus funcionários cuidando de pagar corretamente os impostos, de tentar pagar corretamente os impostos. Esse é um problema que nós temos que enfrentar. E vamos enfrentá-lo nas simplificações que estão sendo feitas na fusão de impostos como PIS/COFINS, na CBS -- Contribuição sobre Bens e Serviços e em tantas outras matérias que o Governo tem encaminhado aqui para esta Casa.

Nós vivemos, obviamente, um momento de debate de ideias, de posicionamentos. O Presidente Bolsonaro tem ideias muito claras, defende fortemente os valores da família, trabalha com uma lógica muito objetiva de um governo liberal, de um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, com capacidade de premiar aqueles servidores que têm um desempenho mais adequado no seu trabalho, o que hoje não é possível dentro das normas constitucionais que nós temos.

Eu tenho clareza de que ainda precisamos fazer muitas reformas na nossa Constituição. Eu mesmo já propus uma nova Assembleia Constituinte e estou com o projeto do plebiscito pronto para ser apresentado.

Neste momento de grande conturbação, de desarmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário tem ultrapassado seus limites, tem avançado sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Legislativo e sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Executivo. O Supremo Tribunal Federal procura decidir sobre tudo, não percebe que está causando desarmonia na nossa Nação. Nós legisladores, obviamente, temos que ter muita atenção, porque na verdade o

Supremo legisla em nosso lugar com as suas decisões e, muitas vezes, desfaz as nossas decisões ou simplesmente as arquiva com uma canetada monocrática, de um de seus membros, jogando a matéria na gaveta. Então, nós temos, sim, que buscar, com uma ação objetiva, a harmonia entre os Poderes. O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes iguais e devem ser tratados assim. Estamos buscando fazer com que isso seja efetivo na nossa sociedade.

Estamos tratando do novo Código Eleitoral, estamos tratando das regras para as eleições. Na última eleição, por exemplo, as cotas de recursos para candidatos negros, pardos e amarelos foram decididas depois das convenções partidárias. O Judiciário interferiu no processo eleitoral, depois das convenções realizadas. Não é cabível esse tipo de ação.

Nós não queremos afrontar o Judiciário. O Judiciário tem o seu papel na sociedade, tem a sua atribuição constitucional, mas não pode ultrapassá-la e interferir em prerrogativas que são exclusivas de outros Poderes.

Nós estamos vendo agora decisões monocráticas. Um Ministro entende de uma forma, outro entende de outra. Não se procura harmonizar o processo decisório dentro da instituição Supremo Tribunal Federal, que, aliás, tem excelentes Ministros, muito bem preparados, muito qualificados. Mas o ativismo político do Judiciário tem que ser repreendido. Não podemos permitir o ativismo político do Judiciário. O Judiciário implementa uma regra, o Judiciário não ganha eleição nem perde eleição. Ele aplica a regra. Quem disputa é que ganha ou perde eleição. Portanto, o Judiciário não tem que ter preferência por essa ou aquela regra. É isso.

Então, quando o Presidente Bolsonaro fala de mais transparência nas eleições, ele tem aderência. A população quer mais transparência nas eleições. Quem não quer mais transparência em tudo? O Supremo defendeu que era perfeito o sistema. Uma semana depois de votada aqui a matéria, que, apesar de ter tido maioria de votos na Câmara dos Deputados, não passou, porque era emenda constitucional, o Ministro Barroso vem aperfeiçoar o perfeito, vem apresentar melhorias no sistema que já era perfeito, segundo ele dizia. Então, essas incoerências, essas incongruências, essa tentativa do Supremo de ficar de bem com a opinião pública não se verifica. Eles têm cargos vitalícios, eles estão lá para fazer valer o que está escrito na Constituição brasileira. Essas mudanças de interpretação causam grande ansiedade na sociedade.

Como disse, reconheço que os Ministros do Supremo são pessoas qualificadas, habilitadas,

entendo a lógica que se estabeleceu no País, mas é cada um no seu lugar, é cada um com a sua atribuição, é cada um respeitando a harmonia e a independência entre os Poderes. É isso o que eu acho que poderia ajudar a pacificar mais o Brasil neste momento de conturbação.

A pandemia está enfrentada. O Presidente Bolsonaro editou no ano passado uma medida provisória de 20 bilhões de reais, que nós aprovamos nesta Casa. Há dinheiro para a compra de todas as vacinas necessárias, para vacinar todos os brasileiros. Infelizmente, a ANVISA retarda muito a aprovação das vacinas, tem dificultado a aprovação no Brasil de vacinas que já estão sendo aplicadas em diversos países do mundo, em larga escala, mas é isso o que nós temos. A ANVISA não é governo, a ANVISA é uma agência independente. Então, ela faz aquilo que acha adequado. Temos que respeitar, mas podemos discordar.

É assim que nós pretendemos levar a bandeira do Governo Bolsonaro: com princípios, em linha reta e com objetivo claro.

Documento 185/201

96.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/08/2021- CD	11:36
Publ.: DCD - 27/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solidariedade à Deputada Talíria Petrone, diante de impropérios do Deputado Eduardo Bolsonaro. Contestação ao discurso do Deputado Ricardo Barros, a respeito da luta do Presidente Jair Bolsonaro pela transparência nas eleições brasileiras. Protesto contra a imposição, pelo Exército brasileiro, de cem anos de sigilo do processo disciplinar instaurado contra o ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Necessidade de ações efetivas, por parte do Governo Federal, para a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19; a geração de emprego e renda e combate à fome no País. Prática do crime de genocídio pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro. Queda dos índices de aprovação popular do Presidente da República. Ocorrência do crime de lesa-pátria na venda de refinarias da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Vinculação entre a privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e o reajuste nas tarifas de energia elétrica no País. Necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Adoção, pela Casa e pelo Congresso

Nacional, de pauta contrária aos interesses da população brasileira. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata instalação de Comissões Mistas para apreciação de medidas provisórias. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta, Deputada Rosângela.

Eu quero, em nome do PT, em primeiro lugar, manifestar total solidariedade à Líder do PSOL, a professora de história Talíria Petrone, que está tão bem representando a Liderança do PSOL e que foi levemente acusada, adjetivada com nomes impróprios, o que é característico do "bolsonarismo", pelo filho do Presidente da República, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Deputada Talíria, V.Exa. tem toda a confiança do Partido dos Trabalhadores. Nós estamos manifestando essa solidariedade, porque, como já disse muito bem o nosso grande Líder, o Deputado Henrique Fontana, o "bolsonarismo", ao ver suas pautas totalmente derrotadas, precisa fazer um debate artificial, uma polarização violenta, brutal, mentirosa, com *fake news*, para que o povo faça o debate longe do que é a vida do povo.

O tema do voto impresso já foi derrotado. Essa bobagem é para falar de transparência? O Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, falou agora que o Bolsonaro quer transparência. Isso não é verdade. O Bolsonaro não quer transparência, o Bolsonaro quer continuar mentindo para a sociedade brasileira. Se o Supremo toma atitudes contra o Governo, é porque está colocando um freio de arrumação nas muitas mentiras e afrontas à democracia e às instituições que o Governo está fazendo, que o "bolsonarismo" está fazendo. O próprio Presidente da República comete crime, e isso precisa ser repreendido. Se o Governo quisesse transparência, não pediria sigilo por 100 anos do processo administrativo que, nas Forças Armadas, deveria punir o ato criminoso do ex-Ministro Pazuella, por ter, como militar, participado de um ato, afrontando a democracia. Cem anos de sigilo! Isso é querer transparência? Mentir através de *fake news* é querer transparência? É óbvio que não.

Então, nós precisamos repudiar essas atitudes que vão na linha de tergiversar, de não falar o que o povo quer e do que o povo precisa. Do que o povo precisa? Precisa de vacina no braço, de comida no prato, de renda e emprego.

Quero falar da vacina. O Governo tem dito para a sociedade que a ANVISA é a responsável pelo fato de não haver vacinas. Isso é uma



grande mentira! Quem não trouxe vacina para o Brasil foi Bolsonaro. Foi ele que negou vacina para o povo brasileiro. Ao negar a vacina para o povo, houve esse genocídio de quase 600 mil pessoas. Se agíssemos conforme a ciência, se não fôssemos tão negacionistas, se respeitássemos a ciência, os técnicos e os profissionais, poderíamos ter essas pessoas no nosso convívio, no meio das famílias. São pais que não voltam mais para as suas famílias, são mães que não estarão mais com os seus filhos ou são filhos que não voltarão mais aos seus lares. Esse genocídio provocado no Brasil tem um responsável, que se chama Bolsonaro, com a sua política genocida. É por isso que o Senado está fazendo a apuração rigorosa na CPI. Mais do que o genocídio, ela está provando que há corrupção. A corrupção não existe só na família, com as "rachadinhas", no que a família Bolsonaro é campeã. Isso é corrupção, gente! Então, este Governo é corrupto também.

Mas é interessante dizer, sobre o tema das vacinas, que todas as que vieram diretamente para a FIOCRUZ e para o Butantan o Governo não fez nenhum esforço para que viessem, mas, quando podia alocar empresas, quando podia cobrar propina por uma vacina para as pessoas que estão morrendo e que precisam dessa vacina, o Governo cobrou propina, com empresas intermediárias. Isso precisa ser apurado. Este Governo é genocida e corrupto.

Então, o que o povo realmente está vendo neste Governo? Por que os índices caem, todas as vezes que sai uma pesquisa, em relação ao Governo? Porque o povo está enxergando que este Governo faz falsa propaganda, que as atitudes estão no mundo sombrio: ou do negacionismo, ou da cloroquina, ou do Ministério paralelo, ou do gabinete do ódio na área da comunicação, ou, na área da segurança, das milícias. Esse mundo sombrio é o que as pessoas estão começando a enxergar.

Nós estamos indo para a pauta do povo. E qual é a pauta do povo? É vacina, mas também é comida no prato e luta contra a alta dos preços. Isso é o que quero enfatizar neste momento. São 100 reais por um botijão de gás - ninguém aguenta mais isso -, são 7 reais por 1 litro de gasolina. E o Governo ainda vai entregar a PETROBRAS? Gente, esse crime de entregar refinarias da PETROBRAS significa nos subordinarmos a uma lógica internacional, quando temos petróleo.

Se não tivéssemos petróleo, deveríamos nos submeter à lógica internacional, mas o Brasil é autossuficiente, o Brasil tem petróleo, o Brasil tem pré-sal. Então, não precisaríamos do PPI - Preço de Paridade de Importação, e não precisaríamos cobrar 7 reais por 1 litro de gasolina. O alto preço do combustível fere e prejudica os caminhoneiros, o agricultor, que vai à roça para produzir. Agora, quando o preço da energia está nas nuvens, com bandeira vermelha,



estão vendendo a ELETROBRAS. Isso é de uma insanidade! E este Parlamento está chancelando essas barbaridades, esses crimes que estão sendo cometidos.

Nós precisamos aprovar, sim, e sancionar a Lei Assis Carvalho, para que não aumente o preço da comida. As pessoas, para terem um gostinho de carne, precisam fazer fila diante do açougue para pegar osso. Gente, nós tiramos o Brasil do *Mapa da Fome* com o Lula e a Dilma! Na semana que vem, no dia 31, vão ser completados 5 anos do golpe, da retirada da Dilma, quando o Senado votou pelo afastamento da Presidenta Dilma, quando este Congresso votou pelo afastamento da Dilma. De lá para cá, o Brasil voltou para o *Mapa da Fome*, as pessoas ficaram desempregadas, e não têm o que comer, os preços estão nas nuvens, e nós estamos vendendo patrimônio. A pauta do Congresso é vender os Correios; a pauta do Congresso é entregar as nossas refinarias; a pauta do Congresso é vender a ELETROBRAS; a pauta do Congresso é fazer a reforma da Previdência, que deixou o povo sem aposentadoria; a pauta do Congresso é a reforma trabalhista, que faz com que as pessoas estejam com a Carteira Verde e Amarela, mas em situação precarizada, sem direitos sociais. A pauta desta Casa é uma nova reforma administrativa, que vai destruir o serviço público deste País, que vai tirar do Governo a possibilidade de intervir na economia, para termos conteúdo nacional, para mantermos as nossas indústrias produzindo no País. É grave, é criminoso o que está acontecendo. Esta Casa tem que votar a renda emergencial para o povo de 600 reais. Esta Casa, a Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, junto com o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, junto com o Senado, precisa instalar as Comissões das medidas provisórias, para que possamos fazer o debate com a sociedade, para votarmos os 600 reais como renda emergencial, para não termos o salário mínimo congelado.

O povo não tem poder aquisitivo para fazer compras porque a inflação está aumentando. Não é uma inflação que aumenta porque há muito consumo, pela lei da oferta e da procura. Não. As pessoas não compram, e as coisas encarecem. Qual é o problema? É porque não há mais confiança neste Governo. O Governo não dá confiança para quem quer investir. Aliás, as empresas que estão no Brasil, em vez de abrirem novas unidades, estão fechando e saindo do Brasil, gerando um desemprego enorme.

Então, é contra isso que nós temos que agir. Por isso, nós chamamos, sim, e estamos juntos com os movimentos sociais, para dizer: "*Fora, Bolsonaro!*". Cada hora, enquanto Bolsonaro estiver no Governo, é ruim para o povo, é ruim para o Brasil. Perdemos a soberania. Precisamos pautar, sim, nesta Casa, o *impeachment*. Precisamos de uma voz forte neste Parlamento contra as atitudes que rompem a democracia no País. Se as instituições, neste momento, não se

manifestarem, estaremos chancelando as atitudes ditatoriais, a tergiversação do Governo. O "bolsonarismo" veio para destruir, não para construir - é o "passar a boiada". Nós vamos defender a Nação brasileira. Fora, Bolsonaro! É a pauta do povo que deve estar na ordem do dia.

Documento 186/201

96.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/08/2021-16:04
Publ.: DCD 27/08/2021 -	LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Transcurso do Dia Nacional do Voluntariado. Relevância do papel exercido por voluntários junto às populações vulneráveis durante a epidemia de coronavírus.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste último dia da semana de sessão da Casa, gostaria de lembrar o Dia Nacional do Voluntariado, que vamos comemorar no próximo sábado, dia 28.

Apesar de muitas vezes criticados, dias comemorativos são ocasiões para educar o público sobre questões preocupantes, mobilizar a vontade política, facilitar a obtenção de recursos no enfrentamento dos nossos problemas e, principalmente, celebrar e reforçar as conquistas nacionais e da humanidade.

A data do voluntariado foi instituída pela Lei nº 7.352, de 28 de agosto de 1985, e celebra a ação de todas as pessoas que ajudam outras sem receber qualquer remuneração em troca.

Segundo definição das Nações Unidas, "*voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou*

outros campos".

As ações do voluntariado não geram ganho financeiro algum, pelo contrário. Ter participado é o retorno. São pessoas que identificam que não há melhor conforto do que ver suas ações florescerem ao longo do tempo e ver que fazem diferença em muitas vidas. São os empreendedores sociais que lideram tais ações que merecem ser lembrados nesse dia.

Apesar de ter sido criada há mais de 35 anos, a data este ano ganhou ainda mais relevância. Com a pandemia da COVID-19, as ações voluntárias intensificaram-se e se voltaram a questões emergenciais, como a mobilização para doação de alimentos, água e produtos de higiene às pessoas mais desassistidas.

Com a chegada do vírus, as desigualdades sociais do País foram evidenciadas. As populações vulneráveis foram as mais afetadas pela paralisação das atividades econômicas e *lockdowns*, muitas vezes exagerados. Isso demandou ações rápidas e pontuais, que, normalmente, os governos, em todas as suas esferas, não têm agilidade para prover. Segundo dados, nas periferias brasileiras, 71% das famílias viveram com menos da metade da renda que tinham antes da pandemia. O resultado, então, foi uma onda solidária: quase 30% dos brasileiros tiveram alguma atitude de solidariedade durante a crise da COVID-19.

Antes do coronavírus, porém, o trabalho voluntário estava em baixa no Brasil. Em 2019, ele foi realizado por 6,9 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Em 2018, eram 7,2 milhões. O número é baixo em comparação a outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, de forma natural, mais de 30% da população dedica-se ao voluntariado.

O trabalho de muita gente ao longo do tempo ajuda a mudar para melhor a vida urbana. Desse trabalho fica algo importante e que não tem preço: a experiência transformadora de uma vida inspirada na caridade cristã, na doação de tempo e de recursos em benefício de terceiros.

Datas como essa são, então, uma excelente oportunidade para agradecer aos voluntários. Todos gostam de ser reconhecidos por seus esforços. Isso ajuda a aumentar a autoestima e a confiança, assim como amplia a vontade de seguir praticando as ações, o que é fundamental para incentivá-los a continuar.

O reconhecimento é um componente fundamental da retenção de voluntários. Quando os voluntários se sentem valorizados e importantes, é mais provável que se sintam conectados ao programa e

continuem envolvidos e engajados. Mesmo os voluntários mais altruístas querem que seus esforços estejam fazendo diferença real na comunidade.

Todos podem ser voluntários, seja você jovem ou velho, homem ou mulher, desempregado ou trabalhador em regime de tempo integral, rico ou pobre.

Para os jovens, o voluntariado pode ser uma forma de desenvolver novas habilidades, obtendo experiência prática que impulsiona a empregabilidade, ou simplesmente uma forma de ajudar a comunidade.

Os idosos também podem se beneficiar do voluntariado. Ele desempenha um papel importante em um envelhecimento ativo, bem como no reforço da solidariedade entre gerações. O voluntariado ajuda a acabar com a mentalidade de que a velhice de alguma forma impede uma pessoa de ativamente participar ou contribuir para a sociedade. Na verdade, é o contrário. Pessoas mais velhas são uma grande fonte de experiência que pode ser transferida para novas gerações.

O voluntariado pode nos ajudar a construir uma sociedade mais forte, fortalecendo a coesão, a solidariedade e a inclusão. O voluntariado ajuda a promover maior compreensão e tolerância entre diferentes grupos da sociedade, além de desempenhar papel importante na luta contra a ignorância e o preconceito, contra a pobreza e a exclusão social.

Dessa forma, reconhecendo a importância que os voluntários fazem no Brasil, desejo a todos "parabéns" pelo seu dia. Eu acredito demais na força e no poder transformador do voluntariado!

Sucesso a todos!

Documento 187/201

96.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/08/2021-16:04
Publ.: DCD 27/08/2021 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do 16º aniversário de fundação do Republicanos. Fortalecimento da

legenda ao longo da atual legislatura. Regozijo com o desempenho do Presidente do partido, Deputado Marcos Pereira, e do Líder da bancada na Casa, Deputado Hugo Motta. Coerência e coesão como marcas norteadoras da atuação do Republicanos. Homenagem ao Presidente de Honra do partido, ex-Senador e ex-Vice Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande alegria que nós do Republicanos dizemos que o partido completa 16 anos de existência, celebrados no dia 23 de agosto, tendo muitos motivos para comemorar. De acordo com levantamento baseado em dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, a sigla foi a que mais cresceu ao longo da atual legislatura, quando somados todos os votos recebidos pela bancada nesta Casa.

Isso se deu porque, além de não termos perdido nenhum Parlamentar, tivemos a satisfação de receber a filiação de cinco Deputados que, juntos, receberam mais de meio milhão de votos. Atualmente, nossa bancada conta com 32 Deputados Federais - é a quinta maior da Câmara - e um Senador. Nas últimas eleições, o Republicanos foi o segundo partido que mais cresceu, superado apenas pelo PSL.

Sra. Presidente, nobres colegas, esse crescimento é fruto da liderança firme do Deputado Marcos Pereira, Presidente do partido desde 2011, e do Líder da nossa bancada na Câmara, o Deputado Hugo Motta. Nosso comprometimento com os princípios e ideais republicanos é o que tem sempre norteado as posições do partido em todas as matérias em discussão no Parlamento. Isso confere coesão à bancada e coerência nas votações.

Coerência e coesão têm sido as marcas da atuação do Republicanos no Parlamento, características que são particularmente importantes num momento em que o Brasil enfrenta a crise provocada pela pandemia da COVID-19, com todos os graves reflexos econômicos e sociais dela resultantes.

O povo brasileiro necessita, talvez mais do que nunca, de uma resposta do Congresso Nacional que seja, a um só tempo, ágil e efetiva. Desde que a emergência sanitária sem precedentes começou a ceifar centenas de milhares de vidas no nosso País, nossa bancada agiu em bloco para garantir um estoque de vacinas que permitisse a

retomada da economia e para auxiliar, de forma emergencial, aqueles que tiveram sua renda seriamente comprometida pela pandemia.

Não tenho dúvida de que o Republicanos, dessa forma, honrou a memória do nosso fundador e Presidente de honra, o saudoso Senador e Vice-Presidente da República José Alencar, um político que sempre se conduziu de maneira absolutamente ética e comprometida com os mais altos valores republicanos.

Nós temos convicção de que não há outra forma de fortalecer nossa democracia e nossas instituições e seguiremos fiéis aos princípios que inspiraram a criação do Republicanos, há 16 anos. Hoje já somos o décimo maior partido do País, com quase meio milhão de filiados, e temos registrado progressivo crescimento a cada nova eleição, consolidando uma trajetória de expansão da nossa representatividade federal, estadual e municipal.

Ao comemorarmos mais 1 ano de existência com saldo tão positivo, quero congratular-me com todos os nossos 32 Deputados Federais, com o nosso representante no Senado, o Senador Mecias de Jesus, com os membros dos movimentos de mulheres, jovens e idosos que militam no partido, com nosso Presidente Marcos Pereira e, sobretudo, com todos aqueles que encontraram no Republicanos uma sigla capaz de representar suas mais caras causas e convicções.

Sinto grande satisfação e orgulho por integrar as fileiras do Republicanos. Posso assegurar a todos os que, ao longo dos anos, se identificaram com nossos princípios e nos honraram com o seu voto que jamais trairemos a confiança dos nossos eleitores e os legítimos anseios do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 188/201

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-09:28
Publ.: DCD - 27/08/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contestação aos argumentos do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, para indeferimento do pedido de impeachment do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Perseguição da Suprema

Corte ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Ontem, o Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, disse que não vai aceitar, que vai rejeitar o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes feito pelo Presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, falta ao pedido adequação à Lei do *Impeachment* e que, por isso, faltaria justa causa para dar seguimento ao processo.

Eu não sei realmente se o Presidente Rodrigo Pacheco não tem acompanhado o que tem acontecido no Brasil, mas acredito que esteja acompanhando, obviamente, ou se está se acovardando. Não é possível que ele não tenha consciência dos inquéritos inconstitucionais, das prisões ilegais, até de Deputados que exerciam as suas prerrogativas parlamentares, que têm imunidades materiais e formais, de todas as interferências nas decisões do Poder Executivo e do Poder Legislativo, da prisão de Roberto Jefferson e de outras pessoas por exercerem a sua liberdade de expressão. Se estão exacerbando, se estão exagerando, devem ser punidos pelo Judiciário, mas pela via própria, e não com prisões inconstitucionais.

E mais, o Ministro Alexandre de Moraes depois ainda disse, em reuniões que teve com Senadores, que não vai mais admitir em silêncio os arroubos do Presidente, que o STF agora entrou no modo "bateu, levou".

Eu interpreto isso da seguinte forma: o Ministro Alexandre de Moraes não vai mais aceitar a resistência do Presidente Bolsonaro a todas as inconstitucionalidades promovidas por ele e por Barroso contra cidadãos; não vai mais aceitar a resistência do Presidente Bolsonaro contra as prisões ilegais, contra os inquéritos inconstitucionais. Não é possível que assistamos a tudo isso atônitos e fiquemos calados!

Eu tenho aqui uma lista de 123 manifestações do STF interferindo nas decisões do Presidente Bolsonaro. Vou citar algumas. Em 14 de março de 2019, o Ministro Dias Toffoli abriu o inquérito das *fake news* e deixou a cargo de Alexandre de Moraes, um inquérito inconstitucional. Em 24 de junho de 2019, o Ministro Barroso suspendeu MP de Bolsonaro que transferia a demarcação de terras da FUNAI para o Ministério da Agricultura. Em 8 de abril de 2020, o Ministro Alexandre de Moraes proibiu o Executivo Federal de vetar o isolamento social nos Estados. Em 29 de abril de 2020, o Ministro Alexandre de Moraes suspendeu a nomeação de Ramagem para a Polícia Federal. Em 26 de fevereiro de 2021, o Ministro Alexandre de Moraes pediu vista em processo que suspende o zeramento da alíquota de importação de

pistolas e revólveres.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) - Em 8 de abril de 2020, o Ministro Barroso mandou instaurar a CPI da COVID no Senado com a intenção de investigar as ações do Executivo durante a crise da COVID-19.

É o poste mijando no cachorro. Sobram momentos para declarar o *impeachment*. São flagrantes das inconstitucionalidades por parte de Ministros do STF.

Por isso, Senador Rodrigo Pacheco, não se acovarde!

Documento 189/201

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-09:36
Publ.: DCD - 27/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, sobre a instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, e a alteração da Lei nº 11.346, de 2006. Importância de sanção presidencial do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Presidenta Rosangela, quero dizer novamente a V.Exa. que é muito bom vê-la presidindo a sessão da Câmara dos Deputados, mulher que nos enche de orgulho à frente do Parlamento brasileiro.

Hoje eu gostaria de chamar a atenção para a votação que faremos mais tarde do PL 4.968, de 2019, de autoria da Deputada Marília Arraes. Essa foi uma das primeiras discussões que S.Exa. fez nesta Casa quando se elegeu. Parabéns, Deputada Marília, por tanta sensibilidade em relação às mulheres brasileiras.

Tenho a honra de ter discutido na Comissão dos Direitos da Mulher o mesmo projeto, onde fizemos os encaminhamentos da relatoria. Ali pudemos ouvir pessoas que já têm um trabalho na questão da pobreza



menstrual, no sentido efetivo de apoiar mulheres em relação às necessidades que são encontradas em todo o País. Ouvimos a ONU Mulheres, ouvimos diretoras de escola, ouvimos entidades, como, por exemplo, a Livre para Menstruar, que levanta dados em todo o País.

Presidenta Rosângela, V.Exa. sabe o que significa mensalmente o corpo da mulher, que reage diferente do corpo masculino, menstruar e, se ela não tiver um absorvente higiênico para utilizar, é impedida de fazer todas as tarefas inerentes à atividade diária de uma mulher. As jovens, muitas vezes, deixam de ir à escola por esse motivo. E sabemos qual é o prejuízo para as adolescentes que faltam às aulas, faltam às provas por não terem acesso a um absorvente. E na condição econômica em que está o País, com certeza, as famílias, entre comprar absorvente e comprar pão, compram pão.

Por isso, vamos apoiar o projeto. Os homens são sensíveis à causa. Vamos aprová-lo e eliminar de vez esse constrangimento que as mulheres brasileiras desde a mais tenra idade passam no Brasil.

Quero também, Sra. Presidenta, chamar a atenção para a Lei Assis Carvalho, que foi votada no Senado ontem. O Presidente da República precisa sancioná-la o mais rapidamente possível. Devemos apoiar a agricultura familiar, o homem e a mulher do campo que produzem alimentos, que enchem as mesas e que produzem com sustentabilidade. Precisamos ter clareza, neste momento do Brasil, que falta emprego, que falta renda, e quem está no campo sustenta a família com o suor do rosto, com a enxada, muitas vezes, com poucos implementos, mas que traz para as feiras, para os mercados, para o comércio local o alimento fresco do dia a dia. O financiamento é necessário, porque sabemos que, no Brasil, o Plano Safra tem destinado recursos para a grande produção, fundamental, mas que não nos alimenta. Precisamos de alimentação saudável em nossas mesas, que é fruto do calo das mãos do homem e da mulher trabalhadora do campo.

Por isso, Sr. Presidente Bolsonaro, é preciso sancionar essa lei, é preciso financiar a agricultura familiar, é preciso deixar o homem e a mulher que trabalha com o apoio necessário. Vamos unir forças agora, juntos, numa campanha pública para que o PL seja sancionado.

Quero abraçar o Deputado Pedro Uczai, da nossa bancada, e todos da bancada da agricultura, que fizeram um esforço muito grande para que a Lei Assis Carvalho se tornasse realidade no Brasil. Ela é muito importante.

Muito obrigada, Sra. Presidenta. É muito bom, digo de novo, ver uma mulher conduzindo a sessão da Câmara dos Deputados.

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-09:40
Publ.: DCD - 27/08/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Importância de sanção presidencial da propositura. Caráter arrogante do discurso bolsonarista a respeito do pedido de impeachment contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de celebrar uma vitória importante no Senado ontem, quando foi aprovado o Projeto de Lei nº 823, de 2021, que fortalece a agricultura familiar, um programa que nós da bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos e foi aprovado na Câmara. Ontem, com exceção do Líder do Governo Bolsonaro, que votou contra, todos os demais Senadores votaram a favor do projeto.

É um programa que prevê 2.500 reais de fomento à produção de alimentos sem reembolso; 3.500 reais para enfrentar o problema da água e da seca, cisternas, armazenamento de água; 6 mil a 7 mil reais para o Programa de Aquisição de Alimentos - e tenho orgulho de ter sido o primeiro Prefeito do Brasil a implantar, em 2003, na cidade de Chapecó, a primeira compra direta -; a renegociação das dívidas, o Plano Safra e financiamento com juro zero.

Agora, depois dessa vitória, dou os parabéns à bancada do Partido dos Trabalhadores! Parabéns aos movimentos sociais do campo e sindicais! Agora a pressão é: sancione, Bolsonaro! Apoie a produção de alimentos para reduzir a inflação dos alimentos para o povo brasileiro e fortalecer a agricultura familiar! Essa é uma grande vitória que comemoramos juntos! Muito obrigado a todos que se mobilizaram para conquistá-la!

Mas eu não posso deixar, Sra. Presidente, de fazer um comentário sobre os discursos bolsonaristas que escutei esta manhã. Olhem a arrogância: querer falar em *impeachment* de um Ministro que está

cumprindo a Constituição, para defender as instituições democráticas e o Estado Democrático de Direito, contra aqueles que querem destruir a democracia, rompendo com lei maior!

E quem são os bolsonaristas, quando já temos mais de 130 pedidos de *impeachment* ao Presidente da República? Este, sim, rasga a Constituição, atenta contra o Estado Democrático de Direito, gera uma crise sanitária ao produzir um genocídio humano no País! Portanto, é ele que quer romper com a democracia, com o Estado Democrático de Direito. É ele que descumpre a Constituição. O Supremo é o guardião do julgamento da lei. O Senado é o guardião de fazer cumprir a lei, a Constituição, de respeitar as instituições e a democracia.

Por isso, Bolsonaro é que deve ser responsabilizado por crime de responsabilidade. Não faz sentido os bolsonaristas defenderem *impeachment* de Ministro quando é o Presidente que produz crimes de responsabilidade às dezenas neste País. A cada semana, com seus discursos, com seus atos, inclusive colocando tanques para tentar pressionar outros Poderes, o Presidente produz fatos que o levam a ser "impeachmentado", a ser afastado, porque perdeu as condições morais, políticas e legais para continuar governando o País.

Documento 191/201

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-09:44
Publ.: DCD - 27/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a privatização de unidades da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS no Estado do Amazonas. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no Estado. Desrespeito do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao povo brasileiro demonstrado na declaração sobre o reajuste nas tarifas de energia elétrica. Importância da aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero saudar V.Exa. e os demais colegas Parlamentares.

A privatização da PETROBRAS continua. No Amazonas, privatizaram a



base de exploração de Urucu de petróleo e gás, privatizaram o Gasoduto Coari-Manaus, privatizaram a distribuição de gás, e agora foi anunciada a venda da Refinaria de Manaus. Quer dizer, é mais um golpe contra a população amazônica e contra o Brasil, é mais uma forma de entregar o patrimônio público, as riquezas do País para interesses privados e estrangeiros.

Estão anunciando a venda da refinaria de Manaus por 994 milhões de reais, o equivalente a 189 milhões de dólares, algo quase simbólico em relação ao que vale a empresa hoje, ao investimento feito, e também aos lucros que o setor privado vai ter, sem ter investido 1 centavo para a construção dessa refinaria, que tem mais de 50 anos.

É um processo de privatização que vai encarecer ainda mais os combustíveis. Aqui no Amazonas, na Capital, o preço da gasolina já está em 6 reais. No interior do Estado, é muito mais alto. O botijão de gás já está custando mais de 100 reais, em qualquer lugar. Portanto, os preços estão sendo elevados, o custo de vida está aumentando, a população está ficando mais pobre, esse é o resultado da privatização. É lamentável que agora a refinaria também esteja sendo entregue ao setor privado.

O mesmo aconteceu na área de energia. Fizeram a privatização, e a conta de energia não para de crescer. Houve mais um reajuste. É um absurdo que o Ministro da Economia faça esta pergunta: "*Qual é o problema de a energia ficar mais cara?*" O problema é que as pessoas estão ficando mais pobres, o problema é que não há renda, o problema é que o desemprego está altíssimo, o problema é que o salário das pessoas foi reduzido. Esse é o problema. O problema é a vida das pessoas. O problema, talvez o maior, é que temos um Presidente que é contra o povo, contra os indígenas. Este é o maior problema, é o Ministro da Economia, é o Governo Bolsonaro. Esse é o maior problema.

Mas não posso deixar de registrar também, Sra. Presidente, a importância da aprovação, no Senado, da Lei Assis Carvalho, de apoio aos agricultores familiares. Ontem participei da abertura do encontro de formação da FETAGRI, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas, com dirigentes sindicais, lideranças, em sua maioria mulheres, de diversos Municípios do Estado do Amazonas, para fazer uma discussão exatamente sobre agricultura.

No momento político que estamos vivenciando, é muito importante favorecer a produção de alimentos para enfrentar a fome, para garantir compras públicas. Está na hora de criar uma política que garanta a compra de produtos da agricultura familiar aqui no Estado. Temos um polo industrial que precisa de milhares de refeições para os trabalhadores. É necessária uma política efetiva para direcionar essa

produção a esse setor, em que é alto o consumo de alimentos. Precisamos favorecer a geração de renda através da agricultura familiar e apoiar os que estão hoje numa situação mais difícil e precária.

Sra. Presidente, eu gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 192/201

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-10:32
Publ.: DCD - 27/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Senado Federal pela aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Expectativa de sanção da matéria pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidenta Rosângela Gomes, bom dia.

Faço uma saudação a V.Exa., a todos os que estão acompanhando a nossa sessão e aos Deputados e Deputadas.

Eu quero falar hoje de um assunto que pode amenizar a lamentável suba dos alimentos para os consumidores: a Lei Assis Carvalho. Ela é de um projeto de nós Deputados do PT junto com movimentos sociais aprovado na Câmara dos Deputados e que o Senado aprovou no dia de ontem.

Essa lei é um apoio a quem produz alimentos com estímulo para o agricultor familiar, com compras públicas, com incremento em atividades de produção de alimentos, porque o Governo Bolsonaro abandonou a agricultura familiar do País. Ele não pensa na produção de comida para o povo. A consequência disso é a alta de todos os preços. Você vai ao mercado, leva mais dinheiro e compra menos. E, para ter o gostinho de carne, as pessoas chegam a comprar osso em açougue.

Apoiar a agricultura familiar é contribuir para termos mais alimentos e

poderemos reduzir o preço alto que o consumidor paga. E não é só na comida que o Bolsonaro está deixando o povo sem comprar. Ninguém aguenta mais neste Brasil 100 reais o botijão de gás e 7 reais um litro de gasolina. O *diesel* é fundamental para os caminhoneiros, para o transporte, para quem vai ao campo produzir alimentos. As pessoas não aguentam mais pagar o alto custo da energia. E o Bolsonaro, nem aí com essa política, nem aí com auxílios.

É essa cobrança o que nós queremos fazer aqui, comemorando e parabenizando o Senado por ter aprovado o nosso projeto para ajudar a agricultura familiar a produzir comida. A Lei Assis Carvalho precisa ser sancionada. Ela foi aprovada, e o Bolsonaro, que é contra a agricultura familiar neste País, é contra a produção de alimentos e quer que os preços subam para o povo brasileiro, não pode vetá-la, como já fez outra vez. Ele precisa sancioná-la.

Então, já que o projeto está aprovado agora na Câmara e no Senado, a palavra de ordem é uma só: Bolsonaro, sancione a Lei Assis Carvalho, para que os preços dos alimentos não continuem subindo, para que o povo no campo possa produzir comida, para que as pessoas possam comprar alimento e para que a desigualdade no Brasil não aumente! Infelizmente, é grande o fosso que ele colocou, a distância entre ricos e pobres. A agricultura tem uma contribuição extraordinária para a renda, para o alimento, para o desenvolvimento neste País. A Lei Assis Carvalho precisa ser sancionada.

Por isso, essa é a nossa palavra de ordem. Aprovada a Lei Assis Carvalho, o Bolsonaro precisa sancioná-la para que os alimentos não fiquem tão caros e haja renda no campo.

Documento 193/201

71.2021.B	Sessão Outro Evento	26/08/2021-10:44
Publ.: DCD - 27/08/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente da República de sanção do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Aplausos ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, pelo arquivamento do pedido de impeachment do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes,

requerido pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidenta Rosângela, saúdo V.Exa., o Deputado Ivan Valente e também todos os demais Parlamentares.

Eu queria dizer, Presidenta, que, com muito carinho, ajudamos a organizar e aprovar na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal o projeto que criou a Lei Assis Carvalho, vetado pelo Presidente Bolsonaro em 98%.

Agora, novamente, depois de um grande esforço, a Câmara e o Senado aprovam a Lei Assis Carvalho II, para apoiar a produção de alimentos, a agricultura familiar brasileira, os assentamentos, as comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, posseiros. Ela visa a baratear alimentos para o povo brasileiro - povo que não come mais carne - e é fundamental para a renegociação de dívidas atrasadas da agricultura brasileira.

Por isso, nós pedimos a sanção total desse projeto, que foi debatido e discutido com amplo apoio da sociedade brasileira e, em especial, da CONTAG, de todas as federações, da Via Campesina e de todos aqueles que produzem alimentos neste País.

Sra. Presidenta, queria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Também queria, Presidenta, parabenizar - não podia ser diferente - o Presidente do Senado por ser um Parlamentar, um Senador que respeita a Constituição. S.Exa. deu a resposta que deveria dar ao Presidente da República, que não tem nenhuma dignidade, nenhum compromisso com a Constituição e pediu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes apenas porque sabe que o Supremo Tribunal Federal e que a CPI das Fake News já chegaram a muitas conclusões, a muitas informações.

Quem é o desastre neste País, quem precisa de *impeachment* neste País - e é urgente afastá-lo - é o Presidente Bolsonaro. Ele é o autor, com sua família, das *fake news*, das mentiras, da enganação e ainda puxa atos para...

(Desligamento automático do microfone.)

97.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/08/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 01/09/2021 - VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. Desestruturação do patrimônio público brasileiro. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19, e pelo quadro de desemprego reinante no País. Ameaças do Presidente da República ao Estado Democrático de Direito. Cumprimento do papel institucional das Forças Armadas brasileiras.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Em continuidade a esse diálogo tão importante que a Câmara faz, em que o debate é feito, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, que hoje nós estamos nos lembrando do péssimo dia em que uma mulher honesta, trabalhadora, a companheira Dilma, sofreu um dos maiores golpes da história do Brasil, uma mulher vigilante dos direitos da nossa classe, dos direitos do Brasil, dos direitos do Estado Democrático de Direito que agiu com seriedade.

E, quando ela estava sofrendo os ataques, principalmente pelos golpistas Michel Temer, que está preso ao ostracismo, e Eduardo Cunha, que está preso em casa - é assim, a história coloca as pessoas no devido lugar -, sendo vítima, ela representava e era a defesa de tudo.

Foi preciso cassar a Presidenta Dilma, foi preciso afastá-la para que esta Casa, o Governo e esta elite poderosa começassem a retirar os direitos da nossa gente. Foi assim com a reforma trabalhista, que eu chamo de "deforma", com a pá de terra agora com a Medida Provisória 1.045; foi assim com a reforma da Previdência, que retirou o direito da juventude de se aposentar, além de enfraquecer todos; está sendo assim quando insatisfeitos querem o patrimônio público brasileiro, como é o caso dos Correios, da ELETROBRAS e outras estruturas públicas, como foi com a entrega do pré-sal.

O *impeachment* da Presidenta Dilma é um marco histórico que não deveremos esquecer. E aqui eu chamo a atenção principalmente do nosso povo que apoiou o golpe contra a Presidenta Dilma e que votou em Bolsonaro para Presidente da República.

Vocês já acordaram. Vocês sabem que perderam muitos entes queridos com este crime cometido pela irresponsabilidade do Bolsonaro. Vocês perderam o emprego também, porque, quando o emprego vem, vem para todos. São 15 milhões de desempregados e mais 6 milhões de desalentados.

Vocês sabem muito bem, caros amigos, e, por isso, eu quero dialogar com vocês, que não é possível permitir que se ameace o Estado Democrático de Direito e que se desrespeite a relação, prevista na Constituição brasileira, nos seus primeiros artigos, entre os três Poderes.

Nesse sentido, quero valorizar a coragem, a competência, o apoio, a vontade cívica do Ministro Lewandowski quando escreveu um artigo e mostrou todos os caminhos possíveis para aqueles ou aquelas, inclusive o Bolsonaro, que querem quebrar esse Estado.

As Forças Armadas cumprem um papel. Não é papel das Forças Armadas atingir a sua gente e ferir a Constituição. As Forças Armadas não são do Bolsonaro. As Forças Armadas são da sociedade brasileira.

Não podemos permitir, em nenhuma hipótese, que o Brasil passe por esse achincalhamento que vivemos na ditadura militar. Nós sabemos o quanto o povo sofreu, torturado, preso, exilado, desaparecido. Sabemos que não é a lei da força que não seja a lei da força do povo, conforme prevê a Constituição.

Nesse sentido, senhoras e senhores, que nestes 5 anos voltemos a defender as instituições, o Estado Democrático de Direito e que o povo volte a ser feliz de novo.

Obrigado, Presidente.

Documento 195/201

97.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/08/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 01/09/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019, sobre a inclusão da proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais, e a competência privativa da União para legislação sobre o tema, ressalvados os

destaques.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "sim" a esta PEC. A proteção de dados numa sociedade digital é fundamental, já que dados representam um ativo, e a privacidade do cidadão tem que ser garantida. Esta PEC vai nessa direção.

Sr. Presidente, eu quero aqui trazer a minha dúvida. Eu não creio que o Presidente da República, com tal grau de delinquência, consiga concluir este ano governando o Brasil, chegue ao final de 2021 governando este País. A economia passa por profunda crise, assim como está em crise a política, há ainda a crise da pandemia, e ele é o maior responsável por essas crises. É um Presidente delinquente, e eu não creio que ele possa concluir o ano governando o Brasil.

Documento 196/201

97.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/08/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 01/09/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019, sobre a inclusão da proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais, e a competência privativa da União para legislação sobre o tema, ressalvados os destaques. Congratulações ao líder municipal Maurinho Rossoni, pela alta hospitalar após a internação para tratamento da Covid-19, no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria encaminha "sim" a esta matéria por entender a importância desta votação nesta tarde.

Eu queria também aproveitar para fazer aqui um registro em forma de agradecimento.

Agradeço a Deus pela vida do Maurinho Rossoni.

Maurinho Rossoni é uma liderança do Município de Linhares. Ele ficou intubado por mais de 60 dias na rede hospitalar de Linhares com COVID, mas recebeu esta semana um livramento, conseguiu sair

daquele leito hospitalar e já se encontra com a sua família.

Eu quero parabenizar todas as pessoas que, durante todo esse tempo, assistiram o Maurinho no leito hospitalar e na UTI. Quero agradecer a Deus pelo livramento que deu a esse homem, que é uma jovem liderança da cidade de Linhares, e também agradecer a todas as pessoas que oraram e intercederam pela vida dele.

Documento 197/201

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-14:48
Publ.: DCD - 01/09/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que estão aqui acompanhando a sessão, que a acompanham também pela TV *Câmara*, pela Internet.

O que me traz à tribuna é que eu sou membro titular da Comissão Especial da PEC nº 32, a PEC da Reforma Administrativa, e a reunião para discussão, leitura do relatório e votação está marcada para quarta-feira.

O relatório ainda não foi divulgado. O que nós sabemos é que o projeto encaminhado pelo Ministro Paulo Guedes e pelo Presidente Jair Bolsonaro é muito ruim. Na verdade, não é um projeto de reforma administrativa, e eu acho que não existe divergência sobre a importância de aumentar a eficiência do Estado na prestação de serviços e em todas as suas dimensões.

O problema é que a proposta que veio aqui para a Câmara dos Deputados é uma proposta de desmonte pura e simples. Além de acabar com o regime jurídico único, com a estabilidade; de criar um vínculo de experiência de 5 anos, tem lá dentro um Cavalo de Troia, que é o art. 37-A, que abre a possibilidade de privatização pura e simples de todo e qualquer serviço prestado pelo poder público.

Evidentemente, eu diria que esse, em si, é o artigo mais nocivo dessa reforma, mas ela, ao contrário do que se deveria esperar... O que se

espera de uma reforma? Que ela traga, por exemplo, eficiência na prestação de serviço, que ela reduza o custo do Estado, que ela modernize. Ela não faz nada disso. O Ministro Paulo Guedes foi incapaz de apresentar um cálculo de economia que a reforma administrativa vai trazer.

Se já não há uma coerência lógica para ela existir, por que essa reforma administrativa está tramitando em tempo de pandemia? É a reforma do desmonte do Estado brasileiro. É a reforma da precarização não apenas dos servidores, mas também dos serviços públicos. Ao que tudo indica - porque até agora não saiu -, nós só teremos conhecimento do relatório amanhã, quando começar.

Sr. Presidente, queria pedir apenas 30 segundos para concluir.

Quero dizer que somos contrários à votação dessa reforma, que é proposta por um Governo incompetente, que tem nas costas mais de 570 mil vidas perdidas. É um Governo negacionista, um Governo negligente, omissivo e incompetente. Então, "não" à PEC 32! "Não" à reforma administrativa! Nós vamos combatê-la na Comissão e aqui no Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 198/201

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-15:00
Publ.: DCD - 01/09/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Reconhecimento da atuação da ex-Presidenta da República. Consequências negativas da retirada do governo petista do poder. Repúdio à atuação do Governo Jair Bolsonaro, notadamente quanto ao enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Eu quero me pronunciar nesta tarde, quando se completam 5 anos do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. Em primeiro lugar, quero destacar o valor dessa mulher, primeira mulher Presidenta da

República do Brasil, cuja atuação como Presidenta da República foi impecável diante dos interesses do Brasil e do povo brasileiro, sobretudo dos mais humildes, daqueles que mais precisaram da sua presença como Presidenta da República. Ela não faltou ao povo brasileiro nem na luta contra a ditadura militar, quando jovem, nem posteriormente, como Presidenta da República eleita duas vezes.

Mas a história registrará aqueles que abandonaram o Brasil, rasgaram a Constituição e cassaram um mandato digno, jogando o País num obscurantismo sem limite. Sob a guia de um Eduardo Cunha, tivemos um golpe que fez refluir a democracia brasileira em vários sentidos. E hoje o Brasil está no mapa da fome. Hoje o Brasil tem suas populações indígenas atacadas; seus trabalhadores e trabalhadoras desempregados; as mães de família, os pais, sofrendo por não terem o que colocar na mesa.

Milhares de pessoas vivem nas ruas das grandes cidades. E mais de meio milhão de pessoas perderam a vida em uma pandemia para a qual a vacina não chegou, porque o Governo que aí está, o Governo Bolsonaro, envolto em corrupção, não permitiu aos brasileiros e brasileiras salvarem suas vidas.

Sr. Presidente, esta irresponsabilidade dos atuais governantes tem sua gênese naquele golpe contra uma Presidenta que não cometeu nenhum crime, tanto é que absolvida foi. E neste momento a Presidenta Dilma merece de nossa parte o aplauso, o reconhecimento. E que fique também a nossa indignação, porque a democracia não permite atalhos. E, quando o atual Presidente da República quer um Sete de Setembro para a guerra contra os brasileiros, nós queremos um Sete de Setembro para mais alimentos, para dignidade, para mais democracia. E fora, Bolsonaro!

É isto, a Câmara tem que encará-lo. Não é porque se fez lá atrás um *impeachment* ilegal que hoje, quando tantos crimes de responsabilidade estão colocados, a Câmara não cumpre o seu papel. É hora de cumprirmos o nosso papel. O *impeachment* é para uma hora como agora, não como foi no passado, até para que a Câmara consiga carregar com honradez as suas atribuições.

Muito obrigada.

Documento 199/201

72.2021.B

Sessão Outro Evento

31/08/2021-15:04

Publ.: DCD - 01/09/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insatisfação e repúdio da sociedade brasileira ao Presidente Jair Bolsonaro. Fracasso da política econômica adotada por Bolsonaro/Paulo Guedes. Defesa da aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma saudação a todos os que nos assistem pela TV *Câmara* e nos ouvem pela *Rádio Câmara*.

Ninguém aguenta mais Bolsonaro! O clima de ódio que Bolsonaro constrói no dia a dia e propaga pelo País, o conflito, a aposta permanente na confusão, na mentira, nas *fake news*, no autoritarismo, nas ameaças contra as instituições estão corroendo qualquer realidade econômica e social que o Brasil ainda tinha.

Até os aliados de última hora de Bolsonaro começam a manifestar a sua insatisfação, o seu repúdio e a sua impaciência. Setores do agronegócio já produzem notas, deixando claro que não vão tolerar mais as atitudes autoritárias, insanas e inconsequentes de Bolsonaro. Uma parte dos bancos e dos banqueiros já organiza documentos para deixar claro que, da forma como está o Brasil, não dá mais. O País não vai suportar.

A população - o trabalhador e a trabalhadora - sente na pele, dia a dia, os equívocos da política econômica de Bolsonaro e Paulo Guedes. O custo de vida está cada vez mais alto. O preço do supermercado, da conta de água, da conta de luz, do combustível é insuportável!

É insustentável um Governo que só aposta no ódio e no conflito, um Governo que tem um Presidente que abre mão de governar, que não cuida dos temas que mexem com a vida das pessoas, que não trata de juros, não trata de inflação, não trata de desemprego. Bolsonaro não se preocupa nem com os 19 milhões de brasileiros que hoje, infelizmente, passam fome, do mesmo jeito que não se preocupou com aqueles que morriam - e morrem até hoje - pelos equívocos de Bolsonaro na condução da pandemia.

Não dá mais! Por isso que estão se acumulando, cada vez mais, centenas de pedidos de *impeachment* de Bolsonaro. Não dá mais! Por isso que todos os institutos de pesquisa, até aqueles ligados à Direita, até aqueles ligados aos banqueiros, mostram que o povo não só rejeita cada vez mais Bolsonaro, como também já escolheu, já tem clareza de quem pode tirar o Brasil desse atoleiro: Luiz Inácio Lula da Silva. É ao lado dele que nós vamos construir um Brasil feliz de novo.

Obrigado, Presidente.

Documento 200/201

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-15:12
Publ.: DCD - 01/09/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro de convocação de manifestações ao ensejo da data comemorativa da Independência do Brasil. Indiferença do Presidente da República diante da superação da marca de 580 mil mortes pela Covid-19, e do recrudescimento do desemprego e da fome no País. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de programa social destinado ao povo brasileiro. Elevação dos índices inflacionários, dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis. Precariedade da malha rodoviária federal maranhense. Estado de abandono da educação brasileira. Segregação de alunos deficientes pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por governabilidade do País.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente Bolsonaro resolveu fazer uma convocação para o dia 7 de setembro.

Segundo ele, vai ser um dia de grandes manifestações no Brasil. Certamente haverá manifestações de todos os lados.

Agora, às vezes eu fico com a impressão de que o Presidente Bolsonaro não tem o que fazer. Parece-me que ele não tem o que fazer porque, diante da situação que vivemos, com uma pandemia que já matou mais de 580 mil pessoas, com o desemprego atingindo 15 milhões de brasileiros e brasileiras e com 19 milhões de pessoas neste País sem ter o que comer, ele resolve continuar o seu clima de beligerância, de confusão permanente, atacando os Poderes e as instituições, fazendo disso um palanque eleitoral permanente. É a única coisa que ele tem feito até agora.

Mostrem-me pelo menos uma ação, um programa social neste País que possamos dizer que foi iniciativa deste Presidente Bolsonaro. Não encontramos! Não há preocupação com o povo! Não há preocupação com a realidade da população!

Vejam a inflação, que agora voltou com toda a força no Governo Bolsonaro. A carne aumentou, em 12 meses, 31%; o arroz, que está no

prato de todo brasileiro, 36%; o óleo de soja, 78%; o ovo, 12%; o café, 17%; o gás de cozinha, 31%; a luz, 20%; e a gasolina, 39%.

Pelo amor de Deus, Presidente Bolsonaro, procure fazer o que o povo precisa! Olhe para a população! Pare de confusão! Olhe para as BRs, para as rodovias. Estão todas abandonadas e esburacadas - pelo menos estão assim lá no Estado do Maranhão. Não é possível que vamos continuar vivendo nessa situação. Olhe para a educação. Olhe para o MEC, que resolveu causar um retrocesso inclusive em relação às pessoas com deficiência. É andar para trás separar as pessoas com deficiência, discriminar as pessoas, as crianças com deficiência. Nós não podemos aceitar isso.

É por isso que eu venho a esta tribuna fazer um apelo, pedir que, pelo menos em algum momento, o Presidente tenha alguma lucidez e faça o que é a obrigação dele: governar.

Governe o Brasil e olhe para o povo!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 201/201

72.2021.B	Sessão Outro Evento	31/08/2021-15:40
Publ.: DCD - 01/09/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não investigação, pela CPI da Covid, de acusados por desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Inconsistência do discurso da Oposição em condenação ao Presidente Jair Bolsonaro, responsável pela liberação de verbas para enfrentamento da Covid-19. Incoerência do discurso da Esquerda contra o Governo Federal, tendo em vista a responsabilidade do governo petista pela derrocada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e de outras empresas brasileiras; pelo desvio de recursos públicos para países totalitários e pelo sucateamento da infraestrutura brasileira. Destinação, pelo governo petista, de recursos para a construção de estádios de futebol, em detrimento da área de saúde. Anúncio de realização, em 7 de setembro, de manifestações patrióticas pela liberdade de expressão e de imprensa.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Gilberto Nascimento. É uma satisfação muito

grande poder falar com todos os colegas.

Quero pedir que o meu pronunciamento seja veiculado nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Meus caros colegas, pessoas que nos assistem e que vão nos ouvir também no programa *A Voz do Brasil*, nós lamentamos muito...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado Girão, nós estamos com um problema no som, alguém deixou o microfone aberto. Aguarde um minutinho, por favor. Eu já vou repor o tempo de V.Exa. Vamos só conferir o problema técnico.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputado, talvez V.Exa. esteja com algum som ambiente ligado ou com pessoas...

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Eu estou embarcando para Brasília. O som já parou.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - O.k. Então, vamos lá. Eu vou repor o tempo de V.Exa.

Pode reiniciar, por favor, Deputado Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós lamentamos que o discurso da Oposição seja sempre o de culpar quem envia dinheiro para o enfrentamento da COVID, e não quem desvia dinheiro. A CPI não investigou e não está investigando quem desviou, está querendo investigar somente quem enviou recursos. Esse é o primeiro grande erro.

E há um segundo grande erro nos discursos dos colegas que me antecederam, que eu lamento muito. Eles quebraram a PETROBRAS, quebraram várias empresas brasileiras, surrupiam dinheiro brasileiro, colocaram recursos nossos no exterior, em vez de investirem aqui no País - o País ficou totalmente sucateado de infraestrutura, que agora está sendo recuperada pelo Governo Bolsonaro, por meio do Ministro Tarcísio e do Ministro Rogério Marinho -, e agora vêm com esse discurso dizendo que nós estamos quebrando o Brasil, que nós estamos destruindo o País.

Se hoje nós temos desemprego, se nós tivemos aquela dificuldade de atendimento das pessoas na saúde, é porque, em vez de investir em hospitais e de melhorar o SUS, investiram em estádio de futebol, para

atender a uma ideia megalomaniaca de um certo cidadão aí que tem um dedo a menos nas mãos, para fazer com que o time de coração dele tivesse um estádio de futebol em São Paulo ou coisa parecida. Isso é lamentável. O Brasil não merece mais isso. Eu espero que realmente isso não volte mais.

Sr. Presidente, eu gostaria de finalizar as minhas palavras dizendo para todos que estão nos acompanhando que o Brasil, sim, no dia 7 de setembro, vai dar a maior demonstração de patriotismo da história do País. Será a nossa segunda independência, pela liberdade, pelo respeito aos nossos mandatos, pelo respeito às pessoas, que têm liberdade de expressão, pelo respeito à liberdade de imprensa e, acima de tudo, para que nós possamos, sim, ter um País de verdade.

Eu tenho nojo de quem, como um Senador do PT do Rio Grande do Norte, fica dizendo que tem nojo de quem usa o verde e amarelo, de quem carrega a bandeira do Brasil. Nós é que temos nojo de quem não aceita essa realidade de patriotismo que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Em respeito aos demais, encerro minhas palavras.
